



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

TOMO I

Luís Carlos Calhau Torradas

Orientação | Professor Arquiteto Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Professor Doutor Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

Mestrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

TOMO I

Luís Carlos Calhau Torradas

Orientação | Professor Arquiteto Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Professor Doutor Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

Mestrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto

Évora, 2019

CONSTITUIÇÃO DO JURÍ

Presidente do júri

Pedro Matos Gameiro

Professor Auxiliar
Universidade de Évora

Arguente

Guilherme de Jesus Pereira Cardoso

Técnico Superior de Arqueologia
Câmara Municipal de Lisboa

Orientador

Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira

Professor Auxiliar Convidado
Universidade Évora

DECLARAÇÃO COMPROMISSO DE HONRA

Eu, Luís Carlos Calhau Torradas portador do Cartão de Cidadão 13287433 4ZY3, e aluno da Universidade de Évora 22814, declaro sob compromisso de honra que tomei conhecimento que o Trabalho de Projeto de Mestrado em Arquitetura, com o título “O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS: uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção”, irá ser disponibilizado em formato aberto no Repositório da Universidade de Évora integrante da Rede do Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal, operada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Eu, Luís Carlos Calhau Torradas, nº 22814, declaro que tenho conhecimento que a Tese/Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio, por mim desenvolvida será depositada no Repositório Científico da Universidade de Évora e em no caso de Tese de Doutoramento, será depositado também um exemplar em suporte de papel na Biblioteca Nacional, nas seguintes condições de acesso:

X Livre Acesso

☐ Acesso embargado por (assinale a opção que pretende):

☐ 6 meses

☐ 1 ano

☐ 2 anos

☐ 3 anos

☐ 4 anos

☐ 5 anos

Justificação (no caso de ser solicitado embargo): _____

Data 22 de Julho de 2019

Assinatura Luis Carlos Calhau Torradas



Serviços Académicos

**VALIDAÇÃO DA VERSÃO FINAL DE
TESE/DISSERTAÇÃO/RELATÓRIO DE ESTÁGIO/TRABALHO DE PROJECTO**

**MODELO
T-007**

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo: Luís Carlos Calhau Torradas Número: 22814

Curso: Mestrado Integrado em Arquitectura

Especialidade: Arquitectura

Ciclo de Estudos: ☐ 3.º Ciclo ☐ 2.º Ciclo ☒ Mestrado Integrado

2. TRABALHO

☐ Tese
[Apenas para cursos de 3.º ciclo]

☐ Dissertação

☐ Relatório de Estágio

☒ Trabalho de Projeto

☐ Relatório Profissional

Título do Trabalho:

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS: uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

Orientador(es):

Prof. Arq. Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Prof. Dr. Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

3. VALIDAÇÃO

☒ Confirmação das alterações propostas

☐ Não foram propostas alterações

Data:

22.07.2015

Assinatura do Orientador:

4. RECEÇÃO PELOS SERVIÇOS ACADÉMICOS

Data de receção

O Funcionário:

Observações:

Gesdoc n.º: _____



MODELO
T-007

Nome Completo: Luís Carlos Calhau Torradas Número: 22814

Curso: Mestrado Integrado em Arquitectura

Especialidade: Arquitectura

Ciclo de Estudos: ☐ 3.º Ciclo ☐ 2.º Ciclo ☒ Mestrado Integrado

☐ Tese
[Apenas para cursos de 3.º ciclo]☐ Dissertação

Relatório de Estágio

☒ Trabalho de Projeto

Relatório Profissional

Título do Trabalho:

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS: uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

Orientador(es):

Prof. Arq. Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Prof. Doutor. Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

☒ Confirmação das alterações propostas

☐ Não foram propostas alterações

Data:

19/7/2019

Assinatura do Orientador:

for All the Lost Cu. in

Data de receção

dd/mm/aaaa

Gesdoc n.º: _____

O Funcionário:

Observações:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS
uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

TOMO I

Luís Carlos Calhau Torradas

orientação

Professor Arquiteto Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Professor Doutor Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

Mestrado em Arquitetura
trabalho de projeto

Évora
2019

TOMO I

ao roberto, aos meus pais e irmã

ÍNDICE GERAL

TOMO I

RESUMO	i
THE CHELAS VALLEY BETWEEN THE SAINT FÉLIX MONASTERY AND XABREGAS a possibility of interpretation, a hypothesis of intervention	iii
ABERTURA	
o vale	vii
o vale de chelas	xi
o que foi desenhado	xiii
o que foi escrito	liii

PRIMEIRO ANDAMENTO DA ROMANIZAÇÃO AOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO

O VALE DE CHELAS ANTES DE 1962	
a romanização no vale de chelas	5
o final da presença romana e o assentamento visigodo no vale de chelas	43
a presença islâmica no vale de chelas	73
a ocupação medieval e os primeiros conventos do século XV no vale de chelas	111
as quintas de recreio e as casas monásticas no vale de chelas	129
a industrialização no vale de chelas	163
O VALE DE CHELAS DEPOIS DE 1962	
o plano de urbanização de chelas	177
as últimas décadas de planeamento no vale de chelas	197

TOMO II

SEGUNDO ANDAMENTO DA TECNOLOGIA DO CAMINHO

OS ITINERÁRIOS DE CHELAS, DO CONVENTO À BOCA DO VALE	
itinerário bairro do condado praça de xabregas	
itinerário praça de xabregas parque da bela vista	

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

BIBLIOGRAFIA

RESUMO

Na margem norte do estuário rio Tejo, para oriente, entre a cidade primordial e a cidade-satélite dos Olivais, surge o 'arquipélago fractal' do vale de Chelas. Pensado também com um satélite, a descontinuidade na execução do plano de urbanização dos anos 60 do século XX provocou um isolamento no conjunto deixando entre si uma sucessão de espaços – incertos na forma como função – que conservam hoje partes de um cadastro original. Se esses 'espaços incertos' evidenciam, por um lado, a origem da estrutura urbana da cidade primordial, por outro, agudizam a rotura socio-territorial do 'arquipélago fractal' criando momentos de tensão que tendem a torna-los 'acontecimentos urbanos'. Isto é, a densidade e sequência dos 'espaços incertos' criam a potencialidade para uma arquitetura, até ao momento pouco desenvolvida no lugar, que permita a integração holística das partes.

LISBOA . CIDADE . CHELAS . AZINHAGAS . URBANIDADE

THE CHELAS VALLEY BETWEEN THE SAINT FELIX MONASTERY AND XABREGAS

a possibility of interpretation, a hypothesis of intervention

The existing paths that cross the valley of Chelas were traced and built between the II century B.C. and the XVIII century A.D. This valley is placed within the Tagus basin and supports the water drainage of the eastern side of Lisbon. Understanding the orographic conditions of this area is key to explain the chronological course of its historical dominations.

Neighbourhoods close to the valley result from diverse and contrasting urban interventions operated through time. The opportunity to find a comprehensive structure that networks and provides easier access to the neighbourhoods led to the characterisation of two parallel paths situated on the hillsides of the valley. The two identified paths cover the existing ones, allowing to describe multiple spaces according to their peculiarity and archaeology.

LISBOA . CITY . CHELAS . PATHS . URBAN SETTING

ABERTURA

A oriente do Castelo de São Jorge, depois do antigo Convento dos Barbadinhos (atual Museu da Água), os vales de Lisboa destacam-se pela ausência do corpo que constrói a cidade, e pela permanência de certos edifícios singulares que pontuam as suas embocaduras. Dos três que existem, o mais profundo é o de Chelas, cuja boca é consolidada pelo antigo Convento da Madre-de-Deus – encosta-se a este o que foi o Palácio dos Marqueses de Niza –, e de São Francisco de Xabregas (todos fundados no século XVI). Serve ainda de embasamento a São Félix no momento em que diverge para subir à crista dos Olivais, e ir à depressão de Alvalade.

Do Levantamento Topográfico da Cidade de Lisboa de 1856 (Filipe Folque) percebemos ter existido uma estrutura fortificada¹ entre os edifícios de remate da embocadura, e da planimetria de 1904-11 (Silva Pinto) confrontamo-nos com o cadastro rural que ocupava toda a sua profundidade.

O que começou por ser uma proposta arquitetónica que ponderava a restituição do espaço que antes existia entre a Madre-de-Deus e São Francisco, abrindo uma praça que repetia, grosso modo, o desenho do forte, e que simultaneamente redesenhava o fecho do vale; evoluiu para uma possibilidade que acompanha a extensão do seu tronco.

Sem ideia ou preconceito o «caminhar errático»² revelou-se útil como método para o reconhecimento do sítio, de onde emergiu o verdadeiro confronto com o isolamento tácito do conjunto residencial construído após o Plano de Urbanização de Chelas (PUC). Todavia, a utilização do conceito de Careri mostrava-se desajustado dada a forte permanência de cadastros mais antigos nos espaços intersticiais dos bairros.

Do mapeamento do lugar percebeu-se que o antigo Convento de São Félix sugere uma centralidade em todo o conjunto, mesmo que construído na raiz das colinas, e que em torno deste se haviam conservado percursos de fácil acesso às cristas do vale – embasamento dos bairros das Olaias, do Armador, do Condado e das Salgadas –, e às alturas intermédias das encostas.

Partindo do princípio que a execução do PUC contribuiu decisivamente para a alteração do modo de habitar este sistema, surgiu o problema: o que é o vale de Chelas? Como podem os caminhos dos espaços intersticiais contribuir para a construção de uma urbanidade que integre o conjunto residencial deste sistema?

O VALE

Em geografia, o «vale» é a composição horográfica de duas cumeadas que desenvolvem entre si uma depressão; é, por assim dizer, uma estrutura concava dominada por um conjunto de pontos de maior altitude (festo), sobranceiros a uma combinação de cotas de menor elevação (talvegue). Dessa complementaridade de relevos resulta a construção de dois sistemas: o «seco», associado às posições mais altas, logo, de maior insolação e irradiação; e o «húmido», sujeito aos acidentes mais baixos e recolhidos, que são do domínio da hidrografia, ou seja, a componente líquida do território.

¹ A fortificação pode também ser vista numa pintura de J. Pedrozo intitulada por A Antiga Fábrica de Tabacos de Xabregas; óleo sobre tela; dimensão da peça: 0,835x1,270 metros. Obra de acesso público em Museu de Lisboa; cota do exemplar digitalizado MC.PIN.316. <http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/a-antiga-fabrica-de-tabacos-de-xabregas.html> [última consulta: 23.09.17; 19H02].

² O forte crescimento urbano que se seguiu ao segundo pós-guerra vinha a desenvolver uma série de conjuntos habitacionais afastados dos antigos centros de urbanidade. Segundo Francesco Careri, a repetição dessas unidades autónomas foi deixando entre si uma sucessão de espaços indefinidos que evidenciavam o isolamento desses conjuntos. Como tal, a ideia do «arquipélago fractal» apresentado pelo autor veio sintetizar a caracterização do espaço urbano periférico. Para resolver essa insularidade, o arquiteto começava por propor o livre acesso dos interstícios à população, deixando-a percorrer esses espaços sem qualquer referencial arquitetónico. Os caminhos que daí resultassem seriam então consolidados por forma a gerar novos centros de encontro. A essa maneira descomprometida de percorrer os espaços intersticiais chamou de «caminhar errático». CARERI, Francesco – Walkscapes: o caminhar como prática estética. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014.

Por outras palavras, o vale é um sistema complexo que proporciona diferentes modos de vida. No topo das formas convexas a dureza da exposição solar, ou do arrefecimento do ar, pode dificultar a existência dos seres vivos como oferecer alento em situações mais amenas. Nos declives, o bem-estar depende da sua orientação: acima do equador, nas latitudes e meridianos que dominam o Mediterrâneo, quando voltados a norte a ausência de luz direta impede a evaporação dos líquidos, e quando o meio-dia está rebaixado tornam-se sombrios; a nascente, o sol brilha entre a aurora e o zénite, enfraquecendo nas horas mais tardias; a ocidente, depois do meridio até ao crepúsculo, a insolação pode ser severa nos períodos estivais; a sul, a iluminação é frequente e temperada ao longo do ano. Por fim, nas depressões, a vida aquática revela-se, e por isso as neblinas inverniais podem ofuscar o horizonte, e os caudais fazem submergir os leitos. No entanto, na estação quente são frescas e a agricultura é bem-sucedida³.

A diversidade do vale foi criada nos momentos mais adversos do planeta, alguns pela força dos glaciares, outros pela erosão das marés. Há quinze milhões de anos, a forte atividade tectónica do Maciço Hespérico⁴, durante o Miocénico, levava à formação do vale do Tejo. Unificado com a bacia do Sado, um grande golfo de sedimentação marinha estendia-se pelo interior da península até onde se encontra hoje Almeirim, insulando as elevações rochosas da Serra da Arrábida⁵. As sucessivas transgressões e regressões do Atlântico Norte aprofundavam o seu álveo, e escavavam os vales que a ele afluíam depositando as aluviões – assim se foi encaixando o vale do Chelas [I].

Para oriente do festo que percorre a cumeada do Castelo de São Jorge, local que a tradição histórica dá à fundação da cidade de Lisboa – pelo «alto da Graça» e «Nossa Senhora do Monte», terminando no cume da Penha de França –, desenvolvem-se sete arestas secundárias que conformam três pequenos vales bifurcados: entre o sítio da fortaleza e o Campo de Santa Clara aparece o vale de Alfama, marcado pela ramificação da encosta de São Vicente de Fora; segue-se o vale de Santo António, entre Santa Clara e a «cumeira dos Barbadinhos», forqueado pela aresta da Bela Vista à Graça; para lá dos Barbadinhos, chegando ao Alto do Varejão, surge o vale Escuro, ramificado pelo Alto da Eira, da «Quinta da Bandeira» (sítio da atual Escola Básica Nuno Gonçalves) e da «Machada» (lugar do atual Bairro do alto do Premium), fazendo convergir o seu talvegue principal, com o secundário do vale de Arroios, onde se abre a Praça Paiva Couceiro.

No Alto do Varejão termina o primeiro festo principal de Chelas: vindo do alto do Casal Vistoso (nas imediações da Praça Francisco Sá Carneiro, antiga Praça do Areeiro), passa pelo Alto do Pina (junto à encosta Alameda Dom Afonso Henriques), torcendo na Praça Paiva Couceiro para apanhar o Alto de São João. No topo oposto ergue-se o «alto dos Ourives» (hoje Largo da Madre-de-Deus) enunciado a embocadura do vale. Percorrendo essa cumeada para norte, pelo Alto das Conchas, chega-se ao topo do segundo festo predominante, no sítio do atual Bairro das Amendoeiras (antiga Zona I do Plano de Urbanização de Chelas), próximo ao Instituto de Engenharia de Lisboa; nesse momento, o festo encaixa-se com a cumeada dos Olivais que, junto à Quinta da Graça (encostada ao Bairro dos Loios), se faz passar pelo interior do Parque da Bela Vista a fim de chegar ao «alto do Armador». Porém, do festo dos Ourives (ou do Poço de

3 MAGALHÃES, Manuela Raposo – A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade, pp. 340-354.

4 Segundo Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach o Maciço Hespérico é a unidade geomorfológica que pertence à metade ocidental da Península Ibérica, de carácter "puramente atlântico", constituído por formações xistosas, mármore, e essencialmente graníticas. RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann – Geografia de Portugal, I. Aposição Geográfica e o Território, pp.8-9.

5 FERREIRA, O. Da Veiga – Lisboa há milhões de Anos in Ciência Actual, ano II, nº8, pp. 8-11.



- A colina do castelo de são jorge
- B embasamento de são vicente de fora
- C alto de nossa senhora da graça
- D alto de nossa senhora do monte
- E alto dos sapadores
- F alto da bela vista à graça
- G alto dos babadinhos
- H alto da eira
- I alto da quinta da bandeira
- J alto do monte agudo
- K alto da quinta da machada ou do premium
- L alto da penha de frança
- M alto de são joão
- N alto do varejão
- O alto da curraleira
- P alto do pina
- Q alto das olaias
- R alto do casal vistoso
- S alto do armador
- T alto da bela vista
- U alto da quinta de belmonte
- V embasamento do poço de cortes
- W alto do condado
- X alto das conchas
- Y alto dos ourives

- 01 boca do vale de chelas
- 02 boca do vale formoso
- 03 boca do vale dos olivais
- 04 boca do vale escuro
- 05 boca do vale de santo antónio
- 06 boca do vale de alfama
- 07 boca dos vales de arroios e das portas de santo antão
- 08 boca do vale de são bento
- 09 boca do vale de alcântara
- 10 boca do vale da ajuda

I planta do sistema orográfico e hidrográfico da cidade de lisboa



Cortes) derivam quatro cumeeiras secundárias que concebem a depressão de Xabregas, o talvegue do Beato, e o vale Fundão; todas elas com vista sobre o estuário do Tejo. Entre os três festos notáveis (São João, Ourives e Bela Vista) passa o talvegue de Chelas, divergindo no encontro com o «alto do Armador» para garantir o escoamento do sapal de Alvalade⁶ pela Ribeira de Chelas.

Desta forma, entende-se que o vale de Chelas não se estanca na profundidade do seu talvegue, mas integra um conjunto de ramais secundários dependentes da mesma orografia gerando um sistema particular de escoamento. Se o vale de Alcântara vaza o planalto norte (por Sete Rios) e as encostas de Monsanto, e o encaixe da Baixa as escorrências de São Pedro de Alcântara, Sant’Ana e Castelo, o sistema do vale de Chelas contribui decisivamente para a drenagem do setor oriental da cidade.

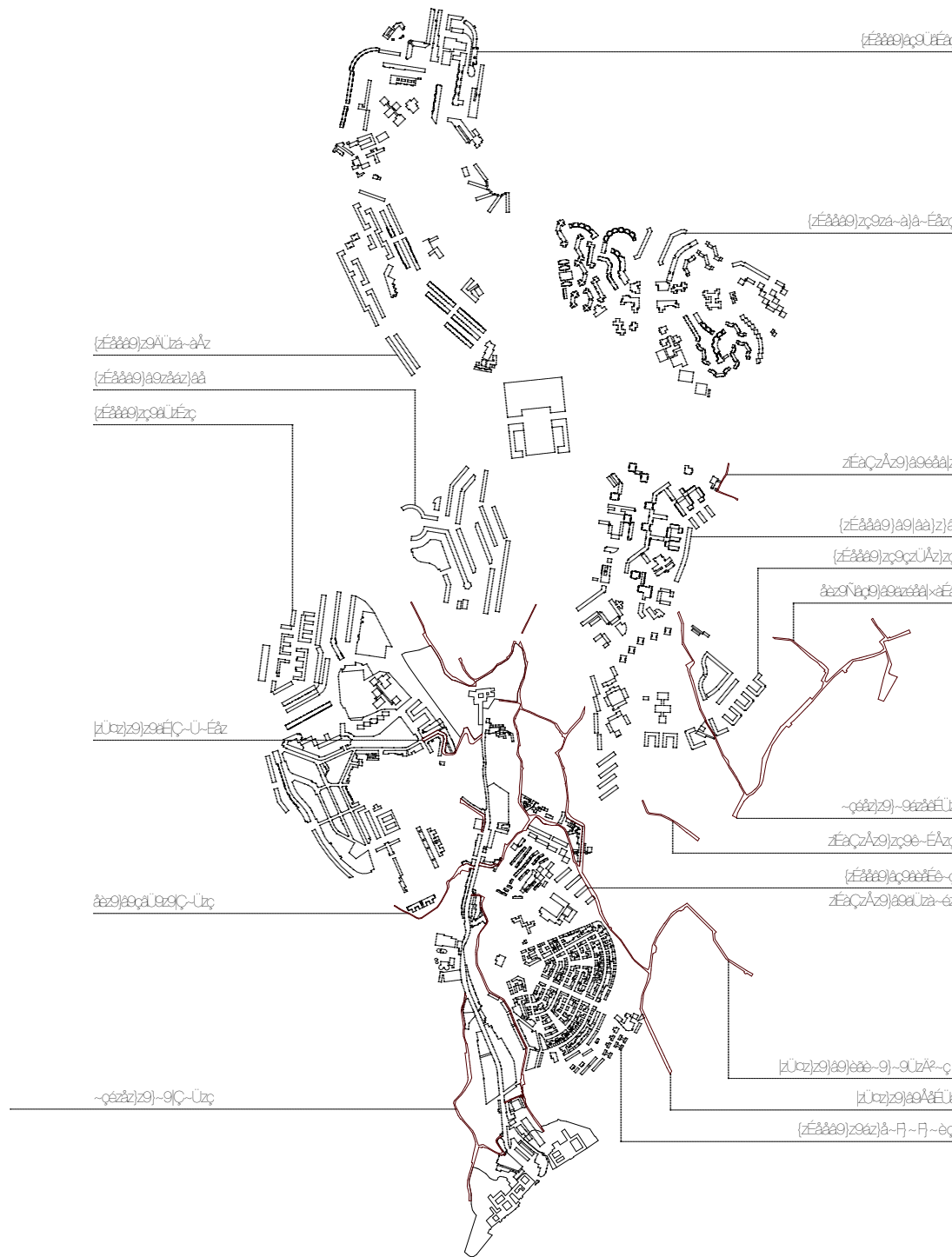
Em suma, a singularidade do sistema do vale de Chelas insere-se na unidade morfológica que remata a bacia hidrográfica do Tejo, sobre a qual se constrói Lisboa.

O VALE DE CHELAS

Quando se caminha por Chelas encontram-se duas dimensões: uma procedente de intervenções mais recentes, e outra, pelo aspeto da arquitetura, relacionada com a escala de ocupação mais ou menos remota. Da primeira resultaram estruturas industriais de grande extensão, junto ao Tejo, e conjuntos habitacionais em altura, muitas vezes dispersos, sobretudo nas cumeadas mais recuadas. Entre si deixaram uma sucessão de espaços residuais onde permanece a segunda medida. Encostados às indústrias ribeirinhas resistem antigos edifícios conventuais – excetuando o de Chelas que preferiu a intimidade do vale –, e pequenos palácios que marcam a antiga margem do Tejo [II]. Por outro lado, os interstícios dos bairros mais interiorizados conservam casas senhoriais (umas reocupadas, outras devolutas) que dominam o sistema de vistas, ou se acomodam nos sítios mais encaixados. Na escala mais remota os edifícios dependem de caminhos estreitos e irregulares, alguns murados, outros já fragmentados, que seguem as menores dificuldades orográficas. Da escala mais recente emergem percursos largos, uns em ferro, outros de asfalto, cuja intenção de desenho facilmente supera as condições naturais da topografia para ancorar as novas residências, e as antigas linhas de montagem. Se Almeida Garrett, no começo das ‘viagens pela sua terra’, na manhã de dezassete de julho de 1843, relata a existência de um sítio frequentado pelos habitantes de Lisboa, ainda que em um claro sentido crítico; em 2001, quando o tecido urbano consolidado já envolvia Chelas, desde a última metade do século XX, *Lisboa capital do nada* vinha acusar o silêncio do lugar na memória da cidade.

Desse distanciamento e do confronto existencial entre as duas escalas de ocupação, questionámos: de que forma foi ocupado o sistema do vale de Chelas até à contemporaneidade? Qual a origem do cadastro mais remoto? É fruto da Idade Moderna ou de acontecimentos históricos anteriores? Quando se alterou o paradigma na construção da cidade, qual a relação entre o espaço projetado e a pré-existência? O que hoje está consolidado advém de um único pensamento urbano? Como pode a arquitetura intervir perante tal descontinuidade?

6 O que entendemos por sapal de Alvalade encontra-se na depressão por onde passa a atual Avenida Almirante Gago Coutinho. A convergência dos declives, resultado do afastamento da cumeeada da Bela Vista com o festo que desce do sítio do aeroporto (que passando por Alvalade chega ao Campo Mártires da Pátria), e da existência do pequeno planalto que suporta a Praça Francisco Sá Carneiro (antes do Areeiro), torna o sítio alagadiço e suscetível à retenção das águas pluviais.



- 01 convento de são félix e santo adrião (séc.VII)
- 02 convento da madre-de deus (séc.XVI)
- 03 palácio dos marqueses de niza (séc.XVI)
- 04 convento de são francisco de xabregas (séc.XV)
- 05 convento de nossa senhora da conceição do monte olivete (grilo séc.XVII)
- 06 convento santo agostinho (séc.XVII)
- 07 convento de são joão evangelista de xabregas (beato séc.XVI)
- 08 convento de nossa senhora da conceição de marcial (séc.XVII)
- 09 convento de santos-o-novo (séc.XV)
- 10 convento de nossa senhora da porciúncula (babadinhos séc.XVIII)

I planta do vale de chelas em relação ao centro histórico de lisboa

0 170 680m



O QUE FOI DESENHADO⁷

Natural de Évora, Duarte Galvão (1445-1517) compunha em 1505 a *Cronica DelRey Dom Affomsso Hamrriques Primeiro Rey destes regnos de Portugal*⁸, e na abertura da obra colocava uma iluminura do panorama medieval de Lisboa [III]. Contribuindo com aquela que é a primeira representação pictórica conhecida da cidade⁹, do que dela se observa identifica-se o tecido urbano incluso ao muro de D. Fernando (construído entre 1373-75), coroado pelo Castelo e aberto no sítio do Terreiro do Paço que se estendia até ao Chafariz D’el Rei. Em colinas opostas está o Mosteiro de São Vivente de Fora (século XII) e o Convento do Carmo (1389-1422) a equilibrarem a composição.

A iniciativa de distinto fidalgo parece não ter sido pontual no que respeita às representações panorâmicas da cidade quinhentista. Guardado na Biblioteca da Universidade de Leiden está o desenho original de um panorama de Lisboa [IV], de autor desconhecido, possivelmente executado entre 1550-70, cujo enquadramento se desvia ligeiramente para o setor oriental até ao Convento de Santa Clara (1290-1292), mostrando que em pouco tempo a cidade já havia chegado a S. Vicente.

O que podemos imaginar da geometria de Lisboa partindo dos dois primeiros desenhos, com Georg Braun fica esclarecida a sua configuração: em 1567 o autor expunha a cidade no seu quinto volume de *Urbium praecipiarum mundi theatrum quintum*, numa planimetria perspectivada que claramente exagera o afastamento entre os edifícios, mas que se esforça para demonstrar a sua topografia [V]. No ano de 1572 o autor repetia o panorama na publicação do volume I de *Civitates orbis terrarum*, aproximando-se desta vez ao ângulo de observação de Galvão, e do desenho de 1550-70. Na mesma composição mostra ainda o que ia de Belém a Cascais [VI], em posição inferior.

Pouco tempo depois, em 1581, o reino perdera a sua independência e ficava sobre a alçada de Madrid, contudo, a visita do rei a Lisboa só aconteceria no final da segunda década da centúria seguinte. Os preparativos para tal receção começavam antes de Filipe II (1598-1621) anunciar a viagem, quando em 1613 se pintava a *Joyeuse entrée* pelo cais das colunas do Paço de Lisboa [VII].

Por fim, em março de 1619, era anunciado ao Vice-Rei de Portugal, D. Diogo da Silva e Mendonça, a deslocação do monarca à cidade que acabara por acontecer em junho do mesmo ano¹⁰, tornando-se tema de representação para Domingos Vieira Serrão [VIII].



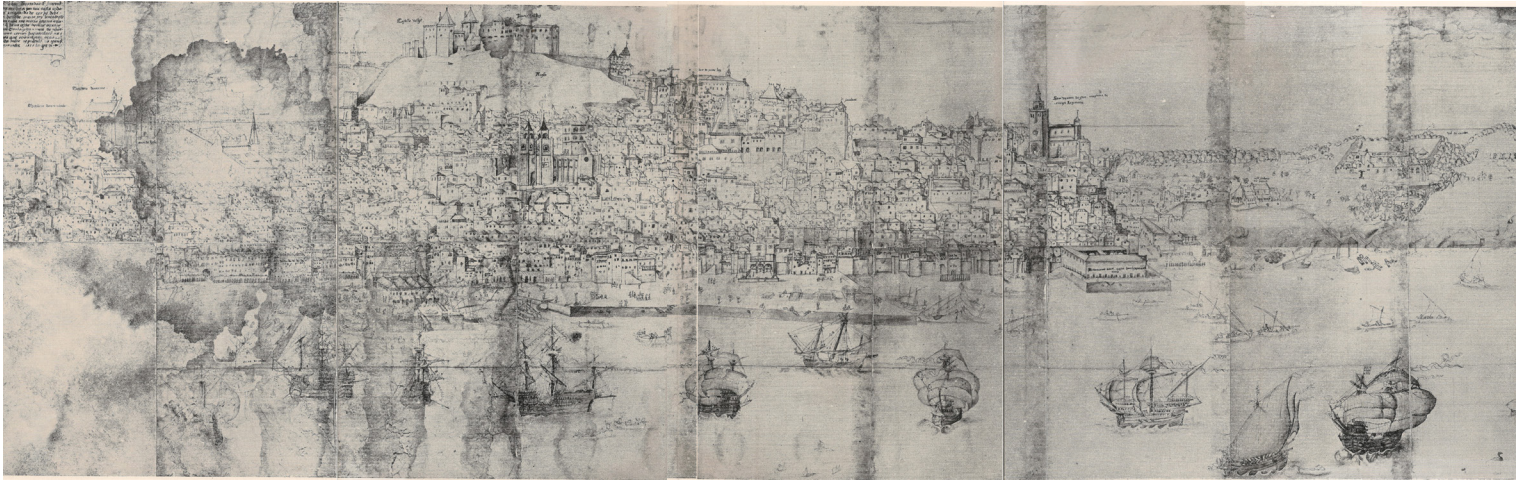
III

⁷ Sempre que possível, publicaremos neste trabalho desenhos, pinturas ou levantamentos topográficos da cidade de Lisboa para uma melhor compreensão do que é falado. Caso não aconteça, por respeito aos direitos autorais, serão referidas as respetivas fontes de consulta, quando as tenhamos conseguido alcançar.

⁸ GUIMARÃES, Manuel de Castro – Cronica DelRey Dom Affomsso Hamrriques Primeiro Rey destes regnos de Portugal por Duarte Galuam Fidalguo da Dasa DelRey e do seu Conselho, 1918. Existe ainda uma cópia de 1726 produzida por Miguel Lopes Ferreyra de acesso público na Biblioteca Nacional de Portugal: cota do exemplar digitalizado hg-11683-1-v.

⁹ Segundo Augusto Vieira da Silva, em 1738 D. António Caetano de Sousa publicava na História Genealógica da Casa Real Portuguesa (tomo IV, p. 28, estampa I) uma representação “do contorno da cidade e da Alcáçova do Castelo” de 1352. A planta esquemática de que fala pertence a um “celo de cera do tempo de D. Afonso IV” (1325-1357) com um diâmetro de onze centímetros e dois milímetros. SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, p.15.

¹⁰ SILVA, Francisco Ribeiro – A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e Problemáticas in Revista de Ciências Históricas, volume II, pp. 223-260.









Concretizada a Restauração, passados oito anos, Carel Allard publicava o panorama de *Lisboa amplissima lusitaniae civitas* mostrando o que ia de Santa Clara às antigas docas do Cais do Sodré [IX].

Com “receio duma invasão pelos exércitos de Castela”¹¹, D. João IV (1640-1656) encomendava ao então arquiteto real o desenho do que restava do amuralhamento da cidade. Do que se sabe em torno dos «Levantamentos» ou «Cartas Topográficas de Lisboa», João Nunes Tinoco protagoniza a primeira representação planimétrica da cidade com o *Levantamento das Fortificações de Lisboa* em 1650 [X]. Apesar do rigor não ser exato, nas palavras de Vieira da Silva¹², o desenho aponta aquela que pode ter sido a topografia medieval do centro urbano. Todavia, oculta a sua verdadeira dimensão deixando apenas perceber a existência do Bairro Alto, da Mouraria e de Alfama, como os panoramas anteriores já o confirmavam.

Conhecida a fragilidade defensiva da urbe, no mesmo ano em que Tinoco havia concebido o respetivo levantamento iniciava-se “a construção da nova linha defensiva de Lisboa”¹³, prevendo a edificação de trinta e dois baluartes. No projeto participaram os engenheiros Mr. Lassart, João Gillot e João Cosmander, cujo desenho é hoje desconhecido. No entanto, Vieira da Silva refere a existência de uma planta topográfica, “levantada porventura por Nicolau de Langres em 1651 ou 52”¹⁴, que mostra apenas o desenho do amuralhamento entre a Ponte de Alcântara e Santa Apolónia, passando por S. João dos Bemcasados – sítio do atual Palácio Anadia (século XVII), entre a Rua Silva Carvalho e Rua das Amoreiras –, pela Igreja de Rilhafoles (século XVIII; atual Hospital Miguel Bombarda), e Penha de França [XI].

Dos artistas que compuseram o conjunto de panoramas de Lisboa, Dirk Stoop (1610?-1686) destaca-se ao retratar o casamento de D. Catarina de Bragança com o rei D. Carlos II de Inglaterra¹⁵. O pintor rompe com a tradicional vista frontal da cidade colocando-se perpendicularmente à margem do rio com o Castelo de São Jorge em último plano. Por instantes, o oriente torna-se o ponto de fuga das representações de Lisboa.

Passado pouco tempo, entre 1680 e 1720, Pierre Aveline desenhava o panorama da urbe quase que por oposição a Stoop: em *Lisbone, ville capitale du Royaume de Portugal*, o autor gira o enquadramento para ocidente fazendo destacar o Alto de Santa Catarina antes de chegar ao Convento de São João de Deus (1581) [XII].

11 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., p. 15.

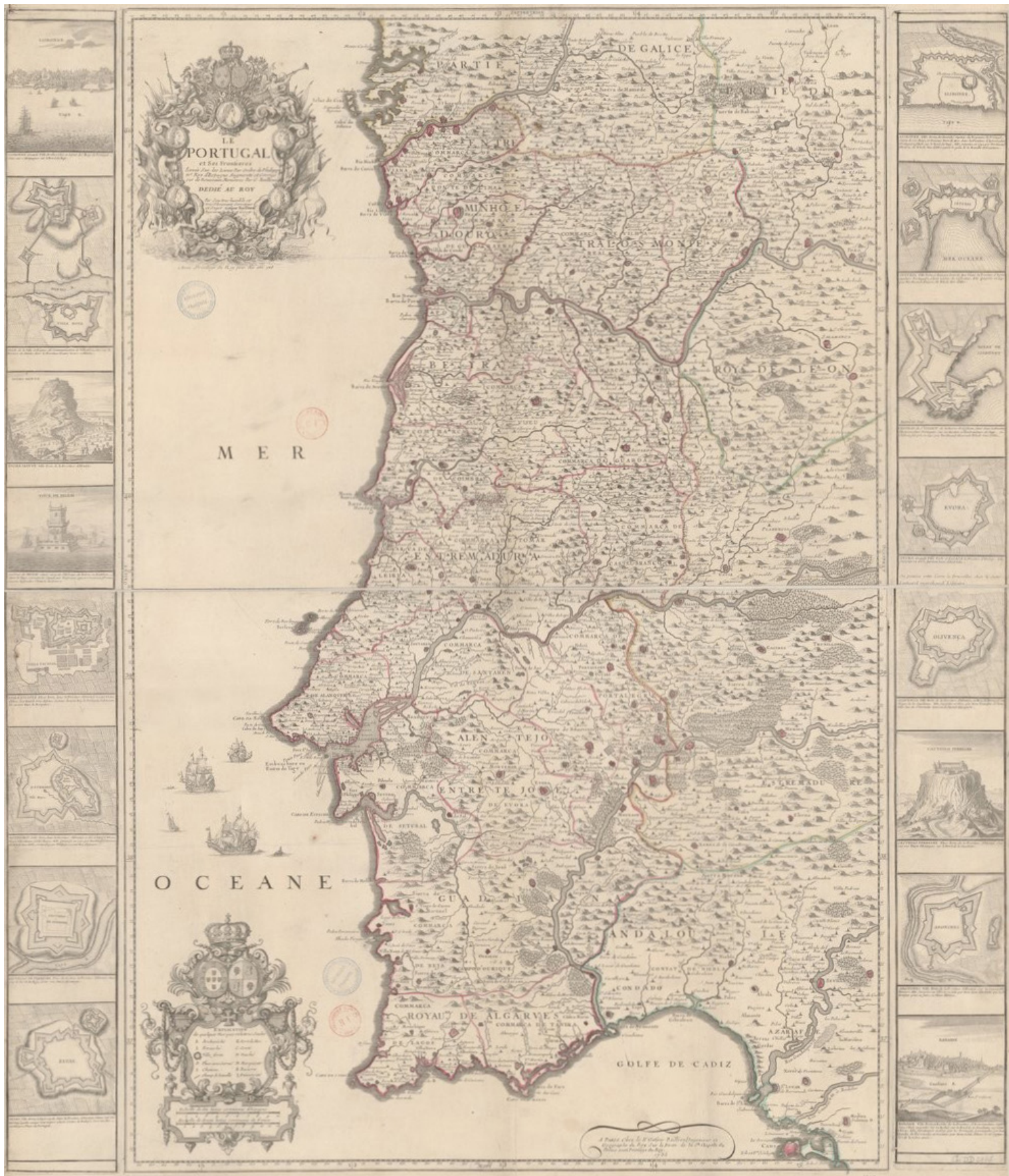
12 “A planta original de Tinoco, que conjecturamos já ser uma cópia de outra mais antiga mas desaparecida, era bastante inexacta, porque as medidas das ruas e dos edifícios não foram referidas no plano horizontal, mas marcadas segundo os declives do terreno, fechando os polígonos de qualquer maneira, ficando erradas tanto as dimensões como os ângulos”. A escala gráfica utilizada foi a «petipé de mil palmos», correspondente à escala numérica de 1:3030, contudo, “o desenho está feito em várias escalas, que vão desde 1:2.400 a 1:2.670”. Idem.

13 Idem, *ibidem*, p.16.

14 Segundo o autor a planta pode também ser encontrada na estampa XXXVII da obra Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal, da autoria de Gastão de Mello de Mattos (1941). Idem.

15 STOOPE, Dirk – The manner hon her Matie. Dona Catherina jmbarketh from Lisbon for England | Vista de Lixboa e cum o rainha da gran Bretan se Embarguo per Englaterra. Sem referência à técnica utilizada; dimensão da peça: 0,193 x 0,526 metros. Obra de acesso público em Museu Rijks – <https://www.rijksmuseum.nl/en/search?q=braganza&ii=0&p=1> [última consulta: 19.09.17; 15H01] (sem cota de referência).





Da prosperidade sentida na obra de Aveline resultava o Grande Panorama de Lisboa da autoria da Oficina de Gabriel del Barco¹⁶. Composto para o palácio do Conde de Tentúgal, na Rua da Santiago, o painel de azulejos exhibe toda a frente ribeirinha de Lisboa desde Algés a Xabregas, confrontando-nos com a arquitetura do Convento da Madre-de-Deus ao chegar à boca do vale de Chelas, ainda assim, nada mais se consegue observar para além dessa casa monástica.

Contrariamente aos desenhos que retratam a cidade, a sua reprodução planimétrica apresenta um ritmo próprio. Depois dos levantamentos efetuados nos meados do século XVII, as medições do conjunto urbano eram retomadas nos primeiros anos dos setecentos. Numa carta corográfica de Portugal de 1704 [XIII], a planta de Lisboa é esquematizada (na primeira cartela do lado esquerdo) “por uma fantasiada sucessão de baluartes desde Alcântara até à Cruz da Pedra”¹⁷.

Outro desenho terá Manuel Maya (1677-1768) apresentado em 1718 ao rei D. João V (1706-1750), mas do qual não há notícias¹⁸.

Ainda anterior ao terramoto é a *Configuração de partes das Fortificações antigas da Cidade de Lisboa*¹⁹, de autor e data desconhecidos. Por perícia de Sebastião Eliaz Popper e Guilherme Joaquim Paes de Menezes, lê-se na legenda inferior que o seu rigor é confirmado pelo levantamento de 1761, porém, Vieira da Silva diz tratar-se de um “trabalho topográfico [...] mui imperfeit[o]”²⁰; onde parte do tecido urbano consolidado, quase por alusão ao desenho de Tinoco,

16 Partindo da tese de José Meco, que defende ter sido o próprio pintor a produzir o painel no ano de 1700, Pedro Flor, Maria João Coutinho, Sílvia Ferreira e Susana Varela Flor não negam a possibilidade, mas colocam o problema numa posição mais vasta. Isto é, segundo os autores, dado prestígio do artista na época coloca-se a hipótese de o painel ter tido a intervenção de alunos que o acompanhavam, nomeadamente de um Manuel da Costa (pintor), e de um Manuel dos Santos (de estatuto social desconhecido), entre os anos de 1698-99. FLOR, Pedro, COUTINHO, Maria João Pereira, FERREIRA, Sílvia, FLOR, Susana Varela – Grande panorama de Lisboa em azulejo: Novos contributos para a fixação da data, encomenda e autoria in Revista do Instituto de História da Arte nº 11, pp. 100-104. Obra de acesso público em Museu Nacional do Azulejo, e em fotografias de SIMÕES, J. M. dos Santos: Fundação Calouste Gulbenkian; Biblioteca de Arte; cota do exemplar digitalizado: CFT009.1508 - 1538n.

17 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., pp. 16, 17.

18 Vieira da Silva refere ainda a existência de outros “trechos topográficos” da cidade, como a *Planta Topographica da marinha de Lisboa Ocidental, e Oriental, desde Forte de S. Joseph de Ribamar* [Algés] *té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727* (à escala gráfica de 800 palmos, numérica de 1:2650), cuja peça original, segundo o autor, estava em 1900 “num gabinete da Associação dos Condutores de Obras Publicas”. No entanto desconhecemos a sua localização atual. Já a *Planta da Ribeira da Cidade de Lisboa athe Santos* (0,435x1,068 metros, à escala gráfica de “400 braças de 10 Palmos Romanos cada hua”, numérica de 1:2610), desenhada na primeira metade do século XVIII, representa somente o litoral da cidade entre o Museu Nacional de Arte Antiga ao Castelo São Jorge (*in* <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt>; cota MC.DES.0014 [última consulta a 25.09.17; 12H46]). Mais restrita é a planimetria anónima do “sítio de Campolide onde se projectava construir o Reservatório da Mãe d’Água” do 2º quartel do século XVIII (dimensão de 0,352x1,215 metros; escala gráfica de 500 palmos, numérica de 1:483) que estava no Arquivo de Desenhos do Museu da Cidade de Lisboa, com o nº 134. Dos meados do século XVIII é *Planta Topographica exacta do Sítio que compreende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade, o Convento de São Domingos, e Cazas assim do Illmº e Exmº Marquês de Cascais, como as dos particulares: a qual doi rirada na presença do Sargento Mór Philippe Roiz de Oliveira, pelo Ajudante Guilherme Joaquim Paes de Menezes, e o Discípulo Thomaz Roiz da Costa, a que assistirão também outros Discipulos todos do dito Sargento Mór, e se finalizou a 9 de Dezembro de 1750* (dimensão de 0,590x0,925 metros; à escala gráfica de 700 palmos, numérica de 1:450). Desenho de acesso público em Biblioteca Nacional Digital: Biblioteca Nacional de Portugal, cota do exemplar digitalizado: D-100-R – <http://purl.pt/22488/2/> [última consulta: 22.09.17; 19H30]. Idem, *ibidem*, pp. 17, 18.

19 Título completo: *Configuração de partes das Fortificações antigas da Cidade de Lisboa, que presentemente existem, demonstradas em huma parte da Planta, que hauia da mesma Cidade, as quaes se dirigirão pelas Comfrontações da dita Planta: as partes existentes uão notadas com cor vermelha, e as que se achão confundidas e senão podem demonstrar aformalidade que tinhão se emaginou passarem em linhas de pontinhos pelos destrictos q parecerão mais próprios, cuia configuração destas partes emaginadas, uão notadas com cor parda; a destingção das referidas Fortificações he a seguinte, de Ullisses (nº I) dos Romanos (nº II) do S. Rey D. Fernando (nº III).* Dimensão da peça: 0,575 x 0,715 metros; escala gráfica de Petipé de 7044 palmos e 1/2, ou um quarto de Léguas, numérica de 1:2210 / 1:12700. Obra de acesso público em LX Conventos; cota do exemplar digitalizado: MC.DES.0010 – <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=mca&id=10> [última consulta: 22.09.17; 19H40].

20 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., p.17.



mostra o que vai do Museu Militar (encostado a Santa Apolónia) à Praça do Duque da Terceira (Cais do Sodré), até às igrejas de Nossa Senhora da Monte e Nossa Senhora da Pena, na colina de Sant’Ana.

A *Idée de la Ville de Lisbonne* [XIV] – título da planta que acompanha o mapa perspetivado da frente marítima de Sintra à boca do Sado (em cima o panorama estende-se entre a Ponte de Alcântara ao sítio do Museu Militar) – é outro exemplar, “muitíssimo incorrect[o]”²¹, que nos remete para o desenho da cidade anterior ao seu tombo. Todavia, o interesse da composição está na relação do centro urbano com o que o envolvia até Vila Franca de Xira; conquanto, quando olhamos para o sítio de Chelas o vale transforma-se numa enorme planície, e Monsanto não existe; problema que parece ter subsistido noutro mapa do mesmo autor de 1764, onde anota a vila dos Olivais numa planície abaixo do planalto de Lisboa [XV].

Da mesma época, a composição de Elizabeth Bakewell (produzida entre 1755 e 1759) parece cometer erros semelhantes: em *Um Mapa da boca do Rio Tejo ou do Porto da Cidade de Lisboa* [XVI] a maior dimensão do estuário não existe, e para lá da cidade, acima do edifício de São Bento (podendo tratar-se do Convento do Beato) e abaixo do Olivais, está uma Nossa Senhora do Pinheiro; será o Convento de Chelas com outro nome?

O impacto do terramoto 1755 não se sentiu apenas na necessidade de reconstrução da cidade, mas revelou também a carência de lhe fixar novos limites administrativos²². O que saía do decreto de 3 de dezembro de 1755 era fixado pelo alvará de 12 de maio de 1758, ficando o limite de Lisboa a passar pelo baluarte de Alcântara (encostado ao atual Tribunal Marítimo de Lisboa), apanhando, grosso modo, a Calçada do Livramento para contornar o Palácio das Necessidades (ficando o edifício fora da cidade). Subia depois à Calçada das Necessidades, Rua do Possolo, encaixava na Rua do Patrocínio para encontrar a Rua Saraiva de Carvalho, torcendo para a Rua Silva Carvalho (atrás do atual Cemitério Inglês), até chegar à Rua das Amoreiras. Daí descia ao Rato, entrava na Rua do Salitre, girava na Rua do Peireiro (em parte sobreposta pela atual Rua Braamcamp e Praça Marquês de Pombal) até deparar com o antigo Chafariz de Andaluz (no sítio do atual Largo Andaluz), de onde seguia pela rua com o mesmo nome, quebrando a direção para a Rua Gomes Freire (antiga Carreira dos Cavalos), na atual Praça José Fontana. Encontrado o Campo Mártires da Pátria rodava pelo Paço da Rainha continuando pela atual Rua das Barracas, e Rua de Arroios. Quando esta última chegava ao enfiamento da atual Rua da Cidade de Liverpool virava para sul pelo antigo Caminho do Forno do Tijolo (hoje inexistente), para encontrar a Rua Angelina Vidal, descendo por fim a Rua dos Sapadores, Rua do Vale de Santo António, e Rua da Cruz de Santa Apolónia, encontrando a margem do rio no seguimento da Calçada dos Barbadinhos²³.

21 Idem.

22 Os limites impostos à cidade por D. Fernando com a construção da muralha rapidamente foram ultrapassados, tendo sido revistos só no final do século XVI. Um alvará de 6 de dezembro de 1593 passou a integrar um total de 34 freguesias: às 24 existentes – Stª Cruz do Castelo, S. Bartolomeu, S. Tiago, S. Martinho, S. Jorge, Stª Maria (Sé), S. João da Praça (de possível proveniência árabe); Mártires, S. Julião, Sta. Justa, S. Nicolau, Madalena, S. Pedro de Alfama, Stº Estêvão, S. Miguel, S. Vicente de Fora (do pós-reconquista); N. Sª do Loreto (atual N. Sª da Encarnação), S. Mamede, S. Cristóvão, S. Lourenço, Stª Marinha, S. Salvador, Stº André, S. Tomé (criadas nos meados dos quinhentos) – foram adicionadas 10, onde figuravam S. Paulo, Santos-o-Velho, Stª Catarina, Trindade, S. José, Sant’Ana, S. Sebastião da Mouraria, Anjos, Stª Engrácia, Conceição Nova. Parte delas eram periféricas com sede intra ou extramuros. Outro alvará foi publicado a 25 de dezembro de 1608, que não teve impacto sobre a administração anterior, vindo a ser adicionadas oito freguesias a 27 de março de 1742, que pertenciam apenas ao “termo de Lisboa e não à cidade, [...] anexadas para efeitos de repressão da criminalidade”; eram essas: N. Sª Da Ajuda; Stª Isabel, S. Sebastião da Pedreira, e Mercês. SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa, pp. 4-8.

23 Idem, *ibidem*, pp. 9-11.



XVII

Quanto ao sistema do vale de Chelas foi integrado na antiga freguesia dos Olivais a 6 de maio de 1397 por indicação do arcebispo de Lisboa D. João Anes, e à semelhança da freguesia de N. S^a da Ajuda pertencia ao termo da cidade, mas não à sua administração²⁴.

Das primeiras reações cartográficas pós-terramoto surgiu a *Carta Topográfica da parte mais arruinada de Lisboa*²⁵, que segundo Vieira da Silva é o registo mais antigo que se conhece²⁶. O desenho aguarelado, com uma dimensão de 0,823 por 0,622 metros, à escala gráfica de 100 varas (numérica de 1:1100), mostra o que ficou danificado entre o Largo Trindade Coelho e Rua da Misericórdia, indo à Sé Catedral, e passando pela Igreja de São Cristóvão até ao Largo de São Domingos; ficando aquém dos limites decretados. Seguiam-se os projetos a concurso de onde se destacou a *Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada, e também segundo o novo Alinhamento dos Architétos Eugénio dos Santos, e Carvalho, e Carlos Mardel*²⁷, desenhando o que vinha a ser a urbanidade da cidade iluminista sobreposta aos antigos arruamentos. No entanto, os escombros da cidade foram pela ultima vez representados por Bernardo Caula em 1763 [XVII].

“Antes de findar o século XVIII começaram a publicar-se plantas de Lisboa, ora insertas em livros, ora constituindo mapas, ora em folhas soltas destinadas a servirem de guias ou roteiros da cidade”²⁸.

Como tal, no contexto das reconstruções de Pombal, acontece em 1780 o levantamento da *Planta Topographica da Cidade de Lisboa*, evidenciando o que estava entre a Ponte de Alcântara a Santos-o-Novo, apanhando o Alto de São

24 DELGADO, Ralph – A Antiga Freguesia dos Olivais, pp. 18, 19.

25 Segundo Maria Helena Barreiros – Habitar a “Real Praça do Comércio”. Casas pombalinas do eixo Alfândega/Arsenal in Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano (nota nº 13 da página 140) –, a planimetria encontra-se no Arquivo dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército registada com o nº 2342-2-16-22.

26 SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, p. 18.

27 CARVALHO, Eugénio dos Santos, MARDEL, Carlos – *Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada, e também segundo o novo Alinhamento dos Architétos Eugénio dos Santos, e Carvalho, e Carlos Mardel*, 1758; dimensão da peça: 0,700x1,175 metros; escala gráfica de 2000 palmos, numérica de 1:1600. Desenho de acesso público em Museu de Lisboa; cota do exemplar digitalizado: MC.GRA.35.

28 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., p. 22.



João, e cortando Arroios pela Igreja de São Jorge para chegar às Amoreiras e Campolide²⁹. Ao que parece, estamos na presença da primeira planimetria que se dedicou à verdadeira grandeza da cidade, superando os contornos administrativos de 1785. O que foi repetido poucos anos depois por Francisco D. Milcent no *Plano geral da Cidade de Lisboa* em 1785³⁰.

Devido à correção dos limites administrativos do pós-terramoto, podemos considerar que as planimetrias da década de oitenta do século XVIII³¹ permitem reconhecer um crescimento espontâneo de Lisboa suportado por antigos caminhos agrícolas, que em certos momentos se geometrizava por reflexo a uma primeira abordagem ao planeamento urbano da cidade.

Em 1807, Duarte Fava antecipava aquela que era a representação planimétrica de maior amplitude antes de Filipe Folque. A *Carta Topográfica de Lisboa e seus Subúrbios*³² – entre Belém e o antigo Convento dos Barbadinhos numa extensão em profundidade até ao atual Alto do Pina, recorta a paisagem pelo o que hoje se entende como «Avenidas Novas», chegando às Colinas de Monsanto – vai além da última revisão administrativa da cidade³³ por forma a levantar os terrenos do Real Paço da Ajuda, desenhando os contornos do edifício que hoje existe. Da notoriedade do levantamento ressalta ainda a marcação da topografia. O recurso a uma trama fina que se condensa quanto maior o declive que representa, foi um método que adquiriu um certo exagero no Mapa da Cidade de Lisboa, e de Belém em 1812³⁴, e um equilíbrio no Plano Geral da

29 Autor desconhecido – Planta Topographica da Cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão abeira Mar da Ponte de Alcantara, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura, da Rel Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiozos Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pedreira. Tudo debanho vermelho he oque seconserva antigo; evermelho mais vivo denotão as Igrejas: Obanho amarelo, o Projecto donovo Plano, eo amarelo mais vivo as Igrejas novas, 1780; dimensão da peça: 0,680x1,520 metros; escala gráfica de 5000 palmos, numérica de 1:11700. Obra de acesso público em Meseu de Lisboa; cota do exemplar digitalizado: MC.GRA. 495.

30 MILCENT, Francisco D. – Plano geral da Cidade de Lisboa em 1785, 1785; dimensão da peça: 0,330x0,450 metros; escala gráfica de 5000 palmos, numérica de 1:11700. Obra de acesso público em Meseu de Lisboa; cota do exemplar digitalizado: MC. GRA. 489.

31 A respeito dos levantamentos do final do século XVIII, Vieira da Silva menciona ainda que a *A Plan of the City of Lisbon* [XVIII] foi alvo de diversas reproduções, da qual surgiu *A General Plan of the City of Lisbon in the Year 1785*; *Plan de la Ville de Lisbonne* (1795); *Plan von Lissabon* (1806); e *Gundriss von Lissabon 1808*. SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit.

32 O desenho pode ser consultado em linha nos sítios <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>; <http://catalogo.bnportugal.pt> com a cota C.C. 1067 R. (peça digitalizada de acesso público); e nas obras *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, pp. 85, 85; SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, Planta nº 6. Sendo que o único exemplar passível de publicação neste trabalho – o que está na Biblioteca Nacional de Portugal – se encontra em estado de degradação avançado, optámos por mencionar apenas as suas fontes, uma vez que a sua leitura se tornava difícil.

33 Nos finais do século XVIII, ou princípios do século XIX, foi efetuada uma nova revisão aos limites jurisdicionais da cidade. Do que havia resultado de 1755 acrescentava-se à Rua Silva Carvalho o quarteirão que compunha a propriedade do antigo Quartel Militar de Campo de Ourique (atual Escola do Serviço de Saúde Militar), compreendido pelas ruas da Infantaria 16, Ferreira Borges e de Campo de Ourique. Mais adiante, subia a Rua das Amoreiras – pela atual Rua Professor Sousa da Câmara – para virar na Rua de Campolide até à Rua Marquês da Fronteira, por onde seguia até enfiar nas ruas Engenheiro Canto Resende e Augusto dos Santos (troço inexistente). Contornado o Largo de São Sebastião da Pedreira até encostar à Rua António Cândido, seguia por essa rua, e cruzava a atual Avenida Conde Valbom, de onde se dirigia pelas atuais ruas das Picoas e Engenheiro Vieira da Silva, torcendo na Rua da Escola de Medicina Veterinária para encaixar na antiga Travessa do Diretor, à qual se sobrepôs a Rua de Dona Estefânia. A meio caminho rodava para encontrar a Rua dos Açores, para ir aos atuais Largo do Leão e Travessa das Freiras de Arroios. Encontrando o convento de Arroios, contornava os seus alçados, enfiava pela atual Rua Morais Soares, virava na Rua do Poço dos Mouros, e chegando ao Alto da Penha de França continuava paralelo à rua com o mesmo nome até apanhar o caminho da Avenida General Roçadas, Rua dos Sapadores, e do Vale de Santo António. Chegava ao rio pela Calçada dos Barbadinhos. SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa, pp. 11-15.

34 TOMKYNS, I. – Mapa da Cidade de Lisboa, e de Belém em 1812 conforme as Observações feitas por um Oficial servindo no Exército de S. E. O Marechal General Duque de Wellington. Duque de Vitória, Marquês de torres Vedras, Conde de Vimieiro etc., 1812; dimensão da peça: 0,610x0,960 metros; escala gráfica de 5000 palmos, numérica de 1:11700. Obra de acesso público em Meseu de Lisboa; cota do exemplar digitalizado: MC.GRA.292.

Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1812



Escala de 1:50,000

- | | | | | | | | |
|----------------------|------------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Alameda | 9. Amoreiras | 17. Esporosa | 25. Praça do Comercio | 33. Praça do Rossio | 41. Praça da Rainha | 49. Campo de S. Clara | 57. S. Apolonia |
| 2. Alfama | 10. Praça do Castelo | 18. Rua da Vitoria | 26. Alfandega | 34. Praça da Figueira | 42. Campo de S. Helena | 50. Campo de S. Domingos | 58. Campo de S. Domingos |
| 3. Praterias | 11. Bairro da Val do Paraiso | 19. Rua da Mouraria | 27. Rua de S. Francisco | 35. Bairro do Bairro | 43. Hospital do Hospital | 51. Largo da Rainha | 59. Bairro do Bairro |
| 4. Baixa Nova | 12. Bairro da Mouraria | 20. S. Paulo | 28. Bairro de S. Carlos | 36. Bairro de S. Carlos | 44. Bairro de S. Carlos | 52. S. Joao do Monte | 60. Alfandega de S. Joao |
| 5. Bairro de S. Joao | 13. Bairro da Mouraria | 21. Bairro de S. Joao | 29. Bairro de S. Joao | 37. Bairro de S. Joao | 45. Bairro de S. Joao | 53. Bairro de S. Joao | 61. Bairro de S. Joao |
| 6. Bairro de S. Joao | 14. Bairro da Mouraria | 22. Bairro de S. Joao | 30. Bairro de S. Joao | 38. Bairro de S. Joao | 46. Bairro de S. Joao | 54. Bairro de S. Joao | 62. Bairro de S. Joao |
| 7. S. Joao | 15. Bairro da Mouraria | 23. Bairro de S. Joao | 31. Bairro de S. Joao | 39. Bairro de S. Joao | 47. Bairro de S. Joao | 55. Bairro de S. Joao | 63. Bairro de S. Joao |
| 8. S. Joao | 16. S. Bento | 24. Bairro de S. Joao | 32. Bairro de S. Joao | 40. Bairro de S. Joao | 48. Bairro de S. Joao | 56. Bairro de S. Joao | 64. Bairro de S. Joao |

Cidade de Lisboa [XIX] de Constantino F. (1812)³⁵; ambas cópias da Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras [XX] que Fava terá reproduzido também em 1807, e seguido por A. C. Lemos numa litografia de 1855 [XXI].

Simultâneos às cartografias civis da primeira metade do século XIX são os diversos levantamentos de ordem militar.

Em 1809, o Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, e Joaquim de Oliveira, terminavam o *Plano da linha de defesa de Lisboa* que ia da Cruz da Pedra a São Sebastião da Pedreira; concretizava-se o *Borrão de Campo da Linha de Defesa de Lisboa desde a Penha até S. Sebastião da Pedreira*, mostrando o que ia do “Abarracamento da Cruz do Tabuado [no lugar da atual Praça José Fontana, Picoas] até ao sítio da Cruz da Pedra, e do Convento da Penha de França até ao Campo Pequeno”³⁶; e fechava-se a *Planta dos subúrbios de Lisboa com as Fortificações* da Ribeira de Alcântara “até ao Alto de São João e Calçada da Cruz da Pedra, e desde os quartis de Campo de Ourique e de Vale do Pereiro e a Penha de França até ao Campo Pequeno”, sendo que nesta, “a parte central da cidade não tem planimetria desenhada”³⁷.

Entre as demais³⁸, a *Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa* de 1835 é, possivelmente, o primeiro levantamento topográfico que mostra com clareza a ocupação de Chelas³⁹, ainda que à data a circunvalação não o atravessasse⁴⁰. O que no desenho está representado – dos Olivais à Cordoaria Nacional, passando pelo Campo Grande até Benfica, numa clara alusão aos desenhos de Fava –, parece seguir com exatidão o sistema topográfico do vale. No entanto, para além de todo o conjunto urbano entre a antiga Estrada de Circunvalação e o arco inferior ribeirinho não estar representado, também a posição de certos edifícios, e a dimensão do Convento de Chelas suscitam algumas incertezas.

35 Além das planimetrias de 1812 outras seguiram a representação de Fava. Vieira da Silva dá notícia de três desenhos: o Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1826; outro com o mesmo título publicado em 1843; e o Plan of the City of Lisbon and its Environs, entre São José de Ribamar e o Beato António, até Benfica e o Paço do Lumiar. Segundo o autor o último desenho estava na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa com a cota antiga: Gav., M., desenho nº 24, mas que infelizmente não nos foi possível localizar. SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, pp. 23, 28.

36 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., pp. 25, 26.

37 Segundo Vieira da Silva, as três planimetrias citadas encontravam-se no antigo Arquivo de Desenhos da Direção da Arma de Engenharia, atual Direção de Infraestruturas do Exército Português, às quais não conseguimos aceder. Idem.

38 O autor refere ainda que da Planta dos subúrbios de Lisboa com as Fortificações construídas no ano de 1809 derivaram o Mapa Topográfico dos Contornos de Lisboa, Levantado por Ordem Superior em 1828, por Maximiano José da Serra Brigadeiro Graduado, e o Mapa topográfico dos contornos da cidade de Lisboa, por determinação régia expedida em Aviso do 1º de Setembro de 1828. Por Maximiano José da Serra, Brigadeiro Graduado do Real Corpo de Engenheiros; a primeira à escala de 1:10000, e a segunda à escala gráfica de 25000 palmos, numérica de 1:1250000. Idem.

39 Tal levantamento, cujo título completo é Carta Topographica da Linha de defesa da Cidade de Lisboa, que por Ordem de Sua Magestade o Duque de Bragança Foi levantada, debaixo da direcção do Coronel Engenheiro J. D. da Serra, por o 1º Tenente do mesmo Corpo M. J. pires, e coadjuvado por os 2.os tenentes F.F. Lopes, L. A. Bello dos Reis Junior, e J. M. Ferijó, em 1835, e copiada no Archivo militar no anno de 1837, por C. J. C. Botelho, e – A.G. da Costa, pode ser consultado na obra Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo, pp. 86, 87. Segundo Vieira da Silva tratar-se-á de uma reprodução litografada a preto em papel aguarelado do desenho original – Carta topográfica da Linha de Defesa da cidade de Lisboa Que por ordem de Sua Magestade o Duque de Bragança foi levantada debaixo da direcção do C.el d’Eng.o J. D. da Serra por o Tn.te do mesmo corpo M.J. Pires coadjuvado por os 2.os T.te F. F. Lopes, L.A. Bello dos Reis Junior, e J. M. Feijão, em 1835; e cop.da no Archivo M.tar no anno de 1837 – que estava no Arquivo de Desenhos da Direção da Arma de Engenharia com a cota: Arm. 1, pasta 22, nº 20246. Idem, p. 26.

40 Para fins de “fiscalização dos impostos das Alfandegas”, a 19 de abril de 1845 era aprovada a construção da nova estrada de circunvalação que entraria em vigor em 1852. Pela atual Rua João de Oliveira Miguens passava a Caneira de Alcântara, onde limite ocidental da cidade começava o seu percurso. Todo o tramo da circunvalação era composto pela extensão da atual Rua Maria Pia, que apanhava a Rua do Alto do Carvalhão para seguir as ruas Dom Carlos de Mascarenhas e do Marquês da Fronteira. Por trás do Palácio Vilalva, continuava pela Avenida Duque de Ávila e Rua Visconde de Santarém, para encaixar na segunda metade da antiga Travessa das Freiras de Arroios (grosso modo, atual Rua Morais Soares) onde hoje está a Praça do Chile. Chegando ao Alto de São João iniciava a descida da encosta pela atual Avenida Afonso III, e terminava na curva da Rua Nelson de Barros, contornando a cerca do Convento da Madre-de-Deus até encontrar a praia de Xabregas. SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa, pp. 15, 16.





Pelo que se observa, a localização sugerida para o Palácio do Marquês de Marialva, a montante da casa da Quinta da Mitra, é errónea, visto que esse edifício estava mais a sul, a montante do Convento do Beato; o mesmo acontece à casa da Quinta das Fontes (integrada na atual Biblioteca Municipal de Marvila), construída pelo século XVII, que não consta no desenho. Por outro lado, o Convento de Chelas (ou de São Félix) parece ter uma diferença dimensional (média) próxima dos quinze metros⁴¹. Tratando-se de um levantamento para fins militares, quiçá o rigor na representação da arquitetura não fosse uma exigência, ainda assim, trata-se de um contributo notável para a compreensão da paisagem periférica da cidade.

Entre 1835 e 1875 o vale de Chelas volta a estar oculto nas planimetrias produzidas, sendo definitivamente integrado após 1899.

Nas várias edições de Frederico Perry Vidal – *Planta Da Cidade de Lisboa e de Belem incluindo os melhoramentos posteriores ao anno de 1833 feita e publicada em Lisboa em 1843*⁴²; *Planta Da Cidade de Lisboa e de Belem incluindo os melhoramentos posteriores ao anno de 1833 feita e publicada em Lisboa em 1844*⁴³; e, *Planta Da Cidade de Lisboa Contendo o Aterro da Bôa Vista, Estações dos Caminhos de Ferro, Circumvallação, e todos os melhoramentos posteriores a 1843* [XXII] – percebemos a progressividade na qualidade das representações, em que ao maior rigor (conseguido pelo avanço das ciências cartográficas) associava-se uma crescente depuração do desenho, o que se mostrou crucial (sobretudo o desenho publicado em 43) para o desenvolvimento dos trabalhos do *Levantamento Topográfico da Cidade de Lisboa de 1858*⁴⁴.

41 Desconsiderando a escala de execução do desenho original (gráfica de 1000 braças, numérica de 1:24000), que por motivos de publicação não foi respeitada, concentremo-nos na escala da ilustração – visto que a legenda não a refere, foi necessário medir o exemplar publicado. Se considerarmos que a medida planimétrica dos edifícios está correta, o alçado sul do Convento de São Francisco de Xabregas (já construído em 1835 como hoje o conhecemos) apresenta uma dimensão 4 mm, e o alçado norte no Convento de Santos-o-Novo 2,5 mm. Sabendo a verdadeira grandeza de cada um deles – em São Francisco o alçado tem 122,70 metros, e Santos-o-Novo 82,38 metros – percebemos que a imagem pode estar à escala de 1:30675; regra que é confirmada pela frente nascente da Alameda do Beato – 3 mm no desenho para 97,41 metros na realidade. Caso apliquemos a escala de redução (1:3675) à dimensão real do alçado nascente do corpo longitudinal do Convento de Chelas (76,93 metros), o desenho deveria medir 2,5 mm. Repetindo o procedimento em relação à sua profundidade (14,05 metros), a medida certa seria aproximadamente igual a 0,5 mm. Todavia, o levantamento de 1835 propõe uma dimensão para esse corpo de 92,02 metros (3 mm desenhados) de comprimento, e 30,67 metros (1 mm desenhado) de profundidade. Como se percebe, existe uma diferença de 15,09 metros face seu comprimento, e 16,62 metros em relação à sua profundidade. Tal disparidade, que não se repete nos restantes edifícios, poderia ser justificada por reabilitações que, entretanto, tivessem acontecido; por um qualquer erro na colagem das folhas que pudessem compor a planta; ou por algum dano no exemplar. Contudo, e como veremos mais adiante, as grandes obras no Edifício deram-se antes de 1835 (ano da extinção das ordens religiosas), e a publicação não apresenta qualquer rasura para além de uma ligeira sombra de dobra que passa a 4 milímetros abaixo da sua representação. AA.VV. – Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo, op. Cit., pp. 86, 87.

42 O desenho (à escala numérica de 1:4800) pode ser consultado presencialmente na Biblioteca Nacional de Portugal com a cota C.C. 1322 R. Em 1843 foi também notícia na Revista Universal Lisbonense, Jornal dos Interesses Physicos, Moraes e Litterarios, Tomo III, p.95. Entre as restantes publicações do engenheiro, consta ainda a Planta Da Cidade de Lisboa e de Belem incluindo os melhoramentos posteriores ao anno de 1833 feita e publicada por Frederico Perry Vidal em Lisboa no anno de 1857. 2ª edição. Segundo Vieira da Silva trata-se de uma litografia a preto, por vezes colorida, sobre a qual não conseguimos obter qualquer outra referência. SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, p. 29.

43 VIDAL, Frederico Perry – Planta Da Cidade de Lisboa e de Belem incluindo os melhoramentos posteriores ao anno de 1833 feita e publicada em Lisboa em 1844; dimensão da peça; 0,490 x 0,770 metros; escala gráfica de 1/4 de légua portuguesa ou 635 braças, numérica de 1:14700. Obra de acesso público em Meseu de Lisboa; cota do exemplar digitalizado: MC.GRA.289.

44 O desenho pode ser consultado em *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858*, e no sítio <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>.



Aprovada a sugestão de Fontes Pereira de Melo à Rainha D. Maria II, em 1853, o então Diretor dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos do Reino – Filipe Folque – pedia a abertura do edital que colocava a concurso os trabalhos para o levantamento topográfico da cidade. Como exigência constava a recusa de qualquer desenho que apresentasse “um erro de 1 por 200 nas distâncias e de 1 por 5000 nas cotas de nível”⁴⁵, sendo que “os erros absolutos das pequenas dimensões dos detalhes” não deviam exceder meio metro⁴⁶. As medições por triangulação de toda a superfície inserida na Estrada de Circunvalação, e do que ia além dela em duzentos metros, iniciavam-se em 1854 por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Dois anos depois resultaram um total de sessenta e cinco folhas (de oitenta por cinquenta centímetros), com trezentos e vinte e dois triângulos, e cento e setenta e sete pontos trigonométricos para cálculo das coordenadas. Os nivelamentos efetuados respondiam tanto às cotas de nível dos ângulos dos arruamentos (marcados a vermelho), como às cotas do pavimento com dois metros de espaçamento entre si (marcadas a azul)⁴⁷. O conhecimento técnico de Folque, apurado enquanto assistente de Pedro Folque na execução da *Carta Geral do Reino* entre 1843-48⁴⁸, permitiu-lhe atingir um rigor de representação que antes não tinha sido possível. No entanto, o que por esta conseguimos saber para lá de Santa Apolónia restringe-se à franja ribeirinha até ao Convento do Beato (folhas 9, 16, 23 e 38), o que com a publicação da *Carta Topographica da Cidade de Lisboa* em 1871 vinha a mostrar-se mais expansivo [XXIII]. A litografia servia-se do que tinha sido levantado retificando alguns melhoramentos na margem entre Alcântara e Santos-o-Velho, enquadrando o que ia de Belém ao Convento de Marvila, e subindo ao sítio da antiga Quinta do Armador. Dela conseguimos ler, portanto, todo o cadastro que ocupava o vale de Chelas desde a sua embocadura (Xabregas) à derivação para ocidente, no local da antiga casa da Quinta da Fonte do Louro.

Pouco tempo depois, em 1875, a *Planta da Cidade de Lisboa* de João Carlos Souza⁴⁹ seguia os mesmos contornos, com exceção do limite oriental que chegava apenas até onde Folque tinha ido [XXIV].

Do conjunto cartográfico que derivou da planimetria de Folque encontramos ainda uma publicação de 1882 do engenheiro Miguel Carlos Correia Paes, utilizada posteriormente para desenhar a vermelho o que se pensava para o crescimento e “melhoramentos” de Lisboa, entre a antiga praia da Junqueira e o Largo de São Sebastião da Pedreira, chegando à Avenida (projetada) Almirante Reis [XXV]; ou também, a *Planta da Cidade de Lisboa: Extracto da Carta Topográfica de Lisboa Publicada em 1871, tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911*, tornando legível todo o planeamento da cidade no final do século XIX, entre a doca de Alcântara (remate da reta do Porto de Lisboa), o Largo de São Sebastião da Pedreira, e o Alto de São João⁵⁰.

45 ALMEIDA, Isabel, RAMALHO, Maria Teresa – Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858, pp. 13-15.

46 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., p. 32.

47 ALMEIDA, Isabel, RAMALHO, Maria Teresa – A contribuição de Filipe Folque para a Cartografia portuguesa do século XIX in Cadernos do Arquivo Municipal, nº 3, 1ª Série, pp. 153, 154.

48 Idem, *ibidem*, p. 147.

49 Segundo Vieira da Silva tratar-se de uma cópia de uma primeira planta gravada pelo mesmo autor no ano de 1872. SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., p. 37.

50 O exemplar pode ser consultado em SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, Planta Nº 10; em *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, pp.92, 93; e em linha no sítio <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>.





Aproximando-se à dimensão atual da cidade, a *Planta da Cidade de Lisboa e Seus Arredores*, publicada em 1885 pela Lith. Matta & C.a, com subscrição de Caldeira Pires, mostra os limites do Município decretados a 22 de julho de 1886 [XXVI]. Todavia, no ano da sua publicação o município de Lisboa já havia alargado significativamente o seu espaço administrativo integrando parte do sistema do vale de Chelas⁵¹. Se do levantamento de 85 podíamos esperar, por fim, uma leitura total da relação do conjunto urbano com a paisagem rural envolvente (até Sacavém, passando pelo Lumiar), as expetativas desvanecem quando percebemos a incerteza do desenho. Desconsiderando o facto de não existir qualquer interpretação topográfica do plano representado, caso tentássemos identificar os conventos de Chelas, da Madre-de-Deus, de São Francisco de Xabregas, do Grilo, do Beato, ou de Marvila, não nos era possível dada a sua inexistência; lacuna que vinha a ser corrigida em 1897 pelo mesmo subscritor na carta *Lisbonne (nouvelle enceinte) et son port Indiquat les lignes du chemin de fer marginal et de ceinture*⁵². À escala de 1:25000, o desenho mostra o que vai da doca de Algés à foz do Rio Trancão, chegando ao Mosteiro de São Dinis de Odivelas, acertando toda a estrutura de azinhagas e edifícios de Chelas.

Devido à inexistência de um levantamento rigoroso que permitisse o planeamento da cidade, em 1899 a Câmara Municipal de Lisboa pedia a Alberto Sá Correia a correção da *Planta da Cidade de Lisboa* à escala de 1:1000, respeitando a revisão dos limites efetuada a 26 de setembro de 1895⁵³. Ao contrário dos desenhos de Caldeira Pires que seguiam um pensamento mais ilustrativo, o levantamento de Sá Correia aproximava-se do rigor demonstrativo: ao cadastro cuidadosamente representado, quer em contexto urbano como rural, sobrepunham-se as curvas dos sistemas topográfico e hidrográfico. Tal planta acabaria por ser utilizada na Exposição Mundial de Paris de 1900⁵⁴; por Ressano Garcia para desenhar o *Plano Geral de Melhoramentos da Cidade* [XXVII]; ao Regime para esboçar “a tinta encarnada [...] as modificações feitas até” 1948⁵⁵; e de minuta ao *Levantamento da Planta Topográfica de Lisboa* de 1911⁵⁶. Apesar do seu rigor, o levantamento de 99 vinha a tornar-se insuficiente num futuro próximo por nunca ter sido finalizado.

51 A 18 de julho de 1885, trinta e três anos após o funcionamento da estrada de circunvalação, o município de Lisboa passava a integrar todo espaço que ficasse aquém da antiga estrada fiscal (atual CRIL), que contornava o embasamento ocidental de Monsanto até às Portas de Benfica. Seguiu pela Estrada Militar (em parte existente) até à Pontinha, onde rodava para apanhar a Estrada de Circunvalação da encosta do Vale do Forno (em parte existente). Em Carnide desviava para a Calçada de Carriche, pela atual Rua Formosinho Sanchez, encaixava-se na Estrada da Ameixoeira até à Charneca (em parte existente), descendo depois à Portela pela Estrada do Manique (em parte existente) para chegar a Chelas. Entrava na Quinta da Graça, seguia a antiga Azinhaga da Bela Vista, descia a encosta do Armador pela azinhaga com o mesmo nome, ajustando-se à Estrada de Chelas no sítio do Convento. Terminava na praia de Xabregas no mesmo sítio que antiga Estrada de Circunvalação. SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa, pp. 18, 19.

52 A planimetria pode ser consultada em *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, p. 94.

53 A 21 de novembro de 1903 era emitido o decreto que fixava os limites configurados em 1895. No setor norte-poente manteve-se o que havia sido fixado em 1885-86, corrigindo-se o itinerário na Fonte da Pipa: o limite passava a descer a Estrada Militar do Bairro das Galinheiras até ao Forte da Ameixoeira, apanhando aí o caminho que seguia até ao Campo das Amoreiras. Cruzados os atuais terrenos do Aeroporto, a Estrada de Circunvalação orientava-se para a margem do rio, continuando pela atual Avenida Alfredo Bensaúde até encontrar o caminho de ferro do oriente; seguia por este no sentido de Santa Apolónia, encaixando-se na encosta no Braço de Prata até à Azinhaga das Veigas, que utilizava para apanhar a Estrada de Marvila. Por esta ia até Xabregas, terminando na praia. SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., pp. 22-24.

54 VAZ, Lurdes, MANGORRINHA, Jorge – Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911, p. 41.

55 Pode ler-se no canto inferior direito da representação: “Planta organizada em 1899 que serviu de minuta para as cartas do Levantamento Topográfico em 1904 – 1911. O traçado a tinta encarnada representa as modificações feitas até à actualidade (1948)”. O desenho pode ser consultado em *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, pp. 106, 107; SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, Planta N° 11; e em linha no sítio <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>.

56 A peça pode ser consultada em *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*; *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, pp. 98-101 (detalhes); e em linha no sítio <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>.

A 19 de novembro de 1904 o trabalho para o redesenho da planimetria da cidade era adjudicado a Júlio António Vieira da Silva Pinto e Sá Correia (afastando-se o último em 1908). Como previsto em programa, a construção do esqueleto de nivelamento utilizava o que tinha sido levantado em 1899, e os desenhos produzidos sobre a direção de Folque “introduzindo-lhes todas as modificações correspondentes á atualidade, tanto na parte que diz respeito á planimetria, como ás cotas e curvas de nível”⁵⁷. O esboço, traçado a 1:1000, gerava uma trama poligonal apoiada em seiscentos e sessenta pontos coordenados, com cento e cinquenta triângulos, cujos vértices eram encontrados pelas “coordenadas em relação ao meridiano e paralelo do observatorio do Castello de S. Jorge”⁵⁸. Os erros admitidos no esqueleto eram de um centímetro “para mais ou para menos por cada 10 metros”, e para os detalhes de meio metro, à semelhança do estabelecido na carta de 1856⁵⁹. Da exatidão que compõe as setenta e seis folhas da planimetria, concluída em 1911, ressaltam os detalhes dos assentamentos que permitem identificar com clareza a relação da arquitetura com o sítio onde se implanta. Se nas representações anteriores o vale de Chelas era omitido, ou mesmo que observável deambulava entre a inexatidão e imperfeição do desenho, mesmo no que em 1899 foi corrigido devido à ausência de informação que possibilitava uma leitura completa da sua ocupação; por Silva Pinto qualquer dúvida que restasse a respeito dos edifícios construídos em Chelas foi esclarecida. Contudo, trata-se uma planta que sintetiza uma determinada evolução ocupacional.

Por impulso de Duarte Pacheco (1899-1943), enquanto Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o planeamento urbano de Lisboa retomava atividade em resposta às novas dificuldades da cidade. Reorganizada a estrutura municipal, elaboravam-se os levantamentos que permitiam uma leitura imediata da situação – de que é exemplo a *Planta da Cidade de Lisboa contendo a Localização dos Serviços Municipais*⁶⁰ –, essencial à execução do *Plano de Urbanização* que em 1935 era elaborado pelos serviços camarários⁶¹. Em 1938 o estadista assumia funções na presidência municipal, e com ele Étienne de Gröer preparava a revisão à estratégia do crescimento urbano da metrópole. O *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa* ficava concluído em 1948⁶² – um ano após terem sido fixados limites à cidade⁶³ –, consolidando as ideias de 35 para que em 59 fossem apenas rematadas pelo Gabinete de Estudos de Urbanização, nas mãos do engenheiro Guimarães Lobato⁶⁴.

57 SILVA, Augusto Vieira da – Noticia Historica sobre a Planta Topographica de Lisboa, pp. 48-52.

58 Idem.

59 Idem.

60 Câmara Municipal de Lisboa – Planta da Cidade de Lisboa contendo a Localização dos Serviços Municipais *in* Anuário da Câmara Municipal de Lisboa, Ano I – 1935, Volume 1; publicada em 1936, entre as páginas 364 e 365; sem referência à dimensão da peça; escala numérica de 1:25000. Obra de acesso público em Hemeroteca Municipal de Lisboa: Hemeroteca Digital; cota do volume digitalizado: Rev. 3268 V.

61 Câmara Municipal de Lisboa – Planta da Cidade de Lisboa contendo o Plano de Urbanização de 1935 *in* Anuário da Câmara Municipal de Lisboa, Ano I – 1935, Volume 1; publicada em 1936, entre as páginas 95 e 96; sem referência à dimensão da peça; escala numérica de 1:25000. Obra de acesso público em Hemeroteca Municipal de Lisboa: Hemeroteca Digital; cota do volume digitalizado: Rev. 3268 V.

62 GRÖER, Étienne de; Câmara Municipal de Lisboa – Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, 1948; sem referência à dimensão da peça; sem referência à escala do desenho. Obra de acesso público em Câmara Municipal de Lisboa: Planeamento Urbano; sem cota do exemplar digitalizado.

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> [última consulta: 23.09.17; 16H43].

63 Em 1947 os limites administrativos fixados eram compostos pelos que em 1885, 1895 e 1903 haviam sido decretados, correspondendo aos que atualmente vigoram, com a exceção da franja oriental, compreendida entre o circuito ferroviário e a margem do estuário, da Rua João Pinto Ribeiro à foz do Trancão, que foi anexada a 8 de novembro de 2012, pela Lei Nº 56, Capítulo II.

SILVA, Augusto Vieira – Os Limites de Lisboa, pp. 22-25.

Procuradoria-Geral do Distrito de Lisboa *in* <http://www.pgdlisboa.pt> [última consulta a 20.09.17; 11H04].

64 Desenho de acesso publico em linha no sítio <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>.

[illegible]

Em 1950 concluíam-se o levantamento aerofotogramétrico encomendado em 1935⁶⁵.

Aprovados os grandes investimentos para o reordenamento da cidade, em 1964 a *Planta Geral da Cidade de Lisboa* marcava o ponto da situação das novas edificações⁶⁶. Todavia, a problemática da locomoção automobilizada havia ganhado expressão com a construção das ligações periurbanas, e da ponte sobre a boca do Tejo. Para responder ao problema, sobretudo à necessidade de escoamento do trânsito rodoviário, era encomendado em 1963 ao arquiteto e urbanista Georges Meyer-Heine o *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa* (concluído em 1967), que só vinha a ser publicado em 1977 (Portaria n.º 274/77, de 19 de maio) com certas correções⁶⁷.

A par das encomendas ou contratos camarários, o Estado Maior do Exército continuava com os respetivos levantamentos cartográficos da cidade (à escala de 1:20000) que se inseriam nas cartas militares então produzidas desde 1894, e corrigidas até 1905⁶⁸.

Em 1909, o capitão A. Filipe da Costa referenciava-se nos “elementos obtidos das cartas do Corpo do Estado Maior, do Plano hydrographico da barra do porto de Lisboa, e [...] outros documentos”⁶⁹ para coordenar a *Carta de Lisboa e Seus Arredores* [XXVIII].

O enquadramento dos desenhos alterava-se depois de 1928⁷⁰ com a alteração da escala de representação, que passava a ser de 1:25000. Os registos repetiram-se assim em 1937⁷¹; 1949⁷² – sendo este já aerofotogramétrico –,

65 Segundo Vieira da Silva o levantamento cartográfico por aerofotogrametria (obtenção de dados topográficos por fotografia) começou por ser utilizado na cidade de Lisboa entre 1933-34 pelos Serviços de Agrimensura do Ministério da Agricultura, tendo sido por essa ocasião que o referencial geodésico do Castelo de São Jorge foi pela última vez utilizado. A planta terá serviço aos serviços municipais na definição do Plano de Urbanização de 1935, ano em que a Câmara Municipal abriu concurso público para a realização de um levantamento da cidade mais completo. O trabalho terá sido adjudicado à Sociedade Anónima Italiana Ottico Meccanica Italiana e Rilevamenti Aerofotogrammetrici, a 5 de dezembro de 1938, e rescindido o contrato a 21 de outubro de 1942, depois de sucessivos pedidos de prorrogação da entrega (que devia ter sido concluída a 27 de abril de 1940). Do que havia sido contratado apenas foi cumprido o nivelamento de precisão, a triangulação base a fotografia aérea da cidade. Em 1943 (5 de junho) o município contactava o Instituto Geográfico Cadastral para a conclusão do trabalho. Os voos foram retomados em 1945, pela direção do engenheiro Adelino Pais Clemente, utilizando um estereoplanígrafo Zeiss C 5 que reproduzia a cidade à escala de 1:1500, passando-a depois para 1:1000 com as de nível de metro em metro. À data da notícia de Vieira da Silva, o levantamento encontrava-se em acabamentos tendo sido finalizado nesse mesmo ano. Podemos hoje consultar a planta no Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), e em linha no sítio <http://lx2.cm-lisboa.pt/lxi/>. SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, pp. 51-53.

66 Câmara Municipal de Lisboa – Planta Geral da Cidade de Lisboa, 1964; dimensão 0,580x0,940 metros; escala numérica de 1:25000. Obra de acesso público em Arquivo Municipal de Lisboa; código de referência do exemplar digitalizado: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/356.

67 MEYER-HEINE, Georges, Câmara Municipal de Lisboa – Plano Diretor de Urbanização de Lisboa 1963-67/ 1977; sem referência à dimensão e escala da peça. Desenho de acesso público em Arquivo Municipal de Lisboa – código de referência do exemplar digitalizado: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/044; e em Câmara Municipal de Lisboa: Planeamento Urbano – sem código de referência do exemplar digitalizado (<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>).

68 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., p. 40.

69 Nota registada no canto inferior esquerdo da planimetria, exterior à moldura.

70 LIMPO, Brito (des.), PEREIRA, Victoria (auth.) – Carta Topográfica Militar de Portugal: Lisboa: Distrito de Lisboa (concelho de Loures e Oeiras); Distrito de Setúbal (concelho de Almada). Lisboa: Estado Maior do Exército, Secção de Cartografia Militar, nº 431, 1ª edição, série M888, 1928; dimensão da peça: 0,40 x 0,64 metros; escala numérica de 1:25 000. Desenho de acesso público em Biblioteca do Exército Português: Biblioteca Digital do Exército; cota do exemplar digitalizado B2VA-PT25-431/1.

71 Leal, Tenente Norberto (des.) – Carta Militar de Portugal. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército, folha nº 431, 2ª edição, série M888, 1937; dimensão da peça: 0,40 x 0,64 metros; escala numérica de 1:25 000. Obra de acesso público em Biblioteca do Exército Português: Biblioteca Digital do Exército; cota do exemplar digitalizado B2VA-PT25-431/2.

72 VARELA, Major Carlos Rodrigues (actual.), LEAL, Norberto (des.), MARQUES, João (des. litog.co) – Carta Militar de Portugal. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército, folha nº 431, 3ª edição, série M888, 1949; dimensão da peça: 0,40 x 0,64 metros; escala numérica de 1:25 000, projecção de Gauss.; estereofotogrametria aérea e restituição efectuadas pelos Serviços Cartográficos do Exército. Trabalhos de campo: 1944; Actualização: 1949. Obra de acesso público em Biblioteca do Exército Português: Biblioteca Digital do Exército; cota do exemplar digitalizado B2VA-PT25-431/3.

1971⁷³, 1993⁷⁴, e por último, em 2009 (6ª edição)⁷⁵; dos quais facilmente se compreende a evolução do corpo da cidade, e parte da sua relação metropolitana, até à contemporaneidade.

Até onde conseguimos aceder, o vale de Chelas terá começado a figurar nas representações planimétricas de Lisboa a partir do segundo terço do século XIX, em período relativamente tardio face ao conjunto de desenhos que compõem a história cartográfica da cidade, o que se deve, em parte, ao facto de os levantamentos civis acompanharem as revisões administrativas da cidade.

Apesar de nos desenhos panorâmicos já existirem breves alusões ao sistema do vale de Chelas – no *Joyeuse entrée* (1613) conseguimos vislumbrar qualquer cumeada, no *Grande Panorama de Lisboa* (1698-99/ 1700?) vimos a Madre-de-Deus, e na perspetiva de Bernardo Caula (1763) percebemos a construção da sua embocadura –, a *Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa* de 1835 confrontamo-nos pela primeira vez com o que seria a ocupação desse sítio, ainda que não nos permita uma compreensão contínua entre o tecido urbano consolidado e o espaço rural periférico (acrescendo a inquietação em torno da medida do Convento de São Félix).

Em todo o caso, o *Levantamento da Planta Topográfica de Lisboa* de 1904-11 (Silva Pinto) – enunciado pela planimetria de 1899 – mostra-se profícuo para o entendimento da verdadeira medida que ia aproximando Chelas de Lisboa. Do seu rigor conseguimos alcançar a escala certa para compreender de que forma a expansão do conjunto urbano organizado (nomeadamente a norte da cidade primordial) se foi relacionando com o cadastro pré-existente, e como a orientação da cidade a aparente imutabilidade dos assentamentos, que não deixam de ser o resultado da história, contribuíram, ou foram ignorados, nos processos de ordenamento da cidade modernista.

Por outras palavras, do conjunto de desenhos que descrevem o desenvolvimento e expansão de Lisboa, constatamos que existe uma lacuna nesses registos até aos anos 30 do século XIX que nos impede, à priori, de alcançar um entendimento global do vale de Chelas. Isto é, que nos permita perceber como foi sendo consolidado o tecido que permanece nos espaços intersticiais dos conjuntos urbanos (dedicados à habitação) da segunda metade do século XX.

Quiçá a literatura dedicada ao estudo de Lisboa nos possa oferecer tal conhecimento.

73 Serviço Cartográfico do Exército – Carta Militar de Portugal. Lisboa: Serviço Cartográfico do Exército, folha nº 431, 4ª edição, série, M888, 1971; dimensão da peça: 0,40 x 0,64 metros; escala numérica de 1:25000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. Cobertura aerofotográfica da Força Aérea Portuguesa. Obra de acesso público em Biblioteca do Exército Português: Biblioteca Digital do Exército; cota do exemplar digitalizado B2VA-PT25-431/4.

74 Instituto Geográfico do Exército – Carta Militar de Portugal. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, folha nº 431, 5ª edição, série M888, 1993; dimensão da peça: 0,40 x 0,64 metros; escala numérica de 1:25000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. Cobertura aerofotográfica da Força Aérea Portuguesa. Digitalização, processamento e desenho por meios automáticos com acabamento manual. Obra de acesso público em Biblioteca do Exército Português: Biblioteca Digital do Exército; cota do exemplar digitalizado B2VA-PT25-431/5.

75 A 2ª edição do desenho, da série M782, do ano 2003 (ISBN 972-765-538-6), encontra-se em processamento na Biblioteca Nacional de Portugal; a 6ª edição encontra-se disponível para aquisição em Centro de Informação Geoespacial do Exército.

O QUE FOI ESCRITO

O professor José-Augusto França atribui a lendária fundação de Lisboa ao “ano de 1217 (ou 1181) depois do Dilúvio bíblico, ou 2874 antes de Cristo”, antecedendo “381 ou 425 anos à fundação de Roma por Remo e Rómulo”⁷⁶. Citando o historiador João de Barros (1496-1570), antes de fundar a cidade de Lisboa Ulisses terá encontrado Aquiles refugiado num templo de Vestais, edificado em Chelas, para evitar a guerra de Troia⁷⁷.

A possível existência de um templo dedicado “à deusa Vesta, habitado e servido por virgens vestaes”⁷⁸, também já havia sido levantada por José D’Ascensão Valdez em 1898 quando escreveu sobre o levantamento de peças arqueológicas encontradas no Convento de São Félix, atribuindo-as à ocupação romana. A ausência de trabalhos arqueológicos que expliquem as sucessivas ocupações do Edifício ainda não permitiu à História a defesa de tal tese, negada por “Frei Luiz de Sousa na História de S. Domingos (Parte I, Cap. XXIII), pelo Dr. Fr. António Brandão na Monarchia Lusitana (Parte III, Cap. XXXVI), e por D. Rodrigo da Cunha na Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa (Parte II, Cap. XXXVIII)”⁷⁹, como acabaria por assumir Valdez.

A lenda do historiador João de Barros facilmente se desmistifica quando se percebe que a possível origem da cidade poderá resultar do processo natural de sedentarização do homem, num sítio onde a predisposição natural da paisagem, nos seus recursos naturais e condições climáticas, favoreceu a sua fixação⁸⁰.

Se no ano de 1989 o professor José-Augusto França em *Lisboa, urbanismo e arquitectura* apresentou com pragmatismo os factos históricos da cidade, em 2008 a *história física e moral* da cidade complexificou-os, quer pelo detalhe dos acontecimentos como pela densidade crítica dos estudos que os suportam. Já para José Sarmiento de Matos e José Ferreira Paulo parte da sua história é também composta pelo *Caminho do Oriente* (1999).

Na tentativa de resgatarem uma ideia de percurso ribeirinho de ligação entre Santa Apolónia e o Braço de Prata, os autores abordam as estruturas singulares que o pontuam expondo as sucessivas correções ou supressões que lhe foram impostas, contribuindo para o reconhecimento de um caminho que era um dos principais acessos à cidade, como para o conhecimento da consolidação de um espaço que ficava fora dos limites da urbe.

A respeito das sucessivas dimensões da cidade, como vimos, Augusto Vieira da Silva abordou os sucessivos *Limites de Lisboa* (1941) – da Reconquista à sua contemporaneidade – recorrendo à cronologia dos documentos que promulgavam os seus estatutos administrativos, e jurisdicionais. O contributo deste estudo analítico recai sobretudo no conhecimento da evolução do centro urbano (complementando a publicação de *O Termo de Lisboa* de 1940), sendo difuso e pouco expressivo no que respeita à administração das terras do oriente. Contudo, enunciador do tipo de relações políticas que a cidade foi tomando com a paisagem periférica.

76 FRANÇA, José-Augusto – Lisboa, história física e moral, p.27.

77 Idem.

78 VALDEZ, José D’Ascensão – Monumentos Archeologicos de Chellas: Apontamentos para o catálogo descriptivo dos existentes no Museu do Carmo, p.9.

79 Idem.

80 FRANÇA, José-Augusto, op. Cit., pp. 18-19.

Com a publicação de *A Antiga Freguesia dos Olivais* (1969), Ralph Delgado colmatava a possibilidade deixada por Vieira da Silva concretizando a primeira monografia dedicada ao estudo das terras que iam além do Alto de São João, passando pelo Poço do Bispo até aos Olivais. Na obra, o autor procura retratar constantemente a paisagem, a arquitetura, a sociedade, e a economia de um espaço integrado na cidade, mas de caráter periurbano; bem como a sua constante relação de dependência com Lisboa, quer pela presença unitária do estuário como de uma estrutura agrícola de abastecimento. Ao acompanhar o seu pensamento escrito com um levantamento fotográfico cuidado, cria o memorando de um contexto que viria a ser profundamente alterado pela sedimentação da cidade modernista, prevista pelo Decreto-Lei nº42.454 (de 18 de agosto de 1959), e anunciada pela construção dos bairros da Encarnação (projeto de 1940 pelo arquiteto Paulino Montez) e de Alvalade (1945-48, arquiteto João Faria da Costa).

A iniciativa de Delgado acabaria por criar, de certa forma, uma rutura com a tradição historiográfica de Lisboa – enraizada no entorno do casco antigo –, e alicerçava os estudos seguintes que refletiram sobre o mesmo sítio.

Por Marília Abel e Carlos Consiglieri, *O formoso sítio de Marvila* (2002) retomou a investigação do espaço oriental de Lisboa continuando, e reforçando, a importância do contributo de Delgado tanto pela complementaridade dos factos históricos, como no aprofundamento dos levantamentos cadastrais. A investigação torna-se pertinente quando os autores assumem a vontade de compreender a totalidade das ocupações, alargando o arco temporal de investigação entre pré-história, e a contemporaneidade, interpretando isoladamente cada tema sem nunca perderem a noção do conjunto dominado pelo vale de Chelas.

Em 2006, os mesmos autores recuperavam *Marvila* como espaço de reflexão incidindo sobre a toponímia dos elementos que o constituem. O que resultou realça a tentativa de uma reconstrução cadastral, a partir da qual se podem compreender as estruturas anteriores ao processo de industrialização. Complementando o estudo de 2002, o levantamento toponímico propõe uma leitura dinâmica do sítio, de onde se percebem as posições do conjunto notável que persistiu. Contrariamente à monografia de Delgado, que por vezes transparece uma certa rigidez no relato dos factos, possivelmente por intervenção política, tanto *O formoso sítio de Marvila* como *Marvila* procuram transcrever a fragilidade do sítio.

Precedente a estas, a publicação de *Pelas Freguesias Lisboa* (volume II, 1993) – para a qual Consiglieri e Marília Abel também contribuíram, juntamente com Filomena Ribeiro e José Manuel Vargas – proporciona um estudo base da sua paisagem oriental. Além dos acontecimentos históricos de maior relevância, abordam ainda a evolução urbana e demográfica, ou a qualidade do espaço público entre as freguesias de São João e Santa Maria dos Olivais, confrontando-nos com os equilíbrios e desequilíbrios, continuidades ou descontinuidades, do planeamento urbano mais recente, cujo advento foi marcado pelos *Planos de Urbanização* do Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa.

Da necessidade de resposta às carências habitacionais da cidade, e aos problemas de salubridade que atravessavam os bairros espontâneos que delas advinham, surgiu por iniciativa presidencial o decreto de 1959, servindo de enquadramento base para a concretização do *Plano de Urbanização dos Olivais* (1959), e posteriormente de Chelas (1960-62). Desenhado pelo GTH, o *Plano de urbanização de Chelas* (PUC) concretizou aquela que foi a maior transformação no paradigma ocupacional desse lugar. Na sua memória descrevem-se aprofundadamente os estudos morfológicos, hídricos, geológicos e demográficos; as preocupações teóricas, e intensões que sustentaram a primeira ideia de desenho do conjunto residencial. À semelhança do que se pensava para os Olivais, pretendia-se que a nova

arquitetura de Chelas promovesse a tradicional vivência de bairro alheia ao movimento dos tempos «modernos»⁸¹.

Em torno da política da habitação em Portugal, Fernando Gonçalves publica em 1972 a sua reflexão arquitetónica sobre o PUC. Em *Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas*, o arquiteto aborda o tema à grande escala contextualizando-o na sua realidade sociocultural, política e económica. O facto urbano é colocado sobre um estudo técnico da arquitetura onde os conceitos da história do urbanismo são confrontados com as “superestruturas políticas”. Trata-se, portanto, de uma tese que escapa assumidamente “ao conteúdo ideológico” do ensino da arquitetura da época, procurando entender de que forma a tensão provocada entre os conceitos modernistas e o contexto local gerava uma nova forma de habitar a cidade.

Para a arquiteta Teresa Heitor, a interioridade do PUC constituiu em si um tema de reflexão. Partindo de um modelo matemático de análise sintática, *A vulnerabilidade do espaço em Chelas* (2011) traduz as particularidades formais do espaço – Zonas I e J (atualmente bairros das Amendoeiras e Condado) – em representações lineares, por forma a estabelecer uma relação do “padrão espacial dos conjuntos urbanos de habitação social” com a vulnerabilidade do espaço construído, e a sua interferência em ações de negligência da população. Partindo de um estudo detalhado da evolução do conjunto, compreende de que forma as sucessivas alterações do PUC influenciaram a qualidade do espaço público, a sua unidade, e a sua relação com o indivíduo (morador). Se a tese de Fernando Gonçalves reage ao pensamento modernista do espaço urbano no momento da reconstrução do vale, já Teresa Heitor responde ao contexto pós-plano e ao que resultou dessa operação, levantando a questão da identidade, e representatividade do sítio para a cidade contemporânea.

Aparentemente, a vulnerabilidade do espaço oriental de Lisboa poderia ser resolvida com a qualificação do seu limite mais a nascente, o que incentivaria a um entendimento global da cidade, e à sua inclusão no contexto urbano. Com esta promessa construiu-se a Exposição Mundial de 1998.

A probabilidade de a polarização do oriente extremo da cidade potenciar uma continuidade entre o tecido histórico e o seu setor intermédio, acabava por desvanecer-se quando o Parque das Nações se isolou no orgulho do sucesso urbano. O problema da desindustrialização da frente ribeirinha oriental iniciado pela exposição de 98 prolongou-se a termo indefinido, deixando uma sucessão de despojos permanentes. Tais questões motivaram o aparecimento de um novo espaço de reflexão, do qual surgiram múltiplas ponderações: é exemplo o projeto habitacional do Braço de Prata da autoria do arquiteto Renzo Piano (em fase de execução), que repete o êxito e o fracasso do Parque das Nações; a tese da arquiteta Joana Gonçalves – *Marvila: Que Futuro? Uma abordagem urbanística* (2008) –, que pensa sobre o limite ribeirinho de Marvila a partir de uma leitura total desse espaço tentando integrar as grandes estruturas industriais com a preexistência mais antiga; a mais recente iniciativa municipal para a criação de um “Hub Criativo e Empreendedor do Beato” nas antigas instalações da Manutenção Militar (no sítio do antigo Convento de Santo Agostinho)⁸²; ou, de uma forma mais vasta, o projeto *Lisboa capital do nada* (2011).

Deste último ficou a tentativa de resgatar o olhar para o «oriente médio» da cidade, em que o «Nada», ou seja, a ausência virtual do sistema do vale Chelas no conjunto urbano, foi o ponto de partida para sincronizar o pensamento

81 LISBOA, Gabinete Técnico de Habitação – Plano de Urbanização de Chelas. Lisboa: Câmara Municipal, vol.1 e 2, 1965.

82 Câmara Municipal de Lisboa - Proposta Nº 23/2017: Processo nº 1656/CML/17. Lisboa: 25 de janeiro de 2017.

de diversas ciências no espaço público. O evento potencializou uma diversidade de reflexões sobre os “espaços do quotidiano”, onde o «Nada» ia sendo resolvido pontualmente por ações efémeras, e descomprometidas de uma atitude explicitamente política.

Podemos então organizar a literatura que hoje suporta os estudos em torno do vale de Chelas em três grupos basilares. Em grande escala, o conjunto de obras de referência para a historiografia de Lisboa abordam sumária e pontualmente o setor oriental da cidade concentram-se, sobretudo, nos factos que dominaram a evolução do núcleo primordial, destacando-se aqui Marinho de Azevedo, Júlio de Castilho, José-Augusto França e Augusto Vieira da Silva. Sendo este o mais estável, conformou o suporte para o aparecimento de um segundo conjunto literário desenvolvido a partir do século XX, dedicado ao estudo monográfico do oriente de Lisboa, onde figuram Ralph Delgado, Marília Abel, Carlos Consiglieri e José Sarmiento de Matos. Neste, as heterogeneidades dos assentamentos que constroem o sítio vão sendo abordadas de uma forma dispersa, procurando gerar uma certa sensibilização para a sua diversidade urbana, arquitetónica e social. Tratando-se de obras promovidas essencialmente por entidades locais denota-se uma certa precariedade na sua densidade produtiva, o que acaba por provocar uma ausência significativa de pensamento crítico. Por fim, um grupo de pequena dimensão resulta da vontade individual da comunidade científica, sendo o mais dinâmico nas formas e métodos de estudo, e intrinsecamente relacionado a projetos pessoais de investigação. Procurando promover um entendimento global da cidade, auxiliando-se naturalmente nos dois primeiros conjuntos literários, complexifica o corpo teórico respondendo a questões muito específicas do sítio. Autores como Fernando Gonçalves, Teresa Valsassina Heitor, ou mais recentemente Joana Gonçalves, têm contribuído decisivamente para o conhecimento do setor oriental da cidade; no entanto, muito pouco se relacionam com a maturidade cartográfica de Lisboa.

Posto isto, podemos concluir que o estudo arquitetónico do vale de Chelas é embrionário, e no que respeita à reflexão da prática de arquitetura quase inexistente. Após a primeira abordagem projetista do *Plano de Urbanização*, as iniciativas mais recentes surgem maioritariamente do interesse individual especulativo – sobretudo na franja ribeirinha –, e muito pouco do interesse público coletivo, que quando acontecem relacionam-se aos movimentos associativistas que operam pontualmente, e em situações de pequena escala: veja-se o caso do programa municipal BIP/ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária/ Zonas de Intervenção Prioritária) do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, que mesmo inserido no PDML (Plano Diretor Municipal de Lisboa) parece não satisfazer a articulação necessária entre os problemas urbanos (e humanos) identificados, e as prioridades de atuação na cidade.

Perante tais desfasamentos, verifica-se a necessidade de a arquitetura testar possíveis intervenções no conjunto urbano do vale de Chelas que contribuam para o conhecimento e qualificação dos seus espaços comuns.

Como tal, foi necessário compreender o que existe, sobretudo, nos espaços intersticiais dos bairros por forma a esclarecer a evolução dos seus assentamentos, dado que a cartografia omite essa informação até 1835. A interpretação da literatura mostrou-se assim crucial para alcançar as eventuais formas de organização do espaço em cada momento histórico, visto que as notícias arqueológicas, ainda que pouco sistematizadas, levantam a possibilidade de ocupações diversas.

O corpo do trabalho é construído por dois Tomos e dois «andamentos»⁸³.

O Primeiro Andamento está no Tomo I, onde se procura entender a evolução cadastral, a ocupação humana no sistema do vale de Chelas entre a romanização e o PUC, e a relação destas com o crescimento de Lisboa para norte, pretendendo demonstrar que existiu uma continuidade nos assentamentos até à execução do *Plano de Urbanização* (momento que contribuiu para uma rutura no paradigma ocupacional).

Assim sendo, sistematizámos o estudo em dois momentos. O primeiro – O VALE DE CHELAS ANTES DE 1962 – é suportado pela literatura que esclarece a evolução do modo de habitar o espaço periférico da cidade, para a qual foram esboçadas «cartas de ocupação» (entre o século II a.C. e o século XIX) que auxiliam a leitura das conjecturas. Aqui, o recurso à cartografia existente é pontual, e apenas útil para compreender o que foi construído entre 1835 e 1962. O segundo momento – O VALE DE CHELAS DEPOIS DE 1962 – parte essencialmente dos levantamentos topográficos, e *Planos de Urbanização* para entender de que forma evoluiu a construção do sistema do vale de Chelas no decorrer do último século.

O Segundo Andamento – DA TECNOLOGIA DO CAMINHO – configura o Tomo II, no qual o conhecimento adquirido em torno das diferentes formas que consolidaram a organização do espaço do vale de Chelas, é confrontado com uma possibilidade de arquitetura – do Convento de São Félix a Xabregas – que propõe uma aproximação entre as duas dimensões inicialmente observadas, a que seguiu o PUC e a que configura a pré-existência mais remota.

83 Em Música, o termo «andamento» refere-se ao ritmo que organiza uma grande peça musical, habitualmente representado pelo silêncio de certos instrumentos que a compõem.

A utilização do conceito neste trabalho surge como metáfora às formas comuns de organização de um pensamento escrito – «parte» ou «capítulo» –, que pareciam indicar uma estrutura demasiado rígida e dissociável para o que se pretendia transmitir. O «andamento» acontece aqui como uma simples maneira de organizar o pensamento de um de projeto de arquitetura que necessitou de recorrer a outros conhecimentos, teóricos e práticos, para se concretizar.

«Movement» in THE NEW GROVE: Dictionary of Music and Musicians, Volume 17, Monnet to Nirvana, pp. 251, 252.

PRIMEIRO ANDAMENTO

DA ROMANIZAÇÃO AOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO

O VALE DE CHELAS ANTES DE 1962

A ROMANIZAÇÃO NO VALE DE CHELAS

*At qui dehiscit inde prolixo sinus,
Non totius uni facile navigabilis
Vento recedit: nunquam médium aceris
Zephiro vehente, reliqua deposcunt notum,
Et rusus inde se petat quisquam pede
Tartessiorum litus, exuperet viam
Vix luce quarta; siquis ad nostrum mare
Malaceque portum semitam tetenderit, in quinque soles est iter*

Avieno, Ora Maritima ¹

¹ "El golfo, cuya curva se encuentra á continuación, presenta un trayecto difícil á los marinos si un solo viento sopla en toda su extensión porque se llegará á la mitad empujado por el cefiro, pero para el resto es necessário el viento Noto (del Mediodía). Si desde allí se quiere ir á pie al litoral de los Tartesios apenas bastarán cuatro días, y si se continúa hasta nuestro mar y el puerto de Málaga serán precisos cinco soles."
DELGADO – AGUILERA, Antonio Blázquez – Avieno, Ora Maritima, pp. 15,66.

Em torno da presença humana no vale de Chelas, o mito do refugio de Aquiles num templo dedicado a Vesta – deusa do Olimpo romano equivalente à virgem grega Hesta, protetoras do lar, da casa e família¹ –, que estaria edificado no sítio do antigo Convento de São Félix, é a notícia histórica com maior antiguidade. Todavia, os relatos arqueológicos que nos chegam a respeito da romanização deste sítio são mais consistentes.

No curto inventário que José D'Ascensão Valdez fez dos Monumentos Archeologicos de Chellas, as peças romanas encontradas no convento (atual Arquivo Geral do Exército) relacionam-se, sobretudo, à deposição dos defuntos de uma família da Tribo Galeria de Olisipo; local onde também foi encontrado (durante obras de reabilitação do edifício) um miliário que se encostava à estrada romana que seguia para Emerita Augusta. No entanto, não só o que foi achado no convento aponta para uma eventual ocupação romana permanente do vale. Augusto Vieira da Silva teceu ainda breves considerações sobre um conjunto funerário encontrado na antiga propriedade da Quinta do Poço de Cortes durante a construção da Avenida Marechal Gomes da Costa, em 1944, para além da referência a um cipo localizado na antiga Quinta da Bela Vista, e a um possível pedestal de uma estátua do Imperador Trajano Adriano erguida pelo ano 121 d.C. no espaço entre o antigo Convento de São Francisco de Xabregas (atual sede do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e Teatro Ibérico), e o Palácio dos Marquês de Niza (atual Colégio das artes da Casa Pia de Lisboa).

Pela existência do miliário o professor Vasco Mantas defende a sobreposição da Estrada de Chelas ao itinerário principal de Olisipo, e da repetição de necrópoles pondera a existência de villae (plural de villa) que contribuíam para o abastecimento da cidade, à semelhança do que acontecia no setor ocidental de Lisboa, até Sintra, como visto pelos arqueólogos Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso, que estudam também a hipótese de ter ocorrido uma centurição dessas terras para a distribuição das propriedades ocidentais. Terá a ocupação romana no sistema do vale de Chelas decorrido de um processo idêntico?

A cidade romana *Felicitas Iulia Olisipo* construía-se na colina do atual castelo de São Jorge de Lisboa. Voltada a sul, disfrutava de uma posição visual dominante sobre o estuário e barra do *Tagus* (Tejo), e da fácil navegação do rio, permitindo-lhe desenvolver uma atividade económica portuária baseada na rutura e distribuição do tráfico, entre mercadorias de exportação e importação; economia essa, que já havia influenciado a organização do comércio marítimo da Idade do Ferro até *Salacia* (Alcácer do Sal)².

O facto de ser conhecida “como o principal porto da costa lusitana” deu-lhe prestígio, certamente pela influência “de um núcleo de cesarinos decididos, interessados no comércio marítimo [...] e muito provavelmente relacionados com a activa classe dirigente de Cádiz”³, importante centro portuário que fazia convergir as rotas marítimas peninsulares com a mediterrânica do norte de África. Escreveu Avieno na *Ora Maritima* que o estuário do *Tagus* ficava apenas a quatro dias de navegação da boca do Guadalquivir, no litoral Tartesso. Contudo, a comunicação fluvial com o interior do território peninsular dependia dos leitos de seca e de cheia. Na impossibilidade de navegação – o meio mais rápido de cumprir longas distâncias –, quer pelos níveis de caudal ou inexistência do meio, os acessos terrestres – que seguiam igualmente as cotas mais baixas da paisagem para reduzir o esforço – garantiam a circulação entre as maiores cidades da *His-*

1 REID, Jane Davidson, ROHMANN, Chris – The Oxford Guide to Classical Mythology in the Arts, 1300 – 1990s, pp. 580, 1057.

2 MANTAS, Vasco Gil – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios, p.9.

3 Idem – Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado, pp.344-345, 352-353.

pania (Península Ibérica), consolidando a estratégia colonizadora do final da *Res Pvblica*. Se o vale era – como refere o arqueólogo Vasco Gil Mantas – o “caminho privilegiado, terrestre e aquático, dos contactos com o Mediterrâneo, desde muito antes da chegada dos primeiros romanos”⁴, para *Olisipo*, o vale do *Tagus* proporcionava o trajeto à principal via de comunicação com *Emerita Augusta* (Mérida).

Mais próximo de *Olisipo* estava o *conventus de Scallabis* (Santarém).

Referenciando-se no *Itinerarium* de Antonino Pio, Mario Saa indicava que de *Olisipo* saiam três estradas para *Emerita*: o percurso principal – *Iter ab Olisipone Emeritam* (Caminho de Lisboa a Mérida) – far-se-ia por *Scallabis* e *Tubucci*; outra possibilidade – *Alio itinere ab Olisipone Emeritam* (Outro Caminho de Lisboa a Mérida) – seguiria por *Aritium Praetorium*, *Abelterium* e *Matusarum*; o terceiro itinerário – *Item alio itinere ab Olisipone Emeritam* (Ainda outro caminho de Lisboa a Mérida) – cruzava o Tejo, e rumava por *Salacia*, *Ebora* e *Evandriana*⁵.

A estrada de *Olisipo* a *Scallabis* estava assim integrada no «Caminho de Lisboa a Mérida», o que a tornava num dos principais eixos viários provincial. Dela irrompiam *deverticula* (acessos secundários) que organizavam as charnecas e sapais do Tejo, como era o caso da estrada paralela à margem sul do rio que o atravessava em Escaroupim e Almeirim, unindo-se ao eixo principal perto da Ribeira da Ota e em *Scallabis*⁶.

Segundo Mantas, o troço *Scallabis* – *Olisipo* acompanhava a margem norte do Tejo passando pelo Vale de Santarém até encontrar *Ierabriga* (Paredes), e encostava-se à margem em Vila Franca de Xira, de onde seguia para Vialonga afim de passar o Rio Trancão em Sacavém. Desta última estação seguia até aos campos dos Olivais para começar a descer o vale de Chelas no Poço de Cortes, junto ao atual Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. A montante do edifício que foi o Convento de São Félix e Santo Adrião – onde em 1604 se localizou “debaixo do altar mór”⁷, no decorrer de obras importantes para o edifício, um miliário “muito provavelmente de Magnêncio, governante no ocidente entre 350 e 353”⁸ – o percurso fazia-se pela atual estrada de Chelas até à Calçada da Cruz de Pedra, onde presumivelmente estaria o miliário que marcava a primeira milha, fazendo a travessia do vale Escuro (por uma ponte?) para entrar na *civitas* por oriente. Como apontam José de Matos e Jorge Paulo, a chegada à Cruz de Pedra far-se-ia, provavelmente, pela Travesa do Gargalacho (demolida pela estrada de Circunvalação de 1847-52) e Calçada das Lajes. Depois da Cruz da Pedra

4 MANTAS, Vasco Gil – A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios, p.7.

5 Sobre a localização das cidades romanas em território português Mario Saa parece não reunir consenso absoluto. A *Scallabis* o autor atribui a cidade de Tomar, e *Tubicci* a povoação de Alvega (próxima a Abrantes). Quanto a *Aritium Praetorium*, *Abelterium* e *Matusarum*, diz serem Abrantes, Alter do Chão e Torre de Palma, em Monforte, respetivamente. A *Salacia* atribui Santiago do Cacém. Mais recentemente, autores como Jorge de Alarcão ou Vasco Mantas atribuem indubitavelmente a *civitas* romana de *Sallabis* à atual cidade de Santarém, de onde seguiria o itinerário principal para *Emerita* por *Tubucci*, ou *Tabucci*, estação que Jorge de Alarcão diz possivelmente ter-se situado no vale do Sorraia, descartando assim a indicação de Saa para Alvega. Sobre a localização de *Aritium Praetorium* Alarcão coloca reservas, negando a sua colocação em Abrantes, e sugere Água Branca (Bemposta, Abrantes) como possível localização, dada a abundância dos vestígios no local. A localização de *Matusarum* é para Alarcão também uma questão por resolver, tanto pelo problema de *Tubucci* como pela interpretação do *Itenerarium*, devido à possível omissão de estações. Após ter sugerido a localização de *Evandriana* em Silveirona, ou nas imediações de Bencatel, discordando novamente com Saa, Alarcão repensa a localização da estação para Borba, considerando o problema das estações omissas, e a certeza da passagem da estrada por Évora Monte. A identificação de *Salacia* com Alcácer do Sal é para os autores, Vasco Mantas e A. Veiga, um tema resolvido. SAA, Mario – As grandes vias da Lusitania, o itinerário de Antonino Pio, Tomo I, p. 68-69. ALARCÃO, Jorge de – As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*, pp.211-251. ALARCÃO, Jorge de – O domínio romano em Portugal, pp.87-106.

6 MANTAS, Vasco Gil – A rede viária de *Scallabis*, pp.109-110.

7 AZEVEDO, Luis Marinho de – Primeira parte da fundação, antiguidades, e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoes illustres em Santidade, Armas, & letras, pp. 2080-281.

8 MANTAS, Vasco Gil, A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios, p. 16.

entrava na Rua de Santa Apolónia para se interiorizar no vale de Santo António pela Rua da Cruz de Santa Apolónia, até encontrar a Rua do Mirante, por onde voltaria a subir até à Rua do Paraíso⁹.

Das estradas que partiam de *Olisipo* para Mérida, Vasco Mantas, como Henrique Mendes e João Pimenta referem também que em Vialonga, próximo da bacia do Rio Trancão, o itinerário derivava para um segundo ramal com passagem por São Julião do Tojal e Loures¹⁰; seguia depois a Calçada de Carriche até Alvalade¹¹, passando pela necrópole da Praça da Figueira, dando acesso à civitas por norte. Por seu turno, Mario Saa considera que este fosse o principal percurso para *Emerita*, o que reforça a tese de Irisalva Moita sobre a posição do Arco do Triunfo.

Em intervenções arqueológicas da década de 60 do século XX identificou-se o troço de uma *via ad Olisiponem* (estrada para Olisipo) pela Praça da Figueira, próxima à entrada da Rua do Amparo. Mais tarde, entre 2000 e 2001, novas intervenções apuraram o desenho dessa estrada entre a Rua das Portas de Santo Antão e a Rua da Prata¹². O «Caminho de Lisboa a Mérida» por norte far-se-ia então pela estrada de talvegue entre a Colina de Santana e a Colina de São Roque, hoje, ruas das Portas de Santo Antão, São José, Santa Marta e São Sebastião da Pedreira.

Quanto à entrada do itinerário oriental na cidade o assunto ainda é controverso.

Vasco Mantas considera que a via entrava em *Olisipo* pela Casa dos Bicos, local onde foi encontrado um miliário do imperador Probo (276-282). Conquanto, os arqueólogos João Pimenta e Henrique Mendes, que reconhecem a presença do miliário no local indicado por Mantas, referem que a estrada acedia à cidade pela “Porta medieval de São Pedro de Alfama”¹³, localizada nas imediações do número 18 da atual Rua de São João da Praça. Já a respeito do itinerário norte, Vieira da Silva¹⁴ levanta a possibilidade do seu remate na Porta do Ferro – demolida na sequência da reabilitação pós-terramoto da Baixa, segundo o projeto enunciado pela Planta Topogrphica de Lisboa de 1780 – para a qual Irisalva Moita diz “poder ser aproveitamento dum antigo Arco do Triunfo”¹⁵. Desta forma, o problema levantado pelos arqueólogos e historiadores ganha dimensão quando se tenta compreender os limites da cidade romana.

Citando Estrabão, erudito de origem grega contemporâneo de Cristo¹⁶, Jorge de Alarcão menciona que Décimo

9 MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira – Caminho do oriente: guia histórico, vol. I, pp.17-18.

10 Sobre o ramal de Loures escreve Mantas: “Durante algum tempo acreditámos que o troço da estrada por Loures e Tojal representava um simples deverticulum, atribuindo um tosco miliário tardio, provavelmente de Magnêncio, achado na Quinta de santo António de Frietas, à estrada que seguia de Olisipo para norte, pelo litoral. Como o referido monumento apenas conservou uma forma laudatória usual no século IV, pouco mais havia a dizer na altura. A descoberta recente de dois miliários nas Almoínhas, junto a Loures, obriga a rever esta primeira hipótese, que havíamos entretanto abandonado. Um dos miliários, de Licínio, que governou como colega de Constantino entre 308 e 324, indica dez milhas a partir de Lisboa, medida correta e que coloca o miliário a uma distância conveniente do monumento de Alverca, admitindo que este indica a milha XVIII.” MANTAS, Vasco Gil – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios in Cira Arqueologia nº 1, pp.17.

11 PIMENTA, João, MENDES, Henrique, PIMENTA, João, MENDES, Henrique - Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis in Cira Arqueologia nº 1, pp.46-47.

12 SILVA, Rodrigo Banha da – Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira, p.76.

13 PIMENTA, João, MENDES, Henrique, op. Cit., p.46.

14 Para além dos tramos do itinerário principal para Mérida já mencionados, o autor referencia na Planta dos limites conjecturais do povoado de Olisipo outras estradas de possível utilização romana. É o caso da atual Rua do Benfornoso que se juntava à Rua da Mouraria, atrás da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, para se unir ao tramo norte da estrada para Emerita depois da necrópole da Praça da Figueira, onde hoje está o quarteirão sul-este do cruzamento entre a Rua dos Douradores com a Rua da Assunção. Outra estrada de possível utilização romana era a Rua dos Lagares, que terminava de subir a encosta pelo tramo mais a montante da Calçada de Santo André, com a qual cruzava a Costa do Castelo, contornando mais ou menos de nível a cumeada fortificada para entrar na cidade onde hoje chegam as Escadinhas de São Crispim. Também pela rua do Arco Grande de Cima, seguindo a Rua de São Vicente, era possível chegar ao Largo do Menino de Deus, local onde confluíam a Calçada de Santo André e a Rua da Costa do castelo com a Calçada do Menino de Deus, que recebia a Rua de São Tomé vinda das Portas do Sol. SILVA, Augusto Vieira da – Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história de Lisboa romana), anexo final da obra.

15 MOITA, Irisalva, op. Cit., p. 45.

16 DESERTO, Jorge, PEREIRA, Susana da Horta – Estrabão, Geografia Livro III: Introdução, Tradução do Grego e Notas, Coimbra, 2016.

Júlio Bruto, governador da província de *Hispania Ulterior*¹⁷, fortificou a cidade depois da sua ocupação em 114 a.C., e que a mesma, possivelmente, perdurou durante o *Imperium. Olisipo*, já apelidada de *Felicitas Iulia*, ganhava dimensão governativa com a ascensão a *municipium civium Romanorum*¹⁸, facto que leva o autor a conjecturar a construção de uma segunda fortificação por *Augustus* (63-14 a.C.), dado que seria natural “naquela época, a construção de muralhas, mais por razões de prestígio que de defesa”¹⁹. Mesmo sem quaisquer indícios arqueológicos ou epigráficos, Alarcão coloca no traçado proposto por Augusto Vieira da Silva²⁰ a expectativa de uma correspondência com o amuralhamento augustano, ou, até mesmo a um terceiro muro levantado, possivelmente, “nos finais do século III ou nos primeiros anos do século IV d.C., data em que as cidades da parte ocidental do Império se refortificaram”²¹. Apesar de Vieira da Silva concordar com Alarcão sobre a possível existência do castrum de Décimo Júlio Bruto, não faz qualquer referência à muralha augustana. Contudo, o facto de *Olisipo* ter sido defendida por três cercas²² revela que, para além da importância do seu estatuto, o forte desenvolvimento da cidade obrigava a uma constante definição dos seus limites defensivos, o que levaria à alteração, criação, ou manutenção de diferentes acessos. O que não deixa de se relacionar com o problema da localização do Fórum²³.

De uma forma imediata, o miliário de Probus (século III) poderá colocar a entrada principal da cidade pelas portas a sul, para as quais a estrada teria que se aproximar pela praia do Tejo; aliás, tanto Saa²⁴ como Vieira da Silva referem que durante a construção do chafariz D’el Rei foi encontrada uma “pedra, que possivelmente seria um pedestal de estátua erigida naquelas proximidades, pela cidade de *Olisipo* ao Imperador Marco Júlio Filipe, cêrca dos anos 245 ou 248 D.C.”²⁵. Ainda assim, a possibilidade levantada por João Pimenta e Henrique Mendes para a entrada na Porta

17 Província republicana que ocupava o setor sul-oeste da Península Ibérica, até ao Douro, e que posteriormente, de grosso modo, deu origem às províncias imperiais da Lusitânia e Bética. O setor norte-este da Hispania republicana, futuras províncias imperiais da Gallaecia, Terracensis e Cartaginensis, designava-se de Hispania Citerior.

18 “Segundo Plínio (23/24 d.C. – 79 d.C.), a província da Lusitânia divide-se em três conventos, o *Emeritense*, o *Pacense* e o *Escalabitano*; tem no total quarenta e cinco povos, dos quais cinco são colónias, sendo elas *Emerita Augusta*, *Metellinum*, *Pax Iulia*, *Norba Caesarina* e *Scallabis Praesidium Iulium*, um é município de cidadãos romanos, *Olisipo*, cognominado *Felicitas Iulia*, outros três são de direito latino antigo, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Myrtis* e *Salacia*, e trinta e seis são *civitates stipendiariae*. Esta distinção traria realidades financeiras e jurídicas diferentes.” ALMEIDA, Júlia – CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS ELITES OLISIPONENSES, pp. 41, 42.

19 ALARCÃO, Jorge de – Lisboa romana e visigótica in Lisboa Subterrânea, p. 58.

20 SILVA, Augusto Vieira da – A Cêrca Moura de Lisboa e o Esteiro do tejo na Baixa, p.17.

21 ALARCÃO, Jorge de, op. Cit., p. 58.

22 Estudos arqueológicos mais recentes apontam efetivamente para que *Olisipo* tenha sido murada por três cinturas distintas: a primeira aquando da tomada de Décimo Júlio Bruto em 138 a.C., a segunda, alto imperial, erguida no século I, e uma terceira, de época tardia (século IV/V), em parte sobreposta à anterior.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana – As muralhas de Olisipo - O troço junto ao Tejo in Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Império - Lucus Augusti como paradigma, pp. 686-697.

D'ENCARNAÇÃO, José, LEITÃO, Manuela, LEITÃO, Vasco – Inscrições de Olisipo identificadas na “Cerca Velha”.

23 Sobre a localização do Fórum de *Olisipo* o professor José-Augusto França reage com naturalidade às várias teses defendidas para a sua implantação. Começando pela hipótese que reúne um maior consenso, o professor destaca a sua possível construção do grande *Forum* da cidade “diante da basílica”, edifício que, segundo o levantamento de Irisalva Moita, conjectura-se que esteja sob a Sé Catedral. Todavia, o professor indica ainda, recordando Moita, que o primeiro fórum, possivelmente, tinha lugar no “plano de S.ta Cruz do Castelo, ao alto do *oppidum*” (povoado), junto aos templos de Júpiter e Minerva; mas também, citando Cardim Ribeiro (1938), vê a hipótese do centro cívico romano corresponder à localização do criptopórtico conhecido por «termas da Rua da Prata»; ou ainda, por cima do Teatro, segundo Hauschild (1990); ou até mesmo junto aos templos de Cibele e Mercúrio, como indicou Alarcão (1974), na Madalena. Perante a diversidade das teses, o professor refere que “não pode também deixar de supor-se que o fórum da cidade terá sofrido deslocação ou deslocações, no tempo da vida urbana”.

FRANÇA, José-Augusto – Lisboa, história física e moral, pp. 37-38.

MOITA, Irisalva – O Domínio Romano in O Livro de Lisboa, pp. 58-59.

24 SAA, Mario, op. Cit., p.79.

25 SILVA, Augusto Vieira da – Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história de Lisboa romana), pp.69, 206-207.

de São Pedro podia ser igualmente legível, dado que a planta dos limites conjecturais do povoado de *Olisipo*²⁶ – como é evidenciado pelo Levantamento das Fortificações de Lisboa (1650) do arquiteto João Nunes Tinoco²⁷ – remete a passagem da estrada oriental pelas atuais ruas do Paraíso e dos Remédios, que encontravam a Rua de São Pedro no Largo de Chafariz de Dentro, e se dirigia à Rua de São João da Praça para entrar na civitas. Por outro lado, mais recentemente o arqueólogo Manuel Leitão faz referência à Porta de São Pedro de Alfama como remate do topo oriental do *decumanus maximus*²⁸, e que o mesmo dava acesso à praia quando cruzava o cardus maximus junto à Sé de Lisboa²⁹; o que leva a ponderar que estrada para *Emerita* além de principal meio de comunicação terrestre de *Olisipo*, foi também uma infraestrutura que num determinado momento da evolução da cidade foi integrada na sua estrutura fundamental que orientou o grande Forum e a Basílica³⁰.

Integrado no principal sistema de comunicações provincial da *Lusitania*, o itinerário *Olisipo – Scallabis – Emerita*³¹ adquiria a importância de “uma grande estrada administrativa ao serviço do *Cursus Publicus*”³², ao qual se vinculavam povoamentos, dos quais dependiam as mansiones, estações que se dedicavam a albergar os viajantes, por isso com localizações em maior distância; edifícios de apoio á circulação viária como as mutationes (geralmente com intervalo de 10 milhas entre si); ou até mesmo tabernae (lojas), com localizações aleatórias e habitualmente dependentes das villae que se encostavam às estradas. Entre *Olisipo* e *Scallabis* as mansiones estavam inseridas nas duas *civitates*, com probabilidade de existir uma terceira em *Ierabriga*. As mutationes localizar-se-iam em Sacavém, Loures, entre Vialonga e Alverca, em Escaroupim, Pontével, e perto de Benfica do Ribatejo (para montante)³³. Já a localização das villae é em si um processo complexo dado que não dependiam somente do sistema de comunicação público, mas também da

26 Idem, *ibidem*, anexo final da obra.

27 Podemos observar na planimetria que a passagem da muralha de D. Fernando (construída entre 1373-75) parece ter amputado a orientação inicial da Rua dos Remédios na sua cota mais baixa, corrigindo-a para ficar paralela à margem do rio, e encostada à face interior do muro. Caso uma parte do itinerário para Emerita seguisse a atual Rua de São Pedro, poder-se-á também verificar que o desenho da rua quando encontra o Largo do Chafariz de Dentro sugere uma rotação em direção à antiga praia. As duas direções parecem assim confluir em plena margem do Tejo, onde presumivelmente chegava o tramo ribeirinho da estrada: será o Largo do Chafariz de Dentro uma premonição do entroncamento do itinerário oriental para Emerita?

28 LEITÃO, Manuela – Muralhas de Lisboa in Rossio estudos de Lisboa nº3, p.73.

29 MASCARENHAS, José Manuel de – O aqueduto romano de Olisipo: viabilidade ou utopia? Ensaio de traçado apoiado em modelação geográfica in Revista Portuguesa de História 43, p. 243.

30 A respeito Basílica de *Olisipo* Irisalva Moita sugere como possível localização o lugar da Sé de Lisboa, onde Augusto Fuschini, a respeito de intervenções arqueológicas no templo, deu a notícia da descoberta de “umas galerias subterrâneas, evidentemente anteriores á construção do edifício, porque estão cortadas pelos alicerces d’ella”. O autor refere ainda a possibilidade de se tratar de uma construção romana “que nunca foi cano de esgoto ou aqueduto [...] que manifestamente percorre o subsolo da igreja e porventura se ramifica no interior d’ella”.

MOITA, Irisalva, op. Cit., p. 45.

FUSCHINI, Augusto – A Architectura Religiosa na Edade-Média, p. 154.

31 No *Conventus* de *Scallabis* concretizava-se um dos pontos de rutura do sistema viário provincial. Para além da ligação a *Emerita*, depois da passagem de *Almeirim*, para sul, o itinerário dirigia-se a *Ebora*, onde haveria um novo ponto de routura viário. De *Ebora* poder-se-ia também chegar a *Emerita* (passando por Elvas), ao *Conventus* de *Pax Iulia* (Beja), ou a *Salacia*, na bacia do *Callipus* (Sado), que se ligaria a *Olisipo* por Palmela. A Norte de *Scallabis*, o itinerário seguiria para *Bracara Augusta* (Braga), já na província imperial *Terraconensis*, passando por *Sellium* (Tomar) à milha XXXII, *Aeminium* (Coimbra), *Conimbriga* à milhaXXXIV, e *Calem* (Porto ou Gaia) a LXXI milhas de *Aeminium*.

VEIGA, A. Costa – Algumas Estradas Romanas e Medievais. Lisboa: Tipografia H. Torres, pp.3,11.

ALMEIDA, Maria José de, CARNEIRO, André, MARTÍN, F. Germán Rodríguez, MORGADO, Paula – De Augusta Emerita a Olisipo: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino, 2011.

32 MANTAS, Vasco Gil, op. Cit., p.10.

33 Idem, *ibidem*, pp.11, 12.

centurição do *ager*³⁴ colonial de cada cidade.

Apesar das dúvidas persistirem sobre o limite do *ager olisiponensis*, nas imediações de Vila Franca de Xira, possivelmente já sobre a jurisdição de *Scallabis*, foram localizadas três *villae* próximas ao tramo principal da estrada que conectava a duas *urbs*. Em Alenquer, a identificação de diversos monumentos (com datas entre os séculos I e VI) levam os arqueólogos a presumir a existência de uma villa na Quinta da Marquesa³⁵ com necrópole de época tardia; em Castanheira do Ribatejo (com vestígios do mesmo período)³⁶ e em Morgado foram localizadas outras duas *villae* na antiga estrada real, com a possibilidade desta última ter uma maior importância relativamente às anteriores³⁷.

No *ager de Olisipo*, em Almoinhas, junto ao ramal de Loures, foi igualmente registada uma villa cujos vestígios levam a ponderar a sua possível inclusão no sistema económico da cidade³⁸.

A construção da paisagem periférica das civitates pode então entender-se nas diferentes dimensões dos conjuntos rurais romanos.

Em território português, o assentamento romano fez-se com maior expressividade a sul do Tejo, quer na frente atlântica como na interioridade dos campos³⁹.

A escala mais pequena da vida rural privada estava nos «casais», que entre os três e quinze, podendo ir até vinte hectares, quando comparados ao cinquenta hectares que podiam atingir as «quintas» (a média escala da ocupação agrícola), percebe-se que as terras eram utilizados somente como recurso de subsistência, portanto, com edifícios modestos de espaços simples, sem preocupações acrescidas pela qualidade construtiva; apesar de este não ser um fator que representasse linearmente a capacidade económica do proprietário⁴⁰. Por sua vez, a grande escala da ocupação rural, o latifúndio, pertencia às *villae*.

A *villa fortificada* – ou *villa rustica* – define a tipologia mais antiga da Republica Romana. No tratado *De Re Rustica*, ou *De agri cultura*, escrito na primeira metade do século II a.C., o primeiro a abordar a economia agrícola desta civilização, Catão referia que a melhor dimensão para uma propriedade eram “cem geiras” (correspondente a 25 hectares), e a sua melhor localização, se possível, “perto da via principal, de preferência junto do mar ou dum rio navegável e de renome”⁴¹. A primeira preocupação de um novo proprietário devia passar pela plantação dos campos, e posteriormente,

34 Por *ager* entende-se o território administrativo da cidade, equivalente ao ‘termo’ medieval e ao atual ‘distrito’. No *ager*, o Estado concessionava parcelas quadradas de terreno, as centúrias, com 2400 pés de lado (cerca de 710,40m), à primeira geração de colonos, que as transmitia hereditariamente. A centurição correspondia então à sistematização de uma maneira de ordenar o território. ALARCÃO, Jorge de – A Produção e a Circulação dos Produtos in Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização, p. 415.

35 PIMENTA, João, MENDES, Henrique, op.cit., p. 60.

36 Idem, *ibidem*, p. 54.

37 Idem, *ibidem*, p. 47.

38 BRAZUNA, Sandra, COELHO, Manuela – A villa das Almoinhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização in Cira Arqueologia nº 1, pp. 103-130.

39 “Se podermos traçar com alguma precisão o contorno da costa na época do domínio romano e localizar e identificar os seus principais acidentes geográficos, não podemos situar seguramente na mesma mais do que um reduzido número de centros populacionais com alguma importância, entre os quais apenas três grandes cidades: Balsa (Luz de Tavira), Ossonoba (Faro) e Olisipo (Lisboa).” MANTAS, Vasco Gil – As villae marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana in Économie et territoire en Lusitanie romaine, p. 139.

40 ALARCÃO, Jorge de – A Produção e a Circulação dos Produtos in Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização, vol. I, p. 421.

41 AMAZALAK, Moses Bensabat – Catão e a Agricultura, p.38.

após boa reflexão, edifica-los. Caso a propriedade esta já se encontrasse cultivada, o proprietário só a devia edificar quando atingisse trinta e seis anos de idade, dedicando-se sobretudo à fiscalização dos trabalhos administrados pelo *villicus* (feitor). Só assim conseguia garantir a rentabilidade da produção⁴².

Pretendia-se que a villa produzisse mais do que gastasse, criasse excedentes para serem colocados nos mercados a preços competitivos, o que dependia da distância a que estivesse do centro urbano. A qualidade dos edifícios que se destinavam à transformação e armazenamento dos produtos, e à recolha e alimentação do gado, era imprescindível. A casa do proprietário, que vivia na cidade, devia igualar-se à sua riqueza, ter “bons alicerces, boa construção”, ser confortável para estadias temporárias; ao passo que o *villicus* devia ser sedentário e cumprir “as suas práticas religiosas [...] perto da casa do dono ou do seu próprio lar”, se fosse o caso⁴³.

Contemporâneo de Vitruvius, Marco Terêncio Varrão redigia aos oitenta anos, em plena decadência republicana, o segundo tratado agrícola. Em *Rerum rusticarum*, ou também *De re rustica*, com uma certa preocupação literária e clara intensão critica, o tratadista introduzia os temas da *agri cultura* a partir de conversas informais onde se discutia a função, ou definição da *villa* um século depois de Catão. Para certos membros da vida pública romana que o acompanhavam, a *villa* estava a perder o seu verdadeiro significado. A ideia catoniana de exploração a grande escala que participasse na economia da cidade estava a desmantelar-se em virtude de um mercado de importação. A expansão das colónias em África e na Sardenha haviam absorvido a produção do trigo, e as da Gália e Grécia a vinicultura, ou seja, o cultivo dos produtos essenciais à economia das *villae* de Roma era praticado fora da península itálica⁴⁴. Perante tais alterações, outros patrícios romanos começavam a entender a *villa* como uma segunda habitação, introduzindo-lhes espaços que pertenciam ao quotidiano citadino. Contudo, Varrão, crítico “das fantasias mais extravagantes” que se preocupavam apenas em “tornar a casa do senhor o mais vasta e o mais luxuosa possível”, ponderava a organização do espaço rural de forma diferente de Catão:

“Nas grandes propriedades é bom haver dois pátios um exterior e outro interior. No pátio interior haverá um tanque para receber a água da chuva, a qual, correndo ao longo das colunas por um plano inclinado, irá formar um bebedouro onde os bois irão beber e banhar-se no verão no regresso doa campos, assim como os gansos e os porcos. No pátio exterior haverá outro tanque que servirá para demolhar os tremoços e outros grãos que requerem este tratamento [...] Além disto, deve construir-se um grande edifício onde se possa guardar todo o produto das colheitas. Este local chamado «nubilarium» (telheiro) deve estar perto da eira onde se malha o trigo [...] É incontestável, atalhou neste ponto Fundânio, que o rendimento de uma propriedade melhora sensivelmente quando os seus edifícios são concebidos com a simplicidade inteligente dos nossos avós”⁴⁵.

42 Idem, *ibidem*, pp. 38, 39.

43 Idem, pp. 40, 41.

44 AMAZALAK, Moses Bensabat – Varrão e o Livro “RERUM RUSTICARUM”, pp. 169-170.

45 Idem, *ibidem*, pp. 125-127.

Por seu turno, Vitruvius, apesar de não se dedicar à agronomia, no capítulo V do Livro VI do Tratado de Arquitetura, escrito entre os anos 35 e 25 a.C., e possivelmente oferecido a Augustus até ao ano 2 a.C., não deixava de refletir sobre os edifícios que ocupavam os campos:

“Aqueles, porém, que vivem dos frutos do campo deverão construir nos seus vestíbulos estábulos, lojas [tabernae] e no interior dos edifícios, caves, celeiros, armazéns e outras instalações que possam estar mais de acordo com a guarda dos produtos do que com uma disposição de elegância [...] Em primeiro lugar tratar-se-á da salubridade, construindo-se as vilas tendo em conta a exposição solar, como no primeiro volume foi escrito a respeito do levantamento do recinto das cidades. A suas dimensões devem ser proporcionais o tamanho da propriedade rústica e à quantidade da produção. Os pátios e as suas medidas serão planeados de acordo com a quantidade de gado, bem como pelo número de juntas de bois que aí for necessário movimentar. No pátio, a cozinha ficará no lugar mais quente. Esta deverá ter junto a si os currais dos bois, cujas manjedouras estarão voltadas para o fogo”⁴⁶.

Se para Varrão (que parecia reunir o consenso de Vitruvius) os espaços da *villa* eram os que a arquitetura grega havia definido – antecâmara, palaestra, vestiário, galeria de colunas, aviário, pombal e celeiro de fruta –, para Columela a proporção correta do Edifício media-se em três edifícios distintos. Escrito nos primeiros anos do século I, em pleno apogeu imperial, o *De re rustica* reservava à *pars urbana* as dependências do proprietário, organizadas segundo as estações do ano; na *pars rustica* estava a grande cozinha, os alojamentos dos trabalhadores (mão-de-obra escrava e assalariada), recolhia-se o gado nos estábulos e currais, e produziam-se os objetos necessários ao funcionamento do *fundus* (herdade) em oficinas de cerâmica e metalurgia. A *pars fructuaria* dedicava-se, por fim, à transformação e armazenamento (celeiros, lagares, adegas) do que provinha do *agri*.

Encostado ao Edifício devia estar o *hortus* (jardim), e à entrada da propriedade a casa do *villicus*, para este poder controlar quem entrava e saía⁴⁷.

O *universus conceptus* – ou *fundus*, segundo Alarcão⁴⁸ – era o espaço que envolvia todo o Edifício (construído ao centro), e era desenhado pelo compasso do *agri* (os campos de cultivo), da *silva* (mata), e do *saltus* (as terras de pasto)⁴⁹.

Para Columela, os edifícios da *villa* deviam dimensionar-se segundo o seu uso, e em função da extensão da propriedade. O espaço edificado não devia exceder a proporção do espaço aberto. Já para *Rutilius Palladius* os edifícios da *villa* deviam construir-se “segundo o valor do campo e o dinheiro do dono”, de forma a que, em caso de “acidente, se repare com a renda de um ano, ou no máximo de dois”. Escrito no século V, durante a decadência do *Imperium*, os quinze livros de *Palladius* para o *Opus Agriculturae* formaram o último tratado agronómico romano, dedicando-se à

46 MACIEL, Manuel Justino – Vitruvius, Tratado de Architectura, pp.232-233.

47 COLUMELLA, L.Junius Moderatus – Husbandry in Twelve Books: and his book concerning Trees. Translated into English, with several illustrations from Pliny, Cato, Varro, Palladius, and other ancient and modern Authors, pp.31-37.

48 ALARCÃO, Jorge de – A Tecnologia Agrária Romana in Portugal Romano, A Exploração dos Recursos Naturais, p. 139.

49 Idem, *ibidem*, pp. 137-139.

ALARCÃO, Jorge de – A Construção na Cidade e no Campo in Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização, pp. 485-488.

compilação do que já havia sido dito de Catão a Columela⁵⁰.

A *villa* romana evoluía assim da propriedade rustica fortificada de Catão e Varrão, cuja principal vocação era a produção agrícola «industrial», para a propriedade urbana do período helenístico de Columela, respondendo a uma ideia de vida sazonal no campo, portanto, de vilegiatura⁵¹; o que se compreende na complexidade da arquitetura, tanto na escala do Edifício como na introdução de equipamentos relacionados ao quotidiano da cidade; salas de banho, templos e necrópoles (por vezes construídas por mausoléus), apesar dos dois últimos não serem mencionados pelos tratadistas.

Em território português, foi a partir da última metade do século II a.C. que as primeiras villae começaram a ocupar o vale do Tejo, em torno de *Olisipo*, *Scallabis* e Abrantes, e junto às principais cidades do sul do país (*Pax Iulia*, *Ebora* e *Salacia*), das quais o «castelo» da Lousa (Mourão), hoje submerso pela albufeira do Guadiana, era um exemplo único [01]⁵².

Construído no início do século I a.C., o edifício da *villa rustica* de Mourão estava embasado à cota 125m, e um pátio central organizava os espaços da residência do proprietário que desenhavam um volume quadrado, de 23,5 por 20 metros:

”se o edifício não se inscreve num perfeito quadrado com diagonais de 100 pés, e se, no sentido do eixo ocidente-orientado, excede essa medida, isso poderá dever-se ao facto de o arquitecto ter sentido necessidade de lhe acrescentar 10 pés nesse sentido para dar, ao compartimento (F), a dimensão que a sua dignidade exigiria. Na hipótese de se tratar de residência civil, esse compartimento seria o tablinum [salão] [...] no canto sudeste deste edifício, uma escada obriga-nos a restituir um edifício com dois pisos [...] os fortíssimos muros, com cerca de 2m de espessura, feitos de lajes (e, nalguns casos, de verdadeiros silhares) de xisto que foram assentes com terra e sem argamassa de cal, apoiam-se directamente no xisto que constitui a rocha-mãe [...] a aproximação, para quem vinha a pé, far-se-ia pelo sul. Quem chegava contornaria a esquina sudeste da casa e entraria pelo canto nordeste [...] subindo quatro degraus, atingia-se um novo patamar, donde, por comprida escada, se alcançava a entrada do edifício principal [...] O centro da casa é um átrio cujo muro desenha quatro perfeitos esquadros e que, em lugar de impluvium [L], tem uma cisterna talhada na rocha, quadrada, com 2m de lado e 8m de fundo, capaz de armazenar, no máximo 3.200 litros de água. É duvidoso se esses esquadros subiam até à altura do andar superior ou se apenas haveria, nos seus cantos, pilares que sustentariam a galeria-varanda de madeira desse piso [...] dos dois compartimentos à esquerda do tablinum, (D) e (E), e dos outros dois, similares, à direita da mesma sala, (G) e (H), um deles poderia

50 CASAS, Ana Moure - Paladio. Tratado de Agricultura.Medicina Veterinaria.Poema de los Injertos, pp. 99-100.

51 FRANCESCHINI, Maria De – Ville Dell'Agro Romano, p.329.

52 “A *villa* romana é uma exploração pré-capitalista: o seu proprietário pretende produzir muito mais do que aquilo que, com sua família e criados, consome. A *villa* não pode, por conseguinte, existir sem mercados consumidores, e esses mercados, são na época romana, a cidade e o exército. Os mercados seriam em primeiro lugar as grandes cidades do Alentejo e Algarve, como *Balsa*, *Ossonoba*, *Myrtilis*, *Pax Iulia*, *Salacia* ou *Caetobriga* [...] quanto à área geográfica dos latifúndios, seria a das terras baixas a sul do Mondego e sobretudo a sul do Tejo.”
ALARCÃO, Jorge de – Portugal Romano, pp.104-105.
ALARCÃO, Jorge de – O domínio romano em Portugal, p.111.

servir de cozinha [...] as alae [salas laterais] da casa são reconhecíveis entre as salas (C) e (D) e, do outro lado, entre (H) e (I). Numa delas estaria o lararium [sala de oração] – do qual, todavia, se não encontrou edícula ou altar confirmativo da função”⁵³.

Porém, em Portugal, parece ter sido a *villa urbana* a tipologia mais utilizada entre o primeiro e quarto séculos, sendo a *Villa Basili* (Torre de Palma, Monforte) um exemplo paradigmático deste tipo de ocupação [02].

Construída entre os finais do século I e o século VI, o Edifício construiu-se numa sucessão de pátios com *peristylum* que organizavam as três dependências da *villa*. A *pars urbana* desenvolvia-se em torno de um *impluvium*, o peristilo de menor dimensão, por onde se acedia aos espaços da residência do proprietário, onde estava a exedra (sala de reuniões), semelhante ao tablinum do castelo da Lousa. Um grande átrio desenhava a passagem do *impluvium* para a *pars rustica*, que era organizada por um peristilo de média dimensão com acesso à cozinha, às *cubiculae* (espaços de dormir), aos estábulos, arrecadações, e às termas pequenas, destacadas a nascente. O peristilo de maior dimensão pertencia à *pars fructuaria*, onde possivelmente estava a habitação do *villicus*, e era fechado pelo alçado poente da *pars urbana* e *pars rustica*.

Destacados a sudoeste estava o *trapetum* (moinho) e as grandes termas. A norte edificavam-se o conjunto religioso e funerário: junto ao templo de Marte estava a basílica contruída nos finais do século IV, e o batistério edificado no século VI. A necropolis estava perto da basílica com dois cemitérios visigóticos adjacentes⁵⁴.

No setor ocidental do *ager Olisiponensis*, no atual concelho de Oeiras foram registadas três *villae*. A nordeste do Palácio do Marquês de Pombal (atribuído ao arquiteto Carlos Mardel – século XVIII), no número 38 Rua das Alcássimas, a descoberta de um mosaico (em 1903) – possivelmente do *triclinium* (sala de refeições da *pars urbana*) – do final do século II e início do século III permitiu a identificação da chamada *villa urbana* de Oeiras, ocupada no Baixo Império. Pela sua localização, numa encosta suave voltada a sul, os arqueólogos presumem que para além da forte exploração agrícola, possa também ter usufruído dos recursos piscatórios do Tejo⁵⁵, o que Vasco Mantas entende por *villa marítima*⁵⁶. A montante desta, estavam as *villae* de Leião e Talaíde que rentabilizavam a fertilidade dos solos segundo a tradição das *villae rustica*. A *villa* de Talaíde construía-se de ambos os lados da Ribeira da Lage dando continuidade à ocupação de Sintra. Na *villa* de Leião, a nascente de Talaíde, os vestígios sugerem uma prática intensiva da agricultura, e a produção de fibras vegetais (linho) com tinturaria, e aproveitamento secundário de lãs para a tecelagem⁵⁷.

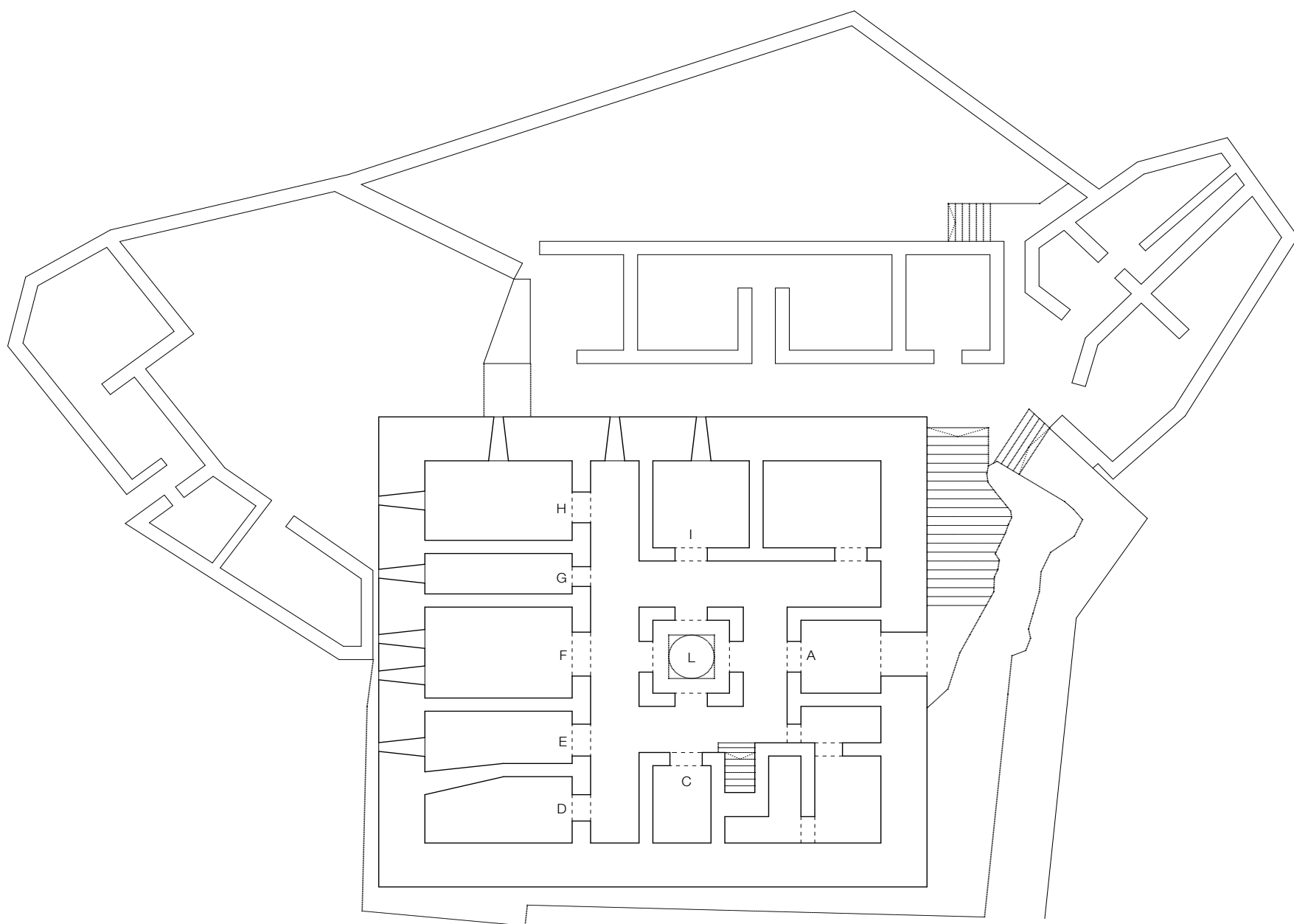
53 ALARCÃO, Jorge de, CARVALHO, Pedro C., GONÇALVES, Ana – A Architectura do Castelo da Lousa in STVDIA LUSITANA, capítulo 5, Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002, pp. 38-40.

54 Villa Lusitano-Romana de Torre de Palma / Estação romana de Monforte in monumentos.pt (IPA.00001853). MESTRE, Victor, ALEIXO, Sofia – Centro Interpretativo das Ruínas de Torre de Palma in architectura ibérica #015, pp. 202-2017.

55 D'ENCARNAÇÃO, José - Oeiras Romana. A compreensível Convivência in Encontros de História de Património. Diálogos em Noites de Verão 2006-2007, pp. 26-30.

56 “Enquanto esta [a villa costeira] se limitava a ocupar uma posição perto da costa desenvolvendo as actividades económicas tradicionais da villa agrícola romana, a villa marítima situava-se sobre a costa ou muito perto dela, independentemente da prática de actividades agrícolas, eventualmente importantes, como defende Jonathan Edmondson e nega Carlos Fabião, uma base económica directamente relacionada com o mar.”
MANTAS, Vasco Gil – As villae marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana in Économie et territoire en Lusitanie romaine, p. 145.

57 CARDOSO, Guilherme, CARDOSO, João Luís – A Ocupação Agrária do Concelho de Oeiras na Época Romana in VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras: História, Espaço e Património Rural, pp. 49-50.



01 planta do castelo da lousa

A vestibulum

0

2.5

10m





02 planta da villa basilli

A pars urbana . **B** pars rustica . **C** pars fructuaria . **D** necropolis . **01** impluvium . **02** exedra . **03** termas pequenas . **04** termas grandes . **05** templo de marte . **07** batistério



Contrariamente ao que foi registado a ocidente da *civitas*, as notícias de achados arqueológicos de período romano na paisagem oriental mais próxima de *Olisipo* são escassas.

Vieira da Silva relata que durante a construção da Avenida Marechal Gomes da Costa (entre junho e julho de 1944) foi encontrada de forma atribulada uma necrópole luso-romana onde estava edificada uma cripta. A cerca de 1400 metros a noroeste da Quinta da Bela Vista, nas imediações da Quinta do Poço de Cortes (demolida pelo Plano de Urbanização de Chelas), a construção, possivelmente do final do neolítico, ou início da Idade do Bronze, era:

“subterrânea [...] com a forma circular, cujo centro a coincidir, incidentalmente, com o eixo do corredor e do leito da avenida em construção [...] A câmara foi escavada numa camada argilosa, que os geólogos classifica de argilas azues de Xabregas, sôbre a qual assentava um cascão de calcário, com cêrca de 0m,9 de espessura [...] O diâmetro da câmara era de cêrca de 9m,60, e o fundo apresentava um ligeiro declive para o centro, onde se abria um pequeno poço semi-ovoide, com 0m,50 de profundidade [...] Sôbre a soleira levantavam-se duas ordens de pilares dispostos em coroas circulares, parecendo terem sido construídos para suportar a cobertura. A corôa interior tinha 4 pilares e a de maior diâmetro tinha 7, um dos quais ficou encastrado e fazendo parte de um muro ulteriormente construído, com a forma, em planta, de segmento circular, formando assim uma parede plana [...] os pilares, bem com as paredes da câmara, eram rebocados com uma grossa camada de argamassa avermelhada (cêrca de 0m,04 de espessura), em que parecia haver abundante mistura de pó de tejo; nalguns sítios ainda se conheciam vestígios de desenhos a preto. A cobertura, segundo nos informaram, era constituída pela própria camada de cascão calcário que mencionámos, sobreposta à argilosa em que fôra escavada a câmara; e com ela tinha uma pequena inclinação, isso originou ter ficado a câmara com cêrca de 1m,80 de altura no lado ocidental, e 1m,40 no oriental [...] a única abertura de acesso ao interior da cripta, que encontrou, segundo nos disseram, foi um orifício circular na cobertura, com cêrca de 0m,80 de diâmetro”⁵⁸.

No local foi ainda encontrada uma moeda de cobre do imperador Marco Aurélio Cláudio (268-270 d.C.), fragmentos de cerâmica vermelha, ossadas humanas e de animais (estes destruídos durante o processo de remoção de terras), “três pequenas aras votivas e uma tampa de columbário quâsi completa, com inscrições latinas”, “urna cinerária de calcáreo, com feitio de meio ovo”, e uma sepultura completa.

Também na Quinta da Bela Vista, o mesmo autor refere que Coelho Gasco registou o achado de um cipo tumular romano na envolvente à casa da propriedade (da qual era herdeiro, possivelmente, desde primeiro quartel do século XVII), e Maria Luísa Blot alude à descoberta de outros monumentos do mesmo período⁵⁹. Pela epigrafia do monumento de Gasco, sabe-se do enterramento de uma *Juliae Labernariae* (falecida aos trinta e sete anos), filha de *Caius Julius Silvanus* e de *Julia Glauca*; o que leva a especular a existência de uma necrópole familiar no local⁶⁰.

58 SILVA, Augusto Vieira da – Uma estação lusitano-romana no sítio de Poço de Côrtes in *Revista Municipal* 20-21, pp. 37-38.

59 BLOT, Maria Luísa – Os Portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal in *Trabalhos de Arqueologia* 28, p. 241.

60 SILVA, Augusto Vieira da – Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história de Lisboa romana), p.67.



- **A miliário de probo**
casa dos bicos . com identificação arqueológica
- **B miliário da cruz de pedra**
sem identificação arqueológica . presumível localização
- **C pedetel da estátua do imperador trajano adriano**
sem identificação arqueológica . presumível localização
- **D miliário de magnêncio**
convento de chelas . com identificação arqueológica
- ◆ **E necrópole romana**
convento de chelas . com identificação arqueológica
- ◇ **F necrópole romana**
bela vista . sem identificação arqueológica . presumível localização
- ◆ **G necrópole luso-romana**
poço de cortes . com identificação arqueológica

Cr.01 carta dos monumentos arqueológicos romanos no vale de chelas e passagem da estrada olisipo-emerita

0 300 1200m



No antigo Convento de São Félix não só o miliário Magnêncio prefigura nos achados arqueológicos romanos, tendo sido identificados outros monumentos funerários e, possivelmente, arquitetónicos. No muro do quintal adjacente à sacristia da igreja estavam encastrados dois cipos, e um terceiro subterrado atrás do paramento exterior da capela-mor. Como banqueta de altar, no interior da igreja, foi encontrado o friso da tampa de um sarcófago.

Pelo ano de 1600, durante obras de manutenção do edifício descobria-se o cipo de dois filhos (lulia e um irmão) de um Quinto da Tribo Galeria no muro do quintal da sacristia. No mesmo local, entre 1606 e 1608 achava-se o cipo do Edil Caio Gavio (ou Caio Flavio) de vinte e nove anos, filho de Caio da mesma tribo⁶¹. Em obras anteriores, de reconstrução da igreja aquando do priorado de Luiza de Noronha e D. Miguel de Castro arcebispo de Lisboa, entre 1603 e 1604, segundo José d'Ascensão Valdez foi encontrado a pouca profundidade o cipo da sepultura conjunta de uma Julia Flaminea Vestal (ou Julia Fundana, segundo a tradução de Vieira da Silva)⁶², irmã do Quinto Julio e Caio Severo, filhos de um Quinto Julio⁶³, possivelmente elaborado no século I (segundo Vieira da Silva). O último monumento funerário encontrado no convento, nos finais do século XIX, foi o friso da tampa de um sarcófago de período tardio (século IV) que se presume, pela representação de Musas e filósofos, ter pertencido a um cidadão erudito⁶⁴. Às três peças funerárias Valdez acrescenta que em 1604 já se sabia da existência de “uma pedra esquartelada” decorada por florões, que parece ter pertencido ao teto de um peristilo⁶⁵.

A natureza e qualidade dos monumentos romanos do sistema do vale Chelas induzem à presença de conjuntos funerários pertencentes a cidadãos distintos, principalmente onde está o edifício do extinto Convento de São Félix, que pela sua dispersão e distância da cidade não permitem ponderar a sua relação com a necrópole de *Olisipo* [Cr.01].

Ao longo da sua obra, Mantas e Alarcão aludem à presença de duas villae no vale de Chelas, uma no lugar do Poço de Cortes e outra próxima ao convento, ainda assim, não nos parece menos favorável a possibilidade levantada por Vieira da Silva para a existência de uma terceira *villa* no lugar da Bela Vista. Contudo, o sítio dos achados apenas nos posiciona na eventual localização das necrópoles, sendo a da Bela Vista pouco clara nos relatos literários.

Coloquemos as hipóteses, não para encontrar respostas, mas levantar problemas.

Pelo talvegue do vale de Chelas, como referido, passava o tramo oriental da estrada que fazia comunicar *Olisipo* a *Scallabis*. Tratando-se de duas *civitates* de referência no extremo ocidente da *Lusitania*, a notabilidade do percurso com ligação a *Emerita* (essencial ao escoamento dos produtos agrícolas) permite especular o forte interesse privado nos campos que o acompanhavam, como se verificou nas *villae* de Vila Franca de Xira e de Loures. Por outro lado, a estrada depois de descer a Calçada das Lajes aproximava-se do estuário do Tejo. Vieira da Silva faz ainda a referência a uma “pedra com inscrição honorífica” encontrada no antigo forte de Xabregas, entre o Palácio dos Marqueses de Nisa e o

61 SILVA, Augusto Vieira da, *ibidem*, p.199.

62 Idem, *ibidem*, p.200.

63 VALDEZ, José Joaquim d'Ascensão – Monumentos Archeologicos de Chellas: Apontamentos para o catálogo descriptivo dos existentes no Museu do Carmo, pp. 7-10.

64 AA.VV. – Inventário do Museu Nacional de Arqueologia, Coleção de Escultura Romana, p.104.

65 A peça, de 0,81x0,78m e espessura entre os 0.25 e 0.28m, tinha quatro quadrados esculpidos em baixo relevo, em que dois deles tinham ao centro um florão de cinco pétalas centrado por um elemento esférico (também em alto relevo), e os dois restantes, opostos pelo cruzeiro esquartelado, apenas se distinguiam pelas quatro pétalas dos florões centrados por um friso circular. VALDEZ, José Joaquim d'Ascensão, op. Cit.

Convento de São Francisco, “que teria sido base ou pedestal de estátua levantada pela cidade de Lisboa, por intermédio de dois *Duumviro*s, ao Imperador romano Trajano Adriano, cêrca do ano 121 D.C.”⁶⁶: terá existido naquele local alguma estrutura singular que permitia embarcar a mercadoria com destino ao porto de *Olisipo*, facilitando o seu escoamento? Se assim fosse, o vale de Chelas reunia as condições elegidas por Catão para o assentamento de uma *villa*, às quais Varrão acrescentava a importância da propriedade integrar no seu interior “uma fonte de água viva”, recurso que parece ter existido em abundância segundo a descrição de Júlio de Castilho, onde um esteiro do Tejo subia o vale por Xabregas⁶⁷.

Se os recursos naturais se apresentavam favoráveis à possível existência de *villae* no vale de Chelas, onde se localizavam os seus edifícios? Tomando o exemplo da *Villa Basilli*, junto da necropolis estavam ainda edifícios religiosos, e a distância destes ao Edifício, perto de cento e quarenta metros, era suficientemente confortável para manter a salubridade do ar, o contacto visual com a casa do proprietário, e a sua fácil acessibilidade. Na necrópole de Chelas, Valdez refere-se à «peça esquartelada» como elemento do teto de um peristilo, sobre o qual recaem as dúvidas: seria este monumento parte da construção de um templo, à semelhança da *Villa Basilli*, ou tratar-se-ia de um elemento decorativo de um mausoléu erigido para receber o corpo do proprietário do «sarcófago das Musas»? Estará o mito de Aquiles – encontrado por Ulisses no sítio de Chelas protegido por vestais – levantado pelo historiador João de Barros (1496-1570) tão longe do que possa ter existido naquele lugar?

De qualquer forma, o grande *deverticulum* do vale, escavado pela regressão do golfo Tejo-Sado durante o Miocénico final, não se mostra como o melhor lugar para a construção do Edifício da villa de Chelas.

Rutilius Palladius referia que o lugar ideal para edificar era o mais elevado e seco possível, pois só assim se evitavam constrangimentos nas fundações⁶⁸. Para Vitruvius e Varrão, por razões de salubridade e segurança, o planalto era igualmente elegido como o melhor lugar para a construção do Edifício⁶⁹. Desta forma, o planalto mais próximo da necrópole da *villa* de Chelas (280 metros aproximadamente) é o que remata a cumeada que define a grande derivação do vale, isto é, o sítio da casa da Quinta do Armador, cuja a orientação natural (noroeste-sudeste) permitia ao Edifício receber a devida insolação – aproximando-se às sugestões de Varrão –, e os diferentes espaços da *villa* (*pars urbana*, *pars rustica* e *pars fructuaria*) podiam ser cuidadosamente organizados segundo as estações do ano, como proposto por Columela. A ter sido esta a sua localização, o acesso entre o Edifício e a necrópole podia ser feito pela encosta voltada a sul, onde o declive é menos acentuado: será parte da azinhaga do Armador o caminho entre a residência do proprietário e a necrópole da *villa*?

Percorrendo a cumeada do Armador para norte chega-se ao sítio da Bela Vista, onde Coelho Gasco achou o cipo de *Iuliae Labernariae*. Mesmo que a localização exata do achado não seja conhecida, podemos ponderar a existência de uma segunda villa no lugar da casa da referida quinta, onde a morfologia do vale e a proximidade da estada para *Emerita* permitem, à partida, a hipótese.

66 SILVA, Augusto Vieira da, op. Cit., pp. 68-69.

67 CASTILHO, Júlio – Lisboa Antiga: Bairros Orientais, volume I, pp. 291-292.

68 CASAS, Ana Moure, op. Cit., p.99.

69 AMAZALAK, Moses Bensabat – Varrão e o Livro “RERUM RUSTICARUM”, pp. 124-125. MACIEL, Manuel Justino, op. Cit., p.41.

Se considerarmos os cento e quarenta metros que separam o Edifício da *Villa Basilii* da sua necrópole, as distâncias que vão da antiga propriedade de Coelho Gasco ao promontório do Armador (2100 metros, aproximadamente, seguindo o festo), e ao mausoléu do Poço de Cortes (cerca de 1400m), mostram-se demasiado distantes para podermos equacionar a pertença do cipo de *Ivliae Labernariae* às necrópoles anteriores. Assim sendo, as coordenadas que possam eventualmente trazer alguma correspondência com as orientações dos tratadistas são as que coincidem com a implantação da antiga casa da referida quinta (existente), contígua à cumeada. Nesse local o Edifício facilmente acedia ao talvegue, onde podemos imaginar o agri, à estrada que vinha de Emerita (a cerca de 650m), e manter-se a uma distância confortável da arriba fóssil (onde hoje passa a Avenida Almirante Gago Coutinho) que estancava o sapal de Alvalade.

O mesmo se poderá imaginar relativamente à posição do Edifício da villa do Poço de Cortes. A necrópole lusitano-romana apresentada por Vieira da Silva distava, sensivelmente, cento e quarenta metros do festo que desce até aos Ourives, ou seja, no lugar onde se encontravam as casas das quintas do Desembargador e do Poço de Cortes. A duzentos metros do itinerário para *Olisipo – Emerita*, a orientação do festo (noroeste-sudeste) poderia proporcionar ao Edifício a qualidade necessária à recolha e armazenamento dos produtos, bem como a devida proteção, arejamento e insolação das dependências do proprietário. Contudo, o posicionamento dos Edifícios rurais romanos podia ainda depender da centurição colonial de cada cidade, caso existisse.

Varrão dizia que na *Hispania Ulterior* as terras eram medidas em *jugum* – a “extensão que dois bois atrelados” podiam lavrar por dia –, enquanto “na campina romana, bem como em todo o Lácio”, utilizava-se a jeira. Uma jeira continha dois *actus aquadratus* (cada *actus quadratus* com 120 pés quadrados), e “a fração mínima de uma geira”, ou *scrupulum*, tinha dez pés romanos de lado (100 pés quadrados); “duas geiras reunidas formavam no tempo de Rómulo uma «herança» (*heredium*) [...] com o tempo, cem heranças vieram a chamar-se centúria [cerca de 5000 hectares] [...] quatro centúrias reunidas, formando duas centúrias de cada lado,” tinham o nome se saltus “nas distribuições publicas das terras”⁷⁰.

No desenvolvimento de trabalhos sobre a ocupação romana no concelho de Oeiras, depois de localizarem “mais de uma dezena de villae e [...] um número indeterminado de casais agrícolas”, Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso colocaram a possibilidade daquela paisagem ter sofrido uma centurição que “assegurasse as comunicações, não entre si, mas também com o litoral e, sobretudo, com a grande urbe olisiponense”. Do mapeamento dos sítios romanos, os arqueólogos perceberam que existia uma continuidade entre as propriedades que ocupavam o concelho de Cascais, Oeiras e Sintra, estabelecendo alinhamentos que desenhavam uma quadricula com 1420m de lado (201,64 hectares) segundo a orientação do cardus e decumanus de Olisipo (noroeste-sudeste | nordeste-sudoeste), “extensiva a todo sector sul-ocidental do Ager olisiponense”⁷¹. Segundo Alarcão, a dimensão máxima atingida pelas propriedades do atual território português foi de duzentos hectares, conseguida, porém, só depois da reorganização territorial de *Augustus*⁷².

70 AMAZALAK, Moses Bensabat, op. Cit., p.124.

71 CARDOSO, Guilherme, CARDOSO, João Luís – A Ocupação Agrária do Concelho de Oeiras na Época Romana in VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras: História, Espaço e Património Rural, p. 45.

72 ALARCÃO, Jorge de – A Tecnologia Agrária Romana in Portugal Romano, A Exploração dos Recursos Naturais, p.137.

Terá o setor sul-oriental do *ager* de Olisipo sofrido o mesmo processo de ordenamento do território?

À semelhança das *villae* do ocidente, as que ocupavam o vale de Chelas podiam ter contribuído de igual forma para o abastecimento diário da cidade⁷³, embora as ocidentais desfrutassem da fertilidade dos solos basálticos do complexo vulcânico de Lisboa (desenvolvido no Cretáceo final), e as orientais tivessem disponíveis os solos de aluvião e arenosos dos talwegues, e argilosos das cumeadas (especialmente no festo do Poço de Cortes)⁷⁴. Ainda assim, as *villae* de Chelas estavam mais próximas do centro urbano e integravam um tramo da grande estrada para *Emerita*.

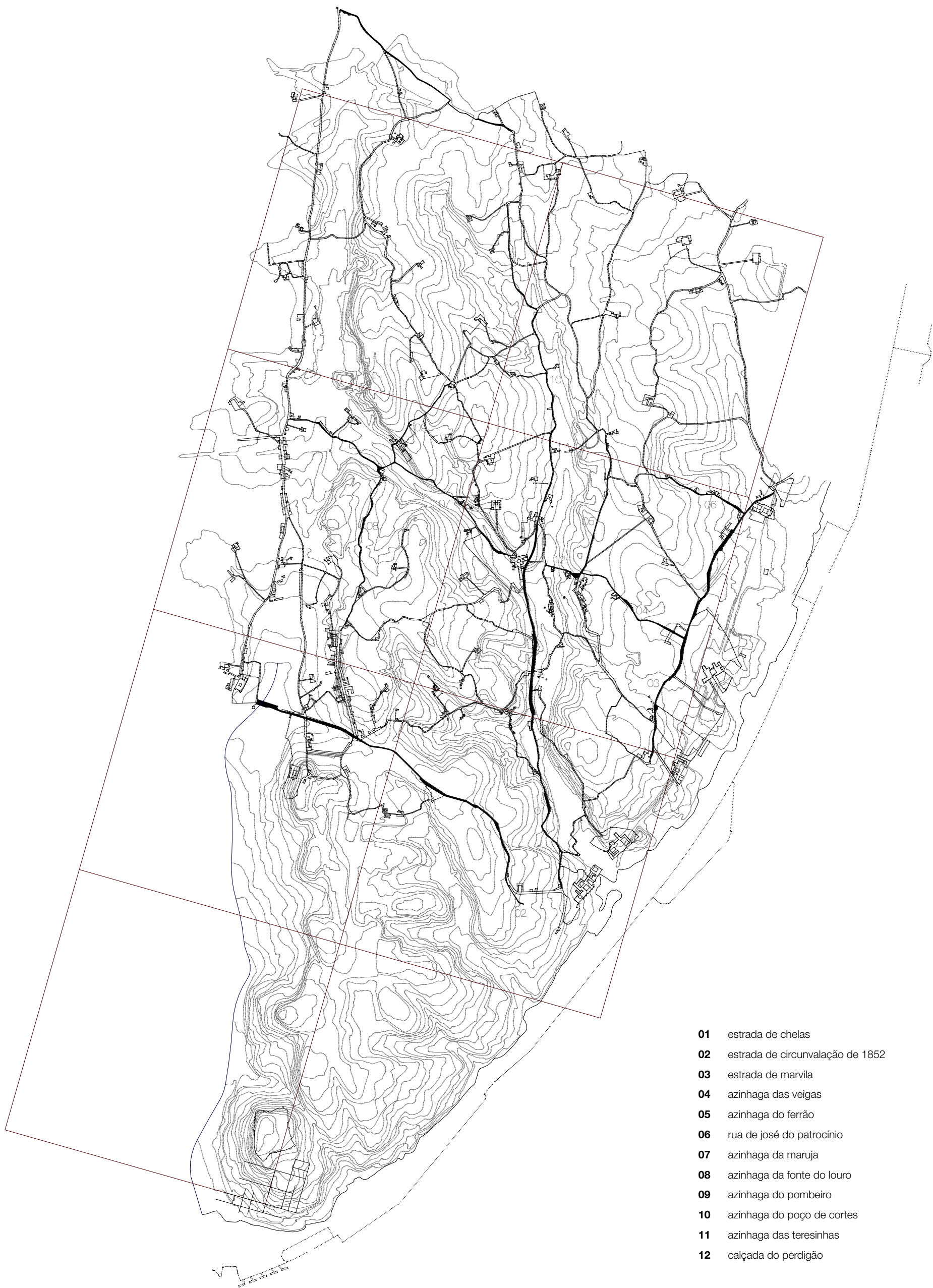
Conscientes de que o primeiro levantamento topográfico de Chelas que dispomos é do início do século XIX, e que a informação arqueológica acerca da ocupação romana nesse espaço é escassa, a tentativa de conjecturar uma divisão administrativa desse período sobre o espaço oriental mais próximo da *civitas* mostra-se difícil, e falível; conquanto é um exercício que deverá ser abordado.

Pela ausência de trabalhos arqueológicos que permitam sistematizar a ocupação romana no setor oriental de Lisboa, a utilização da metodologia adotada pelos arqueólogos Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso, à partida, não se mostra aplicável, mas a sua inversão poderá ser um ponto de partida.

Começando por construir uma trama quadrangular de 1420 por 1420 metros a partir dos eixos fundamentais de *Olisipo* (oés-noroeste | este-sudeste, e nor-nordeste | su-sudeste), percebemos que quando esta se aproxima do talvegue de Chelas, o *deverticulum* do vale para ocidente acompanha, grosso modo, a orientação do *decumanus*; o que não acontece com o ramal oriental do itinerário para *Emerita*, de orientação norte-sul. Sobrepondo a centurição conjecturada ao Levantamento Topográfico de Lisboa de 1904-11 (Silva Pinto) [03], verificamos que parte do eixo da Azinhaga da Maruja (parcialmente existente), integrada no *deverticulum* do vale, dirige-se para o sítio de Alvalade com uma orientação semelhante ao *decumanus* da *civitas*. Quando esta se aproxima do encaixe do sapal (torção do talvegue para norte) cruzavam-na perpendicularmente as extintas Azinhagas do Pombeiro (que subia a encosta até ao festo da Bela Vista), e Fonte do Louro (na encosta da cumeada que passa pelo Alto de São João). Por outro lado, a Calçada do Perdigão (existente) parece dar continuidade ao caminho da Maruja para subir a encosta até o Alto das Conchas, local onde cruza a Azinhaga do Ferrão (parcialmente existente) – perpendicular –, e de onde partia a Azinhaga das Veigas (parcialmente existente), com passagem pela antiga Sociedade Nacional de Sabões e Escola Industrial Afonso Domingues, até encontrar a Estrada de Marvila (perpendicular). Paralela à Azinhaga das Veigas, a Rua de José do Patrocínio nasce na Rua de Marvila a querer encontrar a Azinhaga do Ferrão (perpendicular). Quanto ao eixo da Azinha dos Alfinetes adota uma orientação semelhante à parte da Azinhaga do Armador que sobe a encosta, e a todo o comprimento da Azinhaga da Bela Vista (que encontra o topo da Azinhaga do Pombeiro), sensivelmente a quarente e cinco graus em relação à orientação da centurição: terão estes caminhos estabelecido o acesso entre o Edifício e o limite do seu *fundus*? Tendo acontecido, poderemos ponderar a existência de uma quarta villa edificada no sítio da ruína da casa da Quinta dos Alfinetes?

73 Relativamente ao abastecimento da cidade com produtos não perecíveis, como o azeite, os cereais e o vinho, provinham de culturas mais afastadas, entre os cinco e os vinte quilómetros. Idem, ibidem, p.53.

74 In Sistema Nacional de Informação Geográfica – <http://snig.dgterritorio.pt/portal/>.



- 01 estrada de chelas
- 02 estrada de circunvalação de 1852
- 03 estrada de marvila
- 04 azinhaga das veigas
- 05 azinhaga do ferrão
- 06 rua de josé do patrocínio
- 07 azinhaga da maruja
- 08 azinhaga da fonte do louro
- 09 azinhaga do pombeiro
- 10 azinhaga do poço de cortes
- 11 azinhaga das teresinhas
- 12 calçada do perdigão

03 planta do cadastro do vale de chelas em 1911



No limite norte do vale Chelas encontramos novamente uma certa concordância do cadastro levantado entre 1904-11 e a presumível centurição. Olhando para o extremo da Azinhaga das Teresinhas (inexistente) verificamos que num determinado momento a Azinhaga do Poço de Cortes vem ao seu encontro, configurando um caminho próximo à orientação do decumanus, e em certa medida paralelo à Azinhaga da Maruja. O mesmo acontece mais a sul com o eixo composto pela extinta Travessa das Freiras de Arroios (corrigida pela Rua Morais Soares) e a antiga Estrada de Circunvalação (atual Avenida Afonso III)⁷⁵.

Tal como a Azinhaga da Maruja, este caminho não é exatamente paralelo ao *decumanus* de *Olísipo*, o que se pode dever à torção do festo do Alto de São João.

Por aqui averiguamos que as posições conjecturadas para cada Edifício são isoladas em centúrias distintas, havendo um alinhamento do cardus com o possível embasamento do Edifício do Poço de Cortes. Porém, as necrópoles com posição conhecida (Chelas e Poço de Cortes) ficam inclusas nas centúrias limítrofes. O cadastro sugere assim uma centurição de medida inferior à inicialmente conjecturada, com uma quadricula de setecentos e dez metros de lado (metade da anterior). Ou seja, cada propriedade com uma área de 50 hectares, o dobro da dimensão sugerida por Catão para o dimensionamento da villa rustica [Cr.02].

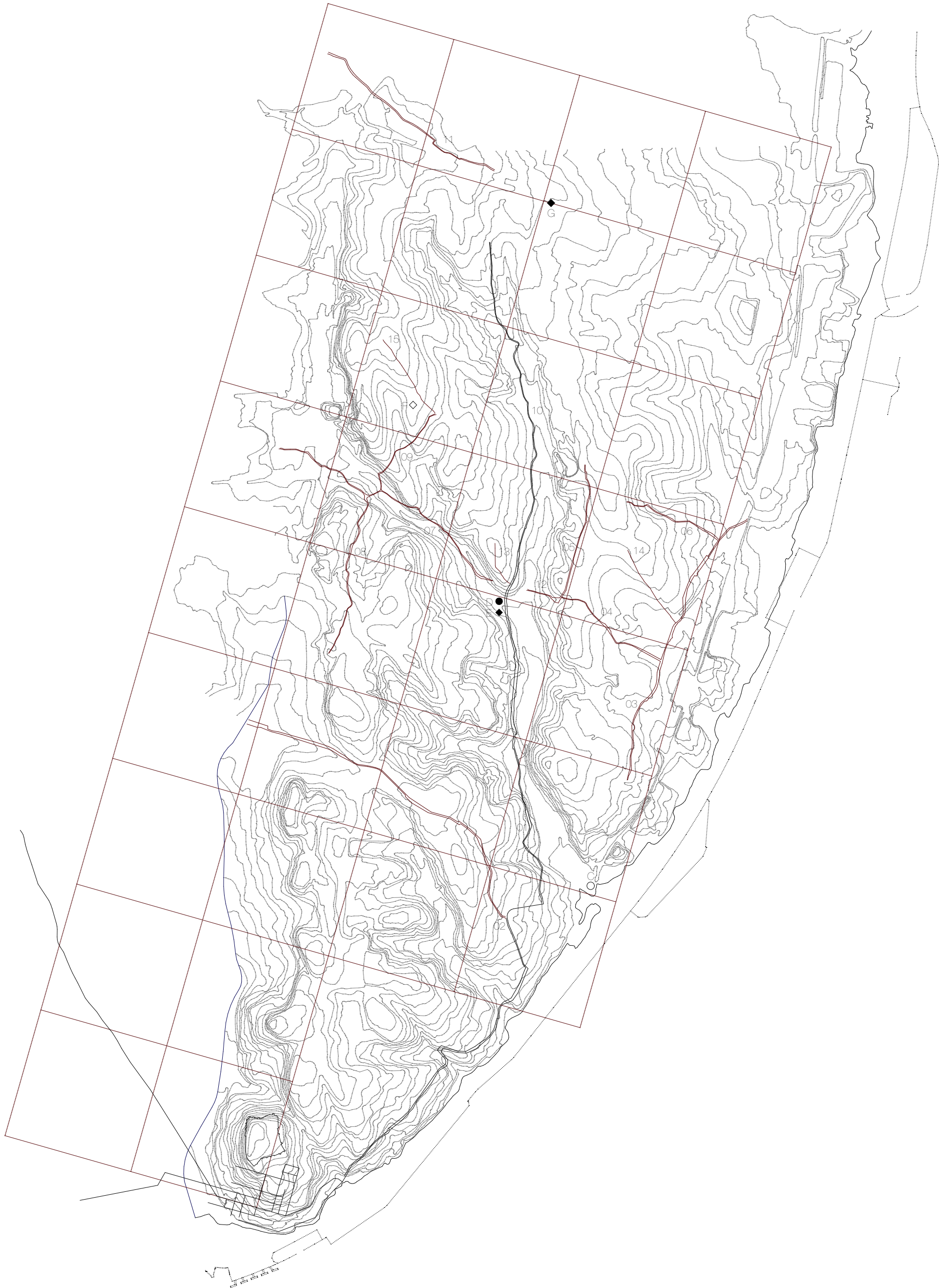
Tal dimensão (710 metros) parece estabelecer paralelo com a centurição da capital de província *Emerita Augusta*. Estudos semelhantes aos desenvolvidos por Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso supõem que no *ager* meridional da *civitas* pudessem ter sido desenvolvidas entre três a quatro mil centúrias com medida idêntica, o que equivalia a um quadrado de vinte *actus* de lado. No entanto, não se afasta a hipótese da sobreposição de uma centurição posterior de quarenta por vinte *actus*, ou seja, retângulos de 1420 por 710 metros (cem hectares)⁷⁶; possibilidade que o cadastro de Chelas parece não concordar.

Considerando a centurição inicial de 1420 metros poderemos conjecturar como limites de cada *villa*, paralelos ao *cardus*, a extinta Estrada de Sacavém (a passar pelo sapal de Alvalade), o tramo do itinerário correspondente à Estrada de Chelas – Azinhaga do Poço de Cortes (embora este não adote a orientação do eixo da cidade), e a Estrada de Marvila; e paralelos ao decumanus, os troços compreendidos pela Travessa das Freiras de Arroios – antiga Estrada de Circunvalação, Azinhaga da Maruja – Calçada do Perdigão – Azinhaga das Veigas, e os extremos das azinhagas das Teresinhas e Poço de Cortes, ficando os restantes caminhos agrícolas inseridos nas propriedades. Tendo assim acontecido, a necrópole de Chelas fica agora interior ao fundus da respetiva *villae*, encostada ao seu possível limite, não sendo possível averiguar com a mesma precisão o caso da necrópole do Poço de Cortes por desconhecermos o seu eventual

75 Da Estrada de Circunvalação de 1852 Vieira da Silva refere que a sua construção foi conseguida com correção de troços de caminhos existentes e com a construção de novos. Se considerarmos a *Planta Topographica da Cidade de Lisboa* de 1780 facilmente se verifica que a atual Avenida Afonso III, ainda que com outra configuração, já existia enquanto caminho rural, afastando-se do festo na Parada do Alto de São João para encontrar a Calçada das Lages, e Travessa do Gargalacho (extinta); que como vimos poder-se-á tratar de um tramo do itinerário para *Emerita*. Para ocidente, em direção ao vale de Arroios, quer o *Plano Geral da Cidade de Lisboa* (1785), de Francisco Domingos Milcente, como a *Carta Topographica de Lisboa e seus Subúrbios* (1807) de Duarte Fava, registam o encontro desse caminho com a antiga Travessa das Freiras de Arroios no planalto de São João, onde hoje se abre a Praça Paiva Couceiro. Continuando a descer a travessa até ao talvegue, percebemos que ao encontrar o Convento de Arroios esta admite uma ligeira torção antes de se cruzar com a extinta Estrada de Sacavém. Torção essa que poderá ter sido causada pela cerca do convento. Se excluirmos a pequena torção de 100 metros, observamos que toda a extensão da Travessa das Freiras de Arroios garante uma certa ortogonalidade com a Estrada de Sacavém.

SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa, pp. 11-18|SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa, pp. 12, Plantas nº4, 5 e 6.

76 Sobre o problema da centurição de Emerita Augusta Cf. LEÃO, Natália Murano de – Influências Greco-Romanas na Hispânia: Colonização, Arquitetura e Urbanismo de Emerita Augusta (séculos I a.C. ao II d.C.), pp. 241-243.



- 01 estrada de chelas
- 02 estrada de circunvalação de 1852
- 03 estrada de marvila
- 04 azinhaga das veigas
- 05 azinhaga do ferrão
- 06 rua de josé do patrocínio
- 07 azinhaga da maruja
- 08 azinhaga da fonte do louro
- 09 azinhaga do pombeiro
- 10 azinhaga do poço de cortes
- 11 azinhaga das teresinhas
- 12 calçada do perdigão
- 13 calçada do armador
- 14 azinhaga dos alfinetes
- 15 azinhaga da bela vista

- C pedetel da estátua do imperador trajano adriano
sem identificação arqueológica . presumível localização
- D militário de magnêncio
convento de chelas . com identificação arqueológica
- ◆ E necrópole romana
convento de chelas . com identificação arqueológica
- ◇ F necrópole romana
bela vista . sem identificação arqueológica . presumível localização
- ◆ G necrópole luso-romana
poço de cortes . com identificação arqueológica

Cr.02 carta conjectural da primeira centurição do vale de chelas

0 200 800m



limite superior, mas caso esse desse prosseguimento à orientação do limite norte da villa da Bela Vista então confirmar-se-ia também a sua inclusão na respetiva propriedade [Cr.03].

Acerca da representatividade de *Olisipo* pensa-se que após a fortificação de Décimo Júnio Bruto (138 a.C.) a cidade tenha recebido o estatuto de *conventus civium Romanorum*, e durante os meados século I a.C., o título de *oppidum civium Romanorum*, quando por essa altura já o tecido urbano ocupava toda a vertente sul da colina do castelo “cujos limites, a nascente, deveriam coincidir, mais ou menos, com o percurso seguido mais tarde pela muralha oriental da Cerca Moura [construída sobre o muro alto Imperial do século I d.C.⁷⁷], prolongando-se, a ocidente, até aos limites do antigo Esteiro”⁷⁸. Todavia, o título de «*oppidum*» era conferido à *urbs* propriamente dita e não a um território administrativo, como refere Júlia Almeida citando Cardim Ribeiro⁷⁹. Posteriormente, já no final da última metade no século I a.C., à chegada do *Imperium*, a *civitas* ascendia a *municipium civium Romanorum* recebendo o apelido de *Felicitas Iulia*, e um território dependente de si⁸⁰.

Poderemos com isto conjecturar que a centurição de 710 metros tenha resultado da administração conventual, mais próxima da medida da *villa rustica*, e a centurição de 1420 metros da gestão do *municipium*, ocupada por *villae urbanae*? A este respeito, a cronologia dos monumentos arqueológicos parece apenas confirmar a segunda hipótese, visto que a data mais antiga que é conhecida corresponde à moeda de Marco Aurélio Cláudio, governante entre os anos 268-270, encontrada na cripta do Poço de Cortes, e ao cipo de Julia Flaminea Vestal, possivelmente esculpido no século I. As restantes – Miliário de Magnêncio (século IV) e sarcófago das Musas (século IV), provenientes do Convento de São Félix – remetem-nos para o final da romanização.

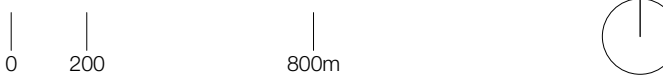
Possivelmente as incertezas nunca serão (completamente) esclarecidas uma vez que a forte humanização do território deteriora a preservação dos cadastros mais antigos. Contudo, os vestígios fugazes da presença romana no vale de Chelas permitem imaginar uma ocupação permanente até um período tardio. Terá esta ocupação permanecido com a dissolução do Império?

77 GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana – As muralhas de Olisipo - O troço junto ao Tejo in Muralhas de Ciudades Romanas en el Occidente del Império - Lucus Augusti como paradigma, pp. 690-693, 695.
NEVES, Francisco – Cerca Moura de Lisboa afinal é romana in jornal Público, edição online de 11/10/2001.
78 Acerca do crescimento urbano de Olisipo Cf. MOITA, Irisalva, op. Cit.
79 ALMEIDA, Júlia, op. Cit., p. 43.
80 Idem, ibidem, pp. 41-43.



- 01 estrada de chelas
 - 02 estrada de circunvalação de 1852
 - 03 estrada de marvila
 - 04 azinhaga das veigas
 - 05 azinhaga do ferrão
 - 06 rua de José do patrocínio
 - 07 azinhaga da maruja
 - 08 azinhaga da fonte do louro
 - 09 azinhaga do pombeiro
 - 10 azinhaga do poço de cortes
 - 11 azinhaga das teresinhas
 - 12 calçada do perdigão
 - 13 calçada do armador
 - 14 azinhaga dos alfinetes
 - 15 azinhaga da bela vista
 - 16 estrada de sacavém
- C pedetal da estátua do imperador trajano adriano
sem identificação arqueológica . presumível localização
 - D miliário de magnêncio
convento de chelas . com identificação arqueológica
 - ◆ E necrópole romana
convento de chelas . com identificação arqueológica
 - ◇ F necrópole romana
bela vista . sem identificação arqueológica . presumível localização
 - ◆ G necrópole luso-romana
poço de cortes . com identificação arqueológica

Cr.03 carta conjectural da segunda centurição do vale de chelas



O FINAL DA PRESENÇA ROMANA E O ASSENTAMENTO VISIGODO NO VALE DE
CHELAS

A debilidade do *Imperium*, e as iniciativas dos povos norte e leste europeus – independentes do regime romano – sobre a *Hispania* traziam consigo um longo período de instabilidade marcado por confrontos consecutivos, aos quais *Olisipo* não ficava indiferente. Embora as forças romanas tentassem conservar o seu domínio, os pactos estabelecidos com o emergente reino visigodo acabavam por agudizar a fragmentação do espaço romanizado.

No que consiste à presença dos povos invasores no sistema do vale de Chelas apenas os relatos históricos poderão trazer alguma ideia dessa ocupação, existindo somente uma breve notícia, dada por Fernando de Almeida, acerca da deposição de treze relíquias no sítio do Convento de São Félix no ano de 665, e esta já em pleno contexto visigodo. Sobre estes, os acordos estabelecidos com o Estado romano acrescentam a possibilidade de uma coexistência ocupacional que ia além de uma tolerância cultural, promovendo uma reorganização agrária que cedia dois terços do anterior *fundus* romano aos colonos godos.

As dúvidas que se colocam, além da possível manutenção ou debilidade das propriedades hispano-romanas, relacionam-se sobretudo à deposição das relíquias no lugar do convento, e ao impacto da sua presença: bastaria uma simples ermida para as acolher, ou houve a necessidade de construir um edifício que oferecesse as condições adequadas à receção dos peregrinos para o culto da fé?

Em pleno advento imperial romano, na Escandinávia meridional, os Godos começavam a movimentar-se em torno do Mar Báltico, e até ao século III penetraram pelo leste europeu com destino ao Mar Negro. As populações ramificavam-se proporcionando o aparecimento da tribo oriental ostrogoda, fixada, *lato sensu*, no atual território ucraniano, e a ocidental visigoda que ocupava o atual espaço romeno, antiga Dácia. Ainda assim estes povos não foram impermeáveis aos avanços dos euroasiáticos Hunos, que levaram os ostrogodos à submissão e ao refúgio dos visigodos no Império Romano do Oriente, no último quartel do século IV.

A presença visigoda em território imperial não passou despercebida, e em 378, depois de confrontos com o exército romano em *Adrianopoli*, dirigiram-se para o ocidente sobre escolta saqueando Roma em 410 ao comando de Alarico. A destruição da antiga capital imperial deu-lhes a possibilidade de povoarem a *Gallia* meridional mediante acordos de pacificação. Em Narbona (ocupada em 413) instituíram a sede do seu reino que se estendia da fronteira pirenaica da *Tarraconensis* ao rio Loire, e da frente cantábrica ao Maciço Central. Por essa altura a *Hispania* já era um objetivo⁸¹.

Diocleciano – proclamando *Augustus* em 284⁸² – reformava a velha administração imperial quando o cristianismo, difundido pelo Oriente depois do governo de *Septimius Severus* (o africano, 196-211), começa a ganhar expressão no seio das elites urbanas da *Hispania*; isto é, junto dos membros administrativos do Império, clérigos, e posteriormente

81 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 44.

82 Diocleciano instaurava a «Tetrarquia» como sistema governativo imperial. Consistia essencialmente na nomeação de, sobre o princípio de rotatividade, dois *Augustus* (imperadores superiores) acompanhados por dois *Caesares* (Césares, imperadores de título inferior). Passados vinte anos de governação, os *Caesares* ascendiam ao título de *Augustus* havendo a nomeação de dois novos *Caesares*. Por outro lado, este novo sistema político aproximava as novas sedes de poder, onde residiam os imperadores, da periferia imperial. Roma passava a ser apenas uma referência. Com isto, a administração do *Imperium* passava a incluir novas circunscrições, as Prefeituras e as Dioceses: na Prefeitura da *Gallia* estavam inseridas as Dioceses da *Britannia*, *Hispania*, e a própria *Gallia*. A Diocese da *Hispania* administrava assim as cinco províncias peninsulares – *Tarraconensis*, *Carthaginensis*, *Baetica*, *Lusitania* e *Gallaecia* – às quais se juntava a *Mauretania Tingitana* (a que corresponde atualmente, de grosso modo, Marrocos). Constantino, enquanto *Augustus*, acrescentou a condição da hereditariedade à reforma de Diocleciano criando assim uma nova dinastia imperial.

FABIÃO, Carlos – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império in História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias. Volume III. Portugal Medieval, p. 16.

dos grandes proprietários rurais hispano-romanos. Apesar do cristianismo ter ganho uma significativa importância a partir de Constantino – *Augustus* no primeiro terço do século IV com impacto na arquitetura da basílica e dos mausoléus, que começaram a ser construídos no interior da *civitas* – era por Teodósio, o último *Augustus* a conseguir manter a unidade do *Imperium*, que se tornava a Religião de Estado⁸³.

No espaço hispânico, *Emerita*, *Bracara*, e eventualmente *Asturica* (Astorga, na Gallaecia) tornavam-se os principais centros difusores da nova religião, onde eram discutidos “os assuntos doutrinários preocupantes”, e nomeados os novos bispos que iam formar sacerdotes para orientarem as populações, fazendo cumprir a doutrina com o seu batismo⁸⁴. Na *Lusitania*, *Emerita* mantinha o antigo estatuto de capital provincial reforçado pelo título de metrópole episcopal. Dela dependiam os bispos de *Olisipo*, *Ebora* e *Ossonoba*⁸⁵.

Se no começo da decadência imperial a Igreja Católica procurava uma nova unidade religiosa com a educação da elite romana, para a qual o *sermo urbanus*⁸⁶ de Agostinho, bispo de *Hipona* (mais tarde canonizado), desempenhou uma função essencial na *Hispania*, a partir do século V as dificuldades da evangelização aprofundavam-se com a chegada de povos independentes, seguidores de Prisciliano e Ario⁸⁷.

No ano de 406, mais precisamente a 31 de dezembro, os alanos, vândalos e suevos passavam o rio Reno incitando grandes confrontos na *Gallia*. Os vândalos, divididos entre as tribos asdingas e silingas, provinham da Alemanha de leste, tal como os burgúndios; os suevos da Alemanha ocidental; os alanos de ascendência iraniana. Todos eles de terras onde o *Imperium Romanum* não tinha penetrado. A precipitação destes povos sobre a Europa romanizada pode ser entendida por diversos fatores de instabilidade: a descida das temperaturas e o sucessivo excesso de humidade a longo prazo, associados ao aumento demográfico e escassez de terras cultiváveis, podem ter contribuído para a dificuldade de subsistência dessas populações; para além de que, as investidas dos hunos e eslavos, tribos nómadas e seminómades, tiveram também o seu contributo. Por outro lado, a debilidade do *Imperium* pelas sucessivas disputas internas – persentido desde os confrontos com os francos na *Tarraconensis* no final do século III, razão pela qual as cidades romanas da *Hispania* se refortificaram, não tendo *Olisipo* escapado ao novo amuralhamento ainda que tais ataques

83 Idem, ibidem, p. 13.

84 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 37.

85 ALMEIDA, Fernando de – Arte Visigótica em Portugal, p.28.

86 O professor Justino Maciel utiliza a expressão «sermo urbanus (cuja tradução poderá ser ‘discurso urbano’) de Agostinho de Hipona» para se referir à obra literária do bispo santo. Segundo o professor: “resulta em grande parte do predomínio qualitativo e cultural do contexto urbano em que ele se formou e viveu.” Trata-se, portanto, de um conjunto de obras que utilizam a língua de uma forma urbana e culta, dirigida, sobretudo, aqueles que “pela sua simplicidade, falta de cultura e rudeza, embora vivendo no contexto da cidade, ainda não tinham aceitado ou não conheciam as propostas do Cristianismo, e praticamente, abarca todas as camadas sociais da cidade tardo-romana.” MACIEL, Justino – Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, p.112.

87 Com a sedimentação do Cristianismo na cultura romana iam surgindo vozes que ‘protestavam’ tanto o dogma da fé como a própria teologia cristã. É neste contexto que o padre Ário (280-336) exprime e difunde a sua doutrina de recusa à consubstancialidade Filho ao Pai; “professava uma doutrina sobre o dogma cristão da Santíssima Trindade [...] partindo do princípio de era inerente a uma divindade o não ter sido gerada, Cristo, nascido do seu Pai, não podia, no rigor da lógica, ser considerado um Deus verdadeiro” (LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 41). Prisciliano (~345 – 386) bispo de Ávila, por outro lado, mais próximo do gnosticismo de Mane (profeta do início do século III), “pregava um cristianismo de rigorosa componente ascética” (FABIÃO, Carlos, op. Cit., p. 29); “pregava a salvação pelo jejum, a continência e a mortificação; tal como os maniqueus, tinha uma visão pessimista do mundo, denunciava como obra do diabo a criação do mundo, da matéria e do corpo, e os laços do matrimónio, aconselhava a separação dos esposos, queria, enfim, transformar a Igreja em profundidade e renovar os seus quadros, considerando-os corruptos” (LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 40). Ambas as doutrinas acabavam por ser consideradas heréticas nos concílios católicos: o Arianismo foi condenado à heresia tanto no Concílio de Niceia (325) como em Constantinopla (381); o Priscilianismo, perseguido por Idácio (bispo de Aquae Flaviae – Chaves) e Itácio de Ossonoba (Faro), seguia o mesmo destino no sínodo episcopal de Bordéus em 384.

não descessem à *Lusitania* –, parece ter permitido o sucesso desses povos além pireneus⁸⁸.

A estabilidade das províncias hispânicas vinha a ser decidida no ano cristão de 409. O professor José Mattoso refere que na sequência das disputas imperiais, o general romano Gerônimo poderá ter facilitado a passagem dos povos independentes pelos Pireneus para com isso enfraquecer o imperador Constantino III, substituído por Honório⁸⁹. Quer por cumplicidade, ou incapacidade de as forças romanas impedirem as movimentações transpirenaicas, o certo é que os conjuntos rurais e as *civitates* da *Hispania* vinham a confirmar as expectativas e carências desses povos, descobrindo “em abundância precisamente tudo aquilo que os atraía: escravos, armas, joias, reservas alimentares, armazenadas em silos ou em recipientes enterrados”⁹⁰.

Em 411 *Flavius Honorius* – já *Augustus* – vinha a desempenhar um papel fundamental na pacificação da *Hispania*, que até então tinha sofrido dois anos de saques e destruição. Por sortes ou acordos, os suevos vinham a ocupar o norte da *Lusitania* e sul da *Gallaecia* (incluindo *Bracara* e *Aquae Flaviae*); os asdingos assentavam o norte da *Gallaecia*; os alanos o restante território da *Lusitania*, e toda a *Carthaginiensis* (com a posse de *Emerita*, *Pax Iulia*, *Scallabis* e *Olisipo*); e aos silingos foi entregue a *Baetica*. A *Tarraconensis* permaneceu território imperial⁹¹. Porém, os acordos de *Honorius* não bastavam para apaziguar as hostes independentes e, entre 415-18 os confrontos eram retomados.

Os silingos, os mais fervorosos dos vândalos e os alanos iniciavam ataques às regiões mais romanizadas do Sul. Os novos saques e pilhagens desencadeavam uma ofensiva romana, agora aliados aos visigodos (governados pelo rei Vália), conseguindo a sua total neutralização. A derrota dos silingos – que haviam absorvido as populações alanas depois da morte em batalha do rei Adax – permitiu aos romanos o controle da *Lusitania*, da *Carthaginiensis* e da *Baetica*, e a fixação dos visigodos na *Gallia*, acordo que lhe impusera “a condição de tomarem, de novo para o Império, os territórios hispânicos”⁹².

Depois da derrota dos silingos, vendo-se isolados no extremo norte montanhoso da *Gallaecia*, os asdingos iniciavam um processo migratório em direção à *Baetica* na procura de condições mais generosas, o que implicava o atravessamento do território suevo, e a sua quase devastação na batalha dos Montes Nerbásios (419) se não tivesse ocorrido um pacto circunstancial com o *comes Hispaniarum* (oficial superior romano) Astério⁹³. Os asdingos apoderavam-se assim da *Lusitania* e *Baetica* pilhando-as por completo.

Nos anos seguintes a aliança romano-visigoda atentou sobre a segunda revolução vândala, mas sem sucesso até 429: “em 422 um outro general, o *magister militum* Castino sofreu uma derrota esmagadora que pôs em causa todo o equilíbrio ibérico”, e em 428 Hermigário, um chefe suevo, sucumbia depois de confrontos em *Emerita*. No ano seguinte os vândalos (chefiados por Genserico) transferiam-se, por fim, para o norte de África a partir de Gibraltar, dedicando-se

88 LEGUAY, Jean-Pierre – O «Portugal» Germânico in Nova História de Portugal. Das Invasões Germânicas à “Reconquista”, pp. 13-16.

89 MATTOSO, José – A Época Sueva e Visigótica in História de Portugal: Primeiro Volume, Antes de Portugal (dir. José Mattoso), p.305.

90 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 24.

91 O processo de cedência das províncias hispânicas aos povos independentes é ainda um assunto obscuro à historiografia. Sobre este, José Mattoso avança com a possibilidade de, à semelhança do que mais tarde aconteceria com o Visigodos, para a posse da Aquitânia (416), e com os Burgúndios na Sapaudia (443), poderem ter ocorrido *foedus* (tratados) para a distribuição das províncias. Ainda que o autor levante reticências sobre a hipótese dada a inexistência de qualquer relato ou documento a permita certificar. MATTOSO, José, op. Cit., p. 305.

92 FABIÃO, Carlos – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império in História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias. Volume III. Portugal Medieval, p. 18.

93 BROCHADO, Cláudio – Povoamento Tardo-Romano e Altomedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (Séculos IV-XI), p. 46.

à pirataria da costa hispano-atlântica⁹⁴.

A saída dos vândalos do território hispânico deixava o *regnum Suevorum* isolado na *Gallecia*, com capital em *Bracara*⁹⁵. De Hermerico (409-448) – o primeiro monarca hispano-suevo – a Réquila (438-448), o reino expandia-se para sul apoderando-se da *Lusitania*, *Baetica* e *Cartaginensis*, ainda que os hispano-romanos lhe tenham apresentado resistência, com destaque para Idácio de Chaves.

Requiário (448-456), filho de Réquila e neto de Hermerico, herdeiro de uma política expansionista, mantinha as fronteiras conquistadas aos romanos com o intuito de as expandir⁹⁶. Para tal, Requiário, desprovido de uma *Lex Suevorum* que regulasse a sociedade e a economia do seu reino⁹⁷, convertia-se ao cristianismo fazendo-se rodear por um séquito bispal na esperança de apaziguar a resistência dos hispânicos romanizados; não deixando de causar tumultos entre o seu povo, seguidor do arianismo. Contudo, as provocações de Requiário ao poder romano desencadeavam um conjunto de ofensivas que lhe desmantelaram o exército na batalha de *Campus Paramus*, em 455, e acabaram com a sua execução em *Portucale* por Theudoricus II, visigodo e irmão de sua esposa⁹⁸.

Os confrontos entre os reinos suevo e visigodo ressurgiam depois de 465 quando Remismundo restabelecera a família real sueva, e atacara *Conimbriga*⁹⁹. A partir da *Gallecia* voltavam a descer a *Lusitania* e reocuparam *Olisipo*:

“As fronteiras suevas e visigodas estariam definidas em 470 e estáveis até 572, estabelecendo-se um verdadeiro limes militar numa linha que partia pelo nascente de Austurica e Viseo, entre estas localidades e Salamantica, infletindo depois para oeste, entre Egitania/ Aemenium e Olisipo/ Scallabis. Entre este período, assistiu-se a uma coexistência pacífica entre as duas nações, ao mesmo tempo que o Império Romano da Pars Occidentis simplesmente deixava de existir”¹⁰⁰.

Os limites do reino Suevo faziam-se pelas antigas estradas romanas, sem que tivessem o controlo das cidades. *Olisipo* é cedida aos suevos em 467 pelo seu governador romano *Lusidius* (entretanto aliado de Remismundo), os quais a vinham chamar de *Ulixippona*. Tal avanço despertava novos conflitos. Em 469, os visigodos (que tinham já em sua

94 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., pp. 43-44.

95 A ‘Capital’ do reino para os suevos era entendida “como local de estadia preferido [...] onde se encontrava o seu palatium, palavra ambígua que designava, tanto o governo, a corte principesca, como o palácio propriamente dito.” Idem, ibidem, p. 47.

96 MACIEL, Justino, op. Cit., p. 58.

97 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 45.

98 SOARES, Franquelim Neiva – Os Concílios Suevos de Braga (561 e 572) in Suevos - Schwaben: Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585), p.65.

99 Depois da morte de Requiário e destruição do seu reino, os suevos sobreviventes dispersaram-se em grupos armados pela *Gallecia*. O seu ressurgimento acontece quando Teodorico II regressa subitamente ao reino visigodo, ainda confinado ao sul da *Gallia*, depois da morte do imperador Avito. Os suevos resistentes reorganizam-se e impõem como sobreano Agiulfo, o que provoca uma guerra civil entre si. Contra Agiulfo insurge-se Maldras, que não reuniu consenso entre o seu povo, e contra este Frantano, um chefe militar. Depois do assassinato de Maldras, sucedeu-lhe Frumário. Requimundo sucede a Frantano. A reunificação do poder Suevo acontece em 460 por Remismundo, filho de Maldras, que consegue obter o apoio de Teodorico II e gerar uma aliança suevo-visigoda, contudo, de pouca duração. Os suevos voltaram a descer pela *Lusitania* para reconquistar *Conimbriga*, em 465, e daí controlarem a estrada *Olisipo* – *Bracara*.

Idem, ibidem, pp. 309-310.

MACIEL, Justino, op. Cit., p. 61.

100 BROCHADO, Cláudio, op. Cit., p. 48.

posse *Scallabis* desde 460) recuperavam *Emerita* aos suevos e, no mesmo ano, rumavam a *Ulixippona*, tomando-a por saque¹⁰¹. A partir deste momento *Ulixippona* mantém-se em domínio visigodo passando a designar-se *Olisipona*, como lhe chamava Isidoro de *Hispalis* (Sevilha)¹⁰².

Os godos da Dácia instalavam-se definitivamente na *Hispania* após 507, quando são derrotados pelos Francos na *Gallia*. Até então o reino era governado por Alarico II, reconciliado, mas não convertido, com o catolicismo no ano anterior pelo Concílio de Agde, de onde sai a *Lex Romana Visigothorum*¹⁰³. O reino visigodo estava agora confinado à península e os hispano-romanos tinham perdido a sua relação com Roma. *Romulus*, considerado o último imperador do ocidente, havia sido deposto em 476¹⁰⁴ e em 531 é extinta a posição de *praefectus Hispaniarum* (prefeito das províncias hispânicas)¹⁰⁵. Com o progressivo desmembramento do poder imperial o clero hispânico ia ganhando autonomia, “as sedes episcopais assumiram características patrimoniais, transmissíveis dentro de uma mesma família [...] os bispos cristãos assumiam-se como representantes das comunidades de tradição «hispano-romana» e eram os seus representantes junto do poder godo”¹⁰⁶.

Por Leovigildo o reino visigodo atingia quase a totalidade da Península¹⁰⁷. Depois de anexar o reino suevo, e de o entregar ao seu filho Recaredo em 585, o monarca, ainda ariano, tomava posições para a manutenção da unidade do reino: instaurando o princípio de hereditariedade do trono, o que era estranho à sua cultura uma vez que um novo soberano era imposto por eleição e não por sucessão, restaurou as antigas províncias romanas como rede de poderes¹⁰⁸, onde “foram colocados Duques, sediados nas cidades capitais, com autoridade sobre os Condes, que constituíam um último elo da cadeia de poder”; e, permitiu ainda os casamentos entre visigodos e hispano-romanos com vista a uma

101 MACIEL, Justino, op. Cit., p. 59-61.

102 COELHO, António Borges – O Domínio Germânico e Muçulmano in O LIVRO DE LISBOA, p.75.

103 “By order of Alaric II, king of the Visigoths, a compilation of Romana Law was made for the use of Roman citizens in the Visigothic state. The sources excerpted in the collection are the three Codes, Gregorianus, Hermogenianus and Theodosianus, the post-Theodosian Novels, Gaius’s Institutes and Paul’s Sententiae.”

BERGER, Adolf – Encyclopedic Dictionary of Roman law, p. 559.

104 In Chronology of European History 15,000 B.C. to 1997: Volume 1; 15,000 B.C. – 1763, pp. 257-259.

105 Na Roma antiga o *praefectus* era um oficial nomeado por um magistrado superior afim de o substituir ou ser seu subordinado. Com a administração imperial de *Augustus* os *praefectus* assumiam a posição de *praetorio*, isto é, tornaram-se os responsáveis pela segurança pessoal do imperador, o que lhes permitiu ganhar rapidamente um poder dentro da administração romana. (The New Encyclopaedia Britannica, vol.9, p. 675). No contexto tardo-romano, aquando da última influência de Roma sobre a *Hispania*, Amalarico, rei visigodo (526-531) havia nomeado *Stefanus* como *praefectus Hispaniarum* para garantir a sua governação. Contudo, após a morte do monarca, o último descendente de Teodorico I, Teudis (general de Amalarico) assume funções governativas, no mesmo ano, depõe *Stefanus* e extingue a posição que ocupava. (BARBERO, A, LORING, M.I. – The formation of the Sueve and Visigothic Kingdoms in Spain in The new Cambridge Medieval History, pp. 177-178).

106 FABIÃO, Carlos, op. Cit., p. 25.

107 Nos meados do século VI as forças bizantinas de Justiniano desembarcavam em Cartagena na tentativa de restabelecerem a metade ocidental do *Imperium*. Os limites do seu território não são ainda conhecidos para a historiografia, porém, o historiador e arqueólogo Fernando de Almeida diz que estes ocuparam toda a faixa costeira do sul hispânico, chegando até Évora. Em Portugal, a sua presença foi ainda registada em Mértola e em Montinho das Laranjeira (Alcoutim), devido à existência de igrejas com influência oriental. A expulsão dos bizantinos da *Hispania* dá-se em 628 sobre o comando do rei visigodo Suintila, tendo sido o Algarve o seu último reduto.

MACIEL, Justino – De Constantino a Justiniano: a Arquitectura Paleocristã no Sul de Portugal in O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão, pp. 33,35.

ALMEIDA, Fernando de – Pedras visigodas de Lisboa, p. 6.

108 Com a sedimentação do Cristianismo na sociedade romana, a província imperial (podendo também ser designada por ducado, uma vez que quem a governava era um *dux*) e o conventus perdiam notabilidade política e administrativa a favor da civitas; “O enfraquecimento da autoridade provincial deu realidade única ao conventus não porque desempenhasse qualquer papel de relevo na justiça ou na administração, mas porque a organização episcopal sobreponha-se a ele, o garantia e fixava.” Ainda assim o conventus acabaria por ser suprimido pelos bispados que iam sendo fundados na unidade conventual. Os bispados passaram então a desempenhar a unidade administrativa acima civitates.

MARQUES, A. H. de Oliveira – História de Portugal, sínteses da cultura portuguesa, pp. 7-8.

integração da antiga população romana¹⁰⁹. Todavia, o Cristianismo só era declarado como a religião do Estado em 589, quando Recaredo, já soberano, se converteu perante o III Concílio de Toledo na presença de Isidoro (556-636), que havia assumido funções como metropolita de *Hispalis* (Sevilha) nesse mesmo ano. À conversão de Recaredo assistiam os metropolitans da *Lusitania*, Mausona de *Emerita*, Paulo, bispo de *Olisipona*, Palmacio, bispo de *Pax Iulia*, e Pedro, bispo de *Ossonoba*; Eborá continuava a ser sede episcopal, contudo, não consta a presença do seu bispo na ata do sínodo¹¹⁰. O reconhecimento do Cristianismo como religião unitária permitia à Igreja tornar-se na “instituição que conferia o aval político à monarquia”; o prelado era quem agora se dedicava à educação da elite visigoda, “incluindo os próprios príncipes”¹¹¹.

Com a reforma de Leovigildo e a conversão de Recaredo as cidades hispânicas que persistiam¹¹² consolidavam-se depois de um século de guerra civil¹¹³. Aquando do governo de Wamba (672-680), o reino hispano-visigodo conhecia um reajuste na sua administração. O documento – Divisão de Wamba – dava a conhecer a lista de dioceses cujas “principais sedes episcopais do actual território português continuavam a ser as já existentes no Baixo Império e sob o domínio suevo^[114], com a adição de uma nova, *Callabriga*, provavelmente nas imediações de Almeida [Guarda]”¹¹⁵.

Instituída a ordem social, vão ser as duas forças do Poder visigodo a deter as propriedades agrícolas. Quer a nobreza (agora guerreira) como a Igreja (com a autonomia do poder sagrado) vão dominar o sistema trifuncional, como lhe chama Matoso, da Alta Idade Média hispânica, onde a economia adquire um carácter cada vez mais rural¹¹⁶.

109 FABIÃO, Carlos, op. Cit., pp. 25-26, 32.

110 NASCIMENTO, Aires, SILVA, Maria João – O III Concílio de Toledo e a historiografia portuguesa: do silêncio consentido à utilização deliberada in *Lusitania Sacra*, p.390.

111 FABIÃO, Carlos, op. Cit., pp. 26.

112 *Conimbriga*, por exemplo, havia sucumbido em 467 após uma segunda ofensiva sueva, dois anos depois destes a terem tomado sobre o comando de Teodorico.
MATOSO, José, op. Cit., p. 310.

113 Segundo o arqueólogo Cláudio Brochado a consolidação do território hispano-visigodo esteve relacionado a dois acontecimentos cruciais: o primeiro proveniente da restauração da administração provincial por Leovigildo, que manteve os mesmos problemas da «Reforma de Diocleciano», cujo resultado foi proto-feudalização do espaço com consequências sobre os pequenos proprietários; o segundo fator relaciona-se à conversão de Recaredo, momento a partir do qual a Igreja ganhou legitimidade social, que associada ao poder patrimonial que ia adquirindo contribuiu em grande escala para o sucesso feudal.
BROCHADO, Cláudio, op. Cit., p. 62.

114 Depois da reconversão da família real sueva ao Cristianismo Católico, nos meados do século VI, a capital do Reino da *Gallaecia*, Braga conhecia dois Concílios Nacionais. Aquando do primeiro, a 1 de Maio de 561, a província eclesiástica da *Gallecia* já se havia organizado em oito bispados, sendo que são conhecidos apenas quatro – Braga, Iria Flávia (Padrón, Catalunha), Dume (Braga) e Coimbra. Em 569 a igreja sueva reestrutura-se em dois *synodi* de onde sai o documento *Parochiale Suevorum*, ou, também conhecido por *Divisão de Teodomiro*. As duas dioceses metropolitãs do reino tinham sede em Braga e Lugo. No que respeita à diocese de Braga, composta por sete bispados, dirigentes de um determinado número de paróquias; o rio Douro determinava a sua organização: a norte deste estavam os bispados de Braga, Dume e Porto; a sul, Coimbra, Lamego, Viseu e Idanha-a-Velha. Após a Divisão eclesiástica do reino, a 1 de junho de 572, Braga recebia novo concílio com um total de treze bispos. Embora a *Gallaecia* não tivesse sido uma das províncias mais romanizadas da Hispania, a administração episcopal sueva manteve a organização imperial romana, ou seja, apesar de *Astorga*, antiga sede conventual, não ser mencionada como diocese, Braga e Lugo mantinham o estatuto metropolitano.
SOARES, Franquelim Neiva, op. Cit., pp. 71, 74-75.

115 Em período entre a anexação do Reino Suevo e a ‘Divisão de Wamba’, pelo ano de 660, durante o reinado de Recesvinto, o Metropolita emeritense, Orancio, solicitava a administração das antigas sedes episcopais da *Lusitania* que haviam passado para domínio de Braga. Concedido o pedido, os bispados de Lamego, Viseu, Coimbra e Idanha voltaram a estar sobre a jurisdição episcopal de Mérida, tal como Lisboa, Beja, Évora e Faro. Posto isto, a antiga província augustana voltava a aproximar-se dos seus limites primordiais.
ALMEIDA, Fernando de – Arte Visigótica em Portugal, p. 31.

116 MATOSO, José, op. Cit., p. 339.

A par do reequilíbrio citadino, as restantes paisagens sofriam iguais alterações no ordenamento do espaço. Não obstante que todo o século V, e os primeiros anos do século VI tenham extinguido grande parte das *villae* tardo-romanas, isso não significou o abandono das práticas agrícolas, mas sim a sua adequação a um novo contexto afastado da romanidade. Quando as cidades entravam no período de saques, e nele se mantinham, onde grande parte do seu sistema económico foi destruído, as *villae* alteravam o seu paradigma de produção, abandonando “os grandes investimentos técnicos e humanos” para se dedicarem ao pastoralismo e a meios de exploração mais rudimentares. Conquanto, mantinham-se os hábitos de cultivo¹¹⁷. Se na primeira fixação dos povos independentes os grandes proprietários civis descendentes da antiga elite hispano-romana, em “aplicação da lei da dita hospitalidade”, se viram obrigados a ceder dois terços do fundus aos novos colonos (ficando o terço restante com os primeiros)¹¹⁸, com a militarização da nobreza visigoda face aos conflitos com o reino suevo, e a crescente autonomia e poder fundiário da Igreja desde o Baixo Império – *Potamius* (?-360), por exemplo, o primeiro bispo de *Olisipo* conhecido, consta-se que foi morto em viagem para a sua *villa* –, os pequenos e médios proprietários viram a necessidade de se submeter à proteção dos duques e condes, ou do clero, cedendo-lhes as terras, “adoptando a antiga fórmula romana da dependência como «cliente» ou a germânica da submissão como «vassalo»”, tendo com isso obrigações para com o protetor¹¹⁹:

“dá-se, assim, o fenómeno de rarefação da pequena propriedade em favor da grande. Que ele não se identifique facilmente, porém, com uma rápida proliferação de latifúndios de extensão contínua, nem com o fenómeno característico do princípio da época feudal [...] com efeito, as *villae* latifundiárias e com vastos terrenos de exploração directa devem tornar-se cada vez mais raras. Os hábitos guerreiros dos grandes senhores levavam-nos a intervir muito pouco na orientação da exploração: contentavam-se com o aumento do número de dependentes e com a acumulação de prestações de eles lhes pagavam. Os grandes domínios passam, por isso, a ser formados por unidades descontínuas, de dimensões muito variadas, cada uma delas explorada com bastante autonomia pelos seus detentores”¹²⁰.

A repartição dos bens fundiários não ficava somente pelo fracionamento da propriedade, e estendia-se até ao edificado. Os locais de implantação alteravam-se e as pré-existentes obtinham nova função¹²¹, dado que “os recursos de outrora para manter e (re)construir as estruturas de acordo com os padrões civilizacionais (materiais e conforto) da romanidade” já não existiam¹²². São aqui exemplos, como refere João Pedro Bernardes, a construção de um lagar de azeite “sobre uma sala de mosaico da pars urbana” da *villa* do Monte do Meio¹²³, ou como menciona Justino Maciel, a fundação de um mosteiro primitivo nos espaços da *villa* de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira)¹²⁴.

117 BERNARDES, João Pedro – Estruturas de produção no mundo rural do Sul da Lusitânia durante a Antiguidade Tardia (séculos V-VII d.C.) in *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*, p. 128.

118 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 100.

119 MATTOSO, José, op. Cit., p. 353.

120 Idem, *ibidem*.

121 LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p. 36.

122 BERNARDES, João Pedro, op. Cit., p. 129.

123 Idem, *ibidem*, p.133.

124 MACIEL, Justino, op. Cit., pp. 39-40.

Por sua vez, o poder fundiário da Igreja era favorecido pelo aumento significativo de mosteiros e eremitérios, principalmente após o III Concílio de Toledo, relacionados a uma atitude evangelizadora. Os mosteiros podiam adquirir propriedades de dimensões significativas, e nesse caso a produção acumulada pelos *villici* (camponeses) era-lhes cedida para sustento dos monges, dos trabalhadores domésticos, dos hóspedes e carenciados¹²⁵. O espaço rural que não havia resistido às práticas priscilianistas do século IV ganhou maior resistência ao cristianismo após a emergência dos reinos hispânicos. Como se verificou, em pleno século IV, quando já grande parte da *Hispania* era cristã o proprietário da *villa* de Chelas ainda se dedicava ao paganismo – a entender-se pela cronologia e temática decorativa do «sarcófago das Musas» –, o que demonstra um ritmo próprio do catolicismo no espaço rural, mesmo quando próximo de uma cidade que pudesse já ter um bispo.

Nesse contexto, o culto dos mártires e das relíquias adquiria extrema importância para a difusão da fé entre os que habitavam o campo¹²⁶:

“É a partir de meados do século III mas principalmente a partir do século IV que começam a ser venerados os mártires e os santos em necrópoles suburbanas ou até mesmo rurais. Ao aumentar o número de cristãos, a Igreja sente a necessidade de empreender à organização destes sítios públicos. Se o culto privado aos mortos continua sem grandes legislações por parte da Igreja, o culto público começa a ser alvo de regras estabelecidas nos diversos concílios dos séculos IV e V [...] um elemento que teve grande importância na cristianização da sociedade na Antiguidade Tardia é o culto das relíquias. Desde os primeiros martírios que os corpos dos mártires são venerados. Os lugares de martírio ou de enterramento, *loca sancta*, convertem-se em lugares de concentração e peregrinação. A multiplicação de relíquias gera um maior culto, já que não só se veneram os corpos mas qualquer objecto tocado nos seus sepulcros. As relíquias serviam para favorecer as igrejas das zonas onde aparecem, fazendo com que estas ganhassem prestígio para que se tornassem um centro de fé para os cristãos desses locais”¹²⁷.

No entanto, em território nacional o culto dos mártires é mais presente na “arquitectura paleocristã do que nas memoriae ou martyria”¹²⁸; isto é, na ausência de sepulcros dos mártires, onde posteriormente se edificavam templos para sua devoção, consagravam-se igrejas em seu nome na presença das suas relíquias, tendo isso contribuído significativamente para a procura cada vez mais crescente dessas peças. Apesar do culto dos mártires hispânicos ser um acontecimento sobretudo do século IV, ele vai perdurar pelos séculos seguintes com impacto na evolução arquitetónica das igrejas¹²⁹. O caso da Igreja de Vera Cruz de Marmelar (Portel, Évora) é nesta situação um exemplo paradigmático: com possível fundação visigótica – perante o que se pode analisar da construção da abside –, e elevada a mosteiro pela Ordem dos

125 MATTOSO, José, op. Cit., pp. 351-352.

126 VIEIRA, Frederico Afonso – O Mundo Rural e o Território de Évora durante a Antiguidade Tardia, p. 27.

127 Idem, ibidem, pp. 28-29.

128 MACIEL, Justino, op. Cit., p. 33.

129 MACIEL, Justino – Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, p. 40.

Hospitalários depois de 1240 aquando da fundação da aldeia (com obras feitas no reinado de D. Afonso III, e outras entre os séculos XVI e XVIII¹³⁰), recebia, entretanto, as relíquias do Santo Lenho tornando-se num dos principais locais de peregrinação¹³¹. Ou, até mesmo o templo visigodo de Santos-o-Velho no arrabalde de *Olisipo* (destruído durante o assentamento árabe), dedicado ao martírio dos irmãos *Verissimus*, *Maxima* e *Iulia* ordenado por um delegado de Diocleciano, cujos corpos foram ali sepultados segundo a tradição. Depois do cerco de 1147, o primeiro monarca mandava reconstruir a ermida, e o seu sucessor, D. Sancho I, fundava entre 1192 e 1194 um convento destinado aos frades da Ordem de Santiago. Já sobre a alçada das Comendadeiras da mesma ordem desde 1233, o convento era refundado por D. João II na embocadura do vale Escuro como Santos-o-Novo¹³².

A respeito da ocupação do vale de Chelas em contexto visigodo a informação histórica é residual e a arqueológica inexistente. Porém poderemos estimular uma possível organização e ocupação daquele espaço. Verifiquemos assim a única notícia histórica documentada até ao momento.

Quanto tratava de monumentos arqueológicos de possível enquadramento visigodo descobertos no antigo Convento de São Félix, recentemente remetidos para épocas posteriores, Fernando de Almeida indica que no ano de 665 foram ali “guardadas” as relíquias de treze Mártires¹³³. Perante tal apontamento poderemos intuir que no decorrer da segunda metade do século VII sob o extinto convento já existia um templo cristão: uma ermida ou a igreja de um *monasterium*?

A ser ermida, possivelmente, não bastava o espaço sagrado para proteger as Relíquias e as manter acessíveis à devoção, pois o seu valor simbólico certamente movimentava peregrinos, e isso requeria uma organização do espaço. Para além de que, a presença do itinerário principal da cidade podia pôr em causa a segurança das peças, partindo do princípio que o seu valor espiritual, e até mesmo material, tentassem o desejo profanação. Afinal a procura de Relíquias para consagração de igrejas era uma prática recorrente, e o lugar de Chelas era isolado e a visibilidade reduzida devido ao encaixe do vale, facilmente violável, o que não acontecia na planície de Vera Cruz de Marmelar ou na posição ribeirinha de Santos-o-Velho.

A ser *monasterium*, a data apontada para a entrega das peças de culto parece concordar com a já existência desses edifícios, tendo em conta que o monaquismo havia ganhado uma dimensão cultural por toda a *Hispania*¹³⁴ a partir das *Regulae Monachorum* de Santo Isidoro de Sevilha, e São Frutuoso¹³⁵. Para esta eventualidade, pela localização do edifício percebemos que estava na grande derivação do vale, encostado ao itinerário principal da antiga estrada para Mérida, a cerca de cinco quilómetros e meio de *Olisipona*, e sobre a possível necrópole da *villa* de Chelas.

130 ALMEIDA, Fernando de – Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar, p. 5.

131 VIEIRA, Frederico Afonso, op. Cit., p. 83.

132 ALVES, Maria Paula, INFANTE, Sérgio – Lisboa: Freguesia de Santos-o-Velho, pp.9, 21-22. | CASTILHO, Júlio de – A Ribeira de Lisboa: Descrição histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho, pp. 575-578.

133 ALMEIDA, Fernando de – Pedras visigodas de Lisboa, p. 11.

134 MACIEL, Justino – A arte da antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711) in História da Arte Portuguesa, volume I (dir. Paulo Pereira), pp. 133-134.

135 MACIEL, Justino – As «Regulae Monachorum» e a Architectura dos Mosteiros na Antiguidade Tardia, p. 29.

Considerando que a estrada proporcionasse ainda grande parte da circulação viária da cidade¹³⁶, verificamos que o *monasterium*, mesmo em contexto periférico, não procurava um isolamento total. A sua relação com a estrutura económica da urbe, portanto, com um certo afastamento do eremitismo profundido pelas Regras de Santo Antão (251-326)¹³⁷, permite ponderar a vontade de um contacto permanente com o movimento da população. Por outro lado, o facto de o possível *monasterium* poder estar sobre uma necrópole remete-nos para a hipótese da ocupação de algum edifício que por ali se pudesse ter mantido. Todavia, não esqueçamos que a estrada para Mérida pode ter movimentado as forças alanas, asdingas, suevas e visigodas, provocando a destruição de qualquer espaço edificado, e nesse caso poder-se-á ponderar a reconstrução do templo, princípio que também não era seguido por Santo Agostinho (século IV) ou São Bento (século VI), que ainda viam nas pars da villa romana o espaço ideal para uma vida monacal (veja-se a situação de São Cucufate)¹³⁸.

Por Santo Isidoro de Sevilha (560-636) chega-nos a primeira abordagem ao *Monasterium* como edifício. Este devia estar isolado do mundo exterior por um muro com duas entradas que assegurasse a privacidade dos claustros, uma porta principal de acesso aos espaços cenobíticos, e uma secundária com acesso ao *hortus*:

“O mosteiro devia estar afastado da *Villa* [Edifício], supõe-se a parte frutuária, talvez para não haver confusões entres os servos e os monges. A Regula reserva aos monges o trabalho do *hortus* e aos servos a construção dos edifícios – constructio *aedificiorum* – e o cultivo dos campos.

Pela primeira vez, surge a indicação de que as *cellulae* deverão ser construídas junto da igreja – *juxta ecclesiam* – a fim de que os monges acedam o mais rapidamente possível aos ofícios divinos. Quanto à enfermaria – *locus aegrotantium* – deveria estar o mais longe possível da basilica (sic) ou da *cellae*, para não haver perturbação da vida normal da comunidade.

O *cellarius* – ecónomo – deveria ter as suas instalações junto do refeitório [...] o *hortus* deveria estar dentro da cerca do mosteiro – *intra monasterium* – para que os monges pudessem nele trabalhar sem distração exterior. O hospitium ou *hospitalis* também já existia nos mosteiros isidorianos [...] o *refectorium* é, na regra isidoriana, um só para todos os monges, que se sentam em mesas de dez lugares [...] o *dormitorium* ou *conclau*e era comum a todos os monges ou a grupos de dez, se fossem muito numerosos. Isidoro distingue *ecclesia*, *chorus* e *sacrarium* mas, pelo contexto que nos dá, este último

136 Ainda que cidades como *Olisipona* tenham perdido grande parte do vigor económico durante o século V continuavam a ser importantes centros de difusão de cultura e produção; o facto do clérigo João de Biclano, natural de *Scallabis*, se ter dirigido a Constantinopla para estudar na segunda metade do século VI, explica que as relações entre o extremo ocidente hispânico e o oriente ainda existiam (FABIÃO, Carlos, op. Cit., p. 27.); até porque, se a cultura bizantina, presente em solo hispânico mais de meio século, chegava a Mértola ou a Évora a partir Mérida, pode-se presumir que o reino visigodo não era impermeável às influências mediterrânicas. Como descreveu Jean-Pierre Leguay: “Longe de estarem isolados «no fim do mundo» estes pequenos centros [*Bracara, Portucale, Scallabis, Olisipona, Ebora*] acolhiam estrangeiros, negociantes levantinos, gregos, sírios, egípcios, judeus que, na esteira dos Fenícios e dos Cartagineses de antanho, praticavam a venda ambulante ou constituíam pequenas colónias prósperas [...] estes orientais, que se descobrem durante toda a Alta Idade Média ibérica, tinham o quase monopólio da importação e da difusão de produtos tão raros e caros como a seda, apreciada [...] pela alta sociedade e o clero [...] a influência oriental ia, aliás, além deste quadro meramente mercantil. Os portos da costa ocidental, de Santarém a Tui, de Mérida (no Guadiana), de Sevilha, viam partir ou desembarcar embaixadores a Constantinopla ou às cortes bárbaras, peregrinos de ida ou regresso da Terra Santa, clérigos de cultura helenística que, por vezes, acediam aos mais altos cargos episcopais, percursores desse médico Paulo, promovido a bispo de Mérida no final do século VI, artistas que transmitiam o seu saber aos autóctones” (LEGUAY, Jean-Pierre, op. Cit., p.33).

137 MACIEL, Justino, op. Cit., p. 13.

138 Idem, ibidem, pp. 15-18.

será exterior à *ecclesia*.

Na hierarquia do mosteiro surgem dois monges com responsabilidades na gestão dos espaços construídos e no território envolvente: ao *Praepositus* cabe a administração dos prédios, sobretudo no espaço das explorações agrícola e pecuária, a construção dos edifícios – *constructio aedificiorum*, os trabalhos de carpintaria e construção de carros – *opus carpentariorum* – e dos vários ofícios dos operários – *opus fabrorum*; ao *Custos Sacriiri* ou guarda do *sacrarium* cabe a cura ou guarda do templo ou igreja – *custodia templi*, os toques do sino, a guarda dos véus, das vestes litúrgicas e dos vasos sagrados, dos códices e de todos os utensílios [...] conclui-se de tudo isto que o mosteiro se bastava já totalmente a si próprio [...] e não se confunde com a parte frutuária da Villa. Encontra-se entre a cidade e a Villa rústica, vindo ao de cima a sua característica suburbana”¹³⁹.

Por aqui entende-se que Santo Isidoro procurava uma certa clausura para a vida dos monges, o que podia ser perturbado pela presença das treze Relíquias e pelo desejo súbito de acesso à igreja, mas que levava rendimentos, dos cidadãos que até ali se deslocassem, dos camponeses que se encontrassem nas suas imediações ou a eles subjugados por proteção – veja-se que a distância da cidade dificultava a fuga para o interior do espaço muralhado –, ou mesmo dos viajantes que cumprissem o antigo itinerário romano. Por sua vez, as peças de culto podiam ser mantidas em segurança, o que não era uma novidade para as *Regulae* isidorianas – se podermos entender os “vasos sagrados” como relicários –, nem nas Regras de São Bento (480-550), onde tinham um lugar específico no espaço monástico:

“Segundo a Regra Beneditina, havia três mundos dentro do mosteiro, cada qual com espaços próprios individualizados: o mosteiro propriamente dito, a hospedaria e os aposentos dos noviços. Qualquer um destes módulos tinha dormitório, refeitório e muito provavelmente, oratório. Este possuía relíquias”¹⁴⁰.

A serem monges regnantes de Santo Bento o mosteiro teria que apresentar uma dimensão considerável, mais próxima da escala da *villa urbana* romana, ao contrário da abordagem de Santo Isidoro onde a organização dos espaços aponta para um edifício de pequena e média dimensão. Pelo que se irá verificar, o Convento de Chelas só atingirá as proporções de grande casa conventual no século XVI. Porém, os monges visigodos de Chelas, caso existissem, podiam ter fundado o monasterium à revelia do poder eclesiástico sem seguir qualquer Regula convencional, e tê-lo feito apenas por razões de lucro, o que havia sido condenado pelo II Concílio de Braga (572) e pela *Regula Monastica Communis* de São Frutuoso (+ 665), precursor de Isidoro e fundador de monasteria¹⁴¹.

Em todo o caso, a relação de mosteiros com um sistema económico mais sólido, que não se dedicassem somente à agricultura, existia, e tem exemplo no monasterium de Santa María de Melque (San Matín de Montalbán, Toledo, século VII). Da sua implantação sabe-se que dependia de um antigo caminho de feitoria, possivelmente romano, que

139 Idem, *ibidem*, pp. 19-21.

140 Idem, *ibidem*, p. 18.

141 Idem, *ibidem*, pp. 22-24.

MACIEL, Justino – A arte da antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711) in História da Arte Portuguesa, p.132.

cruzava uma estrada com orientação norte-sul dirigida para o grande talvegue do Tejo, e por onde circulavam não só produtos hortícolas como também minério¹⁴². O edifício desenvolvia-se em torno de dois espaços exteriores, um pátio de maior dimensão com forma irregular, fechado a nascente pela igreja, e um terraço retangular de 30 por 45 metros adossado ao pátio central. A área cercada media entre 6700 e 6800 metros quadrados. Nas palavras de Luis Zoreda, a dimensão modesta do conjunto, o caráter de recinto religioso, e o desenho da igreja levam a crer que se possa tratar de um *monasterium* regente de Santo Isidoro. A igreja estava no interior do mosteiro, criando uma centralidade no espaço cenobítico; pensa-se que possa ter tido três naves, tendo a central um pé-direito superior relativamente às laterais, conquanto, a planta atual do edifício apresenta apenas uma, o que destaca a sua tipologia em «cruz grega». Para além de grande espaço litúrgico do mosteiro, a igreja de *Melque* era também um espaço sepulcral, atestado pelo arcossólio construído no braço sul do cruzeiro¹⁴³. O que não era caso único na *Hispania*.

Junto ao *monasterium* de São Salvador de Montélios (Real, Braga, século VII), fundado por São Frutuoso (primeiro bispo de Dume e depois de Braga), foi mandado construir a pedido do próprio uma igreja que pudesse acolher o seu corpo. Implantada no suburbium de *Bracara*, tradicionalmente entende-se que se tenha sobreposto ao templo, possivelmente dedicado a *Aesculapius* (Deus da Medicina)¹⁴⁴, de uma antiga *villa* romana encostada à estrada que subia a *Gallaecia*. João de Moura Coutinho, designando a igreja/mausoléu como *cella memoriae*, diz que a eventual sobreposição do edificado pode ser confirmada pelas pedras reutilizadas na construção¹⁴⁵. Todavia, ao contrário do caso de *Melque*, a igreja de São Frutuoso parece não ter estado integrada no conjunto monástico, mas sim sobre a sua proteção. Significa isto que a *cella memoriae* estava afastado das restantes dependências monacais¹⁴⁶. A respeito da arquitetura do *monasterium* de Montélios nada mais se sabe além da hipótese de ter tido duas igrejas, a primeira «basilical»¹⁴⁷, que terá resistido até ao Andalus, e a outra que acolheu o corpo de São Frutuoso¹⁴⁸. Quiçá a relação dos seus espaços fosse semelhante a *Melque* visto que Frutuoso deu continuidade às Regras isidorianas. Ou foi fundado no Edifício da *villa* de Montélios como sugere Sérgio Pinto¹⁴⁹?

Já na igreja/mausoléu do Bispo de Braga [04], entretanto absorvida pelo grande Convento de monges Capuchos da ordem de São Francisco (século XVIII)¹⁵⁰, o pavimento desenha uma cruz grega de braços absidados, à exceção do nártex quadrangular, por onde se encostou a igreja do Convento. No cruzeiro eleva-se a grande cúpula, com outras mais pequenas a fechar os absidíolos. Cada absidíolo possui uma entrada ao eixo, exceto aquele que é oposto ao nártex, onde foi construído no paramento norte o arcossólio que recebeu o sarcófago de Frutuoso. A pureza do desenho e das suas proporções, o método construtivo (onde três arcos ultrapassados recebem as cúpulas para permeabilizar o interior dos espaços), e a sua simplicidade decorativa, em suma, a parcimónia do edifício leva a acreditar numa influência

142 ZOREDA, Luis Caballero – Monasterios Visigodos: evidencias arqueológicas in Codex Aquilarensis nº1, p. 34.

143 Idem, *ibidem*, pp. 33-39.

144 REID, Jane Davidson, ROHMANN, Chris – The Oxford Guide to Classical Mythology in the Arts, 1300 – 1990s, p. 234

145 COUTINHO, João de Moura – As Artes Pré-românicas em Portugal, pp.31, 35-43.

146 Idem, *ibidem*, p. 96.

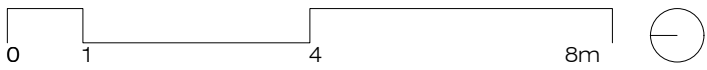
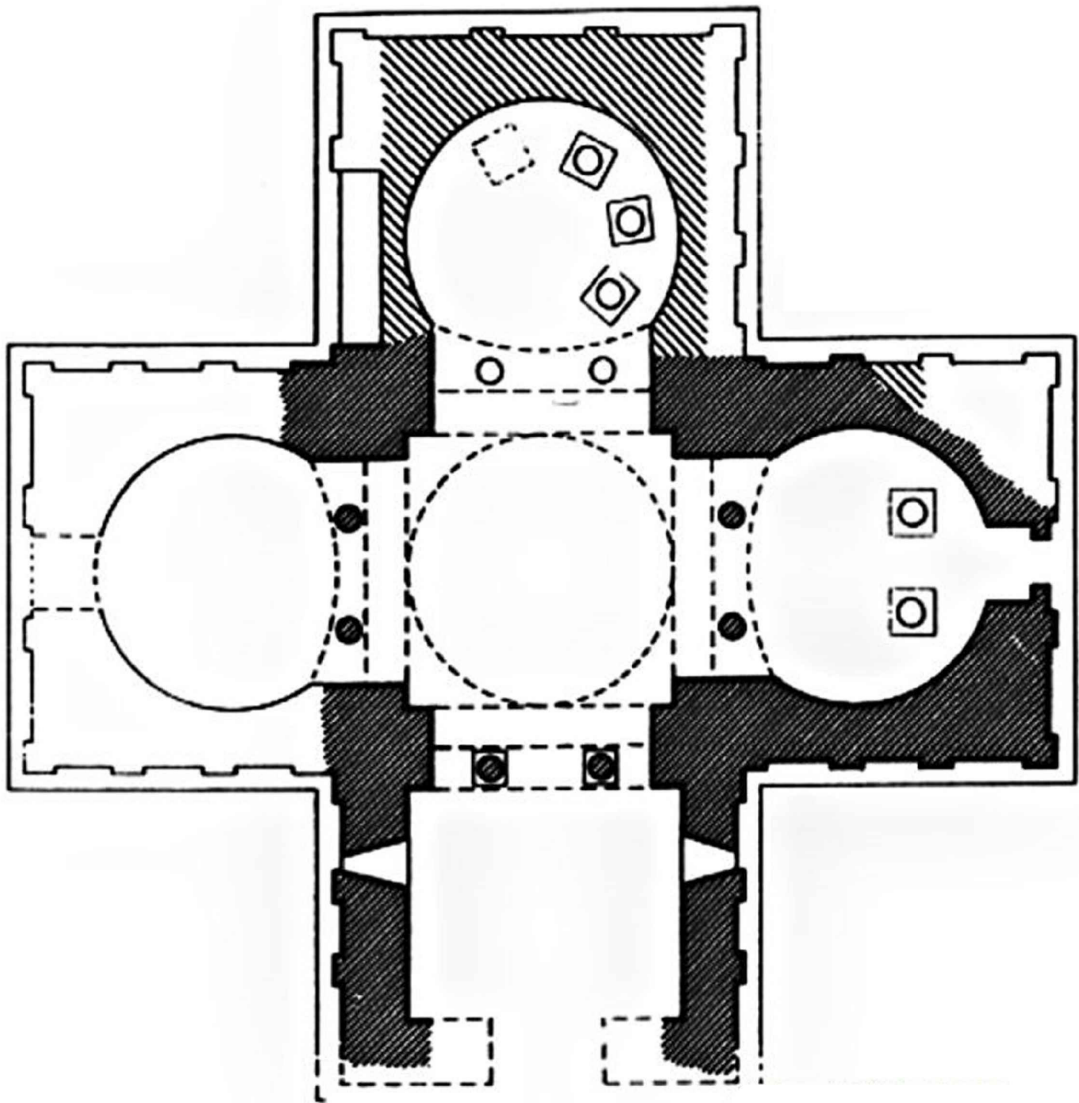
147 MACIEL, Justino – Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, p.91.

148 MOREIA, José – S. Frutuoso de Montélios: A Igreja mais Bizantina da Península, p. 10.

149 Idem, *ibidem*, p. 9.

150 COUTINHO, João de Moura, op. Cit., p. 111.

[04] PLANTA DA IGREJA DE
S ã O F R U T U O S O



arquitetónica bizantina¹⁵¹. Na *Vita Fructuosi* (texto biográfico) lê-se a peregrinação que fez ao Oriente, “por razões não só religiosas como também culturais”, as viagens por toda a *Hispania*, fundando um monasterium na ilha de Cádiz (antigo território bizantino), e uma notável preocupação pela qualidade arquitetónica dos edifícios que fundara¹⁵².

Poder-se-á pensar na presumível ermida visigoda de Chelas, a ter sido essa a realidade, como um edifício sobreposto ao templo da villa, cuja arquitetura se tenha assemelhado à igreja/ mausoléu de Montélios, mesmo que São Frutuoso não tivesse por ali passado? Ao que parece, em *Olisipona*, a arquitetura da igreja de São Mamede poderá ter estado próxima dessa composição, embora a simplicidade decorativa das suas impostas possa remeter para um edifício menos ambicioso¹⁵³. A ser um *monasterium*, ter-se-á desenvolvido em torno de um pátio como Santa María de Melque? Qual a dimensão da sua cerca? Foi essa cerca conseguida pela divisão a dois terços do *fundus* da villa de Chelas [Cv]?

Pela implantação do atual edifício o mais natural seria o muro encostar-se ao limite da Azinhaga da Maruja como hoje acontece, desta forma facilmente integrava a Ribeira de Chelas para alimentação do *hortus*, como rapidamente acedia à estrada. Porém, apesar de esta se aproximar do primeiro terço da villa de Chelas, deixando os restantes dois terços a sul, o caminho que parece seguir em maior rigor a «lei da hospitalidade» é o composto pela Azinhaga da Fonte do Louro – Azinhaga do Pombeiro, paralelo ao antigo cardus de *Olisipo*. O mesmo acontece com a Azinhaga do Ferrão, ainda que ligeiramente desviada, na possível divisão da conjeturada villa dos Alfinetes (todas da primeira centurição Cr.02). Tendo sido aplicada a referida lei, podemos verificar que a Azinhaga da Quinta da Cera (extinta) dá continuidade à Azinhaga do Ferrão para fazer cumprir o parcelamento da villa do Poço de Cortes, ficando o conjeturado Edifício e a sua necrópole com a menor porção (1/3): terá o caminho de festo da Bela Vista (Azinhaga da Bela Vista – Azinhaga das Teresinhas, ambas parcialmente existentes) cumprido a mesma função?

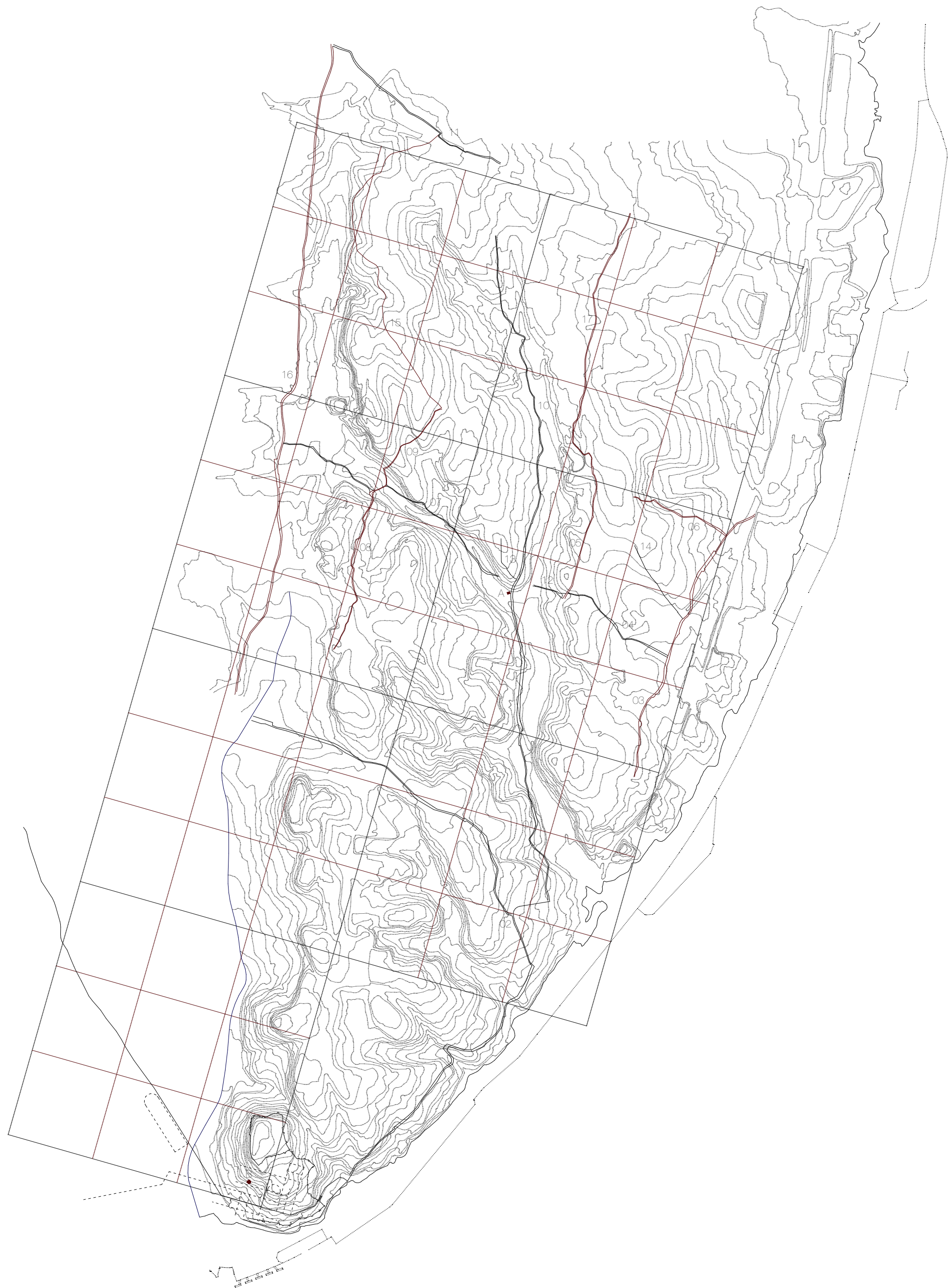
Até onde podemos ir, por muito que as sucessivas campanhas de conquista de território do século V possam ter danificado o assentamento romano, provocando a ruína dos Edifícios das villae do sistema do vale de Chelas, a

151 Idem, ibidem, pp.117-131 | MOREIA, José, op. Cit., pp. 8-11.

152 MACIEL, Justino, op. Cit., pp. 88-90.

153 Dos monumentos arqueológicos analisados por Lúcia Fernandes e Paulo Fernandes, a respeito da decoração arquitetónica de Lisboa «entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica» (in Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 17, pp. 225-243), destacamos as peças recolhidas no Largo do Correio Mor, a meia distância na Rua de São Mamede. O conjunto é composto por uma sepultura, cuja tampa inscrita deixa perceber a deposição do corpo de um Tessodis (algures entre o século VI e VII), e duas impostas decoradas por elementos geométricos semelhantes (arestas que lembram estrelas de seis e quatro pontas, circunscritas por uma moldura quadrangular). Apesar da diferença decorativa entre si, os autores consideram que as impostas possam ter pertencido ao mesmo edifício, com possível origem na antiga igreja de São Mamede, erigida possivelmente no século VI. O templo cristão ocupava parte do atual Largo do Correio Mor, entre o Teatro romano e as Termas dos Cássios, e segundo estes, a igreja visigoda terá tido uma “área cemiterial, assim cristianizando uma zona particularmente monumental da antiga urbe”. A existência do edifício pode ainda ser atestada tanto pelo levantamento de Tinoco (1650) como pela «Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada» dos arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel (1756).

No levantamento de Tinoco constatasse que a antiga igreja estava envolvida por uma praça irregular, possivelmente empenada considerando que se encontrava a meia encosta, e em planta os limites do edifício desenhavam uma «cruz grega», ligeiramente alongada a poente. O levantamento de Santos Carvalho e Mardel diz-nos também que pelo alçado poente passava uma escadaria de dois lances (possivelmente para estabilização da soleira de entrada), e que o edifício havia perdido os braços do transepto para adotar um corpo único longitudinal. Podemos imaginar, confiando no desenho de Tinoco, que a igreja primitiva de São Mamede tivesse uma grande cúpula na cobertura do cruzeiro, visto que, segundo o professor Justino Maciel, a propósito da arquitetura paleocristã, a tipologia de «cruz sob cúpula», com referências na Igreja de Santa Sofia de Tessalónica, “teve mais voga do que as anteriores”, referindo-se à «Igreja Basílica», com origem na basílica civil romana, e à «Igreja de Planta Centrada» continuadora do espaço circular dos mausoléus e *martyria*. Essa tipologia foi em todo o caso uma “novidade bizantina” (De Constantino a Justiniano: a Arquitectura Paleocristã no Sul de Portugal in O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão, pp. 32-33) que dinamizou a “arte hispânica do século VII”, ainda que descontextualizada e dispersa (A arte da antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711 in História da Arte Portuguesa, volume I, pp. 136-138).



- 01 estrada de chelas
 - 02 estrada de circunvalação de 1852
 - 03 estrada de marvila
 - 04 azinhaga das veigas
 - 05 azinhaga do ferrão
 - 06 rua de José do Patrocínio
 - 07 azinhaga da maruja
 - 08 azinhaga da fonte do louro
 - 09 azinhaga do pombeiro
 - 10 azinhaga do poço de cortes
 - 11 azinhaga das teresinhas
 - 12 calçada do perdigão
 - 13 calçada do armador
 - 14 azinhaga dos alfinetes
 - 15 azinhaga da bela vista
 - 16 estrada de sacavém
 - 17 azinhaga da cera
- A ermida/ monastério de chelas
- B igreja de São Mamede

sua presença parece ter sido demasiado curta e instável para influenciarem uma alteração no paradigma ocupacional. Mesmo que os hispano-romano-visigodos não tenham tido os instrumentos de outrora para reedificar as propriedades com a qualidade antes alcançada, mostra-se possível que estes, entre todos os povos invasores os mais romanizados, possam ter reutilizado os caminhos rurais da presumível primeira centurição de Olisipo para, em confronto com os que possam ter resultado da segunda, reordenar o espaço rural de Chelas; o que não significa que existisse uma alteração no assentamento dos edifícios, mas uma hipotética continuidade dos acessos. Nada nos garante que a Azinhagas da Quinta da Cera e o caminho do festo da Bela Vista não existissem já como recursos das respetivas villae. Pelo podemos observar, os caminhos que agora não definiam os eventuais limites das propriedades visigodas podiam ser mantidos no seu interior, garantindo o acesso às diferentes altimetrias do vale. A este respeito, também o provável monasterium de Chelas parece ter respeitado o cadastro pré-existente quando encostou, eventualmente, a sua cerca à Azinhaga da Maruja. Embora a sua existência não seja certa, do facto de Olisipona se ter mantido sede episcopal, sufragânea do metropolitano de Mérida durante as respetivas reorganizações episcopais, com participação nos principais sínodos hispânicos, consideramos provável que até ao extremo ocidente ibérico possam ter chegado quaisquer regulae que organizasse as comunidades monásticas locais. Se a deposição das treze relíquias em Chelas no ano de 665 for um mito igualável ao que atesta a presença de Aquiles naquele lugar, então o monasterium poder-se-á reduzir a uma ermida que satisfizesse a devolução dos que por ali vivessem.

A PRESENÇA ISLÂMICA NO VALE DE CHELAS

À semelhança da romanização, a presença islâmica na Península Ibérica marcou uma alteração civilizacional importante, com efeito na arquitetura e na ocupação do território, logo numa maneira particular de organizar o espaço. Ao contrário das conquistas anteriores, a sua expansão sobre o reino hispano-visigodo foi rápida, e nem sempre exigiu a força militar, tendo a capitulação de certos urbanos, como a de Olisipona, facilitado a sua fixação e a permanência dos povos autóctones.

Do sistema do vale de Chelas sabe-se que no antigo *monasterium* de São Félix foram depositadas as relíquias de Santo Adrião e Santa Natália nos finais do século IX, e identificadas duas peças arqueológicas de carácter religioso cristão. Perto deste, no lugar da extinta casa da Quinta dos Passarinhos Fonte do Louro surge a notícia da recolha de um terceiro fragmento arqueológico decorado com motivos utilizados na arquitetura civil/palaciana islâmica, e no alto do Armador foi identificada uma mouraria. Já na franja ribeirinha é colocada a possibilidade de terem existido proprietários árabes em Marvila, o que levanta o problema da manutenção do cadastro pré-existente, e da cedência de um quinto da propriedade árabe a favor do Estado. Terão os senhores árabes de al-Usbuna dominado o tecido rural em torno do vale de Chelas, ou ocuparam-no pontualmente permitindo que os cristãos mantivessem o domínio sobre este espaço?

O ano de 711 marcava o início de um novo processo de aculturação da *Hispania*. A partir de Gibraltar, árabes e berberes começavam a ganhar espaço na península, aproveitavam as fragilidades do reino visigodo para expandirem o seu domínio, começando a definir o território al-Andaluz.

Tariq ibn Ziyad – lugar-tenente de Tânger, sobre a autoridade de *Musa ibn Nusayr, wali* (governador) no Norte de África do califado de Damasco (Síria) – avançava de sul para norte com tropas maioritariamente berberes, derrotando Rodrigo (rei visigodo) no lago Janda (Tarifa, Cadiz), até tomar Córdova e depois Toledo, capital do reino. A presença de *Musa* não tardava e as suas forças, significativamente árabes, cercavam Mérida em 713 e de seguida, com *Tariq*, apoderavam-se de Saragoça¹⁵⁴. Tomada a metrópole cristã da antiga *Lusitania*, as hostes de *Abd al Aziz* enviadas pelo Califa dominavam Sevilha no mesmo ano, e Beja ano seguinte. Daí partiam para conquistar as cidades do vale do Tejo lusitânico.

Um ano após a queda de Mérida, o domínio islâmico chegava a Coimbra passando por Évora, *Olisipona* e Santarém. As terras da Beira e do Entre-Douro-e-Minho entravam para o Andaluz em 716¹⁵⁵.

“Os exércitos de Musa e ‘Abd al ‘Aziz devem ter seguido as calçadas romanas nos percursos essenciais da conquista [...] a conquista do Ocidente da Península parece ter sido, em geral, pacífica. As cidades fortificadas, chaves da ocupação do território, foram provavelmente submetidas por acordo entre invasores e indígenas, como aliás sucedeu na maior parte da Hispânia [...] as autoridades cristãs teriam permanecido em funções, desde que aceitassem os novos senhores e se dispusessem a cumprir as cláusulas acordadas”¹⁵⁶.

154 FRANÇA, José-Augusto – Lisboa, história física e moral, pp.45-46.

155 MARQUES, A.H. de Oliveira – O «Portugal» Islâmico in Nova História de Portugal: Das Invasões Germânicas à “Reconquista”, pp. 121-122.

156 Idem, *ibidem*, p. 122.

Apesar do rápido avanço, a definição do Andaluz teve contornos turbulentos e instáveis, primeiro pela dificuldade na estabilização da fronteira setentrional, depois pelas disputas internas entre árabes e berberes forjadas durante o processo ocupacional, a que os muladis e moçárabes não ficaram indiferentes. A tentativa de criar uma unidade política independente só se mostrava viável depois do califado Omíada de Damasco ter sido tomado de assalto pelo califado Abássida de Bagdad (Pérsia). O único sobrevivente de Damasco, neto do último Califa Omíada¹⁵⁷, *Abd al-Rahaman I* refugiava-se na *Hispania*, e a partir de Córdova proclamava a autonomia do emirato *al-Andaluz* no ano de 756¹⁵⁸. As disputas entre as tribos islâmicas mantiveram-se até que *Abd al-Rahaman III* (no ano de 929) unificava o antigo emirato e proclamava-se califa. Até então, o *Gharb* mantinha-se num estado semi-independente:

“o estabelecimento de feudos semi-independentes com sede em Mérida-Badajoz, Beja e Faro não constituía especialidade do sudoeste da Península. Um pouco por toda a parte sucedia o mesmo. A tendência para a desagregação em Al-Andaluz acompanhava a feudalização de quase toda a Europa. Não se tratava, contudo, de um processo irreversível”¹⁵⁹.

A centralização do poder tão desejada não conseguia resistir mais do que um século. Com *al-Mansur b. Abi Amir*, califa por golpe, o poder central de Córdova atingia o seu expoente máximo. Sucedeu-lhe como *hajib* (prefeito do palácio) entre os anos de 1002-1008 o seu filho *Abd al-Malik*, cuja morte marcava o enfraquecimento do poder de Córdova. Os recrutados de Almançor – berberes e mercenários cristãos levados para o Andaluz – “minaram por dentro o que restava da dinastia omeia, contribuindo de forma decisiva para a ruína do califado enquanto expressão centralizadora do Poder”¹⁶⁰. Nesse momento, reativavam-se no *Gharb* os antigos termos económicos, locais e regionais, vindo a região a adquirir importância no cenário político.

A debilidade do califado – que perdera as condições para o exercício do Poder com a assassinação de *Hisham II* (1012/13) acabando por dissolver-se em 1031 – vinha a dar espaço a uma série de manobras militares protagonizadas por *walis* e *qadis* (juiz islâmico), que aproveitavam a vontade de autonomia das populações para legitimar o seu interesse numa independência política do seu território. As duas décadas que se seguiam à morte de *Hisham II* configuravam um período de *fitna* (guerra civil), que culminava nos diversos *muluk at-tawa if* (reinos de taifas). Assistia-se desta forma a uma fragmentação do poder muçulmano por via de uma divisão territorial alargada.

“A primeira fitna nesta região [no Gharb] ocorre em 1013/403-404 [ano cristão/ano islâmico], sob o comando de Sabur al-Amiri, eslavo que tomou o controlo de toda a marca inferior, tendo Badajoz como capital [...] mais a sul, o termo de Ossónoba cai, a partir de 1026/416-417 (e até 105/-443-444), sob o domínio dos Banu Harun, família de possível origem autóctone, que vê a subida do Poder facilitada pela forte componente muladi da região [...] a taifa mais tardia do Garbe surge em Silves como poder

157 FRANÇA, José-Augusto, op. Cit., p. 46.

158 MACIAS, Santiago – O Gharb-Al-Andaluz: Resenha Dos Factos Políticos *in* História de Portugal: Antes de Portugal, Primeiro Volume, 1997, pp. 374-375.

159 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., pp. 127-128.

160 MACIAS, Santiago, op. Cit., p. 378.

independente em 1048-1049/440, embora o predomínio dos Banu Muzayn (família árabe chegada à Península no início do século VIII) na cidade, concretizado nesse ano, tivesse provavelmente várias décadas (Muhammad b. Said b. Muzayn era qadi de Silves em 1028/419).

As taifas do Garbe entram em declínio irreversível em meados do século XI. A segunda metade da centúria terá como protagonistas os reinos de Badajoz [onde estavam inseridas as mudun de al-Usbuna, Santarin, Yabura, al-Qsar, al-Qulumriyya e al-Antaniya¹⁶¹] e Sevilha, importantes centros polarizadores, cuja demarcação de fronteiras se arrastará ao longo de várias décadas de lutas sangrentas¹⁶².

Entretanto, no extremo norte hispânico, onde os hispano-visigodos se haviam refugiado, as forças cristãs conjugavam-se para aproveitar a oportunidade cedida pela *fitna*. Com Afonso II (791-842) das Astúrias a bacia do Douro era repovoada pelos cristãos; Afonso III (866-910), seu sucessor, chegava à linha do Douro, e em 868 Vímara Peres toma *Portucale*. Em 1055 Fernando I (1037-1065), o magno, soberano do então reino de Leão e Castela, descia para conquistar Lamego e Viseu, e Coimbra em 1064. Por essa data a empresa da «Reconquista» era já uma realidade. A chegada à linha do Tejo, e a posse de Toledo dava-se por Afonso IV (1065-1109), que em 1093 recebia das mãos do rei da taifa de Badajoz as cidades de *al-Usbuna* (Lisboa) e *Santarin* (Santarém). Todavia, o domínio cristão sobre essas cidades perdurou somente um ano, e em 1094 a ofensiva almorávida¹⁶³ tomava-as novamente para poder muçulmano. O caso de Lisboa e Santarém retrata uma situação de rendição que não foi pontual¹⁶⁴:

“Com muita frequência, os reis taifas compravam literalmente a paz pagando as páreas aos monarcas cristãos que assim os protegiam, ao mesmo tempo que acumulavam moeda e metais preciosos. Estes pesados tributos não só enfraqueceram ainda mais os reinos taifas como obrigavam a que os seus governantes aumentassem os impostos que impendiam sobre as populações para fazerem face às exigências dos pagamentos. A situação das autoridades e das comunidades do Al-Ândalus tornou-se assim cada vez mais insustentável”¹⁶⁵.

161 MATTOSO, José – Mapa 22, os reinos de *taifa* no século XI *in* História de Portugal, p. 67.

162 Idem, *ibidem*, pp. 378, 379.

163 A crescente degradação dos reinos taifas e o progressivo avanço dos cristãos sobre o Andaluz obrigam o reino abássida de Sevilha a recorrer às forças do emirato Almorávida, sediado no norte de África. Chegados à península, deportam os abássidas para Marrocos, depois destes se aliarem a Afonso IV receosos do poder almorávida, tomam novamente Lisboa e Badajoz em 1094, e assaltam Coimbra em 1117. Nos vinte anos seguintes os Almorávidas, defensores da jihad (guerra santa), controlavam o poder no Andaluz, ficando marcado por um período de intolerância, o que ia provocar a reação dos muçulmanos andaluzes dando origem a segundas taifas.

Desta vez seria *Ibn Qasí*, soberano de Silves, a recorrer ao Norte de África em busca de auxílio. Aliado aos Almóadas, conseguia recolher a praça de Silves, que, entretanto, tinha sido tomada por *al-Mundir*, no mesmo ano que Afonso Henriques «Reconquistava» definitivamente Lisboa. Nos quarenta anos de controlo almóada a fronteira do espaço hispano-muçulmano era marcada pela linha do Tejo.

O declínio da presença islâmica no *Gharb* ficava marcado pela derrota do emir *an-Nasir* em Navas de Tolosa, momento a partir do qual se dá a precipitação da Reconquista sobre o Alentejo e Algarve.

MACIAS, Santiago, op. Cit., pp. 380-381.

164 SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – I Parte: Idade Média (séculos XI-XV) *in* História de Portugal, 2010, pp. 18-19.

165 Idem, *ibidem*, p.41.

Eis que surge a Igreja Católica de Roma.

As frentes de combate na Península entre cristãos e muçulmanos eram seguidas atentamente pelo centro político da cristandade. O interesse no confronto com Islão não se mantinha apenas pela reconquista da espiritualidade das populações, caso contrário, os moçárabes, resistentes seguidores de Cristo, não tinham também eles sido perseguidos. A vassalagem prestada pelas monarquias hispânicas trazia lucros, não só das rendições ou quase protetorados a certos reis taifas, como também os que advinham da ocupação territorial (aumento da riqueza por propriedade), e nesse processo Cluny foi duplamente intermediária.

Após a tomada de Toledo, o arcebispo Bernardo de Sédillac, monge cluniense, era destacado por Roma para se instalar na cidade como Legado permanente do Papa. Posteriormente, Constança, filha de um Duque da Borgonha e sobrinha do abade Hugo de Cluny, casava-se com o rei Afonso VI obtendo daí influência junto da coroa de Leão e Castela. O próprio monarca fazia doações avultadas à abadia provenientes das rendas das taifas, que contribuíam para a construção do grande edifício. Por fim, a importância de Santiago de Compostela enquanto eixo de peregrinação, imediatamente a seguir a Roma e Jerusalém, vai relacionar-se com a reforma da vida monástica francesa ocorrida na segunda metade do século XI: nos caminhos para Santiago (do lado franco) eram fundados mosteiros ligados a Cluny, e os mosteiros beneditinos do norte da Península adotavam os seus hábitos, contribuindo decisivamente para a implementação da nova prática litúrgica romana (decidida no Concílio de Burgos de 1080), em detrimento da antiga liturgia hispânica, fonte do ritual moçárabe. Se a ordem de Cluny, por um lado, foi emissária de Roma para a unificação da Igreja hispânica, executando as reformas que saíam dos sínodos católicos e contribuindo para o clima de intolerância religiosa para com os moçárabes; por outro, via nessas ações proveitos próprios, quer pela recolha de receitas, como pela disseminação de mosteiros afetos, desempenhando um papel fundamental no reordenamento do território e “na organização social dos respetivos domínios, através de uma definição mais sistemática e uniforme das relações com os camponeses seus dependentes”¹⁶⁶.

A instabilidade das taifas mostrava-se assim mais favorável ao avanço dos reinos cristãos que à manutenção do Andaluz.

Os hispano-visigodos indignados viam-se confinados às montanhas asturianas, onde formavam centros de resistência e fundavam uma nova monarquia cristã. Os restantes, aqueles que em geral se opuseram a Rodrigo, permaneciam no Andaluz em aparente estabilidade e tolerância para com os muçulmanos (e judeus), pelo menos até aos reinos taifas. Os moçárabes, ou seja, os cristãos visigodos que habitavam a *Hispania* islamizada mantinham-se como população majoritária no extremo Ocidente (*Gharb*, antiga *Lusitania*) até meados do século X, participando na “nova ordem que favorecia os poderes urbanos descentralizados”¹⁶⁷, e com “acesso a importantes cargos na organização do Estado”¹⁶⁸. É exemplo, como refere Manuel Real, o aval do Emir para a nomeação de Bispos, e a manutenção de dezanove bispados até à «Reconquista», dos vinte e sete que existiam no reino visigodo: “no que concerne à área do *Gharb*, são referidos [num código moçárabe escrito entre 1049/ 50 guardado na Biblioteca Nacional de Madrid] 13 bispados sufragâneos de Mérida, 18 de Toledo e – aparentemente com falhas de transcrição – 4 de Sevilha”¹⁶⁹. Do atual território

166 Idem, *ibidem*, pp. 21-23.

167 TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago – O Legado Islâmico em Portugal, p. 20.

168 REAL, Manuel Luís – Os Moçárabes do Gharb português in Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo, p. 36.

169 Idem, *ibidem*, pp. 36-37.

português, dependiam da metrópole moçárabe de Mérida os bispados de Lamego, Viseu, Coimbra, *al-Usbuna*, Évora, Beja e *Ossonoba* (Faro – topónimo latino que permaneceu até ao século X, passando a designar-se «Santa Maria» no século seguinte¹⁷⁰). Ao que parece, foi nas regiões de *Ossonoba* e *al-Usbuna* que o cristianismo se manteve com maior expressão¹⁷¹.

O fato de a ocupação islâmica no *Gharb* ter decorrido sobretudo de consensos, o que ajuda a esclarecer a rápida progressão para norte, levava a que, para além desse território se manter num estado de quase autonomia, e por vezes de quase independência, como explicam Cláudio Torres e Santiago Macias¹⁷², os descendentes visigodos que nele permaneciam continuassem organizados por uma estrutura social pouco diferente da anterior, e a praticar o antigo ritual cristão hispânico num contexto de gradual arabização e islamização; não menos mediterrânico que a aculturação romana.

Fixada a capitulação, a autoridade islâmica destacava um wali para nomear entre a aristocracia hispano-visigoda resistente um *kumis* (conde, do latim comes). Ao *kumis* cabia a representação e liderança da comunidade cristã – a que Manuel Álvarez designa por «moçarabia» –, o reconhecimento da autoridade do Estado islâmico, e o cumprimento dos impostos acordados: “o *jarach*, imposto geral sobre o território [,] e a *chizia*, imposto pessoal de capitulação, depend[ia] da riqueza de cada cristão contribuinte”¹⁷³. Em contrapartida os hispanos-visigodos mantinham as suas propriedades, e a liberdade na prática do culto.

O funcionamento administrativo da comunidade era conseguido por um conjunto de cinco funcionários nomeados diretamente pelo Emir. Em Córdoba (como capital do Andaluz) adicionavam-se mais três, um para o poder civil, outro para o judicial e ainda para o económico. Entre os restantes estava o *Alarife* (arquiteto ou mestre de obras), o responsável pelo policiamento, controle das propriedades e mercadorias, e a autoridade criminal.

Na mesma estratigrafia social dos funcionários urbanos estavam os mercadores e os membros do cabido, que antecediavam os bispos, e faziam a transição para os estratos inferiores dos monges, sacerdotes rurais, servos e escravos; “é de supor que muitas comunidades moçárabes, quer urbanas quer rurais, tivessem conservado os seus usos e costumes antigos, incluindo formas administrativas”¹⁷⁴.

A frequente necessidade de contacto com os novos colonos exigia aos autóctones, principalmente à aristocracia, prelado e mercadores, o domínio da língua árabe, que não eliminou do quotidiano moçárabe o latim e os restantes idiomas romances, cuja origem se prevê, “em muitos casos, às diferenças dialetais dos colonos romanos e, em outros, a diferenças étnicas do substrato peninsular ibérico que absorveu o latim”¹⁷⁵. O bilinguismo foi neste caso, possivelmente, o primeiro momento de arabização da cultura hispano-cristã. Como refere António de Oliveira Marques, os documentos bilingues do século VIII ao século XI, e os poemas árabe-moçárabe (*muwwassahat*) no século IX são disso exemplo. Contudo, não se trataria de uma aculturação transversal a toda a «moçarabia», mas sim setorial, dado que entre cama-

170 TORRES, Cláudio – O Gharb-Al-Andaluz in História de Portugal: Primeiro Volume, Antes de Portugal (dir. José Mattoso), p. 409.

171 REAL, Manuel Luís, op. Cit., p. 40.

172 TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, op. Cit.

173 ÁLVAREZ, Manuel Rincón – Mozárabes y Mozarabías, pp. 61-62. [tradução do autor]

174 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., pp. 181-182.

175 Idem, *ibidem*, p. 209.

das sociais desprovidas, ou de menor cultura, prevaleciam os idiomas romances – conhecidos entre os muçulmanos como *musta'rib* (o semelhante ao árabe; a língua dos Moçárabes), ou *al-ajamiia* (língua não árabe) –, onde a influência árábica se fez sentir, sobretudo, no vocabulário, conservando-se as formas e sons latinos¹⁷⁶.

Se as línguas Moçárabes eram dominadas pela generalidade da «mocarabia», tanto urbana como rural, e o bilinguismo pertencia a um segmento restrito dessa comunidade, o latim permaneceu somente nas formas escritas e declamadas do clero. As *Nomina Sedium*, códices (anónimos) descendentes da «Divisão de Wamba», dão-nos o registo dos limites eclesiásticos moçárabes, pelo menos até aos primeiros anos do século XI, onde figura o acima citado *códice da Biblioteca Nacional de Madrid* (1049/50). António Rei faz também referência ao *códice ovetense do Escorial* de 780, e a outro do século IX, mencionando a sua importância no panorama cultural moçárabe enquanto fontes para a compilação da *Crónica Pseudo-Isidoriana* (escrita entre os séculos X e XI)¹⁷⁷, e ainda utilizadas pelos autores hispano-árabes. Além da importância documental, estes códices vêm demonstrar não só a manutenção de uma organização administrativa particular no seio do Andaluz, como de uma atividade pastoral junto das populações. Aliás, a ideia de um clero e cultura moçárabe resistente, ainda que a sua presença fosse variável nas diferentes regiões, é para certos autores (António de Oliveira Marques, Santiago Macias, Manuel Real, António Rei, ou Manuel Alvaréz) um facto cada vez mais evidente, que se opõe à tese de uma comunidade cristã minoritária e culturalmente debilitada devido à incapacidade de ação episcopal, e às fortes pressões muçulmanas (José Mattoso¹⁷⁸).

Ainda a respeito da atividade clerical, Manuel Real alude à existência de uma cópia (única) da ata do Concílio de Córdova de 839, preservada “num arquivo leonês”, como confirmação para a existência de encontros sinodais entre os metropolitas, para além, das viagens do bispo Recemundo de Iliberis enquanto emissário do califa à corte do Sacro Império Romano-Germânico de Otão I (em 953), ou a Bizâncio em 960, com passagem por Jerusalém, que contradizem a possibilidade de um isolamento efetivo dessa comunidade¹⁷⁹.

Nas elevações rochosas da cidade de Córdova a presença de *monasteria* (pl. *monasterium*) aumentava até ao século IX. Onde antes estavam eremitas, começavam a organizar-se cenóbios “de uma forma quase familiar, em casas de retiro onde se congregavam os membros de uma família e os seus parentes e servos. Os dirigentes destes primeiros núcleos recebiam o nome de «perfeitos»”¹⁸⁰. O cenóbio de *Peñamelaria* (inexistente) – quatro milhas a norte de Córdova – terá sido um dos casos onde no mesmo edifício habitavam religiosos de ambos os sexos (mosteiros dúplices) regrados por um único abade, mas separados por um muro no claustro; tipologia que já havia sido discutida por São Frutuoso na sua *Regula Monastica Communis* (século VII):

176 Idem, *ibidem*, pp. 208-2011.

177 Sobre a «*Crónica Pseudo-Isidoriana*», ou «*Cronica Gthorum a sancto Isidoro edita*», como é intitulada pelo manuscrito nº 6113 da Biblioteca Nacional de Paris (único exemplar da obra), o autor explica-a como “um conjunto de textos que circulavam entre os letrados moçárabes e que foram sofrendo retoques e acrescentos, principalmente durante os períodos críticos, como foi o das autonomias muladíes [cristão convertidos aos islamismo] que tiveram lugar entre o último terço do século IX e o primeiro do século X ou a crise que levou à desagregação do Califado e ao início das Taifas”.

REI, António – Literatura Moçárabe. Memória de uma cultura de resistência (séculos VIII-XII), pp. 13-14, 16-17.

178 MATTOSO, José – Os Moçárabes, 1985.

179 REAL, Manuel Luís – Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português *in* O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão, p. 273.

180 ÁLVAREZ, Manuel Rincón, op. Cit., p. 77. [tradução do autor]

“Aprove à Santa Regra Comum que não ousem habitar, no mesmo mosteiro os monges com irmãs. E nem ousem ter um oratório comum, e mesmo não possam permanecer em comum na mesma sala ou tecto, ainda que seja por motivo de grande necessidade. Pondo de parte toda a ocasião de escusa, devem pois viver de maneira que os monges mais as irmãs que têm o dever de guardar nunca tenham licença para comer nem na mesma sala nem no mesmo espaço”¹⁸¹.

Nas palavras de São Eulógio, segundo o Frei Henrique Florez, o *monasterium Peñamelaria* – dedicado a São Salvador e Santa Columba – ter-se-á notabilizado não só por nele terem vivido os seus patronos, mas por ali se terem guardado as relíquias dos Mártires Jorge, Aurélio e Pedro¹⁸². Preocupado com uma possível conversão dos monges ao islamismo, terá sido o próprio Eulógio a redigir as regras que orientavam a vida cenobítica de Córdoba. Assim terá permutado (durante a sua viagem a Navarra) as “relíquias por cópias de livros. A cidade de Deus de Santo Agostinho e obras de Virgílio, Horácio e Juvenal, engrossaram as suas bibliotecas incipientes”¹⁸³.

Pelo que se pode verificar, ainda que os acontecimentos de Córdoba fossem particulares devido à presença da corte muçulmana, pois muitos monges terão subido às Astúrias, as inquietações monásticas mantiveram-se idênticas às que existiam em contexto hispano-visigodo, incluindo as obrigações de convivência com os novos colonos. Porém, a ocupação rural do *Gharb* não se fazia apenas pelos cenóbios persistentes.

Aos capitulados era geralmente cedido o direito à manutenção das suas terras. Aos que sucumbiam ou desertavam eram-lhes confiscadas as propriedades, e entregues aos novos senhores – árabes e berberes –, mantendo-se as relações já existentes com os que trabalhavam as terras. Provavelmente, só as áreas semidesertas constituíram novas unidades agrárias¹⁸⁴.

Os proprietários muçulmanos estavam isentos dos impostos capitulares, pertencendo-lhes apenas o pagamento da dízima, no entanto, um quinto da propriedade revertia a favor do Estado, que as “explorava diretamente, quer mediante o trabalho de colonos (a maioria dos quais eram os antigos foreiros ou servos), ou por concessões precárias ou hereditárias a novos proprietários que, por sua vez, recorriam ao trabalho dos camponeses indígenas”¹⁸⁵; podendo ainda doa-las à família real, nobreza, e até altos funcionários públicos¹⁸⁶. Em suma, até ao final do Califado de Córdoba os detentores dos prédios rústicos no Andaluz – da grande propriedade agrícola ao pequeno alódio – eram os senhores do Estado muçulmano, árabes e berberes que participaram na tomada do reino hispano-visigodo, passando pelos moçárabes, ou muladis que conseguiam prestígio¹⁸⁷.

Como na divisão agrária romana, na distribuição das terras conquistadas o grande latifúndio era a propriedade por excelência, conquanto, a sua administração tinha contornos particulares. Em representação do senhorio, residente numa cidade próxima, o *wakil* (feitor) supervisionava as jeiras, e os impostos de aforamento ou arrendamento pagos

181 DIAS, Paula Barata – REGVLA MONASTICA MOMMVNIS ou EXHORTATIO AD MONACHOS?: (séc. VII, Explicit): Probleática. Tradução. Comentário, p. 115.

182 FLOREZ, Henrique – Espanã Sagrada. Theatro geographico-historico de la Iglesia de España, Tomo X, pp. 263-264.

183 ÁLVAREZ, Manuel Rincón, op. Cit., p. 77. [tradução do autor]

184 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., p. 123.

185 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., p. 153.

186 VALLVÉ, Joaquín – La Agricultura en Al-Andalus in Al-Qantara: Revista de Estudios Árabes, vol. III, fasc. 1e 2, p. 271.

187 VALLVÉ, Joaquín, op. Cit., p. 272.

pelos camponeses da *al-qarya* (alcaria, aldeia). Cada *al-qarya* explorava uma unidade agrícola da propriedade, e era regrada internamente pelas *al-jama'a* (concelhos de anciãos). Um único senhor podia assim deter numa única propriedade, fosse ela de grande ou média dimensão, diferentes alcarias¹⁸⁸.

Nesses conjuntos habitacionais os espaços privados eram exíguos, habitualmente compostos por duas salas, uma mais recatada (possivelmente destinada ao descanso) e outra onde se desenvolviam as atividades familiares (com uma ou duas lareiras). Essas habitações comunicavam entre si através de um pátio público central, no qual se construía o forno comunitário e se fazia acesso aos restantes edifícios; os currais, para o gado ovino e caprino, tinham utilização comum, quanto aos estábulos, destinados às bestas, eram da utilização individual de cada família¹⁸⁹. Exemplo deste tipo de ocupação no *Gharb* «português» é o sítio arqueológico da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim), e os alcariais de Odeleite (Castro Marim), embora em Odeleite se mostrem mais complexos na articulação dos espaços e a área ocupada seja de maior dimensão¹⁹⁰.

Segundo Oliveira Marques, a ocupação do solo agrícola era estruturada pelos canais de irrigação: às acéguas (*al-sakiya*) – canais de rega dispostos em retícula sobrelevada –acoplavam-se os depósitos de água, desde pequenos açudes (*al-sudd*), represas ou lagoas, e as fontes naturais guarnecidas por cegonhas, noras (*na'ura*), azenhas (*al-saniya*), ou moinhos de água de rodízio vertical (os dois últimos de origem islâmica), que concorriam com “a atafona (ár., *al-tahuna*), movida por força animal ou humana”, e com o moinho de água de rodízio horizontal (já utilizado em período anterior mas disseminado a partir do século VIII); funcionando tudo por efeito de gravidade¹⁹¹.

“Trata-se de um complexo sistema, que assenta sobre um terreno armado em terraços, originado a partir do poço ou tanque, situado no ponto mais elevado do terreno (caso possível, junto à estrada), ou no meio do horto, de forma a garantir a rega em toda a superfície e a fruição estética da água a quem entra no espaço.

Sobre estes elementos básicos (caldeiras, tanques, poços, caminhos) apõe-se um conjunto de caramanchões, pavilhões e latadas. São delicadas arquiteturas, que se revestem de hera, roseiras, jas-mim e parreiras, proporcionando sombra e frescura e que se envolvem em verde de murtas, loureiros, ciprestes, pinheiros, cidreiras, laranjeiras, zamboas, limoeiros, medronheiros e de outras espécies predominantes de folha persistente, por serem consideradas mais gentis e formosas”¹⁹².

O povoamento meridional do *al-Andaluz* era mais concentrado do que no centro e norte hispano-muçulmano, onde a dispersão dos povoados levava à construção de fortificações (torres, praças-fortes ou castelos) para defesa

188 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., p. 154.

189 GAMITO, Teresa Júdice – Povoamento rural no Gharb in Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, p. 145.

190 SANTOS, Filipe João Carvalho dos – O povoamento islâmico dos alcariais de Odeleite. Uma Qarya no Algarve Oriental. Primeiros resultados arqueológicos in Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, nº 4, 2006, pp. 162-266.

191 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., pp. 136, 164.

192 CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira – DA ESSÊNCIA DO JARDIM PORTUGUÊS, Vol. I, pp. 152-153.

das populações. Por sua vez, o amuralhamento de centros populacionais podia acontecer nas quran (vilas) ou mudun (cidades)¹⁹³.

As propriedades dependentes e organizadas pela *madina* (singular de *mudun*), por razões de abastecimento, designavam-se por *al-munia* (almuinha)¹⁹⁴. Com efeito, o Grande Dicionário da Língua Portuguesa¹⁹⁵, atribui a estras parcelas de terreno o sentido de horta ou quintal cercado (quintarola), ao passo que, o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea lhe acrescenta ainda o significado de “pequena propriedade rústica murada, com horta e algumas árvores de fruto”¹⁹⁶. A diferença entre as definições do substantivo, que não se anulam – ambas remetem para a menor dimensão de um prédio rústico – reside essencialmente na definição dos seus limites. O facto de uma propriedade ser «cercada» não implica obrigatoriamente que seja «murada», ou seja, admitiam-se outras formas para a definição da propriedade.

No substantivo «azinhaga» (do árabe *az-zinaiqâ*¹⁹⁷, *az-zanaka*¹⁹⁸ ou *sinhaya*, como refere Oliveira Marques¹⁹⁹) encontramos a definição de “caminho estreito entre montes, vinhas, fazendas ou pelo campo, acompanhado de valados, fora de estrada”²⁰⁰, como também, “caminho rústico, estrito, ladeado por valados, montes, vinhas, muros”²⁰¹. Poderemos assim intuir, a ser a «azinhaga» o meio de comunicação predominante entre as propriedades muçulmanas, que a demarcação do espaço rural do Andaluz não se afastou muito da utilizada pelos romanos.

No *De Re Rustica* de Catão pode ler-se que o limite do *fundus* fosse determinado por um muro rebocado com “cinco pés de altura”, e rematado por uma peça com um pé de espessura, “um pé e meio de altura e catorze de comprimento”²⁰²; já no *Rerum rusticarum*, que chamava ao muro de Catão «vedação artificial» – construía-se na *Hispania* e *Tarento* com blocos compostos de terra envolvida com pedra –, Varrão admitia também que o limite de uma *villa* pudesse ser definido por uma «vedação natural» de “sebes vivas, com raízes na terra” (de alta resistência a um possível incêndio), uma «vedação campestre» “feita de madeira cortada”, uma «vedação militar» constituída por uma “trincheira com um aterro em forma de terraço”, ou, na ausência de qualquer uma destas, a propriedade poder-se-ia demarcar “com pés de árvore” (pinheiros, ciprestes, ulmeiros), evitando “questões entre os vizinhos e os processos”²⁰³.

Dos tratadistas romanos Columela foi o que maior impacto teve sobre os autores andaluzes que se dedicaram ao estudo da agronomia, cuja influência se dispersou entre os séculos XI e XIV a partir de Granada, Múrcia, Valencia, Córdoba, Toledo, Sevilha e Almeria. Segundo Joaquín Vallvé, o tratado de Agricultura andaluz de maior relevância tem

193 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., pp. 144, 192-196.

194 MATTOSO, José, op. Cit., p.18.

195 MACHADO, José Pedro (cord.) – Grande Dicionário da Língua Portuguesa: Volume I, p. 349.

196 Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa: Volume I, p. 181.

197 Idem, *ibidem*, p. 447.

198 MACHADO, José Pedro (cord.) – Grande Dicionário da Língua Portuguesa: Volume II, p. 182.

199 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., p. 139.

200 Idem, *ibidem*.

201 Academia DAS Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, op. Cit.

202 AMAZALAK, Moses Bensabat – Catão e a Agricultura, p. 50.

203 AMAZALAK, Moses Bensabat – Varrão e o Livro “RERUM RUSTICARUM”, pp. 127-128.

como autor o sevilhano *Ibn al-Awwam*. O *Livro da agricultura nabateia (Kitab al-filaha al-nabatiyya)* terá sido escrito entre o final do século XII e início do século XIII, composto por trinta e cinco capítulos. Anterior a este, *Abu-l-Qasim al-Zahawi* de Córdoba, falecido em 1009, também terá completado um *Compendio de Agricultura (Mujtasar kitab al-filaha)*, e *Ibn Wafid* de Toledo (1008-1074) ter-se-á dedicado à *Suma ou compendio de Agricultura* enquanto criava um jardim botânico, ou «Horta do Rei», para *al-Ma'mun*, a quem *Ibn Bassal* também prestou serviço. Este último terá redigido a obra *Diwan al-filaha*, posteriormente sintetizada nos dezasseis capítulos do *Livro do propósito e da demonstração (Kitab al-qasd wa-l-bayan)*. Segundo Vallvé, o tratado distingue-se dos restantes por “se basear em experiencias pessoais [...] podendo-se considerar como o tratado de agricultura mais original e objetivo de todos os especialistas hispano-árabes”. *Ibn al-Hayyay* – um outro sevilhano – escreveu em 1073 *O suficiente* seguindo “fundamentalmente os autores clássicos”. De Granada saiu a *Flôr do jardim e recreio das inteligências (Zahr al-bustan wa-nuzhat al-adhan)*, uma obra de agricultura dedicada ao filho do sultão *Yusuf ibn Tasufin*, quando esse (*Tamim*) havia sido governador de Granada entre 1107-18. Em Almeria, *Ibn Luyun* (1282-1349) escrevia em verso o *Livro do princípio da beleza e fim da sabedoria que trata dos fundamentos da arte da agricultura (Kibat ibda' al-malaha wa-inha' al-rayaha fi usul sina'at al-filaha)*, e um terceiro autor (anónimo) sevilhano terá contruído substancialmente para o conhecimento das línguas romances no século XI com a redação da obra *Umdat al-tabib fi ma'rifat fi kull labib*, onde “define e classifica as plantas com grande precisão e segurança, não apenas as indígenas como também as exóticas”²⁰⁴.

Os alcariais e almuinhas estavam então integrados no *al-hoz* (alfoz), o termo da *madina*, as terras que dela dependiam diretamente. A maior dimensão administrativa das *mudun* (entre o califado de Córdoba e as taifas) era a *kura* (pl. *kuwar*), isto é, no território judicial com poder sobre as *mudun* que se encontrassem no seu espaço de ação. Tanto os alfozes como as *kuwar* mantinham os limites que haviam sido criados pela administração romana para as *civitates* e *conventus*, posteriores sedes metropolitas. No *Gharb* «português» a sul do Tejo permaneceram como capitais de *kura*, *Ossonoba* (Faro), *Baja* (Beja), *Yabura* (Évora) e *al-Qsar* (Alcácer do Sal); a norte estavam, *al-Qulumriyya* (Coimbra), *al-An-taniya* (Idanha), *Santarin* e *al-Usbuna*, com possível existência de uma quinta capital em Lamego ou Viseu²⁰⁵.

Os itinerários narrados por Antonino Pio mantiveram-se por toda a *Hispania* islamizada cumprindo a sua função de principal meio de comunicação terrestre entre as *mudun*, ainda assim, insuficientes para suportar o forte fluxo comercial, regional e local, e as movimentações militares de Córdoba e Sevilha. Abriram-se novos caminhos secundários e corrigiram-se outros troços pré-existentes, utilizados especialmente por almocreves (homens que conduziam animais de carga; do árabe *al-mukari*). Esses caminhos secundários estabeleciam um sistema articulado com as vias principais, introduzindo as *mudun* no mecanismo económico ibero-mediterrânico, onde os percursos da navegação continuaram a desempenhar um papel preponderante:

“Durante o processo de islamização e de uma ponta à outra do Mediterrâneo, é notório um crescimento significativo dos intercâmbios comerciais. As próprias vias fluviais sobrepuaram-se a muitos antigos percursos de interior que tinham sido prioritários durante o Império Romano”²⁰⁶.

204 VALLVÉ, Joaquín, op. Cit., pp. 261-266. [tradução do autor]

205 MATTOSO, José – História de Portugal, (COMPLETAR BIBLIOGRAFIA), p.46-49.

206 TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, op. Cit., pp. 52-53.

Contudo, eram as viagens por terra que mais entusiasmo causava entre os poetas hispano-muçulmanos. Os *caminhos e os reinos* (*masalik wa-l-mamalik*), género literário de bastante sucesso entre os séculos IX e XIV, ocupava-se do conhecimento do território. As obras davam conta da situação geográfica de cada madina, inclusive a distância à capital de *Kura* ou a Córdova; das condições naturais existentes pela riqueza do solo, caça, pesca, agricultura e minério; e dos acontecimentos históricos que rodeavam cada madina, as personagens sonantes que nela tinham estado, lendas, edifícios notáveis e fortificações construídos, e os elementos mais importantes dessa população. Eram, portanto, obras que descreviam detalhadamente as paisagens do interior do território²⁰⁷.

Santarin e *al-Usbuna* mantinham-se em contacto pela mesma estrada que seguia para Mérida, e depois para Córdova. Do porto *al-Usbuna* continuavam a partir, e a chegar, embarcações com destino ao Oriente, que não era apenas bizantino, mas predominantemente muçulmano. Contacto esse que o Mediterrâneo manteve permanente numa nova relação comercial com o Oriente médio, antes sassânida.

Olisipona rendia-se ao califado Omíada de Damasco no ano de 714 pelas mãos de *Abd al Aziz*. Na cidade permaneciam os cristãos e judeus autóctones, e instalavam-se novos habitantes, sobretudo árabes²⁰⁸. Sobre a autoridade do califa omíada a madina mantinha-se afastada dos principais acontecimentos da conquista, vindo a ter um certo momento de destaque durante as revoltas contra o Emirato de Córdova: a dado momento em *al-Usbuna* refugiava-se um tal *Muhamad*, chefe revoltoso, de onde partiu para tomar Mérida, sendo aí derrotado pelas forças de *Abd al-Rahaman II*, e anos antes da proclamação do Califado, em 889-890, o *wali* impunha-se contra o Poder central rebelando-se a cidade²⁰⁹. No entanto, a aparente pacificidade da região vinha a ser novamente abalada, primeiro por Afonso II que se insurgia contra *al-Usbuna* no ano de 798, seguindo-se o saque de Ordonho III de Leão em 956 com a destruição parcial das muralhas, e depois pelos sucessivos ataques litorais dos normandos: o primeiro teve lugar em 844 quando uma frota passou a barra do Tejo e esteve dez dias ancorada ao largo da cidade²¹⁰, repetindo-se os ataques em 966, 972 com intensões sobre *Santarin*²¹¹, e por fim, em 1008, ou 1010, quando “um Príncipe *Sigur* da Noruega” destróçou al-Shantara (Sintra) e pilhou *al-Usbuna*²¹².

207 Tal como para Avieno a literatura de Heródoto e Estrabão haviam desempenhado especial importância, também para Ibn Jurdabdhah, autor do primeiro «*Kitab al masalik wa-l-mamalik*» entre os anos de 846-885, ou para al-Yayhani e Ibn Hawqal, os autores clássicos foram uma referência. A diferença entre os autores greco-romanos e muçulmanos está essencialmente nas paisagens que narravam: enquanto as obras clássicas dão uma visão do território a partir do mar, ou seja, são sobretudo périplos; as muçulmanas contavam os acontecimentos de um percurso feito por terra, portanto, mais lento, fator que lhes permitiu uma maior observação das paisagens e uma maior aproximação às populações que encontravam.

GAMITO, Teresa Júdice, op. Cit., pp.143-145.

SANJUÁN, Alejandro García – LA CARACTERIZACIÓN DE AL-ANDALUS EN LOS TEXTOS GEOGRÁFICOS ÁRABES ORIENTALES (SIGLOS IX-XV) *in* Norba. Revista de Historia, vol. 19, pp. 44-46.

208 MARQUES, A.H. de Oliveira – Mapa 10, Colonização árabe-berbere *in* Nova História de Portugal: Das Invasões Germânicas à “Reconquista”, p. 142.

209 FRANÇA, José-Augusto, op. Cit., p. 47, 49.

210 Idem, *ibidem*, pp. 48-49.

211 MARQUES, A.H. de Oliveira, op. Cit., pp. 125, 129.

212 FRANÇA, José-Augusto, op. Cit., p.49.

As ofensivas à madina levavam à sua refortificação seguindo o alinhamento nascente e sul da muralha baixo imperial, fechando-se a ponte por um novo troço fortificado que absorvia o possível Arco do Triunfo da Porta do Ferro²¹³.

A *qasaba* (alcáçova) e o *qasr* (alcácer) – as dependências do *wali* e núcleo militar da cidade – sediavam-se no alto do velho *oppidum*, posteriormente elevado a acrópole imperial, que foi sucedida pelos paços visigodos. A *madina*, a cidade propriamente dita construía-se na encosta sul da colina da alcáçova sobre *Olisipo* e *Olisipona*, onde se estava o *suq* (mercado) no lugar do Forum, a Mesquita (edificada no século X) sobre a possível Basílica civil romana – provavelmente depois cristianizada –, os restantes equipamentos públicos,

“e onde habitava toda a população de comerciantes, artesãos, hortelãos e camponeses [...] também fora das muralhas, e sempre longe do contacto com os vivos, ficavam os cemitérios (maqbaras), normalmente reocupando antigos espaços funerários.

Em certos casos, a cidade organizava-se em dois polos diferenciados e autónomos, como aconteceu em Santarém e Alcácer do Sal. Noutros, como em Lisboa e Coimbra, unificaram-se numa única mancha urbana”²¹⁴.

A alcaçaria (singular *al-qaisari ia*), o espaço de negócios, com hospedarias, ourivesarias, lojas de tecidos de luxo e cobrança de impostos alfandegários, estava no arrabalde oriental de *al-hamma* (alfama, «fonte de água morna»²¹⁵), encostada à porta de São Pedro²¹⁶.

Enquanto capital de *kura*, os limites jurisdicionais de *al-Usbuna* encostavam-se (a norte) à administração de Coimbra a cima das elevações de Aires e Candeeiros – de grosso modo, ao que corresponde hoje ao encontro dos distritos de Lisboa e Leiria –, e a nascente ao termo de Santarém (sensivelmente pelo atual limite ocidental desse distrito), prolongando-se a sul até encontrar o maciço da Arrábida²¹⁷.

Em tempo do califado podem imaginar-se movimentos (diretos e indiretos) entre *al-Usbuna* e a capital do Andalus (Córdova), e o extremo oriente islâmico centrado em Meca, próprios de um processo de arabização e orientalização cada vez mais marcante. Até à boca do Tejo chegavam produtos, mercadorias, viajantes, e com eles uma nova cultura, vindos de todo o espaço muçulmano em que o Mediterrâneo era o grande canal de distribuição. Esse processo de aculturação tornava-se mais evidente quando as cidades do *Gharb* tenderam a autonomizar-se, conseguindo *al-Usbuna* notabilizar-se e atingir a dimensão de maior cidade da região.

O abastecimento da madina mantinha-se assegurado pelas almuinhas, e propriedades que a circundavam.

213 Encostava-se à Praça de Armas do Castelo de São Jorge o tramo mais elevado do muro. Ao encontrar a Rua do Milagre de Santo António abria a Porta da Alfama, de onde partia um segundo lanço muralhado que infletia no tardo da inexistente Ermida de São Crispim. A fechar a atual rua de São Mamede, quando esta cruza a Calçada do Correio Velho, estava uma torre pentagonal que fazia torcer o muro até à Porta do Ferro, sempre coincidente com a frente direita da Caçada. Pelo interior do quarteirão confinado pela Rua da Padaria e Travessa de Santo António, entrava o último lanço ocidental. Depois de se cruzar com amuralhamento ribeirinho, ainda no interior do quarteirão, prosseguia até encontrar a Torre da Escrevaninha à face da Rua dos Bacalhoeiros.
SILVA, Augusto Vieira da – A Cêrca Moura de Lisboa, estudo histórico descritivo, pp. 62-101.

214 TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, op. Cit., pp. 29-30.

215 Alfama in Dicionário infopédia de Toponímia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-08-08 12:57:18]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Alfama>.

216 FRANÇA, José-Augusto, op. Cit., p. 51.

217 Mapa 15 – As *kuwar* da divisão administrativa muçulmana in História de Portugal, p. 47.

Considerando que o *ager* de *Olisipo* não se tenha alterado até então, o espaço rural do vale de Chelas permanecia integrado no *alfoz* de *al-Usbuna*. O facto de a ocupação muçulmana nesta cidade ter decorrido de um acordo de rendição, e não de uma ofensiva militar, pode sugerir a manutenção do cadastro romano-visigodo pré-existente²¹⁸. Da possível permanência cristã no sistema do vale de Chelas a informação que persiste é sumária, proveniente de reabilitações do extinto Convento de São Félix, e notícias pontuais.

Relacionados ao monasterium ou ecclesia moçárabe de São Félix surgem dois monumentos arqueológicos, antes catalogados como visigodos por Fernando de Almeida²¹⁹, existindo um terceiro que foi localizado na Quinta dos Passarinhos Fonte do Louro. Todos eles representativos de uma ativa capacidade construtiva em pleno contexto Omíada²²⁰.

Entre as três peças, a mais eloquente e que mais entusiasmo levanta no momento de definir a sua originalidade, e influência artística, é o fragmento de um pilar com secção quadrangular (século IX-X) encontrado nas fundações da capela-mor do convento. As quatro faces apresentam repetidamente a imagem de um grifo em posição heráldica circunscrito por um medalhão vegetalista, ao qual se encostam outros elementos da mesma natureza que preenchem o restante espaço da peça. Na Casa dos Bicos foi identificado outro fragmento de idêntico (de cronologia similar), que Fernando de Almeida dizia pertencer a Chelas, apontando que a dado momento, devido à racionalização de matéria prima, parte do pilar possa ter sido transportado para a cidade²²¹. Por seu turno, Manuel Luís Real desconsidera a tese de Almeida, e levanta a possibilidade de a peça de Chelas ser uma cópia da que estava na Casa dos Bicos, porventura esculpida por ocasião de uma reconstrução da basílica – já dedicada a São Félix – “nos finais do século IX, após terem lá sido depositadas as relíquias dos Santos Adrião e Natália”²²². Quanto à peça da Casa dos Bicos levanta a hipótese de pertencer à basílica moçárabe da Sé²²³. Aproximando-se à tese de Real, ainda que tome como prematura a eventualidade de a peça da Casa dos Bicos pertencer à basílica moçárabe (substituída tardiamente pela mesquita no século

218 Aquando do cerco à cidade pelas tropas da Reconquista, um soldado inglês escreva a Osberno de Baldresseia: “de comum acordo determinou-se enviar parlamentários à cidade, para que vissem que, se os atacávamos, o fazíamos contra vontade. Foram mandados o arcebispo de Braga e o bispo o Porto, com poucos dos nossos. Feito o sinal de parte a parte e tando o alcaide com o bispo e os principais da cidade sobre a muralha pacturam-se tréguas para dizerem o que queriam”. O bispo (que estava junto do alcaide) de que o soldado dá notícia tratar-se-ia do prelado moçárabe de *al-Usbuna*. Desta forma, a referida carta tem sido encarada pelos autores como uma prova da existência de uma comunidade cristã em Lisboa até um período tardio, mesmo em contexto Almorávida.

Mais adiante o soldado refere ainda: “contra o direito e o lícito mantam até o bispo da cidade, já muito idoso, cortando-lhe o pescoço”.

ALVES, José da Felicidade, OLIVEIRA, José Augusto de – Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147: Carta de um CRUZADO INGLÊS que participou nos acontecimentos, pp. 43, 77.

219 ALMEIDA, Fernando de – Pedras visigodas de Lisboa, 1958.

220 FERNANDES, Paulo Almeida – VISIGÓTICO OU MOÇÁRABE? O NÚCLIO DA ALTA IDADE MÉDIA *in* Construindo a Memória: As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo, p. 267.

221 ALMEIDA, Fernando de, op. Cit., pp. 7-8.

222 Acerca da entrada das relíquias de Santo Adrião e Santa Natália no convento, Fernando de Almeida diz que as mesmas foram lá depositadas em 882, juntamente com outras 12 relíquias de mártires “suplicados em Nicomedia nos princípios do séc. IV e transportadas pouco depois para Bizâncio, de onde vieram até Roma e daqui para Chelas, por oferta do Papa Leão III a um nobre cristão da Península, o Conde Gisualdo, que ali aportou quando a cidade acabava de ser tomada por Afonso, o Casto, rei das Astúrias”. Conquanto, a data apontada por Fernando de Almeida poderá não ser a mais exata, visto que o reinado de Afonso II das Astúrias teve lugar entre os anos de 791 e 842, segundo Vasconcelos e Sousa, e o mesmo terá assaltado Lisboa em 798, segundo França e confirmada por Torres e Macias. Seja como for, parece que as relíquias de Santo Adrião e Santa Natália chegaram a Chelas no começo do processo de arabização de *al-Usbuna*.

ALMEIDA, Fernando de – As Pedras visigodas de Lisboa, pp.11-12.

FRANÇA, José-Augusto, op. Cit., p. 48.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, op. Cit., p. 22.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, op. Cit., p. 18.

223 REAL, Manuel Luís – Os Moçárabes do Gharb português, op. Cit., pp. 49.

X), Paulo Fernandes vai mais adiante e diz que ambos os monumentos refletem na sua decoração uma clara influência sassânida, conduzida até *al-Usbuna* por bizantinos que mantinham ativas as rotas comerciais, e pelos muçulmanos, como claro reflexo do processo de orientalização do *Gharb*. Tanto o Império de Bizâncio como o Islâmico haviam sido os grandes percussores da arte produzida durante essa dinastia persa²²⁴.

O segundo monumento moçárabe recolhido no Convento de Chelas é o fragmento de um friso (século IX-X). A peça retrata um conjunto de três leões afrontados onde entre eles está representada a Árvore da Vida. Sob estes desenvolve-se uma faixa longitudinal, cujo relevo exhibe uma parreira entrelaçada, intercalada por folhas e cachos de uvas. Quanto ao motivo, os autores reúnem consenso em torno da inequívoca representação do Paraíso, também encontrada noutro fragmento (século X) que foi retirado de um dos gigantes da Sé de Lisboa. Comparando os dois monumentos, Manuel Real destaca o elevado rigor técnico na execução do relevo e detalhe da imposta da Sé, em detrimento “das superfícies largas, a dois planos” que compõem o friso de Chelas²²⁵. Já a respeito da representação, Paulo Fernandes continua a denotar a larga influência sassânida facultada pelas duas correntes de orientalização de *al-Usbuna*²²⁶; chegando mesmo a apresentar para as duas peças de Chelas, a possibilidade de terem feito parte da construção da abside – os pilares como iconóstases, e o friso como remate dos paramentos – que guardava o sancturium altaris, “rodeado por uma Iconografia do Paraíso, no fundo concebendo o ponto fundamental da religiosidade como um verdadeiro microcosmos a que apenas os eleitos” tinham acesso²²⁷.

Se os monumentos arqueológicos do Convento de Chelas são o reflexo de uma arte cristã que interiorizou uma iconografia oriental, a peça arqueológica da casa da Quinta dos Passarinhos Fonte do Louro (final do século X, primeira metade do século XI) é um exemplo de como a arte feita em *al-Usbuna* foi também permeável à arabização dos temas. O fragmento é entendido como uma «placa ornamental», na qual uma estrela de oito pontas gera um conjunto “de caulículos unidos por nós, de onde brotam laçarias e enrolamentos simétricos”, e estilizados:

“esculpida a trépano e bastante desgastada, a peça deixa ainda perceber a utilização da técnica do biselamento central do fio ornamental, presente nalguns trechos de painéis de Mâdinat al-Zarâ [06] [...] a estrela oitavada, representação vulgar na arte islâmica, fazia parte da iconografia abássida de Samarra e conota-se a interesses cosmológicos do Islão [...] a exuberância decorativa, o refinamento da representação geométrica e fitomórfica, marcaram as oficinas da Córdoba califal, cuja expressão máxima se encontra no palácio de Mâdinat al-Zarâ”²²⁸.

Relativamente à utilização da peça no espaço arquitetónico não é feita qualquer apreciação, desconhecendo-se o seu contexto, ainda assim, pela descrição compreende-se que o tema decorativo relaciona-se com a arquitetura civil palaciana islâmica: terá existido no lugar da casa da Quinta dos Passarinhos Fonte do Louro (chamada apenas como

224 FERNANDES, Paulo Almeida, op. Cit., pp. 270-276.

225 REAL, Manuel Luís, op. Cit., p. 50.

226 FERNANDES, Paulo Almeida, op. Cit., pp. 276-280.

227 Idem, *ibidem*, p. 279.

228 Descrição da peça 1245 Placa Ornamental: N.º Inv. Esc. 399 in Construindo a Memória: As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo, p. 298.

«Fonte do Louro» no *Levanta Topográfico de Lisboa* de 1904-11, e «do Pardal» na *Planta Topográfica de Lisboa* de 1950) um palacete rural de um dos senhores árabes de *al-Uzbuna*? Tendo sido uma realidade ter-se-á que ponderar a apropriação muçulmana daquela propriedade visigoda, em que um quinto da sua parte inteira terá sido cedida ao Emir ou Califa; para além da possível existência de qualquer alcaria que a explorasse.

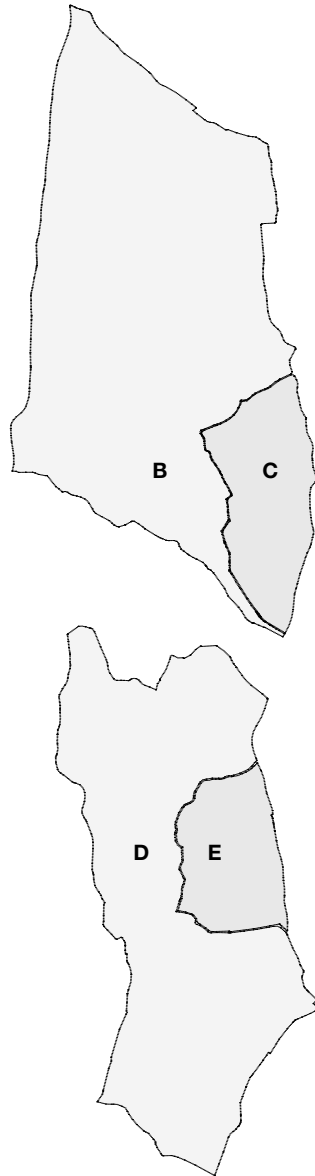
A propósito do sítio de Marvila²²⁹, Ralph Delgado indica que a “8 de Dezembro de 1149, o primeiro rei de Portugal doou, à Mitra de Lisboa, para instalação e manutenção, três dezenas de casas e «todas as rendas e terras de Marvila que possuíam as mesquitas dos mouros»”²³⁰. Como se verá mais adiante, tal propriedade (apelidada de «Herdade») terá tido eventuais limites no eixo que partia da margem do Tejo pela Calçada do Duque de Lafões (existente), subia a encosta até encontrar a Estrada de Marvila, por onde se seguia até à chegada da Azinhaga das Veigas (parcialmente existente). Percorrida esta, já no Alto das Conchas, torcia para norte pela Azinhaga do Ferrão, encaixava no Caminho de Poço de Cortes (inexistente), e em parte da Azinhaga com o mesmo nome até ao sítio da sua casa. O fecho norte seguia, provavelmente, a Azinhaga da Cruz (inexistente) e a Azinhaga do Alentejão (inexistente) até encontrar a Azinhaga da Cera. Onde esta última entroncava, o limite desviava pela Azinhaga de Mont'Alvão (inexistente) para chegar à Estrada do Patacão (inexistente). Descia-se, por fim, a Rua do Vale Formoso de Cima (parcialmente existente), a Azinhaga do Troca (parcialmente existente), a Azinhaga de Vale Fundão (parcialmente existente), e novamente a Rua do Vale Formoso de Cima, na atual Praça David Leandro da Silva [Ci].

Daqui retiram-se certos acertos. Como se viu, os topónimos «Estrada de Marvila», e Azinhagas das «Veigas», «Ferrão», «Cera» e «Maruja», repetem-se nas conjecturas em torno das ocupações romana e visigoda – será um pressentimento para a pré-existência desses caminhos? –; surgindo novos, como a «Calçada do Duque de Lafões», «Caminho de Poço de Cortes», «Estrada do Patacão», «Rua do Vale Formoso de Cima» e, Azinhagas da «Cruz», «Vale Fundão», «Troca» e «Mont'Alvão».

Quanto ao eixo do «Caminho de Poço de Cortes», e parte da «Azinhaga do Poço de Cortes», verifica-se o seu término no sítio proposto para a localização do Edifício da *villa* com o mesmo nome, sobrepondo-se ao festo dessa colina até chegar ao Alto das Conchas com utilização da «Azinhaga do Ferrão». Dessa relação singular com a paisagem, estaremos em condições de ponderar a existência desse caminho já em tempo romano (enquanto caminho agrícola da *villa*), persistindo ao contexto visigodo para configurar um dos tramos do limite da futura «Herdade»? E do topónimo «Cruz»? Terá o símbolo da cristandade contribuído para a marcação do limite de todas as “terras de Marvila que possuíam as mesquitas dos mouros”?

229 Quanto ao significado deste topónimo podemos encontrar no Dicionário Toponímico de Língua Portuguesa (em linha) a sua origem na palavra árabe «*marbala*», ou seja, «*charneca*», “*terreno inculto, em que só crescem rasteiras plantas silvestres*” (FIGUEIREDO, Cândido de – Dicionário da Língua Portuguesa, p. 609). Tendo em conta a sua posição ribeirinha, poderemos entender que esse lugar tenha sido outrora árido e coberto por vegetação rasteira própria das orlas estuarinas. No entanto, a origem do topónimo já foi discutida entre os autores, que o remeteram para a contração dos substantivos «mar» e «vila», isto é, vila implantada à beira do mar. Contudo, considerando que a população árabe possa ter sido proprietária de terras vizinhas, deixamos a hipótese de o topónimo derivar dessa ocupação. «Marvila» in Dicionário infopédia de Toponímia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-08-04 11:55:14]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Marvila>
ABEL, Marília, CONSIGLIERI, Carlos – Marvila, 2006.

230 DELGADO, Ralph – A Antiga Freguesia dos Olivais, p.34.



- 01 estrada de chelas
- 02 estrada de circunvalação de 1852
- 03 estrada de marvila
- 04 azinhaga das veigas
- 05 azinhaga do ferrão
- 06 rua de josé do patrocínio
- 07 azinhaga da maruja
- 08 azinhaga da fonte do louro
- 09 azinhaga do pombeiro
- 10 azinhaga do poço de cortes
- 11 azinhaga das teresinhas
- 12 calçada do perdigão
- 13 calçada do armador
- 14 azinhaga dos alfinetes
- 15 azinhaga da bela vista
- 16 estrada de sacavém
- 17 azinhaga da cera
- 18 caminho do poço de cortes
- 19 azinhaga da cruz
- 20 azinhaga do alentejão
- 21 azinhaga de mont'alvão
- 22 estrada do patacão
- 23 rua do vale formoso de cima
- 24 azinhaga do troca
- 25 azinhaga de vale fundão
- 26 calçada do duque de lafões
- 27 calçada do poço de mouros
- 28 azinhaga do areiro
- A mosteiro de chelas
- B fração da bela vista
- C fração de malapados
- D fração das mesquitas
- E fração de vale formoso

Ci carta conjectural da ocupação islâmica no vale de chelas

0 200 800m



Por sua vez, da «Rua do Vale Formoso de Cima» retira-se a sua passagem pelo talvegue desse vale, deixando uma fração no sítio da quinta homónima²³¹ (demolida), encostada às Azinhagas do «Troca» e do «Vale Fundão»: ainda que a Quinta do Vale Formo de Cima não estivesse associada às terras conhecidas como «Mesquitas», terá essa propriedade conformado a quinta parte²³² cedida ao Estado islâmico?

Relativamente à «Azinhaga de Mont'Alvão» e «Estrada do Patacão» nada mais sabemos que o seu significado: «Alvão», relacionado ao adjetivo «alvo», pode provir do apelido «Albano», ou referir-se à geografia da «Serra do Alvão», ou a «Montalvão», freguesia raiana de Nisa²³³; já «Patacão» é um topónimo presente em Alpiarça, Faro, e Lisboa, relacionado ao apelido «Patacão»²³⁴, aumentativo do substantivo «Pataco»²³⁵. Pelo que se percebe, o nome das respetivas Azinhagas é provável que derive dos apelidos de futuros proprietários das quintas confinantes, o que pode levantar sérias dúvidas quanto à sua existência aquando da presença muçulmana. Do topónimo «Troca», é plausível que tenha sofrido processo idêntico ao «Patacão», mas como vimos, entorno da Azinhaga com esse nome subsiste um problema maior.

Por seu turno, Marília Abel indica que apesar das terras do sistema do vale de Chelas terem entrado em posse de ordens religiosas após a Reconquista, a sua população se manteve árabe e moçárabe (tornados escravos), tendo existido uma mouraria em Malapados²³⁶.

Confirmando a sua localização no levantamento de Silva Pinto (1904-11), visto que a planimetria de 1835 não menciona o topónimo, encontra-se uma propriedade no tardoz da Quinta do Armador com os nomes de «Quinta dos Malapos» (Malápios em 1950), «Quinta do Malapinho» (Marapinhas em 1950) e «Quinta dos Mouzinhos» (todas extintas); pressupondo que as duas primeiras tenham surgido do parcelamento da última, uma vez que se encontram confinadas pela extinta Azinhaga dos Mouzinhos (topónimo de 1950) e pela propriedade com o mesmo nome, quer pela planimetria de 1904-11 como a de 1950.

Procurando entender os topónimos, o que surge mais próximo de Malapos, ou Malapados, é *Malápios*, relativo à Quinta dos Malápios em Lisboa (a que estamos a discutir), proveniente do nome “«malápio», variedade de pêro”²³⁷. O termo Mouzinho, por sua vez, tem uma explicação mais complexa: segundo José Pedro Machado o topónimo tem origem na

231 Segundo Delgado, a Quinta do Vale Formoso de Cima, também designada por Quinta do Troca por Silva Pinto, rodeava as terras das «Mesquitas». Porém é aliciente ponderar uma extensão dessa propriedade até à Rua do Vale Formoso de Cima, ocupando toda a encosta nascente afim de integrar a linha de água. Por outro lado, a secção feita pelas Azinhagas do Vale Fundão e do Troca poderá, talvez, corresponder à divisão agrária islâmica na cedência de terras ao Estado, reservando-lhe parte do curso de água....

Desconhecendo neste momento qualquer outra informação histórica ou arqueológica que pudesse suportar o problema, ignoramos adicionais parcelamentos interiores às «terras das mesquitas» para além da Azinhaga da Cera, visto que esta surgia em contexto visigodo como possível divisão a 2/3 da *villa* do Poço de Cortes, orientada pelo *Cardus* de *Olisipo*.

232 Considerando os limites da propriedade das «Mesquitas», a área que ocupa mede aproximadamente 179,70 hectares. Retirando-lhe a fração correspondente à Quinta do Vale Formoso de Cima ficamos com uma parcela de 149,76 hectares. Significa isto que a respetiva quinta media 29,94 hectares. Achando a quinta parte da propriedade das «Mesquitas», em rigor, o Estado deveria ficar com uma porção de 35,94 hectares. Como se pode verificar, a dimensão da quinta não coincide com a dimensão da fração calculada, equivalendo a primeira a 1/6 da área total da possível propriedade.

233 José Machado chama a atenção quanto ao apelido «Albano», para uma, que considera confusão, relação com o substantivo masculino «Alvalade».

MACHADO, José Pedro – DICIONÁRIO ONOMÁSTICO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: PRIMEIRO VOLUME (A-D), p. 114.

234 Idem, *ibidem*, TERCEIRO VOLUME, p. 1140.

235 “1. *Numism.* moeda portuguesa antiga de bronze que valia quarenta réis. 2. Quantia de dinheiro equivalente a essa moeda. 3. *Deprec.* Homem ignorante, lorpa”.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa: Volume II, p. 2778.

236 ABEL, Marília – Lisboa Capital do Nada, Marvila 2001, p.31.

237 MACHADO, José Pedro – DICIONÁRIO ONOMÁSTICO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, op. Cit., p. 926.

palavra latina *monachus*, evoluindo para *monachinu*, *molazino*, *moazio*, *moozino*» e por fim *moozinho*²³⁸; significando a palavra latina, segundo António Gomes Ferreira, *frade*, *monge*, *eremita* ou *anacoreta*²³⁹: será o topónimo o pressentimento para a existência do Edifício da *villa* romana do Armador naquele local?

Da propriedade dos Mouzinhos, os limites apresentados pelo levantamento de Silva Pinto dão continuidade ao caminho de festo da Bela Vista (encaixando-se na Azinhaga do Armador), como fazem prosseguir a Azinhaga do Pombeiro pela Azinha da Flamengo (inexistente), proporcionando ambas o acesso à crista da colina pelas cotas mais estáveis da encosta. Todavia, persiste a incerteza sobre o momento em que o caminho de festo da Bela Vista (Azinhaga da Bela Vista – Azinhaga das Teresinhas) se torna limite fundiário: tratando-se de um percurso notável poderá ter estado integrado no conjunto dos caminhos agrários da *villa* da Bela Vista; a ter cumprido a divisão administrativa visigoda, ainda que estes possam ter adotado o método axial romano, não seguia exatamente a orientação do cardus, o que também pode ser explicado pela torção festo. No entanto, a menor parte da parcela ficava estrangida pela arriba fóssil virada para *al-balat* (Alvalade, «terreno, planície»²⁴⁰). Terá sido a presença muçulmana a confina-lo em *Azinhaga* como, porventura, parece ter acontecido com o caminho de festo de Poço de Cortes?

Se do caminho de festo da Bela Vista podemos ponderar a sua antiguidade romana, no que concerne à Azinhaga da Flamengo, quiçá, a sua existência esteja relacionada ao fracionamento na antiga villa da Bela Vista a propósito do assentamento de algum senhor árabe. Não nos restando qualquer outra informação que esclareça a dita mouraria em Malapados – provinha de alguma alcaria que por ali tivesse existido? – restam-nos as mesmas questões que foram aplicadas à Quinta do Vale Formoso de Cima: serão as terras de Malapados herdeiras da quinta parte da propriedade árabe da Bela Vista? Se considerarmos que o limite norte da villa romana pudesse passar pelos tramos (inexistentes) das azinhagas das Teresinhas e do Poço de Cortes, então a fração dos Mouzinhos apresenta a mesma proporção que as terras do Vale Formoso²⁴¹. Poderá esta semelhança evidenciar uma ocupação muçulmana sobre as villae da Bela Vista e do Poço de Cortes? A equacionar-se a sua veracidade, será a ocupação islâmica no sistema do vale de Chelas procedente da fuga dos seus antigos proprietários aquando da capitulação de Olisipona, ou dos conflitos das taifas?

Ainda a respeito da toponímia, encontramos a «Calçada do Poço dos Mouros» a descer da Penha de França em direção à Rua Morais Soares, antiga Travessa das Freiras de Arroios, conjecturado caminho romano. Além do topónimo intuir a presença de uma fonte de água cuja propriedade pertencesse a um muçulmano, lê-se no levantamento de 1835 e de Silva Pinto (1904-11) que esta prolongava-se até à Estrada de Sacavém depois de cruzar Rua Morais Soares, em larga escala, pela atual Rua Carvalho Araújo. Contudo, no início do século XX a esse troço era dado o nome de «Azinhaga do Arieiro», estando a casa da Quinta da Fonte do Louro a meio caminho até às Terras das Mesquitas. Será possível equacionar a abertura da Azinhaga do Arieiro em contexto islâmico? Ou, visto que a Calçada do Poço dos Mouros deriva

238 Idem, ibidem, p. 1030.

239 FERREIRA, António Gomes – Dicionário de Latim Português, p. 737.

240 MACHADO, José Pedro, op. Cit., PRIMEIRO VOLUME (A-D), p. 114.

241 O que se observou da possível ocupação romana do vale de Chelas, os contornos da *villa* da Bela Vista pareciam ser indicados pelo circuito da Azinhaga da Maruja – Estrada de Sacavém – Azinhaga das Teresinhas – Azinhaga do Poço de Cortes – Estrada de Chelas, resultando uma área bruta de 248,48 hectares. Repetindo o procedimento que foi aplicado no problema da Quinta do Vale Formo de Cima, a antiga Quinta dos Mouzinhos (Estrada de Chelas – Azinhaga do Poço de Cortes – Azinhaga da Flamengo – Azinhaga do Armador) tinha uma área total de, aproximadamente, 38 hectares. Visto que a doação do proprietário muçulmano ao Estado era de 1/5 das suas terras, este deveria ter recebido 49,70 hectares. Ainda assim, verifica-se que a dimensão da parcela dos Mouzinhos corresponde a 1/6 da área total da *villa* da Bela Vista.

do festo da Penha de França, seria esta o tramo de uma estrada secundária de época anterior utilizada para escoamento da madina (à cota mais alta) pelas Portas do Sol?

Do facto de os limites das propriedades poderem ser marcados apenas com vegetação, ou construções precárias, percebe-se a fragilidade da sua subsistência no tempo histórico; não esquecendo que a presença do reino de Portugal poderá ter sido a causa para o seu desaparecimento. Por outro lado, a dificuldade em compreender o método de divisão agrária muçulmana – seguia a orientação do cadastro pré-existente ou a intuição da paisagem? – levanta problemas quando se tenta esboçar a cartografia dessa ocupação, mesmo que totalmente especulativa; até porque os autores apontam para uma continuidade do cadastro anterior. Cláudio Torres e Santiago Macias chegam a referir que certas villae do sul do *Gharb* «português» permaneceram ocupadas “pelo menos até ao século XI”²⁴².

Pelo que conseguimos apurar, os assentamentos anteriores à islamização do sistema do vale de Chelas permaneceram, possivelmente, sem grandes transfigurações do que já eventualmente existia. Quando analisamos os caminhos de eventual fundação muçulmana verificamos que resultavam essencialmente do prolongamento dos anteriores, ou dependiam desses, ficando estáveis os hipotéticos limites fundiários romano-visigodos. Por sua vez, a ocupação árabe sobre as terras de Chelas parece ter-se feito, sobretudo, a norte do itinerário composto pela Azinhaga da Maruja – Calçada do Perdigão – Azinhaga das Veigas, ficando os moçárabes em posse das propriedades a jusante do itinerário, e da encosta poente da cumeada do Poço de Cortes.

A apresentação de uma possível carta conjetural da ocupação do vale de Chelas em contexto islâmico torna-se útil, se entendermos que a dita «tolerância cultural» praticada pelos muçulmanos dos primeiros tempos poderá também ser confirmada pela preservação do cadastro rural anterior, o que mais dificilmente se consegue observar em contexto urbano dado o forte empenho católico na transformação dos espaços. Aqui, o Convento de São Félix parece conseguir destacar-se dos restantes assentamentos, tendo conseguido permanecer num contexto cultural de crescente repressão, e em proximidade com a atividade artística de *al-Usbuna*. Se essa relação de empatia se verificou com a ecclesia moçárabe da madina, e se algum dos seus bispos – a terem participado em algum dos sínodos – influenciou a construção do *monasterium* ou *ecclesia* de São Félix, neste momento não o conseguimos confirmar. Ainda assim, temos presente que o edifício cristão continuo a ser destino de Relíquias, e alvo de obras que motivaram o fabrico de peças singulares, quer pela originalidade do «friso dos leões», ou ausência dela no caso do « pilar dos grifos ». Porém, a continuidade dessa ocupação não implicava a manutenção dos mesmos hábitos, recorde-se a presença muçulmana pode-lhe ter retirado os antigos benefícios de subordinação ou proteção, como os bens que adquirissem por devoção devido à possível diminuição da população cristã.

242 TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, op. Cit., p. 27.

A OCUPAÇÃO MEDIEVEL NO VALE DE CHELAS E OS PRIMEIROS CONVENTOS
DO SÉCULO XV

Depois da tomada de *al-Usbuna* pelas tropas da «Reconquista» um novo enquadramento político, económico e cultural vinha a criar contornos específicos na ocupação agrária em torno da cidade de Lisboa, enquadrado no sistema feudal que se havia desenvolvido no extremo norte peninsular. Depois de conquistar Santarém aos almorávidas, o primeiro autointitulado *portugalensium rex* descia o vale do Tejo para cercar a maior centro urbano do *Gharb al-Andaluz*.

As notícias históricas que dispomos da ocupação do sistema do vale de Chelas em contexto português debruçam-se exclusivamente sobre as doações régias feitas por Afonso Henriques à nobreza, e sobretudo ao clero. Como antecipámos, a recém-criada Mitra de Lisboa foi um dos, senão o maior proprietário dessas terras, seguindo-se o Cabido da Sé, o Convento de São Félix (entretanto refundado pelo monarca), os mosteiros de São Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra, as ordens militares dos Templários e de Santiago, para além da referência a um tal Miguel mestre de engenhos, e a um Mafomede senhorio de uma propriedade encostada a São Félix. Tais doações levantam o problema da definição de um assentamento que aponta para um crescente fracionamento das anteriores propriedades hispano-muçulmanas e moçárabes, eventualmente mantido até um período tardio visto que os únicos relatos da fundação de casas monásticas e residências reais nas terras em torno de Chelas são remetidos para o litoral ribeirinho a partir do século XV, com a construção do Convento de São Francisco de Xabregas (1460), de São João Evangelista de Xabregas no Beato (1461), e das casas onde viveu o infante D. Afonso, o quinto. Terá a presença medieval portuguesa mantido a antiga regularidade cadastral, ou promovido a diluição dos caminhos mais remotos?

A vinte e um de outubro de 1147, terça-feira, depois de dezassete semanas de cerco, *Al-Usbuna* rendia-se a D. Afonso Henriques, herdeiro das terras de *Portucale*²⁴³, e autoproclamado rei dos portugueses desde 1139 após ter ganho a Batalha de Ourique ao exército islâmico. No dia um de novembro do mesmo ano tomava posse o novo bispo católico de Lisboa, D. Gilberto de Hasting, e celebrava-se a consagração da antiga Mesquita para instalação da sede do bispado. Passavam assim para a alçada da mesa episcopal de Lisboa as dioceses que se encontrassem entre Leiria e Alcácer do Sal, e da frente atlântica a Évora²⁴⁴.

À data da reconquista a madina já se havia expandido para fora de portas, com os arrabaldes de Alfama adossados ao flanco oriental da muralha árabe, e o bairro da Baixa a ocidente. Na sua reorganização administrativa foram criadas, ou reutilizadas, sete freguesias intramuros – Santa Cruz do Castelo, São Bartolomeu, São Tiago, São Martinho, São Jorge, Santa Maria e São João da Praça (diz Vieira da Silva que estas, possivelmente, têm origem na

243 D. Afonso VI de Leão e Castela entregava a Henrique de Borgonha o Condado Portucaleense – “agrupando os antigos condados de Portucale de Coimbra” – provavelmente em 1096. Terras essas que pertenciam ao Condado da Galiza, em posse de D. Raimundo de Borgonha (esposo de D. Urraca, filha do soberano leones-castelhano), e que foram desanexadas após a derrota do cavaleiro em Lisboa perante a ofensiva almorávida de 1094. “O sucesso revelado por D. Henrique na defesa dos territórios que lhe foram confiados (apesar da perda de Santarém em 1111), o apoio que conferiu ao desenvolvimento de centros urbanos e às actividades comerciais, as boas relações que estabeleceu com a nobreza portucaleense”, foram cruciais para a vitória do infante Afonso Henriques nos campos de São Mamede (Guimarães, 1128) contra a tentativa de anexação levada a cabo pela aliança de D. Teresa (sua mãe e filha bastarda de Afonso VI) com galego D. Fernão Peres de Trava. Desde então o infante adotou o nome de *princeps* (príncipe), “impôs-se como governante do condado”, e instalou a corte em Coimbra, na fronteira do Andaluz, onde apoiou a fundação do Convento de Santa Cruz em 1131, “o seu primeiro panteão”.
SOUZA, Bernardo Vasconcelos e – I Parte: Idade Média (séculos XI-XV) in História de Portugal, 2010, pp. 24-32.

244 ALVES, José da Felicidade (apresentação e notas), OLIVEIRA, José Augusto de (tradução) – Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147: Carta de um CRUZADO INGLÊS que participou nos acontecimentos, pp. 69, 78-79.

anterior administração muçulmana²⁴⁵) –, e nove extramuros, cinco das quais com sede no arrabalde da Baixa – Mártires, São Julião, Santa Justa, São Nicolau e Madalena –, e as quatro restantes com sede em Alfama – São Pedro de Alfama, Santo Estevão, São Miguel e São Vicente de Fora. Nos anos que se seguiram novas sedes de batismo foram criadas: contavam-se em 1179 dezasseis freguesias responsáveis pela administração local, no entanto, para efeitos fiscais o espaço dependente de Lisboa seria mais vasto, porventura impreciso, “por motivo do território se achar menos povoado à medida que os locais ficavam mais distantes dos núcleos de grande densidade de população”²⁴⁶.

Dos desenhos que possam ter sido produzidos, a configuração da cidade medieval só se reconhece na centúria do quinhentos. Pela iluminura que abre a *Cronica DelRey Dom Affomsso Hamrriques* (1505) vê-se a Sé a ocupar a posição da Mesquita, antes da Basílica cristã romana, o Rossio na sua posição habitual, a manter parte do recinto do circo romano, e o Mosteiro de São Vicente e o Convento do Carmo em colinas opostas. Ainda assim, a aproximação à sua planimetria só era conseguida em 1567 com a representação de Georg Braun, onde a regularidade do Bairro Alto se destaca da espontaneidade do restante tecido urbano, o que é dificilmente alcançável na planta de Tinoco (1650). Conquanto, quer Braun como Tinoco destacam a posição das igrejas paroquiais.

Cumprindo a tradição do processo de reconstrução do território a sul da cordilheira central²⁴⁷, em 1149 Afonso Henriques – ainda tratado como *dux* (duque) nos documentos pontifícios²⁴⁸ – doava à Mitra de Lisboa todas as terras e rendas de Marvila que antes estavam na posse muçulmanos. Por sua vez, um ano mais tarde D. Gilberto entregava metade da propriedade dividida em 31 frações²⁴⁹ que deviam ser distribuídas pelos vinte e quatro membros do Cabido da Sé, seis dignidades de origem normanda (Robert, Bartolomeu, Mateus, Adam, Durandus e Menelaus) e dezoito cónegos²⁵⁰. Tendo em conta que as seis dignidades tinham uma posição destaque na constituição do Cabido, talvez estes tivessem ficado com as parcelas melhor posicionadas, e de maior rentabilidade agrícola. Porém, desconhecemos as suas dimensões, a divisão exata de cada fração, e se essa distribuição aproveitou alguma marcação existente (caminhos, alinhamentos de árvores, trilhos, muros, vedações, etc.) [Crp].

Sobre a possível dimensão de Marvila, apelidada por «Herdade», portanto, a porção que ficou em posse da Mitra de Lisboa, Delgado indica que estava “encaixada, da parte do rio Tejo, entre o Convento de São Bento e a Praça David Leandro da Silva; e, da parte de cima, entre a Azinhaga dos Alfinetes e as Ruas Direita de Marvila e José do Patrocínio, atravessando-a a Rua de Marvila”, ficando nela integradas as “Quintas da Murta, do Cotrim, da Mitra, do Mosteiro de Marvila e da Pedreira”, nas cotas mais baixas, “e em cima, [as] Quintas dos Alfinetes, das Fontes, do Brito, do Marquês de Marialva, do Mosteiro de Marvila, da Chiteira, da Peramanca, do Marquês de Abrantes, de Santana, do Chalet, das

245 SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa, pp. 3,4.

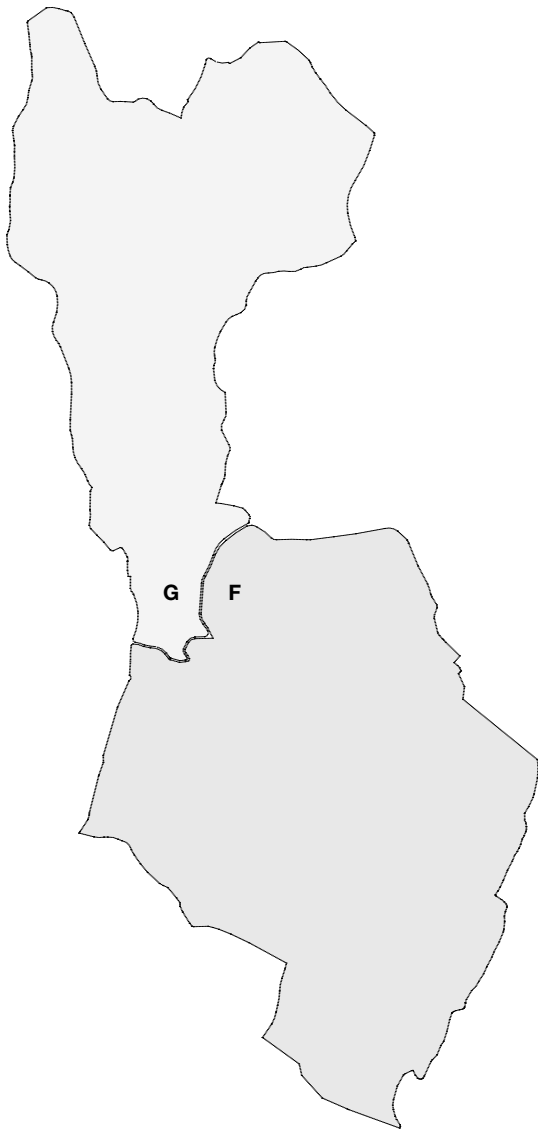
246 Idem, *ibidem*, p. 4,5.

247 “O Sul do país foi a região mais aberta, e por mais tempo, às influências das civilizações do Mediterrâneo, que aqui deixaram uma tradição urbana mais forte. Tal como as marcas da civilização, a divisão e ocupação da terra, depois da Reconquista, continuaram a favorecer o povoamento concentrado. A sul da Cordilheira Central a Reconquista tornou-se empresa régia, na qual o soberano foi auxiliado pelas ordens religiosas e grandes senhores que recompensaram generosamente em terras. Assim se talharam grandes domínios nas charnecas e matagais, onde extensas áreas permaneceram incultas e as relações sociais de produção adquiriram formas específicas”. SALGUEIRO, Teresa Barata – A Cidade em Portugal: uma geografia urbana, pp.55-57.

248 SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, op. Cit., p. 32.

249 DELGADO, Ralph – A Antiga Freguesia dos Olivais, p.34.

250 BRANCO, Maia João Violante – REIS, BISPOS E CABIDOS: A DIOCESE DE LISBOA DURANTE O PRIMEIRO SÉCULO DA SUA RESTAURAÇÃO in Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa: Cristianização na Época Medieval, 2ª série, Tomo X, p. 59.



- | | | | |
|----|----------------------------------|----|---------------------------------------|
| 01 | estrada de chelas | 26 | calçada do duque de lafões |
| 02 | estrada de circunvalação de 1852 | 27 | azinhaga da bruxa |
| 03 | estrada de marvila | 28 | azinhaga das salgadas |
| 04 | azinhaga das veigas | 29 | azinhaga do planeta |
| 05 | azinhaga do ferrão | 30 | azinhaga dos toucinheiros |
| 06 | rua de josé do patrocínio | 31 | rua do sol a chelas |
| 07 | azinhaga da maruja | 32 | calçada da picheleira |
| 08 | azinhaga da fonte do louro | 33 | rua de cima de chelas |
| 09 | azinhaga do pombeiro | 34 | azinhaga de vale fundão |
| 10 | azinhaga do poço de cortes | 35 | travessa da amorosa |
| 11 | azinhaga das teresinhas | 36 | rua da bela vista ao grilo |
| 12 | calçada do perdigão | 37 | travessa da ilha do grilo |
| 13 | calçada do armador | 38 | azinhaga da flamenga |
| 14 | azinhaga dos alfinetes | 39 | calçada do poço de mouros |
| 15 | azinhaga da bela vista | | azinhaga do areiro |
| 16 | estrada de sacavém | | |
| 17 | azinhaga da cera | | |
| 18 | caminho do poço de cortes | | |
| 19 | azinhaga da cruz | A | mosteiro de chelas |
| 20 | azinhaga do alentejão | B | convento de são francisco de xabregas |
| 21 | azinhaga de mont'alvão | C | sítio da casa de d. afonso V |
| 22 | estrada do patacão | D | convento de são bento (beato) |
| 23 | rua do vale formoso de cima | E | convento de santos-o-novo |
| 24 | azinhaga do troca | F | herdade |
| 25 | azinhaga de vale fundão | G | fração do cabido |

Crp carta conjectural da ocupação do vale de chelas nos primeiros séculos do reino português

0 200 800m



Flores, da Azinhaga e das Claras”²⁵¹. A avaliar pela posição do Palácio da Mitra (século XVII) seria natural que o Bispo ficasse com a porção ribeirinha, e o Cabido com as propriedades de encosta e cumeada, também conhecidas por «Mesquitas», ou seja, o que ficava aquém das terras da “Lage, Poço de Cortes, Vale Formoso de Cima e Vale Fundão”, correspondendo às frações das “Quintas da Cera, do Alentejão, da Alfarrobeira e das Mesquitas”²⁵².

Da toponímia registada no *Levantamento Topográfico de Lisboa* de 1904-11 sabe-se também da existência de uma porção de terra conhecida por «Terras dos Magos», entre a Quinta das Veigas e da Salgada. A relação do topónimo «Magos» com um imaginário oriental é fácil, contudo incerto. Por «Mago» pode entender-se um “sacerdote entre os Medos e os Persas, que se dedicava à religião e à política através da observação dos astros, e se dizia intermediário entre Deus e o homem”; como “cada um dos três reis sábios ou dos três personagens que guiados por uma estrela, foram a Belém adorar o Menino Jesus recém-nascido”; ou “pessoa que pratica o ocultismo, a feitiçaria ou a magia”²⁵³. Das tribos medas e persas sabe-se, tal como dos Sassânidas, que os territórios por si ocupados (hoje associados ao Irão e Iraque) vinham a ser absorvidos pelo Império Islâmico²⁵⁴. Chamar «Mago» – por ingenuidade ou preconceito – a um qualquer distinto muçulmano relacionado à Mesquita de al-Usbuna seria fácil para um cristão, mais não fosse pela relação estereotipada com o universo religioso. Mas serão os «Magos» de Chelas muçulmanos, ou uma outra figura oculta medieval? Em defesa da segunda hipótese está a «Azinhaga da Bruxa» (existente) no limite sudoeste da propriedade. A relacionar esta porção agrícola com os apontamentos de Delgado verificamos que são limítrofes à «Herdade» no seu lado mais a sul, deixando de existir continuidade nas terras entregues ao Cabido. Todavia, permanece o problema da sua divisão em trinta e uma partes.

Considerando somente as parcelas descritas por Delgado, resultam duas grandes propriedades meeiras, a «Herdade» de Marvila pertencente à Mitra, e a que foi entregue ao Cabido, compreendida nas terras das «Mesquitas». No seu ponto de encontro podemos observar a existência da Azinhaga dos Alfinetes (parcialmente existente) e do Vale Fundão (parcial inexistente). O que concebe a propriedade do Cabido é interrompida pela passagem da Azinhaga da Cera, separando-a em duas frações: a mais próxima do festo de Poço de Cortes corresponde ao sítio da antiga Quinta do Alentejão (demolida), com limites pelo Caminho e parte da Azinhaga do Poço de Cortes (inexistentes), Azinhaga da Cruz, do Alentejão e da Cera; a segunda confina na Azinhaga da Cera, de Mont’Alvão, Estrada do Patacão, Rua do Vale Formoso de Cima, e Azinhagas do Troca e Vale Fundão, o que corresponde ao sítio da extinta Quinta da Cera. Pelos cadastros de 1835 e 1904-11 conseguimos encontrar quatro porções no sítio do Alentejão – Quinta do Aleijão, Quinta do Raposo de Cima (inexistente), Casal dos Santos (inexistente) e Quinta dos Cravos (inexistente) –, e cinco no sítio da Cera – Quinta da Cera, Quinta de Mont’Alvão, Quinta das Amendoeiras, Quinda da Lebre ou de Alfundão, e Quinta dos Prestes (todas extintas). Contam-se assim um total de nove partes. Se, à partida, os levantamentos dos séculos XVIII e XIX não satisfazem a respetiva divisão de trinta e uma porções – naturalmente pela sucessiva aquisição de bens, comprando-se as terras vizinhas

251 DELGADO, Ralph, op. Cit., p.28

252 Idem, *ibidem*, p. 29.

253 Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa: Volume II, p. 2332.

254 WAGNER, Carlos González, HERRERO, Santiago Montero – Persas, Partos e Sassânidas in *HITÓRIA DA HUMANIDADE: O EGIPTO E AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES*, pp. 104-107.

para aumentar a propriedade –, sabe-se também que quando as terras do sistema do vale de Chelas foram entregues à freguesia dos Olivais em 1397²⁵⁵, as trinta e uma porções do Cabido já haviam sido alienadas (à nobreza?)²⁵⁶, mantendo-se intacta a propriedade da Mitra. Desta forma, e até onde conseguimos apurar, possivelmente, o parcelamento das terras do Cabido não interferiu significativamente com a estrutura principal de acessos – salvaguarda-se o problema da Azinhaga de Mont’Alvão e Estrada do Patacão, pois o momento em que se tornam limites fundiários é-nos ainda obscuro –, permanecendo o cadastro pré-existente como limites feudais²⁵⁷.

A informação envolve a ocupação medieval portuguesa no restante espaço rural do sistema do vale do Chelas é incompleta, mas elucidativa.

Referem os autores²⁵⁸ que após a reconquista de Lisboa o rei doou ao clero e à nobreza as terras do que se conhecia por Beato (no início da década de noventa do século XX), concertando “um vasto fundo dominial” construído por vinhas, olivais e hortos, onde raramente surgiam casas²⁵⁹. Ora, o facto de os limites do Beato (decretados 1959) acontecerem de grandes imposições geométricas, e raramente coincidirem com os caminhos agrícolas levantados em 1835 e entre 1904-11, leva-nos a ponderar que os domínios entregues pelo primeiro monarca à alta sociedade portuguesa do século XII possam ter sido mais vastos.

Posteriormente, os meus autores apontam para o facto de em 1183 o Mosteiro de São Vicente ter uma vinha na Concha, em 1197 um horto em Xabregas, e no início do século seguinte, em 1204, uma vinha do Almargem (ár., *al-marj* – o prado), próximo ao atual bairro Madre-de-Deus²⁶⁰. Em 1192, por doação de D. Sancho I, o Convento de Chelas – refundado em 1181 por ordem de Afonso em Henrique – ficou com uma vinha (sem referência à sua localização), e

255 Ralph Delgado elucida-nos para a dificuldade em encontrar o itinerário que pudesse compor o limite da antiga freguesia dos Olivais, no entanto, arrisca em traçar esses contornos. Diz-nos o autor que a administração dos Olivais, eventualmente, recaía sobre o que estava incluso ao eixo composto, grosso modo, pela atual Rua José António Lopes, subindo ao topo da Vila Dias para se fazer à encosta do Bairro da Madre-de-Deus, contornando-o a poente pela atual Rua José Relvas, encaixando-se na Calçada de Santa Catarina a Chelas para apanhar a Estrada de Chelas. No sítio em que Estrada de Chelas encontra o caminho de ferro que vem do Braço de Prata, o limite seguiria a encosta nascente das Olaias pelo *derverticulum* ocidental do talvegue de Chelas, sobrepondo-se ao curso da ribeira até à Estrada de Sacavém, seguindo a mesma até onde está hoje a Rotunda do Relógio. Deste ponto continuava para norte paralelo ao tramo da 2ª Circular – Avenida Marechal Craveiro Lopes até ao nó da Avenida Doutor Alfredo Bensaúde, descendo aí a encosta do Olivais para se colocar paralelo às atuais Rua João Pinto Ribeiro e Avenida da Boa Esperança, até à margem do Tejo.
DELGADO, Ralph, op. Cit., mapa de abertura da obra.

256 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília – Pelas Freguesias de Lisboa: Lisboa oriental: São João. Beato. Marvila. Santa Maria dos Olivais, p. 103.

257 Como se anteviu em contexto islâmico, o feudalismo foi o regime senhorial medieval que garantia ao proprietário de uma fração agrícola, sobretudo de média e grande dimensão, a autonomia económica, administrativa e judicial sobre quem e o que estivesse sobre o seu domínio. Em contexto islâmico era aplicado sobre as alcarias, e em contexto cristão-romano sobre os vassallos que exploravam as terras. O senhor, leigo ou ordenado pela Igreja, estando afastado do poder central, era incumbido de controlar a exploração agrícola, cobrar tributos, aplicar a justiça e de organizar a defesa dos seus habitantes. De tal grau de independência aconteciam, pois, abusos sobre o que cabia ao Rei.
SOUZA, Bernardo Vasconcelos e, op. Cit., p. 65.

258 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., p. 67.

259 O que se conhecia como Beato à data da publicação (Pelas Freguesias de Lisboa: Lisboa oriental: São João. Beato. Marvila. Santa Maria dos Olivais, 1993) tinha sido concertado pelo Decreto Lei 42142/59 de 7 de fevereiro. Em larga escala, os limites da freguesia partiam “da margem do Tejo, por altura de Xabregas,” seguindo a Rua do Bispo de Cochim e a Rua Gualdim Pais; quando esta terminava infletia pelo interior do pequeno talvegue ocidental até chegar ao festo da Olaias onde hoje está a rotunda do Largo Honório Barreto. Daí seguia em direção à ribeira de Chelas, de forma mais ou menos retilínea, com a orientação (aproximada) da atual Rua Aquiles Machado. A cerca do Convento de São Félix ficava então divida pelas freguesias do Beato, do Alto do Pina e de Marvila. Para chegar novamente à margem do Tejo, o limite encaixava-se na Estrada de Chelas, cortando a encosta ocidental da cumeada dos Ourives depois da passagem do caminho de ferro, até encontrar a Estrada de Marvila. Contornando os muros que haviam sido da cerca do Grilo, descia a Calçada do Duque de Lafões até encontrar o casário para rodear o edifício do Convento do Beato, e chegar à orla do estuário.
O desenho de tais limites pode ser consultado em linha no sítio <http://lx2.cm-lisboa.pt/lxi/> [última consulta: 21.07.2017, 23H21].

260 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., p. 69.

em 1197 “um tal Miguel, mestre de engenhos” recebe do mesmo monarca uma vinha na Concha²⁶¹. Surgindo ainda a referência em documentação de 1296 a uma mouraria em Malapados, e em 1356 a um olival de um tal Mafomede (ár., *Mohammed*) junto ao Convento de São Félix, no sítio da Fonte do Louro²⁶²: será este Mafomede descendente dos antigos proprietários muçulmanos da Quinta dos Passarinhos Fonte do Louro?

Segundo as Inquirições Gerias de 1220²⁶³, os grandes proprietários de Chelas eram sobretudo as ordens religiosas, onde figuravam, para além dos já citados Convento de Chelas e São Vicente, o protegido Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (com olival e vinha em Concha), a Ordem dos Templários (proprietária de vinhas, olivais e hortos em Xabregas e Conchas), e a Ordem de Santiago com vinha em Chelas²⁶⁴. Contudo, os autores defendem que população residente se manteve árabe e moçárabe, não só pela existência da moryria de Malapados e do olival de Mafomede, como pela documentação emitida pelo Convento de Chelas dando notícia da alforria de uma escrava moura com nome de Elvira João (1228), à compra de outra moura por uma freira de Chelas em 1368, e à contratação de um mouro para a construção de poço no convento (1383)²⁶⁵.

Pelo que se lê, a Conchas parece ter sido o lugar de maior ocupação.

Do que já se proferiu acerca do Alto das Conchas – cumeada onde confluem a Calçada do Perdigão, e as azinhagas do Ferrão e das Veigas – surgem nas notícias históricas informações que poderão explicar a existência de certos caminhos. Desse sítio sai também a Azinhaga das Salgadas (existente), prosseguindo, grosso modo, a orientação da Azinhaga do Ferrão, que encontra a Estrada de Marvila através da Azinhaga da Bruxa, perfazendo a ligação à cota média da encosta nascente dos Ourives, com passagem pelas Terras dos Magos, integradas posteriormente na freguesia do Beato. Como vimos, as Terras do Magos era a fração que descia do Alto das Conchas encostada à «Herdade». Assim, no Alto das Conchas encontram-se quatro propriedades, duas viradas a poente a olhar para o talvegue de Chelas, e duas restantes com vista sobre o estuário; ainda assim, uma delas era a «Herdade» da Mitra. Segundo as informações históricas, eram quatro os proprietários com domínio sobre as Conchas, o Mosteiro de São Vicente de Fora, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a Ordem dos Templários, e o tal «Miguel, mestre dos engenhos»; talvez este último tenha ficado apenas com uma pequena porção de terra intrincada nos restantes domínios...

Por sua vez, ainda em terras do Beato, quando a Azinhaga das Salgadas toca na Azinhaga da Bruxa aparece a Azinhaga do Planeta (existente), permitindo a ligação entre a encosta de Marvila e o talvegue de Chelas, em parte pela Rua de Cima de Chelas (existente); que na sua cota mais baixa afronta a Rua do Sol a Chelas (parcialmente existente). Por este último caminho subia-se o pequeno talvegue das Olaias até ao festo de São João, no lugar da atual Praça Paiva

261 Idem.

262 Idem, *ibidem*, pp. 102.103.

263 “A partir de 1216, Afonso II estabeleceu que os senhores laicos ou eclesiásticos detentores de bens, privilégios e jurisdições deveriam requerer a respectiva confirmação de propriedades e direitos por parte da Coroa. Procurou o rei, deste modo, sujeitar ao seu reconhecimento e validação as prerrogativas dos senhores, ao mesmo tempo que pretendeu limitar as usurpações e abusos cometidos por estes à custa do património régio [...] As Inquirições Gerais de 1220 tiveram como objectivo a realização, no terreno, de um inquérito com vista à elaboração de um autentico cadastro das terras e dos direitos da Coroa, base decisiva para contrariar as usurpações patrimoniais repetidamente levadas a cabo pelos senhores locais”.
SOUZA, Bernardo Vasconcelos e, op. Cit., pp. 51, 52.

264 Idem, *ibidem*, p. 69.

265 Idem, *ibidem*, pp. 102.103.

Couceiro. Por outro lado, se isolarmos o percurso completo da Rua de Cima de Chelas observamos que quando cruza a Azinhaga do Planeta, o seu eixo torce para se manter de nível até encontrar a Calçada do Perdigão, deixando assim uma fração à cota mais baixa da encosta definida por socalcos – será este o lugar da vinha da Ordem de Santiago?

Encontrando-nos ao nível da Estrada de Chelas, no sítio da possível propriedade da Ordem de Santiago, depa-ramo-nos com a Calçada da Picheleira (parcialmente existente) a repetir a orientação da Estrada do Sol a Chelas, que proporcionava a ligação à cota alta da Azinhaga da Fonte do Louro. Embora este caminho exigisse um pouco mais de esforço, o seu objetivo seria atingir a crista das Olaias seguindo as altimetrias mais estáveis da encosta.

Como se vê, entre a Azinhaga da Maruja, a Estrada de Chelas e, a antiga Estrada de Circunvalação (Rua Morais Soares – Avenida Afonso III), resultam quatro grandes parcelas, uma sobre a cumeada do Alto do Pina e do Casal Vis-toso, exposta a poente (confinada pela Azinhaga da Fonte do Louro, do Areeiro e Estrada de Sacavém), e três voltadas a nascente, sendo que a mais próxima do deverticulum do vale de Chelas integra a cerca do convento, a Quinta da Fonte do Louro, e a Quinta dos Frades – serão estes de São Vicente, ou da Santa Cruz? – encostada à Azinhaga da Fonte do Louro. Sabendo que o olival de Mafomede estava na Fonte do Louro, e que a casa da antiga peça decorativa de contexto islâmico ficava junto ao limite sul da Azinhaga da Maruja, mas desconhecendo a sua dimensão, resta-nos unicamente especular que a propriedade de tal personagem com nome árabe pudesse ficar entre o domínio de São Félix, e a eventual propriedade dos frades de Lisboa ou Coimbra.

Quanto às porções mais a jusante, entre a Calçada da Picheleira e a Rua do Sol a Chelas, e desta última à antiga Estrada de Circunvalação, talvez tenham sido entregues à nobreza.

Também com a intensão de atravessar as encostas do vale de Chelas surge o percurso feito pela Travessa da Amorosa (parcialmente existente), Rua da Bela Vista ao Grilo (inexistente), e Travessa da Ilha do Grilo (existente), ligando a Estrada de Chelas à Estrada de Marvila pela boca do vale. Onde a Travessa da Amorosa encontra a Rua da Bela Vista ao Grilo cruza a antiga Azinhaga dos Toucinheiro, hoje Calçada de Santa Catarina a Chelas – Rua José Relvas – Beco dos Toucinheiros. Da passagem destes caminhos emergem três frações: a primeira é ribeirinha, entre a antiga margem do Tejo e o troço composto pela Azinhaga da Amorosa – Rua da Bela Vista ao Grilo – Travessa da Ilha do Grilo; e as res-tantes interiorizadas pelo alto dos Ourives, entre a Estrada de Chelas e a antiga Azinhaga do Toucinheiros (em situação de talvegue e baixa encosta), e desta ao percurso feito pela Rua de Cima de Chelas – Azinhaga do Planeta – Azinhaga da Bruxa (ocupando a cumeada e a encosta suave). Estão a vinha e o horto de São Vicente, e o horto dos Templários em Xabregas relacionados com o aparecimento destes caminhos? Caso estejam, poder-se-á colocar por hipótese, a vinha de Almargem na encosta suave e cume dos Ourives, sobranceira a Xabregas, com a Azinha dos Toucinheiros a escoar a produção para a Estrada de Chelas, e a servir o horto do mesmo proprietário no fundo do vale, ficando a propriedade marginal com os Templários. Conquanto, desconhecemos por quanto tempo possam ter sido estes os senhorios de tais terras, uma vez que a Reconquista portuguesa terminou em 1249 com a tomada do Algarve aos almóadas, e na se-gunda metade do século XV é fundado o Convento de São Francisco (ou de Santa Maria de Jesus, 1460) em Xabregas no lugar da hipotética propriedade templária. Por outro lado, sabe-se ainda que D. Afonso V (1438-1481) terá residido numas casas contíguas à cerca do convento franciscano (no sítio do futuro palácio dos Marqueses de Olhão) antes de

subir ao trono²⁶⁶, e que o mesmo monarca terá ordenado em 1461 (por vontade testamental da rainha D. Isabel) a construção do Convento de São Bento (no Beato) para a Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (Loios), no limite sul da «Herdade» retirando-lhe uma porção do antigo domínio. A respeito da arquitetura das casas do rei nada se sabe, podendo apenas ser dito que nasceu em Lisboa em 1432, e que entre os seis anos em que foi príncipe terá residido em Xabregas.

Do pouco que sabemos dos parcelamentos medievais portugueses no sistema do vale, as dificuldades que se levantam quando tentamos desenhar uma carta conjetural desse assentamento relacionam-se sobretudo com a ausência de uma unidade métrica na distribuição pública das propriedades. O facto de as terras conquistadas serem constantemente parceladas sem uma regra sistemática, e das descrições históricas apontarem apenas uma referência geográfico-toponímica para a localização dos domínios senhoriais, deixa-nos somente a possibilidade de imaginar qual a melhor forma de percorrer a paisagem sem esforços acrescidos. Para tal, o conhecimento da orografia que envolve o vale tornou-se o único método possível.

Partindo do princípio que os caminhos notáveis – de festo e talvez – já havido sido consolidados deste a romanização (colocando-se a exceção sobre a Calçada do Perdigão), a hipótese da abertura de percursos para o atravessamento das encostas (excluindo o caso do caminho que possa ter dividido a «Herdade» das porções do Cabido) mostrou-se concordante com a historiografia. Olhando para os trajetos que possibilitassem a ligação entre duas cumeiras – Calçada da Picheleira, Rua do Sol a Chelas/ Azinhaga do Planeta, e Travessa da Amorosa/ Rua da Bela Vista ao Grilo/ Travessa da Ilha do Grilo – verifica-se um certo acordo na sua orientação (nascente-poente), que por casualidade ou preceito, apresentam-se relativamente paralelas. Já os que tomam orientação oposta (norte-sul) parecem fazê-lo por continuação das eventuais pré-existência, no caso do eixo Azinhaga das Salgadas/ Azinhaga da Bruxa; ou por necessidade de percorrer altimetrias intermédias, na situação do itinerário da antiga Azinha dos Toucinheiros, e da Rua de Cima de Chelas. Ainda que os troços levantados como eventuais caminhos medievais portugueses possam não ter sido fundados pelos mesmos, a possibilidade de já existirem enquanto caminhos de pé-posto também se deve colocar, a forma como surgem na orografia repete-se, procurando constantemente a ligação entre as cotas de media, e alta altitude do vale. Por outro lado, as notícias históricas aludem para uma constante ocupação em situações de encosta, e como tal tinham que ser percorridas.

Se nas conjeturas anteriores encontramos elementos arqueológicos e históricos que nos remetem para uma possível organização do espaço, e até para uma eventual influência da urbanidade de Lisboa no momento de traçar os caminhos, sobretudo o que envolve a romanização do vale, em contexto medieval português a única fonte que aproxima dessa ocupação é o acréscimo significativo dos proprietários. O facto de os soberanos entregarem grande parte das terras a entidades citadinas, quer ao clero conventual de Lisboa e Coimbra, como às ordens militares e à nobreza (sediada na corte), permite-nos confirmar a progressiva ruralidade desta paisagem nos primeiros três séculos do reino. Isto é, se entre a romanização e a islamização conseguimos imaginar uma certa presença da arquitetura a reafirmar o domínio senhorial, principalmente aquando da presença do *Imperium*, a insegurança política, militar, e social entre o

266 MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira – Caminho do oriente: guia histórico, vol. II, p. 33-36.

século XII e finais do século XIII, a receção da segunda metade do século XIV²⁶⁷, e o começo da expansão ultramarina do início do século XV, não permitem especular o mesmo tipo de ocupação. Os únicos senhorios que parecem contrariar esta possibilidade é Convento de São Félix, que continuou a edificar-se no mesmo lugar e a expandir o seu domínio pelo menos até ao século XV²⁶⁸; os Conventos de São Francisco de Xabregas e do Beato, eventualmente relacionados com crescimento económico dos primeiros proveitos do comércio ultramarino; e as antigas casas de D. Afonso V. No entanto, este fator não indica que as propriedades de Chelas se tenham mantido menos cultivadas, afinal estando tão próximas da cidade facilmente se recolhiam os bens produzidos, até porque o antigo itinerário romano entre Lisboa e Santarém manteve-se integrado a rede viária do reino, consolidando aquele que foi o sistema de comunicação medieval português a norte do Tejo. Verificando-se o fluxo de ligações do Itinerário de D. Afonso II (1211-1223) proposto por João Alves Dias, constata-se que grande parte das viagens feitas pelo monarca foram entre Santarém, Coimbra e Guimarães, e Lisboa; sendo que entre abril e maio de 1218 o rei pode ter-se deslocado de Santarém a Lisboa²⁶⁹, o que à partida não nos garante que possa ter passado pelo tramo de Chelas. Ainda assim, se consultarmos os itinerários do seu neto Afonso III (1248-1279), as viagens do soberano entre Lisboa e o norte do vale do Tejo utilizaram o tramo ribeirinho da antiga estrada romana (aquele que passava por Chelas) com interposto em Santarém²⁷⁰, o que se manteve nos caminhos percorridos por D. Pedro (1357-1367) e D. Fernando (1367-1383)²⁷¹.

267 Sobre a consolidação da monarquia e do território português, e a sua população Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, op. Cit., pp. 49-57, 61-84.

268 BARROS, Maria Filomena – O CONFLITO ENTRE O MOSTEIRO DE CHELAS E MAFAMEDE RATINHO, O MOÇO, MOURO FORRO DE SANTARÉM (1463-1465) *in* revista CIÊNCIAS HISTÓRICAS, Vol. III. Porto: Universidade Portucalense, 1988, pp. 239-244.

269 DIAS, João Alves – Itinerário de Afonso II (1211-1223) *in* Estudo Medievais nº7, pp. 32, 34, 40.

270 DIAS, João Alves – Itinerário de Afonso III(1245-1279) *in* Arquivos do Centro Cultural Português, pp. 468, 470.

271 MARQUES, A. H. de, DIAS, João Alves - Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português, pp. 104, 105.

AS QUINTAS DE RECREIO E AS CASAS MONÁSTICAS NO VALE DE CHELAS

Com o fim da Reconquista e da tentativa de criação de uma unidade ibérica, o reino de Portugal via-se em 1411 definitivamente confinado entre a imensidão do Atlântico e o poder de Castela, sem recursos para se sustentar. As iniciativas de D. João I sobre os portos marítimos do norte de África começavam a resultar a partir de 1415, resolvendo as carências da população e enriquecendo a nobreza, que deixava os impulsos militares para começar a dedicar-se ao comércio ultramarino. A antiga capital do reino passava a capital do império com todas as vicissitudes inerentes, e o espaço periurbano de Lisboa voltava a construir-se com casas de descanso e veraneio.

O interesse pelas terras de Chelas parece ter sido reinaugurado na segunda metade do século XV com a construção do extinto Convento de São Francisco de Xabregas, seguindo-se o Beato na mesma centúria, e o da Madre-de-Deus encostado aos Paços de D. João III no começo do século seguinte. Tudo indica que até ao seiscentos a orla ribeirinha tenha sido o lugar eleito para edificação de palácios e conventos, e que a partir daí as construções nobiliárquicas se tenham interiorizado, fundando casas de recreio associadas à produção agrícola segundo a tradição da vila renascentista itálica.

Comparativamente aos três primeiros séculos da ocupação portuguesa no sistema do vale de Chelas, a atividade fundiária dos séculos XVI, XVII e XVIII parece não ter sido menor expressão. Pelas notícias que dispomos, o aparecimento de Quintas de Recreio sobre os anteriores domínios feudais foi constante, confirmando a progressiva substituição dos proprietários a favor da nobreza. No entanto, a fundação dessas casas nobiliárquicas parece não alterado os caminhos que eventualmente já existiam, mas proporcionando a ligação entre eles. Aparece assim a Calçadinha de Santo António e as azinhagas do Carrascal e dos Alfinetes associadas aos edifícios do século XVII, e a Calçada do Teixeira e a Azinhaga das Teresinhas às construções do século XVIII.

Desde a formação da empresa da Reconquista (nos meados do século XI) até à consolidação do território português decorriam dois séculos. A possibilidade de expandir as fronteiras do reino só deixou de ser possível em 1249, já com Afonso III (1248-1279) no poder. Até então, a casa real e a nobreza haviam desenvolvido linhagens de guerreiros que se debatiam pelo avanço sobre os muçulmanos, que quando terminado esse processo garantiam a segurança dos seus súbditos, e a aplicação da justiça²⁷². Conquanto, a linha de fronteira com Castela só ia ser desenhada com D. Dinis (1279-1325) depois dos conflitos de 1295/96 com Fernando IV. Em Alcanizes, no ano de 1297 os monarcas assinavam o documento que tratou a separação política entre os dois reinos. Simultaneamente, o crescimento demográfico e económico suportado pelo avanço da tecnologia agrária permitia a consolidação “das relações comerciais, associadas [...] à regular produção de excedentes que podiam ser colocados no mercado”²⁷³, multiplicando o contacto com as restantes regiões europeias “primeiro de forma esporádica, mas intensificando-se a partir de meados do século XIII”²⁷⁴. Lisboa manteve-se ativamente integrada no sistema de comércio marítimo, quer mediterrânico como para o setentrião europeu.

272 As Inquirições Gerais de 1258 ordenadas por D. Afonso III iniciavam “uma reestruturação dos mais altos estratos nobiliárquicos, promovendo uma nova nobreza de corte que ocupou os mais importantes lugares da Administração, dando assim corpo a uma nobreza de serviço, de grande fidelidade ao monarca e diretamente implicada na governação do reino”.
SOUZA, Bernardo Vasconcelos e – I Parte: Idade Média (séculos XI-XV) *in* História de Portugal, 2010, p. 109.

273 Idem, *ibidem*, p. 87.

274 Idem.

Em 1293 D. Dinis apoiava a fundação de uma Bolsa de Mercadores concentrada no comércio naval, “estabelecendo-se a liberdade de tráfego entre Portugal e a Inglaterra nesse mesmo ano”²⁷⁵, em 1308 era feito um outro acordo comercial com o mesmo reino, e dois anos mais tarde França concedia “privilégios aos mercadores portugueses”²⁷⁶.

O reinado de D. Pedro (1357-1367) – filho de Afonso IV, sucessor de D. Dinis – ficava marcado por um demorado período de recessão, entre fome e surtos de peste, que só se resolvia depois dos tumultos da «refundação do reino» pelo Mestre de Avis (1383-1433), e dos primeiros fracassos da expansão ultramarina motivados pelo acordo de paz com Castela, em 1411, que havia isolado o país entre o oceano e o poder do reino vizinho. Depois de 1415 os carregamentos de trigo provenientes de Ceuta colmatavam certas carências da população, e marcavam o começo do que vinha a ser o largo controlo das rotas comerciais atlânticas, e de um longo processo de colonização, inicialmente alusivo “a uma natural continuação da Reconquista”²⁷⁷.

Da política externa do reino português do século XV ressaltam dois Tratados. O primeiro – celebrado em Alcáçovas no ano de 1477 – punha termo às intensões de D. Afonso V (1438-1481), sucessor de D. Duarte (1433-1438) e neto de D. João I (1438-1433), sobre a coroa de Castela e Aragão, e a marcava a latitude “do que cabia a cada uma das potências ibéricas”²⁷⁸. Já no final do reinado de D. João II (1481-1495), em 1494 os mesmos reinos assinavam em Tordesilhas o documento que traçava o «meridiano» entre hegemonia marítima de ambos. Daqui resultou o momento de D. Manuel (1495-1521) apaziguar a relação da Casa Real com as altas Casas nobiliárquicas. Começou por restaurar a totalidade da Casa de Bragança entregou-lhe os bens confiscados no reinado anterior, e de seguida convocava as Cortes nos primeiros anos do reinado para concentrar, sobretudo, as questões relacionadas com a sua sucessão, “em boa medida, porque os proventos do império dispensaram o rei de ter de solicitar ao reino tributações suplementares”²⁷⁹. Tais políticas despoletaram o crescimento das linhagens fidalgas tardo-medievais, e a difusão do morgadio (transmissão do domínio senhorial por primogenitura). Por sua vez, a expansão do território tomado além reino provocava uma dispersão dos membros nobiliárquicos em função do seu grau, “enquanto a guerra da alta nobreza e dos morgados principais se fazia em Marrocos, os ramos e filhos segundos e os bastardos dirigiam-se sobretudo para o Oriente”²⁸⁰. Os estatutos desqualificavam-se ao mesmo tempo que emergia a “«nobreza civil ou política», adquirida pelo desempenho de funções nobilitantes (como ser vereador ou capitão de ordenança) [...] progressivamente, a gente que governava as câmaras foi sendo reputada nobre e mudando por isso o seu modo de vida”²⁸¹. Contudo, o facto de membros da fidalguia se dedicarem ao comércio no Oriente não levou, no imediato, a que o tomassem como atividade, “no reino, como em outras paragens, os mercadores enriquecidos tendiam a abandonar o comércio e a investir em terras e distinções nobilitantes”²⁸².

275 Idem, *ibidem*, p. 114.

276 Idem.

277 Idem, *ibidem*, p. 176.

278 MONTEIRO, Nuno Gonçalo – II Parte: Idade Moderna (séculos XV-XVIII) *in* História de Portugal, 2010, p. 200.

279 Idem, *ibidem*, p. 207.

280 Idem, *ibidem*, p. 247.

281 Idem, *ibidem*, pp. 47-48.

282 Idem, *ibidem*, p. 48.

SÉCULO XVI

Na esperança de persuadir o monarca à construção dos Paços de Xabregas, em 1571 Frâncisco Dolâda escrevia a D. Sebastião:

“Lembra-me que El Rei vosso avô [D. João III] de bemaventurada memoria, depois de muito tempo andar em Evora e Almeirim e n’outras partes, finalmente determinou de se aposentar em Lisboa. E para isso fazer escolheo o sitio de Emxobregas entre aquelles dous devotos moesteiros, polo mais escolhido e mais livre lugar e da melhor vista que ha em Lisboa, em que começou uns paços, os milhores de Portugal (inda que com algumas imperfeições, ou descuidos no desegno) que por sua morte não ficaram acabados”.

Considerando que o rei não tinha em Lisboa um local digno de viver, entre os paços do Castelo, os Estaus, a Serra de Sintra e Santos-o-Velho, propunha mais adiante:

“E se lhe parecer muito ter dobrados paços, ou ter pesada Lisboa de ser amigo da liberdade do campo e da caça do monte, acabe V.A. os paços de Emxobregas, que são muito para isso. E se tiver saudade do monte e da caça (emquanto é obrigado a ter conta com Lisboa e com sua côrte) cerque mea legoa de terra d’ali até Chelas e até além de S. Bento, e faça um parque | com muitos porcos e veados e aves, e matas e arvoredos, e fontes e casas de prazer muito milhores que as que fez em Fonte Nebleo El Rei de França, que tudo póde ter dentro”.

Insistia:

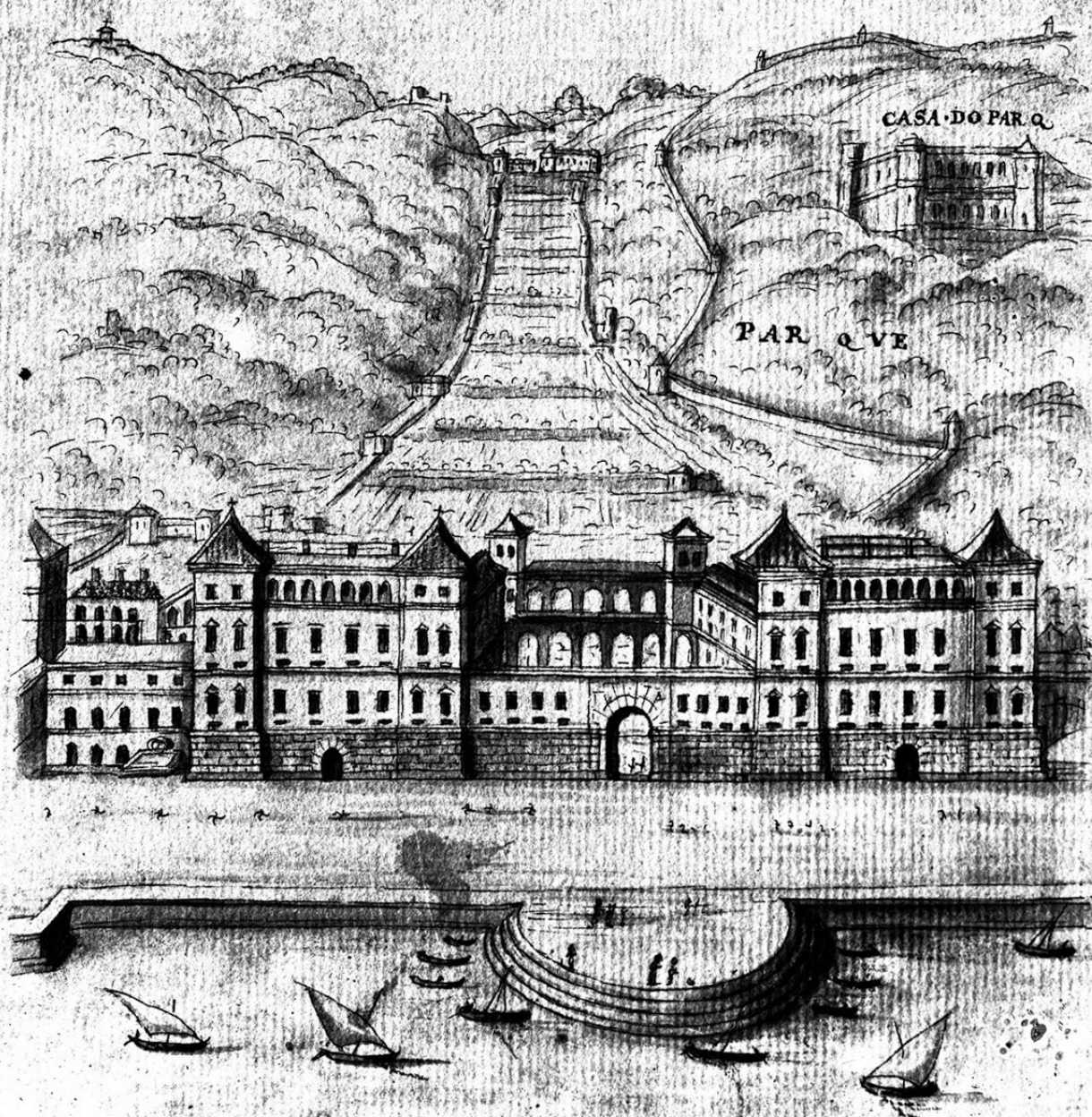
“E acabe V. A. os paços d’Emxobregas que tem melhor sitio e mais real que Santos e muito mais escolhido e livre que todos os outros de Lisboa e fóra das importunações d’ella entre dous moesteiros noblissimos, principalmente o da Madre de Deus com lhe nacer a aurora e o sol com os primeiros raios sobre o mar do meio dia e sobre | o rio Tejo com as barcas, com ortas e jardins da parte do norte para nunca poder ser enfadamento emquanto lhe for forçado estar quieto em obrigações de seu estado”²⁸³.

No momento de mostrar a D. Sebastião a pertinência do sítio de Xabregas para a conclusão dos Paços fundados por D. João III (1521-1557), o arquiteto revela a existência de um grande edifício que até ao início do quinhentos não existia. No remate da embocadura do vale de Chelas juntava-se o Convento da Madre-de-Deus²⁸⁴ onde já estava o de São Francisco de Xabregas desde 1460. A casa monástica protegida por D. Leonor recebia as primeiras devotas de

283 VASCONCELLOS, Joaquim – Francisco de Hollanda: Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa: Da sciencia do desenho, pp. 9-12.

284 Como se pode observar no *Grande Panorama de Lisboa* (final do século XVII/ início do século XVIII), o alçado principal do edifício mostra uma assimetria a partir do pórtico principal, centrado na composição da fachada, em que do lado esquerdo surge uma torre, aparentemente pentagonal ou hexagonal, rematada por cobertura piramidal, e no lado oposto levanta-se do interior do conjunto um corpo bastante mais robusto encimado por uma cobertura cupulada cuja cobertura parece suportar uma lanterna. O pórtico principal parece mais detalhado em ornamento do que as restantes entradas à sua esquerda. Frente ao edifício abria-se uma praça-varanda, construída quase como uma fortificação de muros baixos, que para além de embasamento dava acesso à praia.

Lembrança dos Pacos Dexobregas e Parque



Santa Clara em 1508, e começava a construir-se a igreja em 1517, ano em que as relíquias de Santa Auta eram para lá levadas numa nau holandesa e “em procissão de muitos frades”²⁸⁵.

Relativamente ao desenho para o Palácio de Xabregas [05], diz o professor José-Augusto França:

“Holanda desenhou um enorme palácio, servindo-se do já certamente em parte existente, em dois grandes corpos com um pátio entre eles abrindo para a rua (ou largo porto de embarque, com escadaria para o rio) por um portão, em embasamento de talhe rústico ou de junta fendida, que o desenho não deixa, distinguir. Ao alto dos edifícios havia galerias abertas para o rio e para trás também, para um vasto parque subindo em plataformas, com uma” Casa Parque” prevista pelo meio, para encontros de caça”²⁸⁶.

O desenho assinala o fecho da boca do vale entre São Francisco e a Madre-de-Deus. Por sua vez, o grande pátio central denota uma certa permeabilidade, parcial no alçado principal e total no tardo, fazendo relacionar o acesso às dependências com a chegada do talvegue, cuidadosamente colocado no eixo do edifício. A simetria do conjunto é ainda reforçada pelo ancoradouro semicircular que se adossa ao terreiro frontal para estabilizar o embasamento, e garantir o afastamento necessário entre a fachada e a margem do estuário. Naturalmente sumptuosa, como devia ser a residência para um rei, a ideia Dolãda apresentava uma outra arquitetura quando comparada com as representações panorâmicas de Lisboa entre 1505 e 1572²⁸⁷; menos encerrada, e mais exposta ao exterior por janelas pronunciadas e de grande luminosidade, e varandas no entablamento que faziam destacar os corpos das esquinas como de torres se tratassem.

O desenho do edifício não pode, porém, deixar de se relacionar com a viagem do arquiteto até Roma, e a sua estadia de três anos nessa cidade. Partindo de Lisboa, Dolãda passava pelo arranque da ponte que dizia ser romana, na passagem do rio Trancão²⁸⁸, antes de chegar a Santarém. Já em território castelhano, o seu itinerário seguia por Valladolid e Barcelona; ao chegar a França por Narbona (antiga capital visigoda); e em espaço itálico por Génova, Pisa, Florença, Siena, e finalmente ao centro do Estado Vaticano no verão de 1538²⁸⁹. Para além da sua provável passagem por Chelas, percebe-se que o caminho percorrido por Dolãda se fez passar pelas principais cidades toscanas do Renascimento.

À data do manuscrito destinado ao rei de Portugal passava pouco mais de um século da conclusão do *De re aedificatoria* (A Arquitetura) de Alberti, possivelmente concluído em 1452. Seguidor do recomeço de uma vilegiatura itálica, na sua obra são constantes as reflexões em torno de Aristóteles, Platão, Heródoto, Varrão, Vitruvius e Plínio; verdadeiros pilares para uma arquitetura que se queria linear e casuística:

285 FRANÇA, José-Augusto – Lisboa, história física e moral, p. 156, 165.

286 Idem, *ibidem*, p. 189.

287 Referimo-nos aqui à Iluminura que abre a Crónica de Duarte Galvão dirigida a D. Afonso Henriques (1505), ao desenho guardado na Biblioteca da Universidade de Leiden (1550-70), e aos panoramas de George Brun publicados em 1567 no volume V da obra *Urbium praecipiarum mundi theatrum quintum*, e em 1572 no volume I de *Civitates orbis terrarum*.

288 VASCONCELLOS, Joaquim, op. Cit., pp. 14-17.

289 GANHÓ, Maria de Lourdes Sirgado – O essencial sobre Francisco de Holanda, pp. 6, 7.

“a arquitetura no seu complexo compõe-se do desenho e da construção. Quanto ao desenho, tudo o seu objeto e método consistem em encontrar um modo exato e satisfatório para adaptar em conjunto e conectar a linha e o ângulo, através dos quais resulta totalmente definido o aspeto do edifício. A função do desenho é, portanto, atribuir aos edifícios e às partes que os compõem uma posição apropriada, uma proporção exata, uma disposição conveniente e uma ordem harmoniosa, de modo a que toda a forma da construção repouse inteiramente no mesmo desenho [...] dito isto, o desenho será um traçado preciso e uniforme, concebido na mente, executado através das linhas e ângulos, cumprido pela pessoa provida de conhecimento e cultura”²⁹⁰.

Ainda que Alberti se tenha referenciado nos autores da antiguidade clássica, e o seu tratado (como os dez livros Vitrúvio) tenha preconizado o suporte teórico para o desenho, programa e construção das Vilas renascentistas, a evolução arquitetónica desses edifícios seguiu necessariamente contornos específicos. Como refere Amílcar Pires:

“as regras da Architectura Antiga, tão procuradas pelo arquitecto do Renascimento, não eram encontradas nas descrições das Villas da Antiguidade, nem mesmo no tratado de Vitruvius. Nos exemplos conhecidos das Villas romanas faltava-lhes a simetria, a ortogonalidade, a axialidade, e integração racional e as proporções tidas como herança da concepção architectónica da Antiguidade”²⁹¹.

A conceção de habitar o campo como experiência de repouso não era uma novidade na história da arquitetura. Como se verificou em Varrão, a evolução da *villa rustica* (fortificada) para a *villa urbana* acompanhou a transição da República para o *Imperium*, e a profunda alteração de todo o sistema económico romano a partir do Mediterrâneo. As antigas *villae* de Catão deixaram de representar o foco da produção agrícola quando as províncias imperiais começaram a fornecer os bens necessários. Como denunciado por Varrão, esse fator mostrou-se favorável a uma ideia de vilegiatura: para certos proprietários as villae garantiam a possibilidade de uma segunda habitação, e estando em torno da cidade era fácil chegar até elas, permitindo o usufruto prolongado do descanso do campo. Foi nesse momento que se edificaram nas villae os espaços da rotina cotidiana. Aos tradicionais espaços de produção e colheita agrária juntavam-se galerias com peças de arte, pavimentos em mosaico, salas de banho e templos.

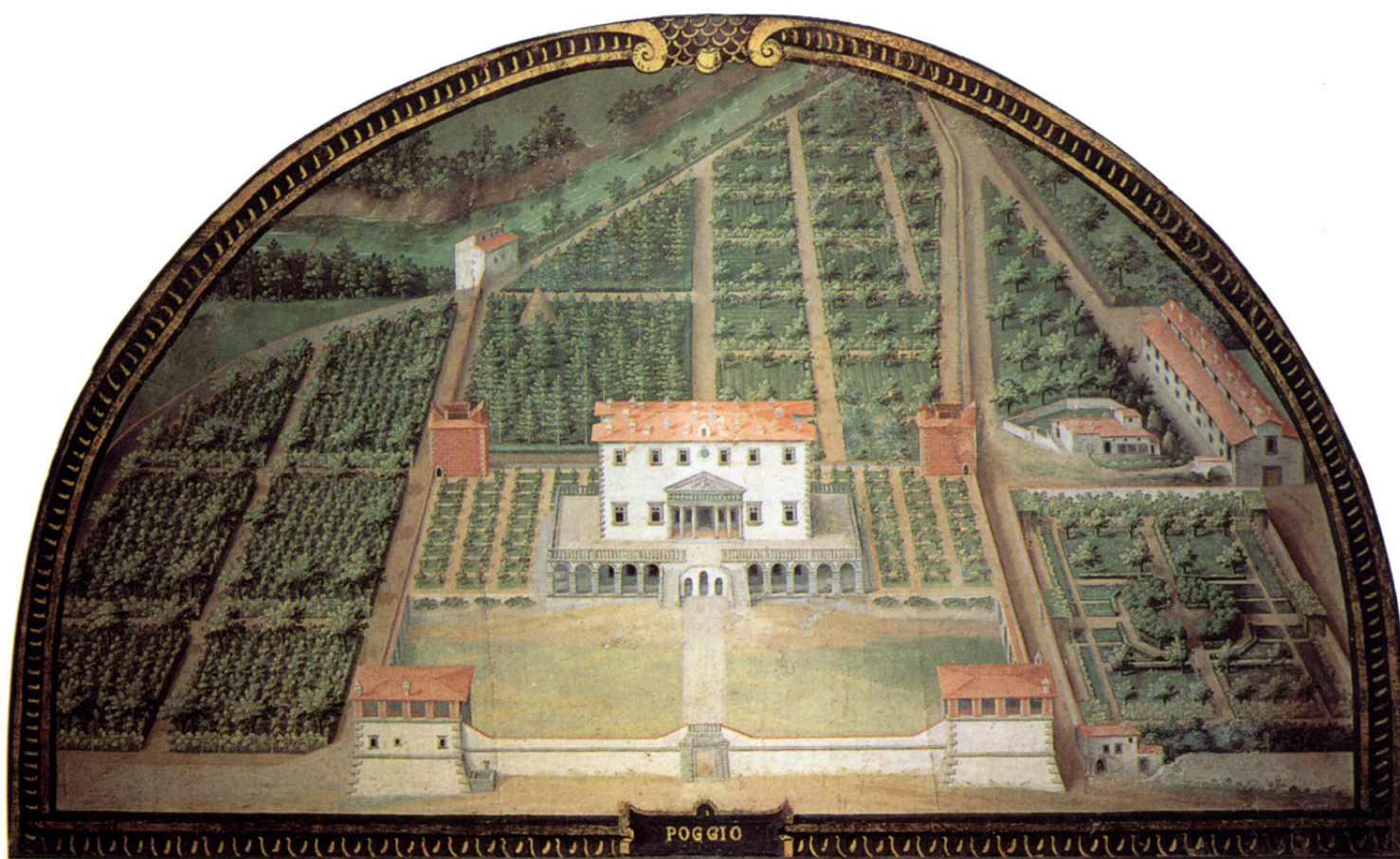
Em todo o caso, o contexto que antecedia a Vila renascentista mostrava-se distinto. Um longo período de guerras travadas pela vontade independentista dos territórios, fome, enfermidades, e um traçado político onde a nobreza e o clero desempenharam um papel primordial na administração e defesa dos campos, levaram a que os proprietários, senhores guerreiros, laicos ou ordenados pela Igreja, edificassem nos seus domínios casas acasteladas.

Distante da cultura greco-romana, o advento da Idade Moderna promovia a pacificação do espaço europeu, e

290 “L’architettura nel suo complesso si compone del disegno e della costruzione. Quanto al disegno, tutto il suo oggetto e il suo método consistono nel trovare un modo esatto e soddisfacente per asattare insieme e collegare linee e angoli, per mezzo dei quali risulti interamente definito l’aspetto dell’edificio. La funzione del disegno è dunque di assegnare agli edifici e alle parti che li compongono una posizione appropriata, un’esatta proporzione, una disposizione conveniente e un armonioso ordinamento, di modo che tutta la forma della costruzione riposi interamente nel disegno stesso [...] ciò premesso, il disegno sarà un tracciato preciso e uniforme, concepito nella mente, eseguito per mezzo di linee ed angoli, e condotto a compimento da persona dotata d’ingegno e di cultura.”

ORLANDI, Giovanni, PORTOGHESI, Paolo – LEON BATTISTA ALBERTI: L’ARCHITETTURA [DE RE AEDIFICATORIA]: TOMO I, pp. 18, 20. [tradução do autor]

291 PIRES, Amílcar Gil – A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitetura, pp. 26.



06. Villa Medici, Poggio a Caiano, Giuliano da Sangallo, 1485; pintura de Giusto Utens, 1598/99

uma recuperação do mecanismo económica cada vez mais globalizado pelo mercado marítimo. O sentimento de segurança no espaço rural começava a sentir-se, e as antigas casas fortificadas deixavam de ser necessárias. À medida em que os privilégios da nobreza cortesã e do alto clero progrediam, reabilitavam-se as residências de campo para temporadas de recreio e lazer, afastadas das responsabilidades da cidade, onde os seus proprietários residiam permanentemente. A Vila renascentista era então um complemento à habitação permanente do proprietário, como tal, o espaço periurbano – antes eleito pelos romanos – voltava a mostrava-se o mais adequado para a definição desses edifícios. James Ackman afirma que a Vila só pode ser compreendida em função da cidade, como um edifício que gravita em torno da vida urbana, complementando a sua importância e conforto, logo, economicamente dependente dela²⁹².

A Vila podia dedicar-se tanto à produção agrícola de excedentes, que seriam depois colocados no mercado urbano ou regional para sustento do proprietário, como à simples agricultura de subsistência associada a uma ideia de retiro, mais próxima do conceito de Alberti²⁹³, em que a interioridade dos espaços medievais cedia a uma maior exposição ao horizonte. O *hortus conclusus*²⁹⁴ dava lugar ao jardim axial que era desenhado pelos mesmos princípios que mediam a arquitetura, tornando-se no lugar de encontro entre o Homem e a Paisagem; era, por assim dizer, a transformação perfeita da Natureza, portanto, uma arquitetura da paisagem²⁹⁵.

“A Vila é menos fixada na forma do que as outras tipologias arquitetónicas porque as exigências do lazer não possuem uma definição clara”²⁹⁶, no entanto configuraram-se duas maneiras distintas na construção desses edifícios. Frequente na Toscana medicea e no Veneto palladiano, o edifício da Vila «cúbica» – seguindo a abordagem de Ackerman²⁹⁷ – restringia-se a um volume único que condensava todas os espaços da habitação, frequentemente relacionado com o eixo do caminho de acesso que reforçava a profundidade da perspetiva. O destaque protagonizado pela casa era conferido pela sua posição na propriedade, quer pela coroação de uma cumeada existente, ou na falta desta, embasado por uma *loggia* que deixava transparecer o jardim e o horto para o seu interior; como também pela regularidade da arquitetura face à irracionalidade do bosque ou da mata que se encontravam no plano imediato ao jardim [06]. Em contraponto, o edifício da Vila «palaciana» – difundida pela corte papal – consolidava habitualmente o remate do grande jardim que a afrontava, ou que se recolhia no interior da propriedade, ficando a casa mais próxima ou mais afastada do acesso principal. Intrinsecamente relacionada com as descrições de Plínio para a *villa urbana* romana, e com modelo matemático de Alberti:

292 “The villa cannot be understood apart from the city; it exists not to fulfill autonomous functions but to provide a counterbalance to urban values and accommodations, and its economic situation is that of a satellite”.

ACKERMAN, James S. – The Villa: Form and Ideology of Country Houses, p. 9.

293 Idem, *ibidem*, p. 15.

294 “Nos tempos medievais os hortos destinavam-se quase exclusivamente à manutenção de plantas medicinais e à produção de alguns legumes, frutas frescas e plantas condimentares oi de virtude [...] os hortos eram geralmente divididos em talhões ou quarteirões mais ou menos rectangulares, por vezes protegidos por estavadas de canas, «caniços de varas, ou grades de fasquias ou ripas de madeira. Sempre que possível eram dotados com um tanque, poço ou cisterna, pois a maior parte das plantas cultivadas nos hortos não dispensavam a rega estival”.

ARAÚJO, Ilídio de – JARDINS, PARQUES e QUINTAS DE RECREIO NO ARO DO PORTO *in* separata da Revista de História, Volume II, pp. 6-7.

295 PIRES, Amílcar Gil – A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitetura, pp. 21-26.

296 ACKERMAN, James S., op. Cit., p. 18.

297 Idem, *ibidem*, p. 22.

“dentro dos seus limites, podia estabelecer-se um jogo arquitectónico e espacial entre a representação da própria Natureza e a sua regulação, fazendo-se a interação entre as formas geométricas e as características formais preexistentes no local onde é edificada a Villa”²⁹⁸.

Segundo Amílcar Pires, a Vila do Renascimento só terá encontrado “o ideal clássico” no final do século XV e início da centúria seguinte, com a construção da Villa medicea em Poggio a Caiano (Florença, 1485), e da Villa Madama em Roma (1518-25) começada por Leão X²⁹⁹.

Como se viu, Dolâda terá chegado à antiga capital do Imperium em 1538, treze anos após a conclusão das obras da Vila papal levadas a acabo por Raffaello Sanzio, Giulio Romano e Antonio da Sangallo o velho; panorama que não terá ficado indiferente ao arquiteto português, mostrando uma clara relação entre o seu desenho para o Palácio de Xabregas e a arquitetura das Vilas itálicas.

No extremo ocidente ibérico o hábito da residência de prazer começava a ganhar expressão depois do auspício de Ceuta (1414). O estabelecimento das relações comerciais marítimas com o centro europeu, e o controlo da costa norte africana, faziam prever o encontro entre as duas culturas – do Renascimento itálico com a arte islâmica – no que vinha a ser a arquitetura da Quinta de Recreio em Portugal.

O conforto económico da fidalguia (adquirido principalmente após o reinado de D. Manuel) levava-a a acumular riqueza, e a investir na reabilitação das suas propriedades ainda medievais. Por contágio itálico, em redor das cidades os nobres e o prelado encontravam a tranquilidade que desejavam, redecorando os edifícios pré-existentes com frescos à moda renascentista que se encostavam aos detalhes manuelinos. A dimensão dos vãos foi repensada, repetida simetricamente ao longo das fachadas; abriam-se lógiás no piso térreo, e as plantas simplificavam-se³⁰⁰. Em continuidade com a residência da propriedade, mas afastadas desta, edificavam-se «Casas de Fresco» para pura contemplação da natureza³⁰¹. Ao mesmo tempo, plantava-se o jardim com acesso direto aos espaços nobres da habitação. A ortogonalidade e abertura do Renascimento reinventavam a tradição do modelo árabe que havia permanecido na tradição arquitetónica portuguesa: os depósitos de água – elementos estruturantes do jardim islâmico – surgiam numa clara intenção de se relacionarem com o conjunto; enquanto infraestrutura alimentava o espaço da «Natureza» (campos de cultivo e jardim), enquanto cenário proporcionava momentos de frescura. A substituição da azulejaria de «aresta» com motivos geométricos, própria de uma cultura islâmica, só acontecia depois do século XVI quando os artistas flamengos aportados em Lisboa traziam a técnica itálica do azulejo «pisano»³⁰².

298 PIRES, Amílcar Gil, op. Cit., p.30.

299 Idem, *ibidem*, p. 26.

300 STOOP, Anne de – QUINTAS E PALÁCIOS NOS ARREDORES DE LISBOA, p. 12.

301 PIRES, Amílcar Gil, op. Cit., p. 264.

302 STOOP, Anne de, op. Cit.

A coadunação dos elementos que prefiguravam na Quinta de Recreio³⁰³ – espaços de residência (interior/ exterior - loggia), jardim, depósitos de água, espaços de cultivo, natureza (paisagem) – eram sintetizados pelo lugar. A escolha do sítio para a implantação do conjunto, o primeiro ato de arquitetura, tinha a intenção de disfrutar de uma determinada conjuntura orográfica e/ ou hidrográfica. Isto é, a Quinta de Recreio – por herança itálica – surgia de uma determinada condição natural da paisagem que era posteriormente geometrizada em diferentes espaços. A casa da Quinta de Recreio era então a tradução perfeita do lugar, tudo aquilo que a envolvia era captado por ela³⁰⁴.

Até onde conseguimos chegar, exemplos como a Quinta da Bacalhoa ou a Quinta das Torres, ambas no embaçamento da Serra da Arrábida, não parecem ter figurado na paisagem do vale de Chelas. No contexto das Quintas de Recreio do século XVI, damos conta apenas de uma casa nobiliárquica; trata-se do Palácio dos Marqueses de Olhão edificado nas imediações da boca do vale, junto ao Convento de São Francisco.

Construído no início do século³⁰⁵, a implantação do palácio dava continuidade à edificação ribeirinha de Xabregas iniciada no início do quatrocentos. O edifício – tal como conventos de São Francisco, da Madre-de-Deus, do Beato, e o palácio Real – disfrutava da imensidão do estuário com o horizonte posto na Arrábida. Da arquitetura do primeiro palácio não resulta qualquer informação, sabendo-se apenas que o seu primeiro senhorio, o navegador e embaixador D. Tristão da Cunha terá obtido a propriedade com um conjunto de casas (as que tinham sido de D. Afonso V) por doação de D. Manuel, e que a pós a morte do monarca (1521) as terá cedido à Rainha D. Leonor para se aposentar com a infanta D. Isabel. O que hoje resta do antigo palácio é fruto de reconstruções pós-terramoto³⁰⁶, situação que se terá repetido com os Paços de Xabregas, primeiro com obras de D. Margarida de Távora no século XVI, seguindo as reabilitações dos Condes de Unhão dos séculos XVII e XVIII, cujo quinto sucessor se terá casado com a quarta Marquesa de Niza³⁰⁷. Como se pode constatar pelo Levantamento Topográfico de Lisboa de 1856/58 (Filipe Folque), os limites do palácio aparentam um «L» construído em frente de rua: o corpo principal de forma retangular – quiçá tenha sido esta a primeira abordagem arquitetónica – desenvolve-se paralelamente à linha de costa, deixando no tardoz o espaço para a edificação de um segundo volume que configura entre os alçados expostos a norte um pequeno jardim, cujo desenho se mostra labiríntico. Quanto à dimensão da propriedade não são levantadas quaisquer considerações pelos historiadores, restando a dúvida se esta se estendia para montante até ao eixo composto pela Rua da Bela Vista ao Grilo e

303 Segundo Marieta Dá Mesquita, por «Quinta de Recreio» entende-se: “propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui hortas e pomares, edifícios de apoio à exploração agrícola e pecuária, habitações de trabalhadores rurais e, junto à residência do proprietário, sonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores. Não deve confundir-se quinta de recreio com solar [...] constituindo igualmente núcleo de uma propriedade rústica, o solar institui-se, portanto, como residência principal de uma família nobre, que nele tem as suas raízes e como ele se identifica. A fidalguia de solar vive na província, afastada da corte [...] a quinta de recreio, pelo contrário, é quase sempre residência secundária de uma família possuidora de casa ou palácio em Lisboa”. MESQUITA, Marieta Dá – HISTÓRIA E ARQUITECTURA: UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO: O PALÁCIO DOS MARQUESSES DA FRONTEIRA COMO SITUAÇÃO EXEMPLAR DA ARQUITECTURA RESIDENCIAL ERUDITA EM PORTUGAL, Vol. I, p. 231.

304 “A primeira abordagem na elaboração do espaço arquitectónico da Quinta de Recreio tem, por um, lado um carácter bastante concreto, no que se refere à captação de elementos circundantes do sítio, da sua paisagem natural e, por outro, um carácter mais abstracto, em que a concretização do Lugar a projectar vai ser elaborada por esquemas de índole topológica e/ou geométrica”. PIRES, Amílcar Gil – O LUGAR DA QUINTA DE RECREIO NA PERIFERIA DE LISBOA *in* Arte e Teoria: Revista do Mestrado em teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, nº 9, p. 80.

305 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília – Pelas Freguesias de Lisboa: Lisboa oriental: São João. Beato. Marvila. Santa Maria dos Olivais, p. 81.

306 MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira – Caminho do oriente: guia histórico, vol. II, p. 33-36.

307 Idem, ibidem, pp. 17-21.

Travessa da Ilha do Grilo. Caso fosse, poder-se-á imaginar a subida da encosta contida por socalcos plantados pelo jardim, à semelhança do desenho Doláda [Cxvi].

Talvez as restantes propriedades do sistema do vale de Chelas tenham permanecido até ao quinhentos sem grandes alterações nos seus limites, sendo apenas substituídos os antigos senhorios eclesiásticos pela nobreza cortesã. Como vimos, aquando da fundação da antiga freguesia dos Olivais em 1397, as trinta e uma porções do Cabido da Sé já tinham sido alienadas, e em 1566 a parte da «Herdade» acima da Rua de Marvila (posteriormente conhecida como Quinta de Marvila) foi aforada³⁰⁸ ao morgado do Esporão, ficando o Bispo de Lisboa com a porção litoral³⁰⁹. Pelo que se percebe, poderão ter sido os caminhos fundados entre a romanização e a ocupação medieval portuguesa a compor os contratos de exploração destas terras, sem que com isso se tenham alterado os acessos pré-existente. Ainda assim, parece ter sido durante o século XVII que as Quintas de Recreio se difundiram pelos campos de Chelas.

SÉCULO XVII

O seiscentos foi para a arquitetura dos edifícios de prazer portugueses um período de transição entre o conhecimento renascentista e o movimento do barroco. Carlos Azevedo define-o como um momento de reflexo do conservadorismo da nobreza³¹⁰, para o qual o interregno filipino (1580-1640) teve o seu contributo.

Consumada a restauração do reino é restabelecida uma prática de vilegiatura que começou por reabilitar as antigas Quintas de Recreio quase por efeito comemorativo. No final da centúria “o movimento de obras de toda a natureza” era mais intenso, e “pedreiros «improvisados em arquitectos»”³¹¹ edificavam (sobretudo na arquitetura civil) segundo uma ideia de arquitetura desenvolvida ao longo do século XVI, dificultando a práxis de uma conceção espacial menos rígida. Enquanto isso, pelo ano de 1638 Borromini desenhava no topo norte da Via del Quirinale a oval da igreja de São Carlos das Quatro Fontes (concluída em 1641) – a que Bernini reagia com o ovaloide de Santo Andrea al Quirinale (1658-70) –, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do Barroco urbano de Roma³¹².

A organização da Casa de Recreio (habitualmente de dois pisos) fazia-se em torno de um pátio de entrada (em forma de «U»), sendo um dos corpos laterais a capela. Em certas residências de lazer, como a Casa de Vale de Flores ou das Infias (Braga), a regularidade da planta transpunha para o alçado (mais longitudinal que vertical) uma repetição monótona de janelas afrontadas por varandas³¹³. Apesar da prática arquitetónica francesa ter neste momento um maior impacto conceptual, as soluções implementadas no século XVI não deixaram de ser utilizadas: se os remates dos ângulos nos topos do edifício eram conseguidos com pilastras salientes, sobre as quais repousavam cornijas que recebiam o beiral tradicional (saliente), e a cobertura era feita por telhas mergulhadas em argamassa de tradição islâmica, as lógi

308 Entende-se por aforamento a cessão de uma propriedade a longo prazo, ou perpétuo, mediante o pagamento de uma renda para usufruto da propriedade.

309 MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira, op. Cit., pp. 123, 145.

310 AZEVEDO, Carlos – Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre.

311 Idem, ibidem, p. 56.

312 KOSTOF, Spiro – A HISTORY OF ARCHITECTURE: Settings and Ritual, segunda edição, pp. 511,512,514-519.

313 AZEVEDO, Carlos, op. Cit., pp. 55,57.



- 01

estrada de chelas
- 02

estrada de circunvalação de 1852
- 03

estrada de marvila
- 04

azinhaga das veigas
- 05

azinhaga do ferrão
- 06

rua de josé do patrocínio
- 07

azinhaga da maruja
- 08

azinhaga da fonte do louro
- 09

azinhaga do pombeiro
- 10

azinhaga do poço de cortes
- 11

azinhaga das teresinhas
- 12

calçada do perdigão
- 13

calçada do armador
- 14

azinhaga dos alfinetes
- 15

azinhaga da bela vista
- 16

estrada de sacavém
- 17

azinhaga da cera
- 18

caminho do poço de cortes
- 19

azinhaga da cruz
- 20

azinhaga do alentejão
- 21

azinhaga de mont' alvão
- 22

estrada do patacão
- 23

rua do vale formoso de cima
- 24

azinhaga do troca
- 25

azinhaga de vale fundão
- 26

calçada do duque de lafões
- 27

azinhaga da bruxa
- 28

azinhaga das salgadas
- 29

azinhaga do planeta
- 30

azinhaga dos toucinheiros
- 31

rua do sol a chelas
- 32

calçada da picheira
- 33

rua de cima de chelas
- 34

azinhaga de vale fundão
- 35

travessa da amorosa
- 36

rua da bela vista ao grilo
- 37

travessa da ilha do grilo
- 38

azinhaga da flamenga
- 39

calçada do poço de mouros
- 39

azinhaga do areeiro
- A

mosteiro de chelas
- B

convento de são francisco de xabregas
- C

sítio da casa de d. afonso V
- D

convento de são bento (beato)
- E

convento de santos-o-novo
- F

convento da madre-de-deus
- G

paço de xabregas

Cxvi carta conjectural da ocupação do vale de chelas no século XVI





07. Desenho do Convento de Chelas segundo a ilustração publicada no *Archivo Pittoresco: Semanario Ilustrado*, Tomo VII, de Castro e Irmão, ed. com. Lisboa: Typ. de Castro & Irmão, 1864.

do renascimento itálico e os pórticos maneiristas continuavam a fazer parte do dicionário construtivo³¹⁴.

Entre as Quintas de Recreio que ocuparam o sistema do vale Chelas no século XVII destacam-se a Quinta do Marquês de Abrantes e da Mitra. A primeira consolidou-se nas terras da Mitra acima da Rua de Marvila, entretanto entregues ao morgado do Esporão pelo ano 1637, cuja titularidade pertencia a Francisco de Vasconcelos primeiro Conde de Figueiró, filho de Manuel de Vasconcelos, morgado aquando dos filipes. A segunda permaneceu na franja litoral ainda em posse da mesa episcopal de Lisboa, mas mais reduzida devido à fundação do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila em 1652 (para a regrantes de Santa Brígida)³¹⁵, e à construção da casa da Quinda do Bettencour, servente da Casa de Bragança em Vila Viçosa³¹⁶.

Para completar a ocupação monástica da frente ribeirinha entre Xabregas e Marvila, é fundado em 1633 o Convento de Nossa Senhora do Monte Olivete (ou dos Grilos), e o Convento de Santo Agostinho (1663/65), sessenta anos após as últimas grandes obras do Convento de Chelas [07].

314 STOO, Anne de, op. Cit., pp. 13, 14.

315 MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira, op. Cit., pp. 133, 146.

316 CONSIGLIERI, Carlos, ABEL, Marília – O Formoso Sítio de Marvila, p. 88.

No primeiro quartel do século XVI D. Manuel lança uma campanha de intervenções no mosteiro de São Félix e Santo Adrião com vista à sua reabilitação e extensão, permanecendo até hoje apenas a galilé e o portal da igreja. Até 1604, momento em que o convento recebe novamente obras estruturais, sobre a alçada da abadessa D. Luísa de Noronha, tinham sido feitas pequenas intervenções circunstâncias e de acabamento – cantarias, pavimentos e construção da fonte do claustro entre 1561/62, acabamentos na igreja em 1583, e escritura para a construção da varanda no claustro em 1597. Só após 1755 é que voltam a ser executadas intervenções mais complexas, nomeadamente na igreja, com a sua reconstrução total, em 1757. Pouco tempo depois, em 1834, dá-se a extinção das ordens religiosas, permanecendo o mosteiro habitado até 1878, ano da morte da última religiosa.

O ano de 1604, data da última grande campanha construtiva no mosteiro, parece querer responder ao problema do longo corpo longitudinal. Ao observarmos os três alçados que o compõem, percebemos que o desenho dos vãos tem uma ordem proporcional idêntica em todas as frentes, cuja cantaria se repete constantemente, e até relativamente semelhante à execução das aberturas nas restantes casas monásticas erigidas durante os seiscentos – Convento dos Grilos, de Santo Agostinho e Nossa Senhora da Conceição de Marvila. Por outro lado, confrontando-nos com o corte e plantas dos diferentes pavimentos, percebemos que a solução construtiva (espessura dos paramentos, distribuição dos pisos, abertura de vãos e desenhos dos equipamentos de cozinha) corresponde a um único ato de arquitetura, sem evidenciar qualquer utilização de uma possível estrutura pré-existente. Posto isto, se das obras de D. Manuel não resistiu nada além da entrada e portal da igreja, e das intervenções pós-terramoto foi esse o único espaço a ser reconstruído, não surgindo nenhum outro elemento que evidencie um ato de reabilitação deste corpo, arriscamo-nos a colocar a edificação do longo braço longitudinal do Convento de Chelas durante o século XVII; e com ele a extensão da cerca sobre a Estrada de Chelas, configurando o que hoje se entende por Calçada dos Vinagreiros, Azinhaga do Broma, e o troço mais baixo da Azinhaga do Armador; pois se as condições do convento exigiam a construção de tal corpo, é possível, talvez, que também exigissem a adição de outro espaço murado ³¹⁷.

Contíguos ao convento dos grilos ficaram as casas da Quinta de D. Gastão, edificada entre os reinados de Filipe II (1598-1621) e Filipe III (1621-1640)³¹⁸, e a casa da Quinta do Marquês de Marialva na parte mais alta da cerca dos agostinhos³¹⁹.

317 Informação Cronológica das obras no Convento de São Félix e Santo Adrião *in* Registo de Informação para o Património Arquitetónico do Forte de Sacavém, IPA. 00002518. [consultado a 19.08.2017, pelas 10H47].

(Damos nota de que os desenhos proferidos foram consultados na Direção de Infraestruturas do Exército, tendo sido cedido para publicação neste trabalho, o que corresponde ao primeiro pavimento do edifício, hoje Arquivo Geral do Exército).

318 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., p. 81.

319 D. António Luís de Meneses, nascido a 12 de dezembro de 1603, 3º Conde de Cantanhede, viria a ser o primeiro fidalgo a empossar o título de Marquês de Marialva. De tal personagem histórica sabe-se da sua influência junto da Corte e dos seus domínios em Cantanhede, Cerva (Vila Real), Marialva (Guarda), Medelo (Braga), São Silvestre (Coimbra). A respeito da quinta, Carlos Consiglieri e Marília Abel referem que William Beckford (1760-1844), fidalgo inglês que privou com um dos marqueses de Marialva, escreveu no seu diário as visitas à propriedade relatando o estado de ruína da casa e a beleza dos jardins; para além de que o 2º marquês, D. Pedro António de Meneses (1658-1711), terá adquirido as terras da Quintinha anexando-as à propriedade que o seu pai já possuía em Marvila. Fica, porém, a dúvida se a casa de prazer da quinta foi construída pelo primeiro ou segundo marquês, visto que na segunda metade do século XVIII já se encontrava arruinada. Atendendo ao levantamento de 1904-11, a planta geral do edifício aparenta uma certa sobriedade (planta regular paralelepípedica com escadaria ao eixo da entrada voltada ao rio), idêntica à casa da Quinta da Mitra.

VARANDA, Lúcia de Melo – D. António Luís de Meneses 1º Marquês de marialva: O Militar e Político, dissertação de mestrado em História, na área de especialização em Época Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

CONSIGLIERI, Carlos, ABEL, Marília, op. Cit., pp. 92, 93.

Mais interiorizados e sem qualquer relação visual direta com o estuário, aparecem durante o seiscentos a Quinta de Santo António de Baixo (demolida), servindo-se da cota mais baixa da Calçadinha de Santo António (parcialmente existente) na pendente que desce do Alto de São João; a Quinta do Perdigão (existente) no Alto das Conchas, junto ao cruzamento da Calçada do Perdigão com as azinhagas das Veigas e do Ferrão; a Quinta das Fontes, dependente da Azinhaga dos Alfinetes, perfazendo o acesso até à Estrada de Marvila e a fracionar a propriedade que foi da Mitra; a Quinta do Pombeiro (existente), sobranceira ao deverticulum do vale; e a Quinta da Bela Vista (existente) encostada ao festo homónimo³²⁰.

Entre estas ressalta a Quinta de Santo António de Baixo por, ao contrário das restantes, se encaixar na cota baixa da encosta do Alto de São João, relacionando-se com a profundidade do talvegue. Pela sua posição facilmente se acedia à Estrada de Chelas e à Rua do Sol a Chelas, atravessando a encosta pela Calçadinha em pendente suave. O que era continuado pela Azinhaga do Carrascal (inexistente) para chegar à Calçada da Picheleira. Associado a este último percurso de meia encosta surge (segundo o levantamento de 1904-11) a Quinta do Grilo sem casa edificada: estará relacionada aos regrantes de Nossa Senhora do Monte Olivete?

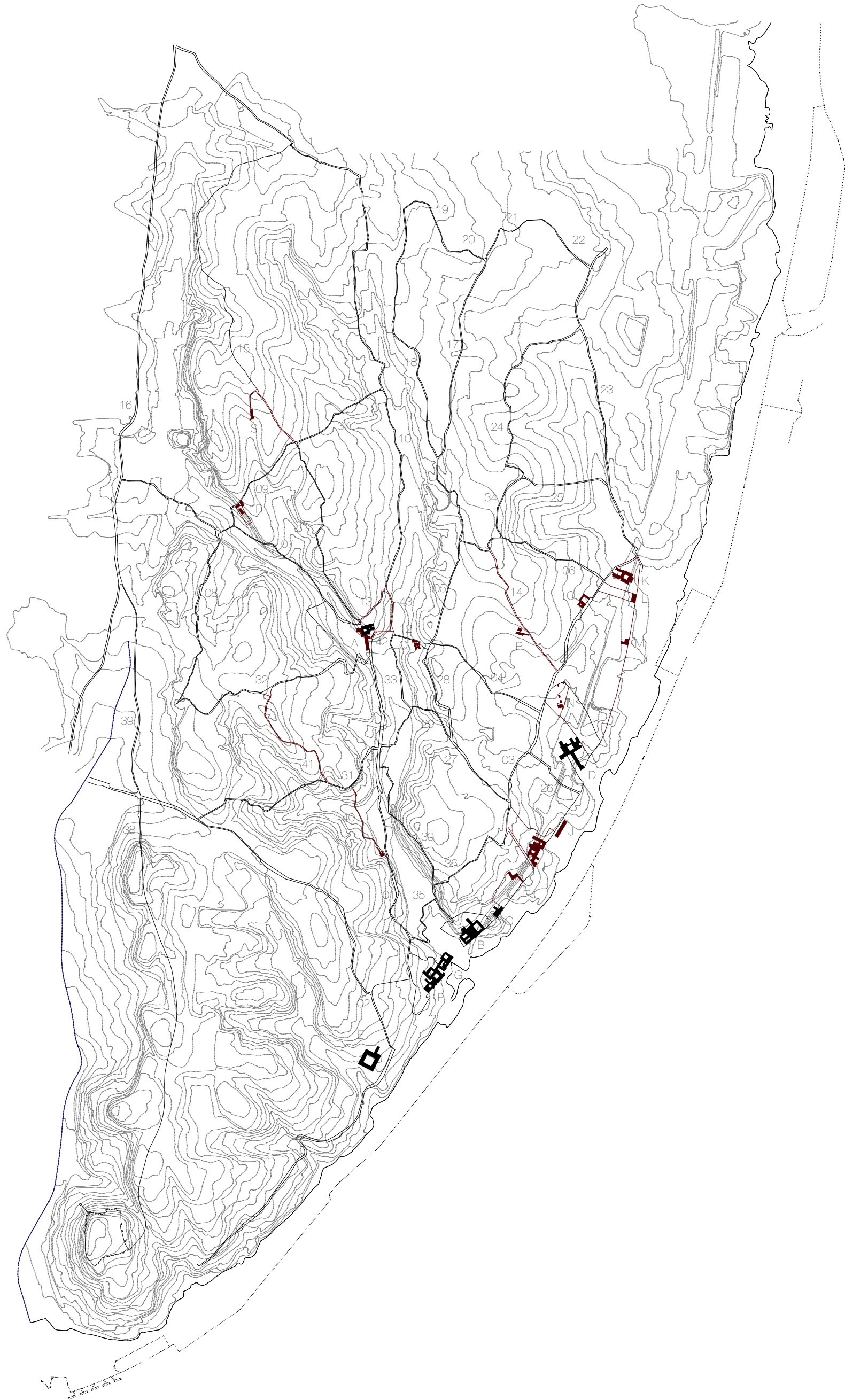
Ainda assim parecem ter sido as cotas mais elevadas ou de frente de mar, as mais favoráveis à edificação dessas casas. Atendendo ao levantamento geral dos edifícios no ano de 1911, caso não sejam reconstruções do pós-terramoto, verifica-se que as únicas casas de recreio que respondem à tipologia em «U» são a da Quinta do Marquês de Abrantes, e da Quinta do Perdigão. As outras mostram-se como um simples volume paralelepípedo. Se apenas parte das casas de prazer do século VII português adotaram o pátio como elemento de organização dos espaços interiores, como verificámos, as primeiras ocupações agrícolas do pós-restauração ficaram marcadas por obras de reabilitação nos antigos prédios rurais; podendo isto indicar que só as casas do Marquês de Abrantes e do Perdigão possam ter desenhadas durante esta centúria, e as restantes em período anterior [Cxvii].

SÉCULO XVIII

D. João V ascendia ao trono em 1706, e com ele momentos intensos para a diplomacia e cultura do país. Os contornos políticos da Guerra da Sucessão de Espanha (forjados ainda em vida de Carlos II, último dinasta Habsburgo) levavam o monarca português a casar com a princesa D. Mariana de Áustria em 1708, prima em primeiro grau. Para França foram enviadas “fabulosas embaixadas”, e os embaixadores junto da Santa Sé “tinham um elevado estatuto social”, de onde provinham encomendas de obras de arte, e o recrutamento de artistas e músicos para a corte portuguesa. Na década de 30 do setecentos cantavam-se pela primeira vez óperas italianas no Paço Real. França e Itália continuavam assim a satisfazer as relações portuguesas com a cultura europeia. Por ordem do monarca construía-se o convento-palácio de Mafra (iniciado em 1717 e concluído em 1730), preparavam-se as obras para aqueduto que ia abastecer Lisboa, e em Coimbra concluíam-se as intervenções na Biblioteca Joanina, pronta em 1728: “o auge da cultura intelectual barroca em Portugal expressar-se-ia não só em diversas academias literárias, mas ainda na fundação da Real Academia da História, em 1722”³²¹.

320 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., pp. 80-84, 113-118. CONSIGLIERI, Carlos, ABEL, Marília, op. Cit., p. 89.

321 MONTEIRO, Nuno Gonçalo, op. Cit., pp. 343-349.



- | | | | |
|----|----------------------------------|----|---|
| 01 | estrada de chelas | 34 | azinhaga de vale fundão |
| 02 | estrada de circunvalação de 1852 | 35 | travessa da amorosa |
| 03 | estrada de marvila | 36 | rua da bela vista ao grilo
travessa da ilha do grilo |
| 04 | azinhaga das veigas | 37 | azinhaga da flamenga |
| 05 | azinhaga do ferrão | 38 | calçada do poço de mouros |
| 06 | rua de josé do patrocínio | 39 | azinhaga do areeiro |
| 07 | azinhaga da maruja | 40 | calçadinha de santo antónio |
| 08 | azinhaga da fonte do louro | 41 | azinhaga do carrascal |
| 09 | azinhaga do pombeiro | 42 | calçada dos vinagreiros |
| 10 | azinhaga do poço de cortes | 43 | azinhaga do broma |
| 11 | azinhaga das teresinhas | | |
| 12 | calçada do perdigão | | |
| 13 | calçada do armador | A | mosteiro de chelas |
| 14 | azinhaga dos alfinetes | B | convento de são francisco de xabregas |
| 15 | azinhaga da bela vista | C | sítio da casa de d. afonso V |
| 16 | estrada de sacavém | D | convento de são bento (beato) |
| 17 | azinhaga da cera | E | convento de santos-o-novo |
| 18 | caminho do poço de cortes | F | convento da madre-de-deus |
| 19 | azinhaga da cruz | G | paço de xabregas |
| 20 | azinhaga do alentejão | H | quinta de d. gastão |
| 21 | azinhaga de mont'alvão | I | convento de nossa senhora do
monte olivete (grilo) |
| 22 | estrada do patacão | J | convento de santo agostinho |
| 23 | rua do vale formoso de cima | K | convento de nossa senhora de marvila |
| 24 | azinhaga do troca | L | quinta do bettencour |
| 25 | azinhaga de vale fundão | M | palácio da mitra |
| 26 | calçada do duque de lafões | N | quinta do marquês de marialva |
| 27 | azinhaga da bruxa | O | quinta do marquês de abrantas |
| 28 | azinhaga das salgadas | P | quinta das fontes |
| 29 | azinhaga do planeta | Q | quinta do perdigão |
| 30 | azinhaga dos toucinheiros | R | quinta do pombeiro |
| 31 | rua do sol a chelas | S | quinta da bela vista |
| 32 | calçada da picheleira | T | quinta de santo antónio de baixo |
| 33 | rua de cima de chelas | | |

Cxvii carta conjectural da ocupação do vale de chelas no século XVII



A par do movimento intelectual promovido pela política externa de D. João V, os proventos do Brasil ganhavam cada vez mais expressão em detrimento das relações comerciais com o Oriente, progressivamente degradadas apesar de existir um Vice-Rei na Índia. O esforço do soberano na proteção da rota sul americana permitiu-lhe o controlo do comércio do açúcar, nomeadamente para a Europa (mas também para paragens mais longínquas), e arrecadar os lucros da tributação sobre a exploração de ouro e diamantes. Com isto, era necessária cada vez mais mão de obra escrava, canalizada de África para o Brasil, o que compunha uma rota de tráfico com os seus proveitos. Todavia, a densidade de população portuguesa emigrante também se sentia, com destino ao continente sul americano³²².

Foi nesse contexto de forte movimento cultural, e de ostentação da riqueza, que a Quinta de Recreio europeia se ia libertando da geometria do século XVII.

À semelhança da pintura de Turner ou Constable, o interesse por uma paisagem mais natural ia crescendo, principalmente em Inglaterra (com quem Portugal havia concertado as trocas comerciais em 1703 pelo Trado de Methuen, a respeito da produção vinícola e têxtil), e as árvores perdiam a sua aparência geométrica para se tornarem mais espontâneas:

a “modelação do próprio terreno, como aliás de todos os elementos da paisagem natural passam a ser melhor apreciados [...] nas grandes composições paisagísticas da França, da Inglaterra, e até da Itália, verificamos que elas são verdadeiras extensões dos respectivos palácios e nelas tudo é, por assim dizer, jardim, na medida em que tudo é palco de festas palacianas”³²³.

Em Portugal a importação desses conceitos teve as suas dificuldades, nomeadamente pelas condições orográficas da paisagem do país. Além das planícies do Alentejo e da lezíria do Tejo, o que predomina é o declive. Segundo Ilídio Araújo, as composições que se conseguem aproximar das restantes execuções europeias “são as de

Queluz (que, no entanto, tem a sua horta e o seu pomar) e a quinta das Laranjeiras dos Condes de Farrobo (já nos princípios do século XIX)”³²⁴.

A Quinta de Recreio portuguesa ia (na generalidade) manter o carácter agrícola e o princípio de vilegiatura ativos. Os campos mantinham-se construídos por socalcos onde se dispunham as plantações, e se articulavam aos caminhos de passeio dos proprietários, pontuados por muros de contenção, vedações, pombais e outras gaiolas, poços, tanques e fontes. Além do jardim e das casas de fresco sempre presentes no conjunto apareciam os labirintos de buxo. Os depósitos de água, que no renascimento haviam adquirido predominantemente formas perfeitas (circular e quadrada), e no século VII ou se restringiam ao seu estrito uso funcional ou se relacionavam com a casa, vedações ou socalcos; no século XVIII atingiam proporções de maior monumentalidade, cujo desenho se reconhecia pelas formas elíticas e contracurvadas. Contudo, e apesar dos proveitos do reino:

322 Idem, *ibidem*, pp.353-356.

323 ARAÚJO, Ilídio de – QUINTAS DE RECREIO (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII) in Separata da Revista Bracara Augusta, vol. XXVII, Fasc. 63 (75), pp. 8, 13.

324 Idem.

“não havendo recurso para reservatórios tão espetaculares mas havendo sim uma intensão barroca, ou se coloca o tanque no foco dos arranjos exteriores animando-o com azulejos e uma certa movimentação de contorno, ou se dispersa o equipamento pelo propriedade numa tentativa de criar vários centros de utilidade e interesse. Elabora-se, por vezes, uma espécie de urbanização agrícola na qual, em vez de se ligarem monumentos religiosos por meio de grandes vias, unem-se tanques e fontes por estreitos caminhos entre as culturas”³²⁵.

Nos meados do século assistia-se ao tombo de Lisboa, e parte da ostentação de D. João V (1706-1750) ficava nos escombros. Foi no reinado de D. José (1750-1777) e de D. Maria I (1777-1816) que a fidalguia portuguesa voltou a interessar-se pela construção das casas de campo, afinal, voltar à cidade era ainda um risco.

Nessas residências, que segundo Araújo raramente atingem dimensões monumentais, o pátio continuava a integrar a composição total do edifício, configurando um «L»; o que não excluía a possibilidade de ocorressem composições mais complexas. A capela e os dois pisos da habitação mantinham-se como herança do século anterior, ficando o piso térreo reservado aos espaços de manutenção da casa, e o piso superior destinado aos espaços nobres. Ainda assim, esta não era uma regra seguida pelos edifícios que se implantassem em situação de declive, ficando nesses casos o piso nobre com acesso direto ao jardim. A escala do edificado mantinha-se relativamente baixa, e nas fachadas destacava-se o ritmo horizontal das cornijas e janelas, encimadas por frontões triangulares ou sinuosos, pináculos e florões que reforçavam a verticalidade dos alçados. A entrada fazia-se ao centro da casa, devidamente identificada por uma janela decorada e brasonada³²⁶.

No sistema do vale de Chelas, contíguo à cerca do Convento de Santo Agostinho, entre o Grilo o e Beato, foi construído durante o setecentos o Palácio da Quinta dos Duques de Lafões com acesso pela Calçada que adquiriu o mesmo nome, cujo jardim, horta e pomar se estendiam até à Rua de Marvila, subindo o arranque da encosta como se pode averiguar pelo levantamento de Silva Pinto. Na frente ribeirinha, parece ter sido esta a única casa nobiliárquica levantada por esse tempo, surgindo em maior número no interior do vale³²⁷.

Começando a subir o talvegue pela Estrada de Chelas, após o entroncamento com o Calçadinha de Santo António de Baixo, edificou-se no flanco esquerdo desse caminho a casa da Quinta do Lavrado (existente), com a propriedade até à referida calçada. Mais adiante, desta vez em face oposta, edificou-se a casa da Quinta de Santa Catarina (existente) encostada à atual Calçada de Santa Catarina a Chelas, com domínio sobre a encosta dos Ourives voltada a poente. contemporânea das anteriores, a casa da Quinta de Conceição (existente) implanta-se no arranque da Calçada do Teixeira com acesso à Estrada de Chelas, propriedade essa que dividia a encosta da Quinta do Grilo. Passado o Convento de Chelas em quatrocentos metros encontra-se a casa da Quinta de São Pedro dos Peixes (parcialmente existente), no começo da Azinhaga do Poço de Cortes, onde a sua posição abriu o Largo do Broma.

Partindo do alargamento da antiga estrada romana, sempre encostado ao muro da cerca do convento, sobe-se ao Alto da Bela Vista como ao Alto das Conchas. Para a Bela Vista utiliza-se a Azinhaga do Armador (existente).

325 CALDAS, João Vieira – A CASA RURAL DOS ARREDORES DE LISBOA NO SÉCULO XVIII, pp. 68, 69.

326 STOOP, Anne de, op. Cit., pp. 15, 16.

327 CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., 80-84, 111-118.

No remate do festo construiu-se a casa da Quinta do Armador-mor de D. Maria I (existente) usufruindo da vista para o estuário, e mais adiante, depois da Quinta da Bela Vista, no começo da cumeada, a Quinta das Teresinhas (hoje Colégio Valsassina) com domínio sobre a encosta que fecha o talvegue, e abrindo à sua frente a azinhaga com o mesmo nome (existente) que a ligava à antiga Estrada de Sacavém (passa hoje a Avenida Almirante Gago Coutinho).

Subindo à Concha pela Azinhaga do Broma (existente) e Calçada do Perdigão, na crista onde presumivelmente se cruzam os quatro caminhos romanos, constroem-se neste século duas casas fidalgas: a da Quinta das Conchas (encostada à do Perdigão), e da Quinta das Salgadas (a rematar as «Terras dos Magos»). Deixando o Alto das Conchas, percorriam-se cento e vinte metros pela Azinhaga do Ferrão até à entrada da alameda que ia à casa da Quinta dos Alfinetes (existente). Mais a sul, em Terras dos Magos construiu-se a Quinta das Veigas (existente), e em terras das Mesquitas a casa da Quinta Da Lebre (ou do Alfundão – existente) encostada à Azinhaga do Troca.

Isolada no extremo norte do vale aparece a casa da Quinta da Fidalga encostada à antiga Azinhaga do Poço de Cortes, bastante próxima do festo dos Olivais³²⁸.

De todas as casas de recreio setecentistas particularizam-se pela sua forma a da Quinta do Armador – pequena habitação com escadaria frontal construída no centro do conjunto em «U», talvez os outros edifícios fossem as dependências necessárias ao funcionamento agrícola da quinta –, e a casa da Quinta de Conceição com o seu único edifício longitudinal virado para a Estrada de Chelas. Nas restantes casas a organização em «L» predomina. É ainda de notar que à data do seu levantamento (1904/11) a Quinta das Teresinhas, do Lavrado, e das Conchas não possuem o jardim, e nas restantes o depósito de água (mais ou menos desenhado) está sempre presente.

O que envolve a ocupação do sistema do vale de Chelas ao longo do século XVIII [Cxiii] está relacionado, sobretudo, ao entorno dos acessos notáveis do vale (cumeadas e talvegue) eventualmente consolidados durante a sua romanização, e quando as casas de recreio assentaram nas encostas (Santa Catarina, Alfinetes, Veigas e Alfundão) escolheram sempre as cotas mais estáveis, excetuando-se a de Santa Catarina que para criar embasamento teve de contruir dois muros de contenção. Tal acontecimento pode dever-se ao facto dos seus proprietários só por essa altura terem aderido à prática da vilegiatura, ou de terem fracionado as suas antigas propriedades, favorecendo o aparecimento de novos senhorios que edificaram esses esses terrenos com novas casas de prazer. Veja-se que tanto a Calçada do Teixeira como o troço da Azinhaga das Teresinhas remetem para a segunda hipótese. No primeiro caso porque divide a propriedade a jusante da Azinhaga do Carrascal, proporcionando a ligação entre a Estrada de Chelas e a Calçada da Picheleira, e no segundo porque une a antiga Estrada de Sacavém ao festo da Bela Vista. Porém, o que compreendemos da estrutura de acessos do conjunto rural de Chelas entre os séculos XVI, XVII e XVIII, aponta para uma clara continuidade na forma de ocupação desde a romanização. Isto é, apesar de os edifícios respeitarem naturalmente a evolução histórica da arquitetura rural, a forma como se implantam no território, e os objetivos para os quais eram construídos não alterou, persistindo a prática agrícola associada a uma ideia de habitação campestre.

O que altera, em todo o caso, é o contexto da sua existência. Se a influência de Lisboa sobre Chelas começou por definir caminhos a partir da estrutura fundamental de Olisipo, o mesmo não se mostrou sustentável devido ao progressivo afastamento da cultura clássica antiga, e do consequente abandono do método axial romano; o que se refletiu

328 Idem.



- | | | | |
|----|----------------------------------|----|--|
| 01 | estrada de chelas | 40 | calçadinha de santo antónio |
| 02 | estrada de circunvalação de 1852 | 41 | azinhaga do carrascal |
| 03 | estrada de marvila | 42 | calçada dos vinagreiros |
| 04 | azinhaga das veigas | 43 | azinhaga do broma |
| 05 | azinhaga do ferrão | | |
| 06 | rua de josé do patrocínio | A | mosteiro de chelas |
| 07 | azinhaga da maruja | B | convento de são francisco de xabregas |
| 08 | azinhaga da fonte do louro | C | sítio da casa de d. afonso V |
| 09 | azinhaga do pombeiro | D | convento de são bento (beato) |
| 10 | azinhaga do poço de cortes | E | convento de santos-o-novo |
| 11 | azinhaga das teresinhas | F | convento da madre-de-deus |
| 12 | calçada do perdigão | G | paço de xabregas |
| 13 | calçada do armador | H | quinta de d. gastão |
| 14 | azinhaga dos alfinetes | I | convento de nossa senhora do monte olivete (grilo) |
| 15 | azinhaga da bela vista | J | convento de santo agostinho |
| 16 | estrada de sacavém | K | convento de nossa senhora de marvila |
| 17 | azinhaga da cera | L | quinta do bettencour |
| 18 | caminho do poço de cortes | M | palácio da mitra |
| 19 | azinhaga da cruz | N | quinta do marquês de marialva |
| 20 | azinhaga do alentejão | O | quinta do marquês de abranes |
| 21 | azinhaga de mont'alvão | P | quinta das fontes |
| 22 | estrada do patacão | Q | quinta do perdigão |
| 23 | rua do vale formoso de cima | R | quinta do pombeiro |
| 24 | azinhaga do troca | S | quinta da bela vista |
| 25 | azinhaga de vale fundão | T | quinta de santo antónio de baixo |
| 26 | calçada do duque de lafões | U | quinta do duque de lafões |
| 27 | azinhaga da bruxa | V | quinta das veigas |
| 28 | azinhaga das salgadas | W | quinta dos alfinetes |
| 29 | azinhaga do planeta | X | quinta da lebre |
| 30 | azinhaga dos toucinheiros | Y | quinta da fidalga |
| 31 | rua do sol a chelas | Z | quinta das teresinhas |
| 32 | calçada da picheleira | a | quinta do armador |
| 33 | rua de cima de chelas | b | quinta de são pedro |
| 34 | azinhaga de vale fundão | c | quinta das conchas |
| 35 | travessa da amorosa | d | quinta das salgadas |
| 36 | rua da bela vista ao grilo | e | quinta de conceição |
| 37 | azinhaga da flamenga | f | quinta de santa catarina |
| 38 | calçada do poço de mouros | g | quinta do lavrado |
| 39 | azinhaga do areeiro | | |

Cxviii carta conjectural da ocupação do vale de chelas no século XVIII



gradualmente no fracionamento das propriedades até à presença medieval portuguesa. Por outro lado, a pendularidade que se sente na escolha do lugar para a edificação é também ela sintomática de cada momento histórico. As razões de segurança que levaram os romanos a escolher as cumeadas para construir as suas *villae* (por melhor defensabilidade), repete-se quando olhamos para a posição das casas de recreio do século XVIII (desta vez possivelmente relacionadas com o medo de outra catástrofe); ou a presença islâmica (pela ocupação das terras cristãs) com as doações da primeira monarquia às ordens religiosas; e os momentos de pacificação do reino com a construção das zonas baixas da paisagem.

Terá o século XIX mantido tais vivências?

A INDUSTRIALIZAÇÃO NO VALE DE CHELAS

O avanço das tropas de Napoleão sobre a Península, a fuga da corte para o Brasil, e o alvorecer da Revolução Liberal, retiravam à fidalguia a possibilidade de continuarem a dedicar-se à vilegiatura, e às ordens religiosas os hábitos conventuais.

A implementação do caminho de ferro e o início da industrialização do país traziam principalmente à franja ribeirinha do sistema do vale de Chelas o começo de uma longa alteração na forma de ocupação desse espaço. A necessidade de mão obra para se qualificar na indústria, e as carências da população do interior do território português, promoviam o êxodo rural e o agravamento das condições de habitabilidade em Lisboa.

Dentro das antigas propriedades do clero e nobreza, o que era reservado à agricultura dava lugar à construção de unidades fabris, e de casas modestas para o operariado que se encostavam à passagem da ferrovia litoral. Por sua vez, o interior do vale transitava para um estado de latência que conservava todo conjunto cadastral e edificado levando-o para um constante declínio. A construção de novas casas de prazer mostra-se pontual, e os seus proprietários pertenciam agora à classe burguesa da metrópole. Na historiografia somente as casas das quintas das Amendoeiras, do Desterro, do Troca, do Preste, e das Cadetas, surgem mencionadas, sem que nenhuma delas levante problemas quando a alguma eventual abertura de caminhos.

A vinte e nove de novembro de 1807 uma «cidade flutuante», com descreve Rui Ramos, zarpava de Lisboa, levando a bordo a família real e os mais altos dignatários do reino, rumo ao hemisfério sul. O impasse do então príncipe regente D. João (1792-1816), entre a aliança com Inglaterra, e com isso manter a imensidão do território sul americano, ou a cedência às pressões de França (que já ocupavam a Espanha) e perder o território ibérico, havia sido resolvido. Enquanto no Brasil se formavam Cortes, em Portugal sucedia um prospero período de conflitos, começados por ingleses e franceses, o que levou à expulsão dos segundos em novembro de 1811 (depois de se confrontarem nas «Linhas de Torres»), culminando numa guerra civil só resolvida depois de 1850³²⁹.

Enquanto isso, o cosmopolitismo começava a tornar-se numa forma de estar no mundo e os passeios pela cidade uma prática habitual – à Praça dos Restauradores chama Duarte Fava, em 1807, de «Largo do Passeio Publico», já com o grande jardim até à Praça da Alegria. A industrialização, contemporânea de Costa Cabral e da extinção das Ordens Religiosas (1834), começava a querer instalar-se; são disso exemplo a fundação da «Companhia de Fiação e

329 Quando D. João VI (1816-1826) desembarcava em Lisboa, a quatro de julho de 1821, já a revolução constitucional havia começado, há um ano, tendo presente o que acontecera em França em 1789. A Cortes liberais, desenhadas nos meandros maçónicos, reuniam-se formalmente na biblioteca do Convento das Necessidades (26 de janeiro de 1821) com os cem deputados eleitos pelas assembleias de província. Do plenário constituinte de nove de março saiu, por votação, uma ideia de monarquia cujo “poder legislativo cabia à Câmara dos Deputados (as Cortes), o executivo ao rei, que designava os ministros, e o judicial aos tribunais, com juizes nomeados pelo executivo”; o rei perdera o poder de veto legislativo sobre o que era aprovado em câmara, a nobreza perdera assento nas Cortes (tendo-lhe sido negada a construção de uma segunda câmara), o princípio de liberdade de imprensa fora aprovado, a Inquisição dissolvida, e, apesar do Catolicismo se manter como religião do Estado, não era reconhecido “como a única religião verdadeira, obrigatória para todos os habitantes do reino” – a Constituição entrava em vigor a vinte e três de setembro de 1822. Figuravam agora nas decisões do país, do qual o Brasil se tinha divorciado (1822), professores universitários, médicos, magistrados, funcionários e militares. Ainda assim, no seio da família real, a sujeição do monarca à recente Constituição, não fora bem aceite, exaltando-se o seu primogénito D. Miguel, protegido por D. Carlota Joaquina, sua mãe. A morte de D. João VI colocara o trono nas mãos de D. Pedro I do Brasil, que por sua vez, consciente das dificuldades da governação, colocou o infante D. Miguel na regência do reino, após matrimónio com D. Isabel Maria, sobrinha do infante. A ascensão do infante ao Poder ia agudizar os confrontos e faccionar as posições dos liberais contra os miguelistas (defensores do absolutismo), que terminariam com a deposição e exílio do monarca em 1834. Entre os golpes de estado e as duas guerras a civis que se seguiram (1837 e 1846-1847), foi possível então redesenhar uma nova Constituição (1838), combinando a de 1822 com a Carta Constitucional de 1826, pretendendo afirmar “a soberania nacional” e suprimir “a Câmara dos Pares [câmara da alta nobreza], mas instituía um Senado e deixava a rainha dissolver as Cortes e vetar leis”. Porém, a estabilidade só vingaria depois da «Regeneração» de 1851, conduzida por Saldanha (e permitida por D. Fernando II, rei consorte) contra os conservadores cabralistas. RAMOS, Rui – III Parte: Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI) in História de Portugal, 2010, pp. 439-518.

Tecidos Lisbonense», do «Banco de Portugal», da «Companhia de Lezírias do Tejo e do Sado», e o aumento significativo do volume de importações³³⁰, afinal, os lucros do Brasil haviam sido suspensos. Mas, tudo isso só vinha a adquirir verdadeira expressão, pelo menos em Lisboa, após a construção do caminho de ferro, à qual o sistema do vale de Chelas não ficou indiferente.

O primeiro confronto da grande infraestrutura ferroviária – a fim de revolucionar o desenvolvimento económico regional, e mais tarde nacional e internacional – com o vale de Chelas, dava-se na frente do Convento da Madre-de-Deus. A necessidade de fazer passar a linha do Norte pela frente ribeirinha, que se mostrava um tanto ou quanto acidentada, a partir de Santa Apolónia, levava à construção de um primeiro aterro que ia provocar o afastamento do edifício, e consequentemente a perda da relação, com a praia de Xabregas. Pelo engenheiro Valentine, em 1854, um ano depois da fundação da Refinação de Açúcar, perto do Convento de Marvila, construía-se a ponte ferroviária que passa entre o antigo Paço real³³¹ e o extinto Convento de São Francisco, edifício esse, que já havia recebido a «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» (1838-42), depois cedido à «Companhia dos Tabacos» (1845-49)³³². As obras prosseguiram até ao Carregado, a cortar as propriedades ribeirinhas do oriente de Lisboa, onde D. Pedro V, a 28 de outubro de 1856, inaugurava o primeiro troço do caminho de ferro português³³³. Contemporâneas à construção da ponte de Xabregas, são a fundação da Fábrica de Fiação, encostada a cota mais baixa do Beco dos Toucinheiros, em plena embocadura do vale; e a fundação da Destilaria de Aguardente J.M. Macieira.

As décadas seguintes, até à transição para a centúria dos novecentos, ficavam marcadas pelo aparecimento, constante, de edifícios fabris, onde constam, por exemplo, nos anos setenta a abertura da «Fábrica de Sabão Viúva Macieira e Filhos» (1874), e o funcionamento de fábricas de lanifícios, lavagem de lãs e tecidos de algodão J.L. Melderey, em Chelas (1874); nos anos oitenta já estavam em funcionamento a Fábrica de Sabões Dias Falagueiros e a Fábrica de Borracha (1880), quer na Rua do Açúcar com em Poço do Bispo, respetivamente, como até, a fundação da Fábrica de Vidros (1888), também em Braço de Prata; e nos anos noventa, a construção da linha de cintura do caminho de ferro com ligação a Alcântara – é construído o apeadeiro de Chelas em 1890 provocando o seccionamento do talvegue, por aterro, em duas frentes, junto à casa da Quinta do Lavrado, deixando-a numa estranha situação tangencial mal resolvida, e perto do Convento de Chelas, a isolar o conjunto para norte e a quebrar a perspetiva sobre o topo do grande braço – vai permitir a interiorização das estruturas de produção: no Convento de Chelas, depois de ser entregue ao Ministérios da Marinha e Ultramar (1880), é instalada a Fábrica de Pólvora sem Fumo entre 1898 e 1903, e na casa da Quinta dos Alfinetes é colocada a Fábrica Estrela, cujo proprietário era o 3º visconde de Moraes. Nos últimos anos do século XIX, em

330 Idem, *ibidem*, p. 506.

331 O edifício terá ido parar à posse dos marqueses de Unhão, tendo-o D. Rodrigo reconstruído após o terramoto, e onde viveu D. João Xavier, 5º marquês de Unhão, casado com a 4ª marquesa de Nisa, a partir do qual o palácio ficou conhecido como dos «Marqueses de Nisa». MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira, op. Cit., pp. 17-19.

332 Do processo de reocupação dos Conventos ribeirinhos do sistema do Vale de Chelas, após a nacionalização dos seus bens (1834), o único que manteve uma função semelhante à que já existia foi o Convento dos Grilos, onde, em 1829, se instalou o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo. No Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila, dois anos após a morte da última religiosa (1872), foi colocado o asilo para as meninas abandonadas; no Convento do Beato foi, em 1834, colocado o Hospital Real Militar, e em 1836, pelo industrial João de Brito, era instalada uma moagem a vapor; o Convento de Santo Agostinho, das freiras grilas descalças, chegou mesmo a ser demolido para a instalação da Manutenção Militar entre 1889/96.

MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira, op. Cit., pp. 73-75, 137.

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., pp. 69, 106.

333 SILVA, Paulo - A abertura do primeiro troço ferroviário entre Lisboa e Vala do Carregado (1856): Antecedentes e inauguração in Cira Boletim Cultural nº 11: Do Património à História, p. 136.

todas as indústrias da paisagem de Chelas, operam entre oitocentos a mil trabalhadores³³⁴.

O rápido crescimento industrial da segunda metade do século ia desencadear o primeiro problema de habitação em torno do vale. Começavam a ser construídos bairros, «vilas operárias» e «pátios», em Xabregas, logo nos anos sessenta – Vila Flamiano, na embocadura do vale, e Vila Dias na encosta a dar para o Beco dos Toucinheiros –, e em Marvila a partir do final dos setenta – Bairro Domingos Henriques Júnior (1879/86) e Vila Pereira Henriques (1887) –; “uma estatística de 1911, refere um total de 106 casa no bairro operário da Companhia da Fábrica de Algodões”³³⁵. Por outro lado, foi em grande parte devido à industrialização da cidade que a nova aristocracia burguesa conseguiu-se manter-se na sociedade. Se alta nobreza e a fidalguia começavam a ter sérios problemas em manter o seu estatuto e os seus domínios – uma das consequências da Constituição 1838 foi a extinção do morgadio (1863) –, a aristocracia, por sua vez, consolidava-se, em parte, graças ao que antes eras dos primeiros³³⁶; não será por acaso que a industrialização entre Xabregas e Marvila ocupou constantemente antigas propriedades de Quinta de Recreio.

Esses novos proprietários, porém, não se privaram de reproduzir certos hábitos fidalgos. A Quinta de Recreio do século XIX encontrava no romantismo – que na arquitetura tentou criar uma síntese da sua história – a melhor forma de se findar, cujo expoente foi atingido nas matas da Serra de Sintra, e em Chelas como pequenas casas de campo.

Escreveu Garrett ao começar as «Viagens na sua terra»:

“Assim vamos de todo o nosso vagar contemplando este majestoso e pittoresco amphitheatro de Lisboa oriental, que é, vista de fóra, a mais bella e grandiosa parte da cidade, a mais characteristic, e onde, aqui e alli, algumas raras feições se percebem, ou mais exactamente se adivinham, da nossa velha e boa Lisboa das chronicas [...] Assim o povo, que tem sempre melhor gôsto e mais puro do que essa escuma descórada que anda ao decima das populações, e que se chama a si mesma por excellencia a Sociedade, os seus passeios favoritos são a Madre-de-Deus e o Beato e Xabregas e Marvilla e as hortas de Chelas. A um lado a immensa majestade do Tejo em sua maior extensão e podêr, que alli mais parece um pequeno mar mediterraneo; do outro a frescura das hortas e a sombra das árvores, palacios, mosteiros, sitios consagrados todos a recordações grandes ou queridas”.³³⁷

Até onde conseguimos chegar³³⁸, as Quintas de Recreio deste século XIX ocuparam predominantemente o setor ocidental do festo de Poço de Cortes, das quais, só as casas das quintas do Desterro e das Pintoras ainda subsiste.

O edifício da Quinta do Desterro mostra-se relativamente simples. Desenhado num único volume longitudinal

334 CONSIGLIERI, Carlos, ABEL, Marília, op. Cit., pp. 84, 85, 102, 103.

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., pp. 84, 85, 75, 105-107.

335 Idem, *ibidem*, pp. 75, 106, 107.

336 “Num debate parlamentar, a 18 de Outubro de 1844, Passos Manuel explicou que «abolindo os dízimos, forais e comendas», D. Pedro «reduzira» a aristocracia: «Muitos fidalgos antigos, em relação à sua fortuna, não podem pertencer à aristocracia, mas à classe média»”. RAMOS, Rui, op. Cit., p. 495.

337 GARRETT, J.B. de Almeida – Viagens na Minha Terra I, pp. 4-5.

338 Segundo os autores ao longo do século XIX surgiram propriedades como a Quinta do Cosme, do Quintim, do Casal Ribeiro, do Lopes, do Magalhães, da Valada e da Viúva Pimentel; todos eles com os nomes dos seus proprietários. No que diz respeito ao nosso trabalho, quer pelo «Levantamento Topográfico de Lisboa» de 1904-11 como pela «Planta topográfica de Lisboa» de 1950, não nos foi possível localizar as quintas citadas, tendo sim decorrido com sucesso a identificação de seis propriedades que passaremos a apresentar. CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, op. Cit., pp. 80-84, 110-117.

com frente voltada para a extinta Quinta do Vale, além dos gasómetros da Matinha levantados em 1940, apoia-se numa cumeada de pouca profundidade, querendo coroar a colina de embasamento. Em cada todo do edifício destacam-se dois pequenos volumes ameados, à semelhança do corpo principal, que lhe conferem uma aparência fortifica, contribuído para isso as janelas ogivadas do primeiro piso e as pequenas aberturas do piso térreo. Na frente poente, onde descarrega uma cobertura tradicional de uma água, apenas de metade da profundidade da casa, o alçado mostra-se um pouco mais disponível ao exterior, na medida em que, as janelas, de proporções semelhantes, repetem-se em ambos os pisos. O acesso à habitação fazia-se por um caminho de eixo para com a frente poente, ligando-a à Rua do Vale Formoso de Cima.

Quase em alinhamento com a casa da Quinta do Desterro, também com acesso pela mesma rua, estava a casa da Quinta das Amendoeiras, que pelo o que mostra o levantamento de Silva Pinto (1904/11), tinha um desenho, em planta, mais complexo. A entrada em qualquer edifício da quinta fazia-se por um pátio quadrangular com duas pequenas árvores afastadas do centro. Para esse espaço comum voltava-se, também, um depósito de água alimentado por um poço ligeiramente afastado. Dada a situação de declive em que se encontrava, parece que o pátio de entrada não era totalmente plano, mostrando-se empenado na sua diagonal nordeste-sudoeste.

A completar uma espécie de triangulação coma as quintas anteriores estava a casa da Quinta do Troca, em que um dos seus alçados, voltado a norte, estava de face com a azinhaga homónima, contudo, a entrada fazia-se pela mesma Rua do Vale Formoso de Cima. A ladear o portão de entrada encontravam-se duas pequenas construções, a partir de onde se estendia um caminho ladeado por árvores até ao pátio retangular da casa do proprietário. Ao contrário das residências vizinhas, esta tinha um pequeno jardim, centrado por um depósito de água circular, com entrada pelo mesmo pátio que dava acesso às restantes dependências da casa; talvez de casa também se acesse diretamente a esse jardim...

A casa da Quinta do Prestes parece também ter feito parte dos edifícios de prazer que se contruíram por esta centúria. Mais a sul, dependente da Azinhaga do Ferrão, o desenho da planta geral do edifício parece querer assemelhar-se ao da Quinta do Desterro, ainda assim abre um pequeno pátio retangular cuja entrada é feita de lado e não ao eixo do caminho de chegada, também este ladeado por árvores.

A uma cota mais baixa da mesma encosta, servindo-se da Azinhaga das Cadetas, ou Rua José do Patrocínio, a pequena casa da quinta que dava o nome à azinhaga, não aparenta, segundo o desenho de Silva Pinto, ter estado ao nível das restantes. Desenvolvia-se numa pequena área regular logo à entrada libertando toda a propriedade para, aquilo que mostram ser, campos agrícolas. Uma posição contrária parecem terem tomado os proprietários da Quinta das Pintoras. A casa, bastante mais generosa, encostada à Estrada de Marvila reserva ao restante espaço da propriedade um grande jardim; desenhado por caminhos sinuosos e pontuado por depósitos de água de configurações diferentes. Apesar de existir um pequeno horto, este faz-se depender diretamente da residência, deixando entender que seria apenas para subsistência da habitação³³⁹.

339 Muitas outras quintas sistematizaram a ocupação do sistema do vale Chelas e para as quais não temos notícias que as possam enquadrar num determinado momento histórico, são elas, por exemplo, a Quinta das Casa Novas, de São João, da Curraleira, do Sol, Quinta Nova, do Carrascal, dos Embrexados, do vilhaça, das Claras, das Olaias, do Monte Coxo, do Bacalhau, do Batista, da Montanha, dos Ferreiros, do Cascão, da Graça, do Belmonte, das Areias, da Raposa de Baixo, da Flamenga, dos Mousinhos, do Malapo e Malapinho, do Valpoim, a Quinta Nova da Bela Vista, da Farinheia, do Condado, das Conxinhas, do Planeta, do Ourives, de Santo António, de D. José de Bragança, do Poço de Cortes, do Desembargador, do Alentejão, da Cera, dos Cravos, do Mont'Alvão, do Ferrão, dos Padres...entre outras que constam como propriedades sem casa.

O facto de todo o sistema do vale de Chelas se ter desintegrado da administração direta de Lisboa em 1397 (momento em que é anexado à freguesia dos Olivais), e só a ela retomar em 1886³⁴⁰, não significou que tenha sido desde logo pensado como espaço urbano. Da profusão industrial na franja ribeirinha, primeiro com a construção de grandes estruturas fabris e depois da habitação necessária, para além dos aterros que desfiguraram o desenvolvimento do talvegue, a ausência de uma organização da cidade³⁴¹ para lá de Santa Apolónia já se sentia. Carência essa que se reflete nos diversos levantamentos topográficos da cidade.

O que resultou do levantamento de Duarte Fava (1807) chegava apenas ao Convento dos Barbadinhos, antes de chegar ao vale Escuro, repetindo-se nos desenhos do Duque Wellington (1812) e das Plantas da Cidade de Lisboa de 1844 e 1855, quando em 1852 a Estrada de Circunvalação já passava pelo Alto de São João. Antes de Filipe Folque cartografar a cidade (1856/58) além vale Escuro pela frente de rio até ao Convento do Beato, onde de Chelas só a embocadura do vale aparece, em 1835 os serviços militares portugueses (sobre direção do Coronel Engenheiro J.D. da Serra e do 1º Tenente M.J. Pires) levantavam a Linha de Defesa da Cidade de Lisboa em todo o seu entorno, da Ajuda aos Olivais, sem mostrar o centro urbano. Trata-se esta da primeira representação topográfica que se conhece do vale de Chelas, cuja representação confirma todos os acessos delineados na Carta Conjetural da Ocupação do vale de Chelas no século XIX [Cxix]³⁴². Por aqui se poderá presumir, estando as conjeturas anteriores certas, ou bastante próximo da verdade, que a burguesia lisboeta apenas ocupou as antigas propriedades sem afetar a estrutura de acessos pré-existe. Por outro lado, o facto de essas casas se aproximarem novamente do leito do Tejo permite-nos imaginar que no restante espaço do sistema do vale de Chelas mantiveram-se as antigas casas senhoriais em constante declínio, uma vez que a antiga fidalguia parece ter perdido privilégios, e mesmo que ainda continuasse a habitar esses edifícios, os recursos para manter a ostentação de outrora poderiam não estar disponíveis. O que nos consente ainda, olhar para o Levantamento Topográfico de Lisboa de 1904/11 (dirigido por Silva Pinto) com a expectativa de que possa ser, grosso modo, a representação mais próxima da ocupação do vale de Chelas em pleno século XVIII. Isto é, se desconsiderarmos as estruturas industriais, a passagem da ferrovia, e as poucas casas do oitocentos, em boa medida o que resulta é a eventual ocupação desta paisagem durante o setecentos. Terá o Plano de Urbanização de Chelas considerado as antiguidades destes caminhos?

340 CONSIGLIERI, Carlos, ABEL, Marília, op. Cit., p. 13.

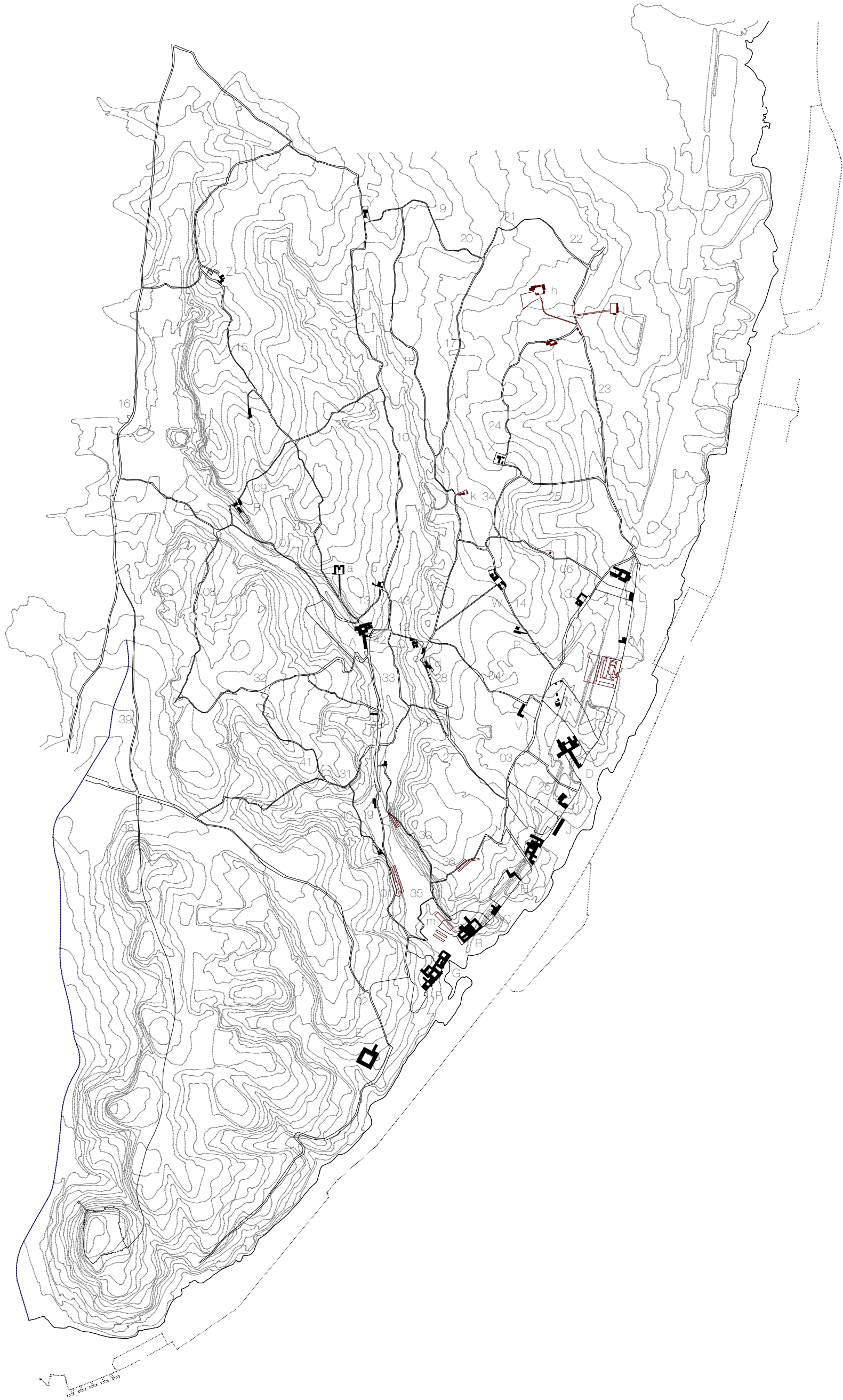
341 “Em meados do século (1852) assiste-se ao alargamento do território da cidade, que passa para 12.24 km², ficando delimitada pela Estrada de Circunvalação. Mas a cidade mantinha-se agarrada ao rio, pois o comprimento máximo do sentido E-W era de 5.6 km, contra 3.3 km no sentido norte-sul.

Os limites fiscais da capital foram diversas vezes modificados entre 1852 e 1903, data em que ficou estabelecido o perímetro do concelho de Lisboa tal como hoje existe (área de 83.8 km²). Estes limites foram traçados tendo em vista o aumento da tributação fiscal, numa série de tentativas para minorar o endividamento municipal, pouco significando em termos de área efectivamente construída, processo que A. Vieira designa por «expansão urbana sem urbanização».

No último quartel do século XIX a abertura da Avenida da Liberdade e a urbanização dos terrenos adjacentes alterou a forma tradicional da cidade que desde então começou a crescer para norte em direcção ao planalto”.

SALGUEIRO, Teresa Barata – A Cidade em Portugal: uma geografia urbana, pp. 82, 83.

342 in Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo, pp. 86, 87.



- | | | | |
|----|---|---|--|
| 01 | estrada de chelas | A | mosteiro de chelas |
| 02 | estrada de circunvalação de 1852 | B | convento de são francisco de xabregas |
| 03 | estrada de marvila | C | sítio da casa de d. afonso V |
| 04 | azinhaga das veigas | D | convento de são bento (beato) |
| 05 | azinhaga do ferrão | E | convento de santos-o-novo |
| 06 | rua de josé do patrocínio | F | convento da madre-de-deus |
| 07 | azinhaga da maruja | G | paço de xabregas |
| 08 | azinhaga da fonte do louro | H | quinta de d. gastão |
| 09 | azinhaga do pombeiro | I | convento de nossa senhora do monte olivete (grilo) |
| 10 | azinhaga do poço de cortes | J | convento de santo agostinho |
| 11 | azinhaga das teresinhas | K | convento de nossa senhora de marvila |
| 12 | calçada do perdigão | L | quinta do bettencour |
| 13 | calçada do armador | M | palácio da mitra |
| 14 | azinhaga dos alfinetes | N | quinta do marquês de marialva |
| 15 | azinhaga da bela vista | O | quinta do marquês de abranes |
| 16 | estrada de sacavém | P | quinta das fontes |
| 17 | azinhaga da cera | Q | quinta do perdigão |
| 18 | caminho do poço de cortes | R | quinta do pombeiro |
| 19 | azinhaga da cruz | S | quinta da bela vista |
| 20 | azinhaga do alentejão | T | quinta de santo antónio de baixo |
| 21 | azinhaga de mont'alvão | U | quinta do duque de lafões |
| 22 | estrada do patacão | V | quinta das veigas |
| 23 | rua do vale formoso de cima | W | quinta dos alfinetes |
| 24 | azinhaga do troca | X | quinta da lebre |
| 25 | azinhaga de vale fundão | Y | quinta da fidalga |
| 26 | calçada do duque de lafões | Z | quinta das teresinhas |
| 27 | azinhaga da bruxa | a | quinta do armador |
| 28 | azinhaga das salgadas | b | quinta de são pedro |
| 29 | azinhaga do planeta | c | quinta das conchas |
| 30 | azinhaga dos toucinheiros | d | quinta das salgadas |
| 31 | rua do sol a chelas | e | quinta de conceição |
| 32 | calçada da picheleira | f | quinta de santa catarina |
| 33 | rua de cima de chelas | g | quinta do lavrado |
| 34 | azinhaga de vale fundão | h | quinta das amendoeiras |
| 35 | travessa da amorosa | i | quinta do troca |
| 36 | rua da bela vista ao grilo
travessa da ilha do grilo | j | quinta do desterro |
| 37 | azinhaga da flamenga | k | quinta do preste |
| 38 | calçada do poço de mouros | l | quinta das cadetas |
| 39 | azinhaga do areeiro | m | vila flamiano |
| 40 | calçadinha de santo antónio | n | vila cristina |
| 41 | azinhaga do carrascal | | |
| 42 | calçada dos vinagreiros | | |
| 43 | azinhaga do broma | | |

Cxix carta conjectural da ocupação do vale de chelas no século XIX



O VALE DE CHELAS DEPOIS DE 1962

O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS

No comboio das 6 horas e 22 minutos dos Verdes Anos, Júlio, um rapaz da província chegava a Lisboa para morar com o seu tio Afonso num «bairro» onde as casas iam “abaixo com um coice de burro”. Junto ao tanque de uma nora olhava com estranheza os edifícios de muitos pisos que se aproximavam dos campos em redor da sua casa; edifícios onde se pagava mais o “dormir que o comer”, nas palavras de Afonso. Os mecanismos das portas, os elevadores, ou os painéis de azulejos que decoravam as entradas dos estranhos conjuntos habitacionais, causavam-lhe tanta curiosidade como desconfiança. Para Ilda era uma realidade a que já se tinha habituado.

A modernidade do século XX tinha chegado à cidade, e um passeio ao aeroporto tinha agora o mesmo encanto que o antigo Passeio Público de Lisboa. Porém, nos olivais do «bairro» de Júlio ainda se podia passear, bastava-lhe que Ilda atravessasse a estrada.

A espontaneidade que caracterizava o «bairro» de Júlio, e a formalidade do bairro de Ilda confrontavam-se da mesma forma de que em Chelas se olhava para Alvalade (começado em 1947). Até conhecer o bairro de Faria da Costa (1906-1971), Chelas, com o nome de Marvila, permanecia afastado da cidade.

A metáfora dos Verdes Anos era a realidade de Lisboa desde que conhecera Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações (maio de 1932). Em comunicado público, no mês de julho do mesmo ano, a Câmara Municipal de Lisboa, pela voz do engenheiro António Emídio Abrantes, dava a conhecer a intenção em “proceder a um plano estruturado de desenvolvimento da cidade”. O grupo de trabalho que então se organizara, desde 1933, dava início aos diversos planos de urbanização declarados como necessários, “para todas as localidades com aglomerados populacionais acima dos 2.500 habitantes”, pelo Decreto 24802 de vinte um de dezembro de 1934³⁴³. Quatro anos depois, no mês de janeiro, Duarte Pacheco assumia funções na presidência da Câmara Municipal, por recomendação do Governo, começando por enfrentar as enormes dificuldades na salubridade dos solos, para depois incentivar a construção arquitetónica da cidade. Consciente de que “«qualquer edificação urbana era, fundamentalmente, uma obra de arquitetura»”, segundo Sandra Vaz Costa, o engenheiro terá aberto concursos públicos com premiação visando ao “«estimulo e a compensação moral dos cultores da Arquitetura»”, cujos projetos de habitação deveriam ser concordantes com o programa camarário afim de encontrar a “tradição arquitetónica” de Lisboa³⁴⁴. Ainda assim, para a execução de tais projetos era necessária a existência de um plano municipal que regulasse as construções. Para tal tarefa, Duarte Pacheco, terá convidado o arquiteto Étienne De Gröer a desenhar o que viria a ser o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1948³⁴⁵. À data da proposta de Gröer já a Avenida Almirante Reis dava prosseguimento à Rua Palma, encontrando a Alameda D. Afonso Henrique pelo caminho, com o Instituto Superior Técnico a coroar o topo poente, perfeitamente concluído desde 1935; encontrando, mais à frente, a Praça Francisco Sá Carneiro, do Arieiro, que lançava a Avenida Almirante Gago Coutinho, sobre a Estrada de Sacavém, até ao aeroporto, deixando o Bairro de Alvalade, ainda em construção, à sua esquerda, e a nascente o sistema do Vale de Chelas; o qual já estava afastado dos Olivais pela Avenida Marechal Gomes da Costa. Era então a partir da Rotunda do Aeroporto, hoje do Relógio – encontro da Gago Coutinho com a Gomes da Costa –, que Gröer fazia passar a 2ª Circular em direção à Avenida General Correia Barreto (também

343 COSTA, Sandra Vaz – O PAÍS A RÉGUA E ESQUADRO: URBANISMO, ARQUITETURA E MEMÓRIA NA OBRA PÚBLICA DE DUARTE PACHECO, pp. 125, 126.

344 Idem, *ibidem*, p. 169.

345 Idem, *ibidem*, p. 170, 171.

proposta por si), no embasamento de Monsanto, como remate da Avenida de Ceuta do vale de Alcântara. Estava então previsto que a Avenida dos Combatentes devia cruzar a 2ª Circular em Telheiras, e a 3ª no Paço do Lumiar, seguindo depois para o Porto.

Por Chelas, previa Gröer a passagem de dois ramais viários de drenagem: o primeiro, saído da praça do Arieiro, descia o pequeno braço do talvegue, por onde hoje passa a Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes, até à Quinta do Lavrado, onde cruzava a Estrada de Chelas para abrir a Rua Gualdim Pais até Xabregas; o segundo tramo de escoamento fazia continuar a Avenida Estados Unidos da América (de onde arranca hoje a Avenida Marechal António de Spínola) pelo deverticulum ocidental do talvegue, sobrepondo-se à Azinhaga da Maruja, até encontrar a Estrada de Chelas no sítio do convento, de onde seguia, subindo a encosta, para a Calçada do Duque de Lafões, encontrando finalmente a Avenida Infante Dom Henrique no aterro do Grilo.

Em 1948 já se viam por Chelas o Bairro económico da Madre-de-Deus, com a sua conformação em «leque», a descer a encosta dos Ourives para se expor ao estuário, repetindo, de certa maneira, o desenho do já existente Bairro da Encarnação (Olivais); o Bairro do Alto do Pina, no lugar da Quinta dos Sete Castelos, já começado entre 1904-11, com acessos pelo miradouro nascente da Alameda e Praça Paiva Couceiro (no festo meeiro a Chelas e vale Escuro); as primeiras construções espontâneas do Bairro da Quinta da Curraleira, encostadas à Rua do Sol a Chelas; e as primeiras habitações organizadas do Bairro de Santa Engrácia (como é chamado no levantamento de 1950), em terrenos da antiga Quinta das Olaias, com a Calçada da Picheleira completamente construída, desde o seu encontro com a Fábrica de Pólvora sem Fumo (Convento de Chelas). No início dos anos 50, a frente industrial da cidade estava consolidada, de Xabregas à Doca dos Olivais, e o êxodo rural tinha feito chegar à cidade pessoas que não encontravam condições de habitabilidade condignas. O Bairro Chinês, instalado na Quinta do Chalé, terras da Mitra herdadas pelo Marquês de Abrantes, em 1950, estava já organizado pela mesma regra que construía a agricultura dos campos limítrofes; o mesmo não acontecia ao Bairro da Quinta do Marquês de Abrantes, que à semelhança do Bairro da Quinta da Curraleira, era levantado pela ausência de uma estrutura reconhecível, onde casa habitação ocupava a posição que lhe era mais conveniente, ou disponível, gerando recostes irregulares no que havia de «espaço público». A proximidade da indústria, no caso da paisagem de Chelas, e as carências económicas da população foram cruciais para o desenvolvimento da autoconstrução na cidade.

A necessidade de se desenvolver habitação salubre de custos controlados à grande escala reclamava uma reorganização dos serviços municipais. O contexto de emergência obrigava à revisão do plano de Gröer, e para tal, em fevereiro de 1954, iniciava funções na Câmara Municipal, o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) que ia elaborar o Plano Diretor da Cidade de Lisboa (PDCL) até 1959³⁴⁶ – apesar do engenheiro Guimarães Lobato manter grande parte do disposto por Gröer, as alterações realizadas incidiram, especialmente, na grande estrutura viária da cidade, com a previsão para a construção da primeira ponte sobre o Tejo, e na realização das autoestradas que a continuavam, quer para norte como para sul.

Todavia, o enquadramento base para a concretização dos novos conjuntos habitacionais vinha a ser dado pelo Decreto-Lei nº 42454 de 18 de agosto de 1959. Em Diário do Governo, a Presidência do Concelho decretava os meios

346 HEITOR, Teresa Valsassina – OLIVAIS E CHELAS: OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE GRANDE ESCALA *in* http://in3.dem.ist.utl.pt/ms-c_04history/aula_5_c.pdf, p. 2.

de financiamento, previa a entidades competentes para a fiscalização e distribuição das empreitadas, incluindo a possibilidade de a elas se associarem “cooperativas de construção e a industria de construção civil”, bem como os procedimentos para a expropriação dos terrenos, com o objetivo de “se criarem novas unidades urbanas integradas no planeamento geral da cidade” que orientassem em segurança “a fixação regional das massas de população”, a fim de “minorar ou anular quanto possível os excessivos efeitos do fenómeno do urbanismo”. Previa-se que os três mil fogos anuais incluíssem todas as “categorias económicas, evitando segregações sociais inconvenientes e, aliás, alheias à tradição dos bairros lisboetas” – esqueciam-se da mouraria e judiaria fundadas depois da reconquista –, e que as habitações “mais modestas” facilitassem “o descongestionamento de prédios de rendas mais elevadas [...] habitados por excessivo número de famílias no pouco recomendável regime de partes de casa”; esperava-se também “promover o saneamento de muitos dos velhos prédios” e a “substituição progressiva dos chamados «bairros de lata», que teima[va]m em existir na área da cidade”³⁴⁷.

Como resposta ao Decreto, a Presidência Municipal dava abertura ao Gabinete Técnico de Habitação (GTH), em substituição do GEU, poucos meses após a sua publicação. Composto por uma equipa multidisciplinar de arquitetura, arquitetura paisagista, engenharia, urbanismo, economia e sociologia³⁴⁸, o GTH ia operar na cidade como, nas palavras de João Pedro Nunes, um «laboratório»:

“da expropriação e infraestruturação do solo ao lançamento, controlo e avaliação das empreitadas; dos estudos de economia e normalização da construção à preparação de instrumentos destinados à melhoria da eficiência do programa – como os Cadernos Concepção-Construção; da execução do plano dos Olivais Norte, realizado no Gabinete de Estudos de Urbanização, à conceção dos planos de Olivais Sul e Chelas, e ao convite às equipas de arquitetura encarregues dos projetos de habitação e seu acompanhamento; da investigação sobre as necessidades habitacionais em Lisboa, que mais à frente se analisará, à realização de “inquéritos fogo-família” com o intuito de aferir a adaptação dos agregados domésticos aos alojamentos dos Olivais Norte e Sul; da publicação regular de uma revista especializada, o Boletim do Gabinete Técnico de Habitação, à organização de encontros com especialistas estrangeiros, foi a partir da ação do GTH que emergiram novas formas de planear e desenhar, conceber e investigar a edificação de habitação pública de cariz social em Lisboa”.³⁴⁹

Anos antes ao plano de Gröer, no começo do pós-guerra, em 1945, o Movimento de Unidade Democrática (MUD) esperava, por influxo, contrariar o isolado contexto repressivo português³⁵⁰; no mês de julho do ano seguinte inaugurava a I Exposição Geral das Artes Plásticas. Tal acontecimento, “de dura consciência ética e cultural”, ia protagonizar junto de uma nova geração de arquitetos o momento certo para aplicarem “os ideais estéticos e funcionalistas

347 Decreto-Lei nº 42454 in Diário do Governo, I Série – nº 188, terça-feira 18 de agosto de 1959, pp. 965, 966.

348 HEITOR, Teresa Valsassina, op. Cit., p. 3.

349 NUNES, João Pedro Silva – O programa *Habitações de Renda Económica* e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969) in *Análise Social* nº 206, p. 90.

350 RAMOS, Rui – III Parte: Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI) in *História de Portugal*, 2010, pp. 670, 671.

do Movimento Moderno em Arquitetura”, bem como, desenvolver a relação dessa disciplina com as restantes artes³⁵¹. É nesse contexto da «nova-realidade», autêntica e existencial, como define Ana Tostões, procurada incessantemente pelos «artistas», que no mesmo ano (1946) Keil do Amaral (1910-1975) impulsionava as «Iniciativas Culturais Arte e Técnica» (ICAT), como espaço de discussão da prática e pensamento arquitetónico. O problema da arquitetura modernista – já abordada por Philip Johnson como «Estilo Internacional» (MoMA 1932) – em Portugal começava a dinamizar-se ao ritmo dos movimentos e organizações de arquitetos: no Porto, um ano após Keil do Amaral ter fundado as ICAT (em Lisboa), surgia a «Organização dos Arquitetos Modernos» (ODAM), na presença de Fernando Távora (1923-2005).

O «I Congresso Nacional de Arquitetura» (1948) mostrava-se como uma oportunidade para a união da classe profissional e de onde saiu uma “vontade coletiva de mudança”, alicerçada nos movimentos do ICAT e do ODA.M., contudo, em 53, em plena consolidação do regime³⁵², o «Movimento de Renovação da Arte Religiosa» (MRAR) vinha a opor-se às teses das ICAT e do ODA.M, incitadas pela exposição das «Gerias», procurando demonstrar na «Exposição de Arquitetura Religiosa Contemporânea» que a “pureza e verdade dos materiais, de simplicidade e de rigor da arquitetura moderna”, eram também um tema do espaço litúrgico e do “espírito do evangelho”; destacando-se, na década de 60, a «Igreja Paroquial do Santíssimo Coração de Jesus» (Nuno Teotónio Pereira 1922-2016, e Nuno Portas 1934-). Se nos primeiros anos, após as «Gerais», os movimentos intelectuais da arquitetura procuravam o «modernismo» nas formas mais revolucionárias da esquerda política, após o primeiro congresso nacional, com a afirmação do regime, certos arquitetos atingiam-no pelas convicções da religiosidade portuguesa³⁵³, portanto, em torno de uma consciência mais conservadora. No entanto, os fundamentos modernistas da arquitetura, sistematizados desde 1928 (I Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, CIAM), eram transversais a qualquer organização, vindo a demonstrar-se essenciais no desenho da cidade de Lisboa aquando do Gabinete Técnico de Habitação.

Das primeiras realizações do GTH em resposta ao Decreto de 59 saiu o Plano de Urbanização dos Olivais (PUO), a montante da Avenida Marechal Gome da Costa. Nas duas unidades urbanas que o compunham, «Olivais Norte» e «Olivais Sul», a escola, igreja e mercado polarizavam os conjuntos habitacionais³⁵⁴. Ainda em 1959 deram início as operações em «Olivais Norte», visto que em tempo do GEU, entre 55 e 58, já haviam sido feitos estudos prévios ao plano de pormenor e a estrutura principal de arruamentos estava concluída³⁵⁵. Apesar da proximidade com o Bairro de Alvalade (1940-45, Faria da Costa) – indeciso entre o primeiro racionalismo modernista (Conjunto residencial de Roterdão, Jacobus Out, 1925) e a flexibilidade da «unidade de habitação baixa»³⁵⁶ (Plano de Urbanização de Radburn, Nova Jersey, 1933), ainda que a frente norte da Avenida Estados Unidos da América tente negar, em altura, a frente de rua com os

351 TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos – ARQUITECTURA PORTUGUESA NOS ANOS 50: “OS VERDES ANOS” OU O MOVIMENTO MODERNO EM PORTUGAL, volume I, pp. 13, 14.

352 RAMOS, Rui, op. Cit., p. 674.

353 TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos, op. Cit., pp. 16-26.

354 NUNES, João Pedro Silva – PLANEAMENTO URBANO E URBANIDADE PROJECTADA. DO BAIRRO DE OLIVAIS SUL E DE ALGUNS CONTRIBUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DO FAZER CIDADE *in* Forum Sociológico, nº 5/6, p. 258-260.

355 HEITOR, Teresa Valsassina, op. Cit., p. 5.

356 “A unidade de habitação homogénea baixa é formada por alojamentos que se mantêm individualmente em um mesmo lote de terreno. Neste caso – mantendo fixo o carácter autónomo dos alojamentos individuais – a coordenação sanitária visa obter uma densidade não muito baixa, e prevê os serviços primários indispensáveis (jardim de infância, zonas de recreio, etc.) separados mas contíguos aos alojamentos)”. BENEVOLO, Leonardo, MELOGRANI, Carlo, LONGO, Tommaso Giuria – PROJECTAR A CIDADE MODERNA, p. 96.

topos residências, clara obsessão de Alberto Pessoa (1919-1985) nos edifícios de habitação da Avenida Infante Santo (1952-55) – o desenho urbano dos Olivais modernista ia seguir outros contornos. Tanto em Olivais Sul como Norte, a «Carta de Atenas» (1932), publicada entre março de 1948 e agosto/ setembro de 49 na revista «arquitectura» (números 21 a 32), tornar-se-ia regra de desenho:

“A geografia e a topografia desempenham no destino dos homens um papel considerável.

É preciso nunca esquecer que o sol comanda, impondo as suas leis a todo o empreendimento cujo objectivo for a salvaguarda do ser humano.

Planícies, colinas, montanhas, intervêm igualmente para modelar uma sensibilidade e determinar uma mentalidade.

Se o montanhês desce de boa vontade à planície o homem da planície volta raramente a subir os vales e franqueia dificilmente os desfiladeiros.

São as cumeadas dos montes que delimitam as zonas de aglomeração onde, pouco a pouco, reunidos por costumes e usos comuns, os homens se juntaram em povoações.

A proporção dos elementos água e terra, quer se exprima em superfície opondo regiões lacustres ou fluviais às extensões de estepes, ou que se exprima em espessura, dando aqui férteis pastagens, além charnecas ou desertos, talha, ela também, atitudes mentais que se inscreverão nos empreendimentos e encontrarão a expressão na casa, na aldeia ou na cidade.^[357]

[...] A cidade era de forma incerta, as mais das vezes em semi-círculo ou em círculo. Se era uma cidade de colonização, organizavam-se como um camo, em ângulos rectos e envolvida por paliçadas rectilíneas. Tudo ali estava ordenado conforme a proporção, a hierarquia e as conveniências. As estradas que se destacavam das portas da muralha envolvente partiam obliquamente, para destinos longínquos [...] nasceu, porém, a era do maquinismo. A uma medida milenária e que se pôde acreditar imutável, - a velocidade do passo humano, - sobrepôs-se uma medida nova, em plena evolução ainda, a velocidade dos veículos motorizados.

[...] Um ritmo desesperado, junto a uma situação precária, desencorajante, desorganiza as condições de vida, opondo-se ao acordo das necessidades fundamentais.

As habitações abrigam mal as famílias [assunto já debatido no II CIAM com o tema «unidade mínima de habitação» – Frankfurt am Main, 1929], corrompem a sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto as físicas como as morais, trazem seus frutos venenosos: doença, decadência, revolta.^[358]

[...] A DENSIDADE, relação entre a cifra da população e a superfície que este ocupa, pode ser totalmente modificada, pela altura dos edifícios [tema do III CIAM – «desenvolvimento racional do lote» – Bruxelas, 1930].

Mas, até hoje, a técnica da construção tem limitado a altura das casas por volta dos seis andares.

357 A Carta de Atenas *in* Revista arquitetura nº 20, p. 24.

358 *Idem, ibidem*, nº 21, p. 23.

[...] Mais a cidade se aumenta, menos as «condições da natureza» aí são respeitadas. Por «condições da natureza» entende-se a presença, numa proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: SOL, ESPAÇO, VERDURA.

[...] O primeiro dever do urbanismo é o de se colocar de acordo com as necessidades fundamentais dos homens. A saúde de cada um depende, em grande parte, da submissão às «CONDIÇÕES DE NATUREZA».

[...] O 4º Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, realizado em Atenas, reteve este postulado: O SOL, A VERDURA, O ESPAÇO, SÃO OS TRÊS PRIMEIROS MATERIAIS DO URBANISMO.

[...] Se se quiser ter em boa conta esta interdição [dar às «habitações modestas» o lugar que sempre foi ocupado pelas «habitações de luxo», os lugares mais favoráveis], deverá atribuir-se, de hoje em diante, à habitação e às circulações, zonas independentes. A casa, a partir de então, não estará já mais, soldada à rua pelo passeio.

A habitação erigir-se-á no próprio meio onde disfrutará de sol, de ar puro e de silêncio.

A circulação desdobrar-se-á por meio das vias de percurso lento para uso dos peões e de vias de percurso rápido para uso das viaturas. Estas vias cumprirão a sua função não se aproximando nunca da habitação, senão ocasionalmente.^[359]

[...] A questão da distância, graças ao aperfeiçoamento dos meios mecânicos de transporte, deixou de desempenhar um papel importante.

Mais vale às vezes escolher longe e com dificuldade, mas bem.

Trata-se não somente de preservar as belezas naturais ainda intactas, mas também de reparar os ultrajes que algumas delas possam ter sofrido; que o engenho do homem crie em parte, finalmente, locais e paisagens de acordo com um programa".³⁶⁰

Com a mesma vontade, em 1960, pensava-se o Plano de Urbanização de Chelas (PUC), publicado em 67 no nº 95 da revista «arquitectura», quando esta ainda dependia do ICAT³⁶¹. Os estudos preliminares do vale revelavam condições distintas das que caracterizavam os Olivais, todavia, a equipa do GTH³⁶² revelava a intensão de que o conjunto urbano de Chelas devia resultar da continuidade com o plano anterior, em execução.

Dos estudos preliminares resultou a percepção de que a antiga estrutura agrícola (construída entre os séculos II a.C. e XIX da nossa era) se mantinha ocupada por famílias cuja origem advinha dos primórdios da industrialização, e que

359 Idem, *ibidem*, nº22, pp. 23, 24.

360 Idem, *ibidem*, nº 26, p. 20.

361 Gabinete Técnico de Habitação – O Plano de Chelas *in* arquitectura: Revista de Arte e Construção, nº 95, janeiro-fevereiro, 1967, pp. 6-15.

362 Constavam à data nos serviços do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa os seguintes profissionais: José Rafael Botelho (arquiteto urbanista), Francisco da Silva Dias, João Reis Machado (arquitetos), António Simões Mamede, António Pescão de Almeida, José Pinto Faria, José Pereira Gomes (engenheiros), autores do Plano Base desenvolvido entre 1960-62; Francisco da Silva Dias, João Reis Machado, Alfredo da Silva Gomes, Luís Vassalo Rosa, Carlos Worm (arquitetos), José Simões Coelho e Gonçalo Araújo (engenheiros), integraram o quadro que resolveu o plano definitivo (1962-64). Colaboraram ainda em estudo preliminar os arquitetos Luís Vassalo Rosa (quadros gerais de equipamento), A. Alves Mendes, F. Silva Dias, J. Reis Machado (estudos de ocupação em encosta), João Reis Machado (elementos relativos à população residente em autoconstrução), João Reis Machado (estudo da tipologia da família), bem como o arquiteto paisagista Álvaro Ponce Dentinho (análise toponímica).
Gabinete Técnico de Habitação – PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS, última página do relatório.

apenas setenta e seis por cento da área de intervenção permitia o assentamento de conjunto habitacionais económicos à grande escala³⁶³.

O conhecimento da paisagem (humana, cultural e natural) do sítio a intervir³⁶⁴ – com limites na Avenida Almirante Gago Coutinho, Avenida Marechal Gomes da Costa, Avenida Infante Dom Henrique e cintura ferroviária da ligação Alcântara/ Quinta da Matinha –, ainda que não coincidissem com a totalidade do sistema do vale (evidenciando dificuldades que veremos), levou à projeção de “uma estrutura urbana cuja génese não obedeceu à aceitação de um esquema rigidamente pré-estabelecido [,] mas que foi fundamentalmente a resultante dos factores enunciados, condicionada pela adaptação às condições locais”³⁶⁵. Apesar do plano de Gröer (1948) e do GEU (1958) terem ponderado a urbanidade de Chelas, mais ou menos organizada, o PUC ia mostrar-se contundente com as abordagens anteriores.

As grandes vias de acesso, que ocupavam os talvegues, eram pensadas para articular as unidades de habitação entre si, e penetrar “o mais amplamente possível no tecido urbano existente”, de forma a promover uma rápida e económica acessibilidade à cidade e à região³⁶⁶. Destas, saíam ramais viários de média e pequena dimensão que, subindo as encostas, davam acessibilidade aos conjuntos urbanos (na cumeada) distinguidos por zonas (I, J, L, M, N e O). Ao contrário do esquema ocupacional do Olivais, onde o espaço destinado à vida pública era pontual, as “zonas de vida urbana intensa”, como lhe chamavam, dispersavam-se por corredores de cota alta (festos da Bela Vista e Poço de Cortes), em torno dos quais se mobilizavam os equipamentos (escolas, igrejas, mercados e comércio), serviços “de interesse colectivo”, e a habitação de “alta densidade” (previa-se a construção de 11.500 fogos para 55.300 habitantes). Era nas “zonas de vida urbana intensa” que se consolidava toda a estrutura pedonal, criando atravessamentos suspensos entre os talvegues, e de encosta, onde estavam os espaços verdes que controlavam a qualidade do ar – toda a frente ribeirinha de Xabregas à Matinha, e uma faixa estreita encostada à Avenida Marechal Gomes da Costa, mantinham-se ocupadas por tecido industrial. Onde todo este universo se cruzava – habitação, comércio, serviços, espaços verdes, grande sistema viário de distribuição e estrutura pedonal –, no centro geométrico de intervenção (Zona O), estava o núcleo público principal, com características semelhantes aos demais equipamentos, mas cujo interesse devia envolver toda a cidade³⁶⁷.

363 No relatório, ou memória descritiva do PUC, o GTH diz-nos que, segundo um inquérito realizado pelo GEU em 1955 existiam 2801 famílias a viver em Chelas (distribuídas pela Av. Almirante Gago Coutinho, em torno do Convento de São Félix e Santo Adrião, Bairro Chinês, Vale Formo de Cima, área industrial de Marvila, e o interior do vale), para além das 806 famílias que habitavam os «bairros de lata» – como apurou o inquérito do GTH feito a 711 habitações entre 1960-61 –, ou seja, habitavam em condições de salubridade precária 3034 indivíduos, 50% dos quais residentes em Chelas antes de 1955.

No que consiste à orografia, pelo documento supracitado, muitas situações de declive encontravam-se afetadas, e em perigo eminente de derrocada, devido à exploração de areiros – recorde-se que o sistema de vale em Chelas foi desenvolvido pelas consecutivas transgressões e regressões do golfo miocénico Tejo-Sado –, para além de que, 52% da área total apresentava declives inferiores a 10%, e 24% entre os 10 e 15% de inclinação (à data, segundo o relatório, o limite máximo do declive permitido para a construção de habitação de custos controlados era de 15%).

Idem, ibidem, pp. 16, 17, 29, 33.

364 É visível o esforço da equipa para um entendimento global da área em causa, com resultado num conjunto de cartas que caracterizam a sua orografia, hidrografia, exposição solar e declive das vertentes, geologia, piezometria, área de afetação do aeroporto, estrutura principal de azinhagas, sistema de vistas proeminentes, ocupação do solo (arborizado e cultivado), e edificado notável de interesse.

365 Gabinete Técnico de Habitação, op. Cit., p. 56.

366 Da Avenida Almirante Gago Coutinho acedia-se a Alvalade, a Arroios pelo Arieiro, à segunda circular e ao eixo viário principal do Norte; da Avenida Marechal Gomes da Costa chegava-se aos Olivais e à frente ribeirinha com destino a Vila Franca, também conectada pela circulação ferroviária

367 Gabinete Técnico de Habitação, op. Cit., pp. 14, 56, 76, 85, 87, 89-109.

Dos Olivais a Chelas procurava o GTH uma «unidade máxima de agregação», segundo a designação de Benevolo, Melograni e Longo, que respondesse às necessidades mínimas de habitação num espaço urbano qualificado. Estava Lisboa perante a primeira experiência do «laboratório» na conquista da cidade para cem mil habitantes – aos 55.300 habitantes de Chelas, juntavam-se os 10.000 habitantes de Olivais Norte e 38.500 habitantes de Olivais Sul³⁶⁸ –, tal como, em 1961, Georges Candilis, Alexis Josic e Shadrach Woods haviam conseguido desenhar o grand ensemble de Toulouse-le-mirail. Pretendia o PUC “reunir as diversas partes do conjunto urbano em um desenho unitário comandado pela habitação”³⁶⁹, articulando “pequenos núcleos funcionais de 10000 a 20000 habitantes [13.500 foi o máximo previsto³⁷⁰], individualizáveis e distanciados dentro do espaço verde”³⁷¹; um satélite autossustentável, confortável em si próprio, na medida em que tudo convergia para o seu interior, mesmo que supusesse a existência do “nomadismo das populações trabalhadoras”³⁷² – já a Carta de Atenas acusava ser esse o “grande mal” desde a industrialização das cidades³⁷³.

Embora o Decreto de 1959 previsse todos os esforços para o êxito das construções, a execução Plano de Urbanização de Chelas estendeu-se ao longo dos últimos quarenta anos do século XX: na década de 60 começava a ocupar-se a faixa industrial encostada à Avenida Marechal Gomes da Costa; nos 70 a Zona I (Bairro das Amendoeiras) estava consolidada e a Zona N2 (Bairro dos Loios, topo norte na Zona N) encontrava-se em construção³⁷⁴; na década seguinte a Zona N2 estava construída, e entretanto, as Zonas N1 (Bairro da Flamengo), J (Bairro do Condado), L (Bairro das Salgadas) eram praticamente finalizadas; nos últimos dez anos da centúria finalizaram-se as intervenções do PUC com a construção da Zona M (Bairro do Armador) – a circulação da «Linha Vermelha» do metropolitano de Lisboa começava a atravessar o vale –; e nos primeiros anos do século XXI, como o demonstra o Ortofotomapa da Cidade de Lisboa de 2003³⁷⁵, concluiu-se o que seria a Zona O (conjunto central com habitação e centro comercial). Se nos Olivais a integridade do conjunto foi assegurada, independentemente da sua separação em duas unidades de habitação (Norte e Sul), que se relacionou mais com uma razão prática de execução do que com um conceito urbano, em Chelas o mesmo não acontecia: a demora na construção do conjunto, relacionada com as alterações às políticas da habitação aquando da implementação da democracia (priorizou-se a construção à escala nacional retraindo o realojamento dos «bairros de lata»)³⁷⁶, só vinha a evidenciar as dificuldades do PUC – a descontinuidade do espaço público.

368 HEITOR, Teresa Valsassina, op. Cit., p. 1.

369 BENEVOLO, Leonardo, MELOGRANI, Carlo, LONGO, Tommaso Gíuria, op. Cit., p. 213.

370 Previa o GTH na Zona I a construção de 1800 fogos para 8700 habitantes (4.8); na Zona J 1750 fogos para 8400 habitantes; na Zona L 2800 fogos para 13500 habitantes; na Zona M 2400 fogos para 11500 habitantes; na Zona N 2500 fogos para 12000 habitantes; e na Zona O 250 fogos para 1200 habitantes. Em média, estimava-se que em cada fogo habitassem 4.8 pessoas. Gabinete Técnico de Habitação, op. Cit., p. 87.

371 BENEVOLO, Leonardo, MELOGRANI, Carlo, LONGO, Tommaso Gíuria, op. Cit.

372 Pode ler-se nas primeiras páginas da memória descritiva do PUC que uma das preocupações da equipa projetista era permitir o fácil acesso da população residente aos seus locais de trabalho dispersos no contexto urbano de Lisboa. Gabinete Técnico de Habitação, op. Cit., p. 14.

373 A Carta de Atenas in Revista arquitetura nº 26, p. 20.

374 Em 1979 (setembro/outubro), o nº 135 da Revista arquitetura (páginas 50 e 51) dá a conhecer o projeto do arquiteto Vitor Figueiredo para o edifício de habitação coletiva «cinco dedos» desenhado em 73; e em maio de 81, o nº 141 da mesma revista (páginas 18-29) publica o projeto para o conjunto habitacional da Zona N2 dos arquitetos Gonçalo Byrne e António Reis Cabrita, do Atelier Nuno Teotónio Pereira, concebido entre 1972-74.

375 Ortofotomapa da Cidade de Lisboa 2003 in Plataforma Digital Lisboa Interativa (<http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>) [última consulta: 26.08.2017; 18H35].

376 HEITOR, Teresa Valsassina – Revisiting Chelas: In Search of the Promised Urbanness in DOCOMOMO: MODERN LISBON, nº 55, p. 62.

A transição do conceito urbano – a habitação ao longo das “zonas de vida urbana intensa” –, que à partida parecia acertado (porque nas cotas mais estáveis das cumeadas podiam imaginar-se duas Ruas plenas de urbanidade que estabilizavam o conjunto), para a escala da arquitetura, nem sempre foi clara. A divisão racional do conjunto em «Zonas» habitacionais, que não se prendeu a um pensamento de execução, mas sim administrativo, começou desde cedo a enunciar dificuldades; ou seja, apesar do GTH representar as “zonas de vida urbana intensa” de forma linear, o que remete para uma perceção de «arruamento», isso não significava que a arquitetura reproduzisse o mesmo gesto, visto que cada «Zona» encerrava as condições necessárias para se autossustentar³⁷⁷. Ainda que as distancias e o elevado volume populacional exigissem a repetição de equipamentos e serviços essenciais, o facto de estes se reproduzirem consecutivamente em cada Zona negava desde logo a linearidade concetualmente, apontando sim para uma ocupação «nuclear»; isto significava que a implantação dos edifícios, decidida a uma escala intermédia de desenho, não respeitava a ideia de «Rua», mas sim de concentricidade – as “zonas de vida urbana intensa” eram afinal centros exclusivos que promoviam mais “segregações sociais inconvenientes” do que “unidades urbanas integradas no planeamento geral da cidade”.

Por outro lado, a longevidade na execução do PUC, que naturalmente seguiu outras formas de pensar o espaço urbano, suportou a desintegração das Zonas habitacionais, entretanto chamadas de «bairros», levando a que um tomasse uma expressão particular: no Bairro das Amendoeiras (Zona I) os ideais de Atenas deram-lhe uma maior proximidade com o desenho dos Olivais; nos bairros da Flamengo (Zona N1), dos Loios (Zona N2), e do Armador (Zona M) prevaleceu uma arquitetura de grandes edifícios em banda, portanto, mais linear; nos bairros do Condado (Zona J) e das Salgadas (Zona L) construíram-se pequenas unidades de vizinhança (edifícios baixos organizados em torno de pátios) trancadas por bandas de grande densidade que se encostaram ao acesso principal; e por fim, a perdida Zona O, reproduzindo princípios alheios ao pensamento arquitetónico da cidade, ofereceu a quanto torres de habitação um centro de comércio autista.

Conquanto, o isolamento da urbanização de Chelas pode ainda ser entendido a uma escala superior.

Na arquitetura da cidade, as avenidas Almirante Gago Coutinho e Marechal Gomes da Costa contribuem essencialmente para o escoamento e distribuição do fluxo viário, urbano e periurbano, portanto, pela dimensão dos seus tramos facilmente se compreende a necessidade de estas imporem limites naturais ao PUC. Todavia, fica a inquietação quanto ao limite sul da área de intervenção, isto é, a cintura ferroviária Alcântara/ Quinta da Matinha. É certo que se trata de uma ligação regional estratégica, contudo, pela natureza do seu eixo (aberto a meia encosta) e espessura relativamente estreita (uma vez que coloca em circulação apenas duas composições em sentido oposto), a sua transposição era mais facilmente atingível – aliás o GTH já previa o seu atravessamento perto das azinhagas da Fonte do Louro, das Veigas e das Cadetas (Rua José do Patrocínio); ainda assim, o PUC preferiu evitar o encosto ao edificado pré-existente – talvez tenha sido esta a grande dificuldade da cidade modernista do segundo pós-guerra –, perdendo a oportunidade de resolver o remate de toda a frente norte do Bairro da Alameda (perfeitamente consolidado em 1950), e dos intersti-

377 Para além equipamentos comerciais já indicados (onde estavam associados 2 mercados, um para a Zona L e outro para a Zona N) previam-se ainda: escolas infantis (5 nas Zona N, M e L, 3 na Zona I, e 4 na Zona J); escolas primárias (3 na Zona L, e 2 em cada zona restante); escolas secundárias (uma entre a Zona I e J, outra entre a Zona M e O); escola técnicas (uma nas Zonas N1, N2, e uma terceira entre a Zona J e L); equipamentos culturais (um em cada Zona); igrejas (idem); equipamentos de assistência sanitária (3 nas Zonas N, I e O, 4 na Zona M, 2 na Zona J, e 5 na Zona L); e equipamentos público administrativo (dois em cada Zona). Gabinete Técnico de Habitação, op. Cit., pp. 99-107.

cios das Olaias e do Bairro da Madre-de-Deus. Dessa isolação existencial do Plano de Urbanização de Chelas resultou o afastamento tácito do conjunto, restando-lhe a dependência das locomoções de grande e média distância (serviços públicos ou particulares de transporte), e a privação das deslocções de pequeno alcance (deslocação humana). Utilizando o conceito desenvolvido por Teresa Heitor, o facto da execução do PUC ter atravessado momentos de contusão na política nacional apenas fez emergir a «vulnerabilidade do espaço»³⁷⁸ que lhe estava latente; na medida em que, a sua incapacidade de relacionamento com o todo urbano desencadeou um processo de marginalização social difícil de reparar, contribuindo decisivamente para o seu esquecimento, quando em verdadeira grandeza basta descer a encosta do Alto de São João para se estar no vale de Chelas.

378 Para a autora, a «vulnerabilidade» dos bairros provenientes do PUC resulta dos comportamentos negligentes e transgressivos (atitudes não criminosas, mas violentas) da população, como reacção aos condicionalismos, incúria, ausência de manutenção e limpeza, dos próprios espaços. Concluindo que a “adaptação da estrutura principal à configuração do terreno (a rede viária, o núcleo principal e faixas) induziu uma demarcação rígida das zonas habitacionais, comprometendo os próprios objectivos do plano no que se refere às relações de continuidade no interior da malha e à articulação com as áreas envolventes. Estas condicionantes seriam posteriormente agravadas pelas opções tomadas na estruturação espacial dessas zonas e pelo modo como o plano foi sendo conduzido e consolidado”. HEITOR, Teresa Valsassina – A Vulnerabilidade do espaço em Chelas, pp. 3-10.

AS ÚLTIMAS DÉCADAS DE PLANEAMENTO NO VALE DE CHELAS

A década de 90 do século XX, porém, ficava marcada por um conjunto de iniciativas regulamentares que procuravam responder às inúmeras alterações sociais e urbanas da metrópole de então, nomeadamente ao esvaziamento da cidade pelo fenómeno residencial periférico. Os quatro princípios fundamentais do Plano Estratégico de Lisboa (PEL) de 1992 – “fazer de Lisboa uma cidade atrativa para viver e trabalhar; tornar Lisboa competitiva nos sistemas das cidades europeias; reafirmar Lisboa como capital metrópole; criar uma administração moderna, eficiente e participada” –, pareciam enunciar uma visão integrada da cidade, mas sua metodologia de diagnóstico vinha a revelar-se mais setorizada que holística, deixando Chelas num impasse entre a “Charneira Urbana – Arco Terciário Direcional” e a “Coroa de Transição – Periferia com articulação Metropolitana”³⁷⁹.

Os propósitos estabelecidos pelo PEL vinham desta forma criar o assentamento necessário para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Lisboa de 1994³⁸⁰. Deste resultou, em Chelas, a abertura da grande Avenida Marechal António de Spínola, no prolongamento da Avenida dos Estados Unidos da América (em detrimento da via pelo talvegue ocidental proposta pelo GTH), com enlaces na aproximação aos bairros de Chelas – assim se consumou a impossibilidade dos bairros norte (Loios, Flamengo e Amendoeiras) comunicarem pedestremente com os a sul (Condado, Armador e Salgadas) –, e término na Avenida Infante Dom Henrique; por onde se previa a ligação à futura «Exposição Mundial» de 1998. Nos interstícios deixados pelo PUC, os que não eram ocupados pelos parques de recreio, ponderava-se a simples construção de habitação onde iam atuar os «renovados agentes urbanos» da promoção imobiliária, das Cooperativas de Habitação e Ações de Residentes³⁸¹.

Quatro anos passados a Expo 98 concretizava-se no extremo oriente de Lisboa na esperança de integrar o oriente médio na cidade. A desindustrialização da frente ribeirinha além Poço do Bispo prometia uma nova centralidade capaz de irradiar urbanidade até Alvalade; dessa forma, a dezanove de novembro do mesmo ano saía em Diário da Republica o regulamento do Plano de Urbanização do Vale de Chelas (PUVC) aprovado em Assembleia Municipal a vinte e quatro de julho de 1997. Queriam agora os serviços municipais qualificar o estreitamento do vale aquém cintura ferroviária Alcântara/ Quinta da Matinha, encostando-se ao bairro Madre-de-Deus, Cemitério do Alto de São João, ao Alto do Pina e Olaias, ou seja, todo o sistema de encosta e talvegue da embocadura e corpo do vale a jusante do Con-

379 Com vista a tornar Lisboa “numa cidade do séc. XXI, isto é, mais humana e mais moderna”, os órgãos municipais para o ordenamento do território desenvolveram uma leitura sistemática da cidade atendendo a fatores socioeconómicos, problemáticas e potencialidades que fossem comuns aos diferentes bairros, de onde resultou um diagrama irregular que distinguia o tecido urbano em quatro unidades territoriais: I Área Central de Lisboa – Centro da cidade e da AML; II Charneira Urbana – Arco Terciário Direcional; III Coroa de Transição - Periferia com articulação Metropolitana; IV Arco Ribeirinho – Ligação da Cidade ao rio sem perder o porto.
Plano Estratégico de Lisboa de 1992 *in* <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> [última consulta a 09.09.2017 pelas 16H16min].

380 Faz-nos saber o Relatório de Enquadramento, dirigido pela Direção de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal, que o respetivo plano tinha como pilares a “valorização da cidade existente, com correção de desajustamentos funcionais e formais próprios de uma cidade em rápido crescimento nos anos 70 e 80; [...] a adequação da cidade às novas solicitações dos centros metropolitanos, no Séc. XXI [...] [a] reorganização do centro de um grande aglomerado metropolitano, por forma a dotar o seu núcleo «capital» das infraestruturas imprescindíveis à escala do conjunto”. Tais fundamentos haviam sido desenhados como resposta à desagregação e precariedade do alojamento na cidade, devido à carência de “habitação acessível aos estratos médios da população e aos jovens”; ao “esvaziamento populacional da cidade, acompanhado da dissolução da «vida de bairro» e das relações sociais de nível local”; ao desaparecimento de “usos e ocupações tradicionais – habitação, indústria, artesanato, comércio, equipamentos colectivos –” do centro da cidade; ao “congestionamento de trânsito, inoperância do sistema de transportes e bloqueamento da mobilidade na cidade; degradação do espaço público e do parque edificado”; e, “saturação e ineficácia das redes técnicas e dos serviços urbanos especializados, em áreas de maior exigência”.
Direção de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa - Plano Diretor Municipal: Relatório de Enquadramento, outubro de 1993, pp. 10-14 *in* <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/1994/pdm.pdf> [última consulta a 09.09.2017 pelas 16H17min].

381 Direção de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa - Plano Diretor Municipal: Relatório de Enquadramento, op. Cit., pp. 16-19.

vento de São Félix e Santo Adrião. Como tal, o PUVC previa a abertura de três eixos viários (já pensados pelo PDM de 94) – a «via A» no “prolongamento da Via Centra de Chelas até à zona portuária/ Avenida Infante D. Henrique”, e a «via B», articulada à «A» na Quinta do Lavrado, subia o pequeno deverticulum até às Olaias, entroncado a meio para a Praça Paiva Couceiro «via C» – que estruturavam a ocupação das oito «unidades de planeamento e gestão» (UPG) destinadas à habitação (R) – em quarteirão (Q), torre ou banda (TB), moradia (M) ou existente a conservar (E) –, “actividade comercial e serviços, equipamentos colectivos municipais ou privados e outros tipos de uso”, como por exemplo, espaços verdes³⁸². Ainda assim, o PUVC vinha a cair na mesma tentação do PUC: entender o vale de Chelas como uma estrutura divisível. Percebe-se o esforço do Plano de Urbanização do Vale de Chelas em querer adaptar-se às diferentes solicitações pré-existentes, especialmente, quando encontra o edificado consolidado (ainda que o conjunto do espaço urbano perca legibilidade quando se interioriza devido ao excesso de construção), no entanto, o facto de ignorar a existência dos bairros a montante – quando em 94 as problemáticas de Chelas já haviam sido identificadas, como demonstra o PDM pela decisão em implantar o parque explosivo de 98 na frente ribeirinha dos Olivais –, permite conjecturar que a sua execução só dificultaria a possibilidade de algum dia o vale de Chelas tornar-se novamente num sistema único que enquadrado numa unidade urbana.

O período de vigência do PUVC, de onde resultou apenas a construção parcial da «via B» e total da «via C» e construção parcial de fogos habitacionais, manteve-se até sete de agosto de 2015, quando o Aviso nº 8656/2015 emitiu a “Aprovação da Revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas”, colocada previamente em discussão publica pelo Aviso nº 2435/2015³⁸³.

Entre os novos apartamentos de Chelas e o tecido urbano consolidado de pequena escala foram ficando uma

382 Compunham a «unidades de planeamento e gestão» o UPG Paiva Couceiro, com “malha de quarteirões de remate e integração na malha consolidada [...], constituída por edifícios de utilização coletiva predominantemente habitacional”; o UPG Olaias caracterizado por “edificações com desenvolvimento linear, acompanhado o eixo viário principal com zonas de penetração em relação a espaços intersticiais ajardinados ou ocupados por equipamentos colectivos”; o UPG Vitória desenvolvido em três zonas, uma de malha em quarteirões-remate com predominância da edifícios de habitação, outra “essencialmente habitacional, como desenvolvimento das construções em torno de um espaço central”, e uma terceira “destinada a instalação de equipamentos colectivos”; o UPG Ourives com edifícios em banda “acompanhando os eixos viários principais”; o UPG Madre-de-Deus previa a “zona verde da mata da Madre de Deus e Quinta de Santa Catarina, incluindo duas zonas consolidadas de edifícios de utilização colectiva habitacional em banda”; O UPG Gualdim Pais definia-se como uma “área mista de edificações existentes e consolidadas a recuperar, ao longo da Estrada de Chelas e Rua de Gualdim Pais, incluindo casos de renovação pontual”; o UPG Raposeira garantia sobretudo a existência de habitação, a construir e a manter; e por fim, o UPG Infante relacionava-se com a zona industrial ribeirinha, prevendo a abertura de um espaço verde “em direcção ao rio e ligação do prolongamento da Avenida Central de Chelas à Avenida do Infante D. Henrique”. Declaração nº 348/98 (2ª série) *in* Diário da Republica Nº 268, II Série, de 19.11.1998, pp. 16396, 16397.

383 Por iniciativa da Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística (DMPRGU), do Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana (DPRU), e Divisão de Planeamento Territorial (DPT), foi desenvolvida uma «Monitorização» preliminar do PUVC, com objetivo de avaliar o seu impacto de execução, visto que em 2012 o Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML – Aviso n.º 11622/2012 *in* Diário da Republica, 2ª Série, Nº 168 de 30 de agosto de 2012, p. 30275-30377) havia sido revisto. Da monotorização saiu a Proposta Nº 95/2015 visando a “abertura de um período de discussão pública da proposta de Revogação” do plano, dado que, segundo os respetivos gabinetes, ao longo dos 17 anos de vigência o mesmo se tinha mostrado ineficaz no tratamento dos objetivos a que se tinha proposto – foi conseguida a erradicação do conjunto habitacional espontâneo do bairro da Curraleira através do Plano Especial de Realojamento (PER), mas inacabada a estrutura viária estrutural, e inalcançada a venda livre de 3903 fogos habitacionais (foram concluídos cerca de 595 inseridos “no quadro da EPUL Jovem e de habitação de custos controlados). Tal inoperância criou “um inevitável desfasamento entro o modelo, conceitos e estratégias que presidiram à sua elaboração e a evolução do modelo urbanístico e princípios subjacentes ao planeamento pensado para a Cidade contemporânea” (Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete do Vereador Manuel Salgado – Proposta Nº 95/2015 *in* <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-eficazes/plano-de-urbanizacao-do-vale-de-chelas-proposta-de-revogacao> [última consulta a 09.09.2017 pelas 16H17min]).

Aviso n.º 2435/2015: Abertura do período de discussão pública da proposta de revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas *in* Diário da Republica, 2ª Série, Nº 45 de 5 de março de 2015, pp. 5525, 5526.

Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, Divisão de Planeamento Territorial – MONITORIZAÇÃO | DOCUMENTO PRELIMINAR: PLANO DE URBANIZAÇÃO DO VALE DE CHELAS *in* <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-eficazes/plano-de-urbanizacao-do-vale-de-chelas-proposta-de-revogacao> [última consulta a 09.09.2017 pelas 16H18min].

Aviso n.º 8656/2015: Aprovação da Revogação do Plano de Urbanização do Vale de Chelas *in* Diário da Republica, 2ª Série, Nº 153 de 7 de agosto de 2015, p. 22153.

sucessão de lugares residuais que o PDML vinha a encarar com mais severidade. Prevendo apenas a construção de remates, o plano propõe, em medida certa, a definição dos limites edificados de forma a que estes possa adquirir uma clara relação de continuidade sem perderem o seu carácter; isto é, se o sistema do vale Chelas na contemporaneidade é o reflexo de diversas formas de ocupação, em que nas situações de encosta e talvegue predominam os assentamentos mais antigos e nas cumeadas as urbanizações mais recentes, é importante que o sítio encontre o ajuste entre ambas as escalas, na medida em que, as diversas proporções da Cidade (espaço local | espaço urbano) atinjam um equilíbrio. Quando nos colocamos à dimensão de Lisboa percebemos que, segundo o planeamento de 2012, a natural «simetria» da cidade – pelo eixo da cumeada de Sant’Ana até ao Cais das Colunas facilmente se distinguem os vales da Avenida da Liberdade e da Rua da Palma/ Avenida Almirante Reis, convergentes no Edifício da Baixa, a apontarem para topos opostos – é reforçada, pelo facto dos talwegues e encostas de Chelas serem pensados como espaço aberto contínuo que em nada de repetem, ou se confundem, com a presença de Monsanto, mas que lhe são complementares. Por outro lado, ao acertarmos-nos com a dimensão do vale de Chelas, observamos que a ação do PDML não só desenha os limites de bairro como mostra a vontade de os relacionar através da arquitetura (só concretizável em estudos prévios e projetos base).

Todavia, o vale de Chelas continua ausente da memória da Cidade, como se «Nada»³⁸⁴ lá acontecesse ou existisse, mesmo que para chegar ao «Parque das Nações», o último orgulho da cidade contemporânea, se possa por lá passar.

Da consciência de que este sistema foi sendo construído por uma diversidade extraordinária de assentamentos, no qual ainda persistem alguns, quiçá, dos mais antigos, resulta a questão: como pode a arquitetura coadunar as escalas de Chelas por forma a que os seus habitantes se confrontem com a possibilidade de percorrer o vale? Partindo do princípio que a debilidade das estruturas mais antigas provoca um constante sentimento de insegurança, permeabilidade e isolamento nas relações humanas entre os diversos bairros, dependentes ainda hoje das locomoções mecânicas, e que essas construções podem, mais facilmente, ser reabilitadas em operações de pequena e média dimensão, surge o estímulo a pensar o espaço a partir do tecido onde a sua presença seja ainda coesa; ou melhor, nas situações de encosta e talvegue, do Convento de São Félix e Santo Adrião à embocadura do vale.

384 No ano de 2001 aconteciam no espaço de Marvila um conjunto de atividades culturais transdisciplinares que pressupunham pensar a paisagem do sistema do vale de Chelas *in situ*. O «Nada» era “assim a alavanca invisível do futuro, como possibilidade de outras existências, como essência em suspensão de uma «liberdade» [nem que seja somente a do sonho] e de uma espécie de leveza”. Depois dos trinta dias de outubro «nada» mais aconteceu, e a paisagem de Chelas continuou a representar «nada» para Lisboa. CAEIRO, Mário Jorge – Lisboa capital do nada: Marvila, 2011, pp. 10-13.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS **uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção**

TOMO II

Luís Carlos Calhau Torradas

Orientação | Professor Arquiteto Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Professor Doutor Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

Mestrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

TOMO II

Luís Carlos Calhau Torradas

Orientação | Professor Arquiteto Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Professor Doutor Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

Mestrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto

Évora, 2019

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

O VALE DE CHELAS ENTRE O CONVENTO DE SÃO FÉLIX E XABREGAS
uma possibilidade de interpretação, uma hipótese de intervenção

TOMO II

Luís Carlos Calhau Torradas

orientação

Professor Arquiteto Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira
Professor Doutor Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera

Mestrado em Arquitetura
trabalho de projeto

Évora
2019

TOMO II

ÍNDICE GERAL

TOMO I

RESUMO

THE CHELAS VALLEY BETWEEN THE SAINT FÉLIX MONASTERY AND XABREGAS
a possibility of interpretation, a hypothesis of intervention

ABERTURA

o vale
o vale de chelas
o que foi desenhado
o que foi escrito

PRIMEIRO ANDAMENTO DA ROMANIZAÇÃO AOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO

O VALE DE CHELAS ANTES DE 1962

a romanização no vale de chelas
o final da presença romana e o assentamento visigodo no vale de chelas
a presença islâmica no vale de chelas
a ocupação medieval e os primeiros conventos do século XV no vale de chelas
as quintas de recreio e as casas monásticas no vale de chelas
a industrialização no vale de chelas

O VALE DE CHELAS DEPOIS DE 1962

o plano de urbanização de chelas
as últimas décadas de planeamento no vale de chelas

TOMO II

SEGUNDO ANDAMENTO DA TECNOLOGIA DO CAMINHO

OS ITINERÁRIOS DE CHELAS, DO CONVENTO À BOCA DO VALE	5
itinerário bairro do condado praça de xabregas	9
itinerário praça de xabregas praça de chelas	25
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	31
BIBLIOGRAFIA	35



subida à acropole de atenas 1954-58 Dimitris Pikionis (1887-1968) © Hélène Binet ¹

SEGUNDO ANDAMENTO

DA TECNOLOGIA DO CAMINHO

estrutura verde de lisboa



- 01 vale de chelas
- 02 parque de Monsanto
- 03 Tapada das Necessidades
- 04 Jardim da Estrela
- 05 Jardim do Príncipe Real
- 06 Jardim Botânico
- 07 Avenida da Liberdade
- 08 Parque Eduardo VII
- 09 Vale de Alcântara
- 10 Praça de Espanha
- 11 Fundação Calouste Gulbenkian
- 12 Jardim do Torel
- 13 Campo Mártires da Pátria
- 14 Cerca da Graça
- 15 Vale Escuro
- 16 Alameda Afonso Henriques
- 17 Campo Pequeno
- 18 Jardim do Campo Grande
- 19 Parque José Gomes Ferreira
- 20 Tapada da Ajuda
- 21 Jardim Botânico da Ajuda
- 22 Jardim Botânico Tropical
- 23 Jardim Afonso de Albuquerque
- 24 Jardim de Belém
- 25 Jardim da Praça do Império
- 26 Jardim da Torre de Belém
- 27 Jardim de São Jerónimo

OS ITINERÁRIOS DE CHELAS
DO CONVENTO À BOCA DO VALE

A posição do Vale de Chelas na cidade de Lisboa estabelece uma concordância simétrica na sua estrutura verde a partir do Terreiro do Paço. Para Ocidente, depois de subir até ao Rossio, o corredor verde da Avenida da Liberdade desemboca no alargamento do Parque Eduardo VII. Subida a encosta, já na crista do Jardim Amália Rodrigues, os interstícios da cidade consolidada encaminham-nos para a parte mais alta do Vale de Alcântara pelo Jardim da Amnistia Intercional. Vencida a encosta pela Avenida General Correia Barreto, sem que desça ao talwegue, chega-se às portas do grande parque de Monsanto. Pelo arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, o “Plano Verde de Lisboa” (integrado no Plano Diretor Municipal de 1994 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94, de 14 de julho) parece assim esclarecer aquela que é a estrutura ecológica da cidade. Ainda que para oriente a relação entre os espaços permeáveis da cidade não apresente uma definição tão explícita, a estrutura urbana de Lisboa adquire, por sua vez, uma relação simétrica a partir do festo da colina de Santana: da Praça do Rossio, seguindo a da Figueira e do Martim Moniz, o grande alinhamento da Avenida Almirante Reis sobe o vale do Anjos paralelo ao talwegue, grosso modo, até à Alameda Afonso Henriques; por esta, ou pelo Areeiro, sobe-se a encosta poente da colina das Olaias, chegando-se assim a uma das cumeadas de Chelas. A posição destes dois grandes conjuntos permeáveis parece estabelecer assim uma concordância fundamental na organização do espaço de Lisboa.

No tramo principal do vale de Chelas leem-se dimensões distintas.

De Xabregas ao Convento de São Félix (com origem no século VII; atual Arquivo Geral do Exército), percorrendo o talwegue marcado pela Estrada de Chelas e Rua Gualdim Pais – espaço intocado pelos Planos de Urbanização do século XX –, os edifícios de habitação têm dois ou três pisos e em alguns casos o piso térreo é ocupado por espaços de uso comercial. Outras construções mais rudimentares fazem-se circundar por muros altos, dedicando-se sobretudo ao armazenamento de produtos. Certas edificações de maior cuidado arquitetónico que se confrontam com a estrada, ou quando mais recuadas relacionam-se com outros caminhos que descem ao talwegue, persistiram ao avanço da cidade quando as suas funções foram sendo alteradas. Certos muros contêm a orografia, alguns encerram pequenos espaços de cultivo, e outros são ruínas de casarios ou estruturas fabris. Ao longo do percurso a diversidade das escalas altera em função do encaixe vale, e as suas cristas apenas visíveis quando a estrada toma direções retilíneas.

Os acessos às cabeceiras do vale mostram-se mais difíceis à circulação rodoviária que à deslocação pedonal. Para a circulação rodoviária a Estrada de Chelas e Rua Gualdim Pais compõem o principal eixo de comunicação, articulando-se às restantes vias marginais pela Rua de Xabregas e Avenida Infante D. Henrique, e a montante de S. Félix pela Avenida Santo Condestável. O que constitui a deslocação pedonal é em todo o caso o sistema mais danificado. Deste preservam-se o tramo da Estrada de Chelas que se encosta à pendente oriental do Alto de São João, da qual deriva a Calçadinha de Sando António (parcialmente existente) que apanhava a Rua do Sol a Chelas para subir ao festo da Praça Paiva Couceiro. Na vertente oposta (a meia cota do declive ocidental do Bairro da Madre-de-Deus) passa o Beco dos Toucinheiros, que vindo de Xabregas encaixa-se na Rua José Relvas para subir à Calçada de Santa Catarina a Chelas, afluente da Estrada de Chelas. Seguindo o talwegue para montante partem deste a Rua de Cima de Chelas com acesso ao Bairro dos Ourives, e o que resistiu da Rua do Sol a Chelas junto da antiga casa da Quinta do Lavrado. Da Rua de Cima de Chelas (na encosta ocidental do Alto das Conchas) chega-se ao Convento de São de Félix pela Azinhaga do Broma, da qual divergem o Beco das Taipas, a Calçada do Perdigão e a Calçada dos Vinagreiros.

Ao que se relaciona com a variação topográfica do vale de Chelas sobrepõem-se quatro caminhos ferroviários. Em Xabregas, à boca do vale, entre o antigo Convento de São Francisco (atual Teatro Ibérico e Sede do Instituto do Emprego e Formação Profissional) e o antigo Palácio dos Marquês de Niza (hoje Colégio das Artes da Casa Pia de Lisboa),

¹ subida à acropole de atenas 1954-58 Dimitris Pikionis (1887-1968) © Hélène Binet *in* <https://divisare.com/journals/115> [última consulta: 21.12.17; 15H02]



- A estrada de chelas
- B travessa da amorosa
- C beco dos toucinheiros
- D calçada de santa catarina
- E rua do sol a chelas
- F rua de cima de chelas
- G azinhaga da salgada
- H calçada do perdigão
- I azinhaga do ferrão
- J calçada dos vinagreiros
- K azinhaga do broma
- L azinhaga do poço de cortes
- M azinhaga do armador
- N azinhaga da maruja
- O azinhaga do pombeiro
- P azinhaga do planeta
- Q azinhaga das bruxas
- R estrada de marvila
- S azinhaga das veigas
- T azinhaga dos alfinetes
- U rua josé do patrocínio
- V rua direita de marvila
- W rua do vale formoso de cima
- X azinha do troca
- Z calçadinha de santo antónio

- 01 museu nacional do azulejo (convento da madre-de-deus)
- 02 casa pia de lisboa (palácio dos marqueses de niza)
- 03 teatro ibérico (convento de são francisco de xabregas)
- 04 palácio dos marqueses de olhão
- 05 convento do grilo
- 06 convento de santo agostinho
- 07 convento do beato
- 08 palácio da mitra de lisboa
- 09 convento de nossa senhora da conceição de marvila
- 10 palácio do marquês de abranes
- 11 casa da quinta dos alfinetes
- 12 biblioteca municipal de marvila (casa da quinta das fontes)
- 13 casa da quinta das veigas
- 14 casa da quinta do lavrado
- 15 casa da quinta de santa catarina
- 16 casa da quinta de conceição
- 17 arquivo geral do exército (convento de são félix)
- 18 casa da quinta do armador
- 19 casa da quinta do pombeiro
- 20 casa da quinta do perdigão
- 21 casa da quinta das conchas
- 22 casa da quinta das salgadas
- 23 casa da quinta das teresinhas
- 24 casa da quinta da lebre
- 25 casa da quinta das cadetas
- 26 casa da quinta de santo antónio de baixo
- 27 casa da quinta de são pedro

ambos construídos a partir do século XV, diverge a ligação oriental de Lisboa da que vai de Santa Apolónia a Entrecampos; voltando esta última a cruzar o talvegue junto à antiga casa da Quinta do Lavrado (atualmente integrada na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Chelas). Mais a norte, junto a São Félix passa a terceira ligação ferroviária que completa o itinerário entre o Parque das Nações e Roma-Areeiro. Mais recentemente, na última década do século XX, a construção da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa veio completar o conjunto de travessias ferroviárias sobre o vale junto à antiga cerca de São Félix, no *deverticulum* ocidental do talvegue.

Do que se compreende trata-se de um conjunto complexo de caminhos e construções que ocupam e sobrepoem o estreito do vale de Chelas, encostas e talvegue, de uma forma mais ou menos evidente, mas cuja configuração denota a ausência de uma estrutura organizada. Deste modo, a possível intervenção acontece nos momentos de rotura dos caminhos pré-existentes até ao encontro do tecido urbano mais consolidado. Por outras palavras, os limites da proposta de arquitetura estão nas cumeeiras que conformam o desenvolvimento do corpo central do vale de Chelas, cujos espaços surgem quando caminhos encontram o edificado singular.

O sistema de percursos é consolidado por dois itinerários dorsais que percorrem as meias encostas do corpo principal do vale, e entre eles desenvolvem duas praças à cota do talvegue. A norte está a «Praça de Chelas», assumindo-se como um grande terreiro quadrangular encostado ao grande braço do antigo Convento de São Félix (século VII), e a jusante, na boca do vale, abre-se a «Praça de Xabregas» desenhando o espaço entre o edifício de São Francisco (século XV), e o antigo Palácio dos Marqueses de Niza (século XVIII) que antes foi Paço Real (século XVI).

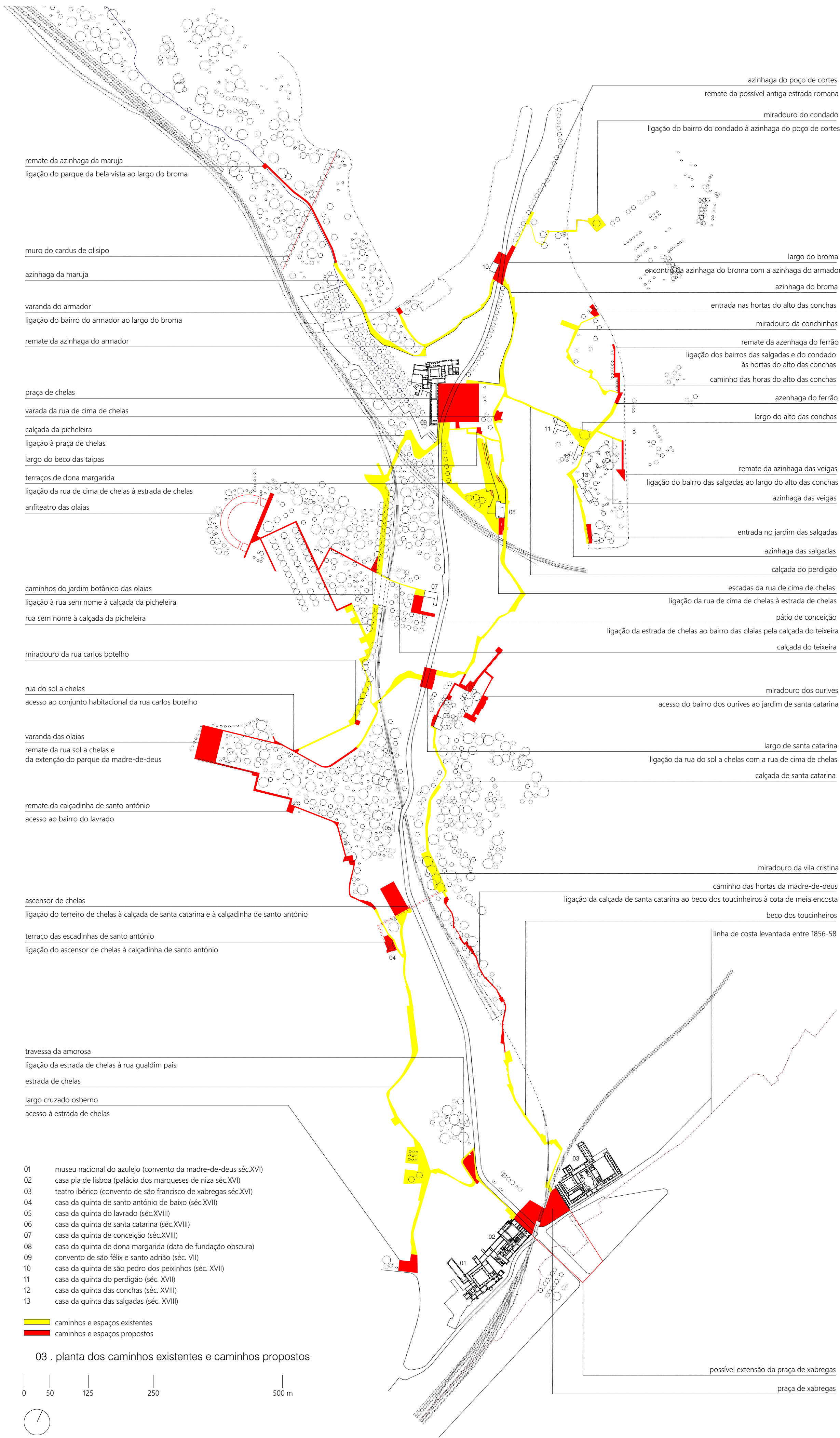
O percurso mais extenso encontra a sua media na distância que vai do Bairro do Armador (no festo do Poço de Cortes aos Ourives) à Praça de Xabregas, do qual se difundem quatro *deverticula* (sing. lat., *deverticulum*): o que perfaz o acesso ao Bairro do Armador, e o que sobe a Calçada do Perdigão para ir ao Bairro das Salgadas, inserem-se na unidade hortícola da encosta poente das Conchas sobranceira à Praça de Chelas; o que conclui a ligação ao Parque da Bela Vista (pelo ramal ocidental do talvegue de Chelas) encontra na unidade desse espaço arborizado; e o que sai do «Jardim de Santa Catarina» sobe ao Bairro dos Ourives.

O segundo itinerário encontra o primeiro na Praça de Xabregas, no «Ascensor da Estrada de Chelas», no «Largo de Santa Catarina» (a meia distância do corpo principal do vale), e na Praça de Chelas, onde termina. O que configura este dorso é dominado pelo encontro dos pequenos ramais do talvegue, expostos a nascente, com o Bairro das Olaias. O primeiro desenha a «Varanda» da Quinta do Lavrado em continuidade com o Parque da Madre-de-Deus (na colina oposta), e o segundo o anfiteatro do «Jardim Botânico» da Quinta de Conceição; momento em que se encosta a unidade do Parque da Bela Vista.

Todo espaço intersticial de São Félix a Xabregas é organizado pelos conjuntos de ocupação vegetal. Se os hortos das Conchas permitem manter a unidade dessa encosta voltada a poente, a descida do Parque da Bela Vista ao tronco principal do vale – assume-se que quando ocupa a antiga cerca de São Félix adote uma geometria particular que permita reforçar a presença desse espaço – atenua a passagem da ferrovia pelo talvegue, continuando para o Jardim Botânico das Olaias, e a extensão do Parque da Madre-de-Deus para a oposta revê a situação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Chelas, propondo a sua retirada.

Cada um dos itinerários é composto por diferentes tramos, e a medida destes é o afastamento entre cada edifício ou espaços singulares.





ITENERÁRIO BAIRRO DO CONDADO | PRAÇA DE XABREGAS

No sítio do Largo de Chelas – antes confinado pela última cerca do Convento, hoje inexistente – abre-se uma Praça quadrangular. Das pré-existências que a configuram, a poente está o grande corpo longitudinal do Convento de São Félix (com possível construção ao longo do século XVII¹); a norte o alçado que marca o acesso à galilé manuelina da igreja, e o arranque da Calçada dos Vinagreiros; e a sul o muro projetado para o fecho do tardo do conjunto habitacional que conforma o Beco das Taipas construído, até onde a cartografia nos permite apurar, o começo do século XIX.

A frente nascente da praça é desenhada por uma rampa que contém a encosta desnivelada até ao encontro com o casario da Calçada dos Vinagreiros (edificado do século XX, como se observa nas planimetrias desse período), permitindo a ligação entre as cotas mais altas da Praça, empenada pela topografia existente, e da calçada.

O pavimento que antecede a entrada do Convento de São Félix é agora calcetado por basalto, ao passo que o chão quadrangular é consolidado por saibro para favorecer a infiltração pluvial. Por sua vez, o caudal de escorrência das cotas mais altas da Praça é encaminhado para uma taça de calcário. A posição de tal peça encontra-se na distância máxima da eventual posição do miliário de Magnêncio (350-353 d.C.) encontrado no altar-mor do Convento².

Quer a Calçada dos Vinagreiros como o Beco das Taipas (que a meio caminho desenvolve um largo de arejamento que recebe dois lanços de escadas vindos da grande rampa da praça) desembocam na Rua de Cima de Chelas – todos calcetados com o mesmo basalto que antecede a entrada no convento –, dorso do itinerário «Bairro do Condado – Praça de Xabrega».

O limite do primeiro tramo do itinerário está o sítio da antiga Quinta do Condado, onde se construiu na década de 80 do século XX a Zona J do Plano de Urbanização de Chelas (PUC); bairro que atualmente tem o nome da anterior propriedade. O conjunto residencial sobrepõe-se ao festo que vinha da Quinta do Poço de Cortes, e termina no que resta do muro meeiro das quintas do Alho (a norte) e das Conchinhas (a sul). Paralelo a este ficou a Rua Alfredo Duarte (Marceneiro) agora rematada por um miradouro que olha a vertente norte do vale. Do belveder – fechado por um muro de 1,20 metros de altura – destaca-se uma escadaria com dois metros de largura para descer à Rua João César Monteiro.

1 Cf. Primeiro Andamento: Das quintas de recreio à industrialização do vale de Chelas: século XVII, nota 294, p. 85.

2 Tentando compreender a possível posição do miliário que foi encontrado na igreja do Convento de São Félix, como visto no estudo em torno da ocupação romana do vale de Chelas, teremos que considerar a sua relação com os que existiam até Lisboa ao longo do itinerário oriental que vinha de *Scallabis* (Santarém). Do miliário de Probo (276-282 d.C.), o que foi encontrado na Casa dos Bicos, sabemos da sua proximidade às Portas Mar. Tendo sido essa a posição original, a distância que ia até ao arranque da Calçada da Cruz de Pedra, local previsto pelo professor Mantas para a localização do segundo miliário, era de 2080,55 metros. Desconhecendo a posição exata do segundo marco há que ignorar a extensão da Calçada da Cruz de Pedra até ao começo da Calçada das Lajes – 167,03 metros –, visto que o podia encontrar-se em qualquer ponto deste tramo. Sabendo ainda que o itinerário romano entre o começo da Calçada das Lajes e o topo do braço longitudinal do Convento de Chelas é de 2195,02 metros, facilmente se percebe que a diferença entre os dois percursos é de 114,47 metros. A existir uma regra de equidistância entre a posição de cada miliário, houve a necessidade de subtrair o excesso ao percurso de Chelas (114,47 metros); posição que veio a coincidir com o estreitamento da estrada onde passa o caminho de ferro. A esta adicionou-se em seguida a dimensão útil do tramo da Calçada da Cruz de Pedra (167,03 metros). Resultou então que a eventual posição do miliário de Magnêncio poderá estar entre o cruzamento do caminho ferroviário com a Estrada de Chelas, e os primeiros 52,56 metros do corpo longitudinal do Convento, medidos a partir do seu topo.

Atravessado o arruamento, a sombra de um conjunto de ciprestes³ cobre o recuo do passeio que recebe uma segunda escadaria: esta desce à cota do talvegue para entrar na Azinhaga do Poço de Cortes entres os caminhos agrícolas agora suavemente rampeados (1,20 metros de largura com 6% de inclinação).

Do que é vencido entre a cumeada do Condado e o leito do vale é acompanhado por Carvalhos-cerquinhos⁴, e o pavimento calcetado com o basalto anterior⁵. Tratando-se de uma encosta exposta a poente a sombra depois do zénite é essencial, e a aderência e resistência da superfície são fundamentais durante os períodos de maior pluviosidade.

A entrada no pequeno ramal da Azinhaga do Poço de Cortes é preparada pela curvatura do muro (3,50 metros de altura, aproximadamente) que desenhava a entrada na Quinta das Conchinhas. Nesse momento a azinhaga alarga-se para rematar a descida, e receber quem vem do Largo do Broma, local onde a Estrada de Chelas encaixava na Azinhaga do Poço de Cortes. O largo é então redesenhado por dois muros: um que remata a parede ocidental da azinhaga, e outro que se encosta na perpendicular ao alçado noroeste da antiga casa da Quinta de São Pedro dos Peixes (edifício devoluto; data de construção obscura).

A respeito da Azinhaga do Poço de Cortes sabemos que pode ter sido um dos tramos da estrada romana Olisipo – Scallabis com destino à capital de província Emerita Augusta⁶. Apesar da sua possível integração no *Cursus Publicus* imperial, como defendido pelo professor Mantas⁷, esta não atingia a dimensão das grandes estradas ibéricas, como exemplo para a Via da Prata (itinerário norte – sul que ligava Sevilha a Gijón por Mérida, Cáceres, Salamanca, Zamora,

3 Dizem os professores Caldeira Cabral e Ribeiro Telles que o Cipreste (*Cupressus sempervirens*) é uma espécie arbórea não espontânea, mas tradicional na paisagem portuguesa, cuja copa pode atingir entre os 3 a 20 metros, e resistente em qualquer situação topográfica, exceto em terrenos encharcados. Dado que o atravessamento da Rua João César Monteiro é feito às cotas mais altas da encosta do Condado, a escolha da espécie relaciona-se com a persistência da sua folha ao longo do ano, sendo resistente ao vento e à ausência de rega, e com a singularidade da sua forma vertical.

CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro – A Árvore em Portugal, p. 79.

4 Na região de Lisboa o vale é ocupado por três espécies arbóreas distintas: nos cumes e encostas surge o Carvalhal da zona húmida-quente; nos leitos a mata ribeirinha de Freixos e Ulmeiros; e nas margens a vegetação marginal. Entre os Carvalhos, o Cerquinho (*Quercus faginea*) é autóctone nas regiões do centro e sul do país, em que a “folha só cai pouco antes da rebentação”, e a copa, em forma de «U» pode atingir uma dimensão entre os 20 e 25 metros de altura.

Idem, *ibidem*, pp. 48, 62.

5 Na construção de calçadas começa-se por compactar o solo de assentamento para este adquirir estabilidade, e caso não seja coeso há que colocar uma sub-base de *tout-venant* compactado (com espessura variável conforme a natureza do solo). Sobre o enrocamento distribui-se pó de pedra ou areia, cuja espessura vai dos 4 aos 15 centímetros (dependendo da dimensão da pedra a calcetar), a fim de evitar deformações do pavimento, e consequente «salto» de pedras. As juntas da calçada não devem ser inferiores a 5 milímetros, pois só assim se impedem oscilações no pavimento devido à dilatação da matéria e da carga que sobre ela se aplica. No entanto, também o afastamento entre as pedras depende da sua dimensão.

Colocada a calçada preenchem-se as juntas com pó de pedra, areia, ou areia e cimento (traço de ¾ de areia para ¼ de cimento), rega-se o pavimento para fazer infiltrar o preenchimento, e compacta-se a maço, placa vibratória, ou recorrendo a um pequeno cilindro. Finaliza-se o calcetamento com areia fina que se espalha em toda a área tratada “para que, recorrendo em muitas situações à escovagem da calçada com vassouras e rodos, se removam as sujidades e detritos gerados durante a execução”. Dizem ainda os autores que “o pavimento deve ficar plano, limitando-se as inclinações aos casos em que seja recomendável a drenagem das águas pluviais ou seja necessária a execução de rampas de acesso para veículos, rampas junto a passadeiras para peões e rampas de acessibilidade para diminuídos motores” (HENRIQUES, António Manuel Esteves, MOURA, António A. Casal, SANTOS, Francisco Amado – MANUAL DA CALÇADA PORTUGUESA, pp. 42-47).

Porém, Ana Cannas Silva acrescenta ao método construtivo que o calcetamento só se inicia após a fixação do lancil; que a profundidade da caixa a receber a areia deve ter entre os 8 e 10 centímetros de profundidade, e só depois é compactado o enrocamento; que a pendente da areia de assentamento deve ser de 1 ou 2%; e que o processo de fecho das juntas (areia, rega e batimento) repete-se três vezes para que a calçada fique estável (Calçadas de Portugal: simetria passo a passo, p.42).

Em casos de calcetamento cuja pedra a aplicar tenha por medidas 0,10x0,10x0,10 metros (cubos 9x11 da norma NP EN 1342:2004), a camada de areia ou pó de pedra terá que ter uma profundidade de 0,15 metros, e as juntas uma dimensão de 0,15 metros.

6 Sobre a composição o itinerário Cf. Primeiro Andamento: A romanização no vale de Chelas, pp. 5-9.

7 Idem, p. 10, nota 32.

Astorga, León e Oviedo). Seria em todo o caso uma estrada de escala intermédia, à semelhança do itinerário que passava a montante de Burgos (Castela e Leão).

A estrada cumpria o trajeto entre Bracara, uma das sedes conventuais da Gallaecia, e a capital provincial da Tarraconensis, Caesar Augusta (Saragoça). Entre elas estavam as civitas de Austerica (Astorga), Legio (León), Virovesca e Calagurris (Calahorra). No sítio de Las Mijaradas (Burgos) a secção tipo⁸ do itinerário era feito por um aterro simétrico de oito metros de sessenta centímetros de largura, com um tapete de circulação de quatro metros e vinte centímetros⁹. Os taludes de escoamento seguiam a regra comum de construção¹⁰, com quarenta e cinco graus de pendente por dois metros e vinte de projeção horizontal. Sobre o nível natural do solo assentava um primeiro enrocamento composto por material pétreo com trinta centímetros de altura. A cima deste construíam-se outras duas camadas de pedra com a mesma espessura, cujos limites recuavam face à dimensão anterior. O acabamento da estrada, ou seja, o pavimento de circulação era preferencialmente formado por matéria de grão fino, quando disponível, colocada numa caixa com igual profundidade (0,30 metros)¹¹. Já em Briviesca (Burgos) a mesma estrada tinha uma secção tipo ligeiramente diferente. Aqui, a largura do aterro apresentava doze metros, o pavimento de circulação repetia o processo construtivo anterior em seis metros de largura, e os enrocamentos eram apenas dois, também esses com trinta centímetros de espessura cada¹².

O que envolve a secção tipo da presumível estrada romana de Chelas nada se sabe dada a ausência de qualquer intervenção arqueológica que a pudesse comprovar. Do que vimos da notabilidade de Felicitas Iulia Olisipo aproximar-se-ia ao estatuto de Bracara¹³, tal como a representatividade de Caesar Augusta se assemelhava à de Emerita. Desta forma, os remates da Azinhaga do Poço de Cortes encontram a sua proporção nas medidas das secções tipo do itinerário Bracara – Caesar Augusta nos sítios de Las Mijaradas e Briviesca.

O alargamento norte da azinhaga, isto é, o espaço que recebe os acessos que descem a encosta do Condado tem uma largura de seis metros, e estende-se até ao encontro do segundo fragmento do muro que demarcava o limite da Quinta do Alho com a Quinta das Conchinhas. A conter a chegada da encosta está um banco com um metro e dez centímetros de profundidade e quarenta de altura, a acompanhar o desenvolvimento do espaço (26,80 metros de

8 No estudo das técnicas de construção das estradas romanas a secção tipo caracteriza de forma precisa a infraestrutura num determinado tramo do seu itinerário. Trata-se, portanto, de uma corte transversal à escala do desenho de execução, onde são detalhados os materiais utilizados, as suas espessuras, o declive dos taludes, e a natureza da construção, se a terraplanagem foi concretizada por aterro ou desmontagem dos terrenos.

GALLO, Isaac Moreno – Vías Romanas: Ingeniería y Técnica Constructiva, p. 104.

9 Idem, *ibidem*, p. 107.

10 Segundo Gallo “*la inclinación de los taludes depende, en el caso de los desmontes, de naturaleza del terreno excavado u por tanto de la estabilidad al deslizamiento o a la meteorización del mismo. Para ello se busca lo que se llama el talud de equilibrio. En el caso de los terraplenes el proceso es similar, admitiéndose los cuarenta y cinco grados como norma general (1H/1V), pero pueden ser más tendidos*”. Idem, p. 104.

11 “*La capa de cimentación en las carreteras romanas suele ser de tamaños gruesos y de importante espesor para dar soporte y resistencia a todo el paquete de firmes. Cuanto peor es el terreno de asiento más potencia tiene esta capa, y en los casos en los que el terreno es muy resistente, por ejemplo roca, llega a desaparecer [...] la capa final o de rodadura está compuesta de materiales de grano fino, o muy fino, con preferencia hacia las gravas naturales de árido fino (zahorra natural) cuando están disponibles. Estas características de capa de rodadura facilitaban el tránsito de los vehículos y animales que las frecuentaban en excelentes condiciones*”. Idem, p. 105.

12 GALLO, Isaac Moreno – Vías romanas: Identificación por la técnica constructiva in Cimbra: Revista del Colegio de Ingenieros Técnicos de Obras Públicas, N° 389, p. 28.

13 Acerca dos estatutos romanos de Lisboa veja-se o que dito nas páginas 24 e 25 do Primeiro Andamento.

comprimento). Daqui segue um alinhamento de Choupos¹⁴ em direção a norte, sugerindo a continuidade do percurso segundo o que seria o trajeto da estrada.

No topo oposto da azinhaga um muro de betão – 1,47 metros de altura por 0,40 metros de espessura¹⁵ – remata o paramento ocidental pré-existente, e desenha o «átrio» de entrada no Largo do Broma.

O pavimento da Azinhaga do Poço de Cortes e Largo do Broma é concluído com o mesmo saibro que cobre a Praça de Chelas. Tratando-se de uma intervenção em talvegue mostra-se relevante que o gão fino da matéria facilite o percurso natural da água; como vimos, as cotas mais baixas do vale favoreceram o menor esforço para o cumprimento das distâncias, mas também é o caminho que a água toma quando se precipita.

Ao Largo do Broma chega ainda a Azinhaga do Armador encostada ao muro que cercou o Convento de São Félix, possivelmente a partir do século XVII, conformando o começo do primeiro deverticulum do itinerário «Bairro do Condado – Praça da Xabregas».

O que conseguimos saber desta azinhaga prende-se tanto à sua possível integração no conjunto de caminhos agrícolas romanos, enquanto eventual acesso da villa de Chelas à sua necrópole – tramo que sobe a encosta da antiga Quinta do Armador –, como provável caminho aberto após a expansão do domínio conventual – tramo que se encosta à antiga cerca norte¹⁶.

Entrando no deverticulum do Armador começamos a subir as cotas mais baixas da encosta entre os muros da antiga Quinta de São Pedro dos Peixes, e do convento. A irregularidade do percurso é conferida pelas torções das alvenarias o limitam (entre dois e três metros de altura) até onde se encaixa a Azinhaga da Maruja. Basta que uma calçada de basalto regularize o pavimento para que este se torne acessível. Todavia, o piso do troço da Azinhaga do Armador que se dedica à maior pendente da encosta é reforçado por degraus que facilitam o trajeto. À semelhança dos anteriores eventuais caminhos de assentamento romano, toda a extensão da Azinhaga do Armador revestem-se com o que pavimentou a Azinhaga do Poço de Cortes e Praça de Chelas.

Terminada a subida, uma varanda permite olhar as frentes orientais da cidade (Bairro das Olaias) antes de se alcançar a Avenida Carlos Pinhão para se entrar no Bairro do Armador, antiga Zona M do PUC.

O segundo remate do deverticulum do está no encontro da Azinhaga da Maruja com os caminhos do Parque da Bela Vista, em pleno talvegue ocidental do vale de Chelas.

14 Em todo o território nacional o Choupo – Branco (*Populus alba*), Cizento (*Populus canescens*), Negro (*Populus nigra*), e Tremedor (*Populus tremula*) – é uma das espécies arbóreas espontâneas que ocupa as posições mais baixas do vale. Quer nas várzeas ocasionalmente inundáveis, nos sopés das encostas, em matas ribeirinhas, ou nos leitos de cheia, ao contrário da generalidade das espécies, as raízes destas árvores expandem-se para além da projeção horizontal da sua copa, que pode atingir entre os 12 e 35 metros de altura, para segurar os terrenos. CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro, op. Cit., pp. 64-66.

15 Por Catão, autor romano do tratado *De Re Rustica* (século II a.C.), o limite do *fundus* da villa deveria ser construído por um muro rebocado com cinco pés de altura, e capeado com uma peça de 1 pé de espessura, e 1 pé e meio de largura por 14 pés de comprimento. Quanto à medida do «pé romano» o *Dicionário da Idade Média* organizado por Henry R. Lyon (1989) atribui uma dimensão de 0,2945 metros. Convertendo as medidas de Catão segundo o valor avançado pelo Dicionário, o muro apresentava uma altura de 1,4725 metros, e a peça de capeamento um comprimento de 4,123 metros por 0,442 metros de largura.

Dicionário da Idade Média, tradução de Jorge Zahar Editor, p. 296. (obra original: *The Middle Ages – A Concise Encyclopaedia*. London: Thames and Hudson Ltd., 1989).

Veja-se o que foi dito sobre o limite da propriedade romana nas páginas 48 e 49 do Primeiro Andamento.

16 Cf. Primeiro Andamento: Carta conjetural da segunda centurição do vale de Chelas [Cr.03] e Carta conjetural da ocupação do vale de Chelas no século XVII [Cxvii].

Conjeturada a fundação da Azinhaga da Maruja pelas hipotéticas centuriações de Olisipo, na primeira (710 metros de lado) seria o quinto caminho a norte do decumanus da civitas, e na segunda o terceiro caminho da distribuição pública das terras a oriente cidade (1420 metros de lado)¹⁷.

Quanto aos caminhos agrícolas abertos por centúrias, o professor Jorge de Alarcão diz que os limites linearii, ou seja, as estradas que desenhavam o fundus, tinham oito pés romanos de largura (equivalente a 2,356 metros), sendo que, “de cinco em cinco, uma dessas estradas tornava-se mais larga, com 12 pés [3,534 metros]; a esta chamava-se limite quintarii”¹⁸. Caso o caminho da Maruja tivesse integrado o primeiro limite quintarii da primeira centuriação do ager de Olisipo – tal como a Calçada do Perdigão –, então era a segunda maior estrada romana do sistema do vale de Chelas, cruzando a via pública que ia para Mérida na derivação do talvegue; com ligação à estrada de Sacavém.

De onde começa a Azinhaga da Maruja, e percorridos quarenta e sete metros além do fundus conventual de São Félix cruzam-na outros dois caminhos rurais que servem os hortos de hoje; sob a travessia aérea do metropolitano de Lisboa. Até aí, os muros que a desenhavam são irregulares, alargando e suprimindo o acesso sem uma intensão específica; o que se mantém visto que a encosta já está contida. Depois do entroncamento, o percurso da azinhaga reconfigura-se ao longo do talvegue aproximando-se da medida romana. Com três metros e cinquenta e três centímetros de largura encosta-se a um muro pré-existente – quando este termina constrói-se outro com as mesmas medidas, e materiais dos que desenhavam o «átrio» da Azinhaga do Poço de Cortes – para chegar ao caminho mais a sul do Parque da Bela Vista. A meia distância o deverticulum é cruzado por um alinhamento de árvores – Choupos no leito de cheia da Ribeira de Chelas, e Carvalhos-cerquinhos na encosta – orientadas segundo o que poderia ser a projeção do Cardus de Olisipo. Para se encaixar com os trilhos da Bela Vista, andados duzentos metros sempre em confronto com a ribeira, o pavimento da azinhaga alarga-se para dar lugar a um banco que recebe quem vem do parque.

Retomemos ao Largo do Broma, lugar onde começa o segundo troço do itinerário «Bairro do Condado – Praça de Xabregas».

Tal como a parte mais baixa da Azinhaga do Armador, conjetura-se que a Azinhaga do Broma tenha surgido da mesma expansão da cerca do Convento de Chelas no decorrer do século XVII. Assim sendo, o percurso que atualmente é calcetado por pedras de basalto irregular mantém-se. Junto ao Largo, os muros medem três metros de altura, e na chegada à Calçada dos Vinagreiros chegam aos cinco. Na face que pertenceu ao Convento são paredes de clausura, enquanto no limite oposto sustentam os acidentes da encosta.

Ao encontro da Azinhaga do Broma vem também a Rua de Cima Chelas, cujos muros são mais baixos e constantes (entre 1,85 e 2 metros de altura). Logo após o entroncamento surge a Calçada do Perdigão, eventual quintarii romano, dorso do segundo deverticulum do itinerário.

O desenvolvimento da Calçada do Perdigão apresenta cento e vinte e quatro metros de comprimento, uma es-

17 Cf. Primeiro Andamento: Carta conjetural da primeira centuriação do vale de Chelas [Cr.02] e Carta conjetural da segunda centuriação do vale de Chelas [Cr.03].

18 ALARCÃO, Jorge de – SOBRE A ECONOMIA RURAL DO ALENTEJO NA ÉPOCA ROMANA, p. 21.

pessura média de três metros, dezasseis por cento de pendente, e os muros laterais têm uma altura aproximada de dois metros. Todo o troço é hoje revestido por uma calçada irregular de basalto, que é substituída por saibro continuando a arqueologia dos possíveis caminhos romanos: este garante o atrito necessário quando chove, e pelo aumenta a capacidade de infiltração pluvial diminui o caudal de escorrência.

No topo da Calçada está o do Largo das Conchas em pleno festo oriental do vale de Chelas, da qual depende a entrada da casa da Quinta do Perdigão (século XVII; edifício devoluto), um Pinheiro-manso¹⁹, e o entroncamento de outras três azinhagas.

Para nascente, o que resta da Azinhaga das Veigas – provável limite quintarii da primeira centurição de Olisipo²⁰ – é rematado por uma rampa (3,53 metros de largura por 6% de inclinação²¹) que se encosta à Rua João Cesar Monteiro para receber quem vem do Bairro das Salgadas, no átrio da entrada de baixo do jardim da antiga quinta.

Para norte vai a Azinhaga do Ferrão – possível limite linearii da primeira e segunda centurição²² – que é concluída por um acesso rampeado (2,35 metros de largura com um pendente igual à das Veigas), e protegido por ciprestes e um muro – construído como os que ladeiam o «átrio» da Azinhaga do Poço de Cortes –, que nos dirigem para o Bairro do Armador. Onde termina a pré-existência do caminho do Ferrão solta-se um pequeno trilho entre os hortos das Conchas, passa pelo miradouro que é pavimento pela soleira de uma antiga unidade da Fábrica de Pólvora Seca de Chelas, e termina na Rua Cesar Monteiro.

Para sul dirige-se a Azinhaga das Salgadas, hipotético caminho medieval português²³ que agrega as entradas principais das casas da Quinta das Conchas e das Salgadas, ambas do século XVIII²⁴. Quando o caminho chega ao Jardim das Salgadas alarga-se para desenhar a entrada de cima do espaço ajardinado. À exceção desta última, que é consolidada com o mesmo empedramento da Rua de Cima de Chelas (basalto), quer o largo das Conchas, como a Azinhaga do Ferrão e das Veigas são pavimentadas com a mesma matéria que cobre a Calçada do Perdigão.

Retomando à Rua de Cima de Chelas percorrem-se cinquenta e dois metros, contados a partir do arranque do segundo deverticulum, até se encontrar uma das entradas de serviço da antiga Quinta do Perdigão. Entrando no acesso chega-se a um mirante que observa a Praça de Chelas a cima do limite da cumeeira do Convento. O Carvalho-Cerqui-

19 Atingindo os 30 metros de altura, o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*) é uma espécie espontânea em Portugal que se adapta a todas as situações topográficas excetuando as alpinas, subalpinas, várzeas e margens ribeirinhas. A sua resistência à secura do solo e da atmosfera confere-lhe um carácter resistente que não obriga a um cuidado constante. A copa pode adotar uma configuração circular em que o tronco pouco se vê, ou uma forma achada que pousa sobre um fuste estreito e alto.
CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro, op. Cit., p. 69.

20 Cf. Primeiro Andamento: Carta conjetural da primeira centurição do vale de Chelas [Cr.02].

21 Segundo Isaac Gallo a pendente máxima admitida na construção de uma estrada romana era de 8%, valor máximo que a atual regulamentação (Decreto Lei 163/2006 de 8 de agosto) prevê quando há que vencer um desnível inferior ou igual a 0,40m numa projeção horizontal, inferior ou igual, a 5 metros. No entanto, a mesma legislação refere que a pendente de um acesso rampeado deve ser a menor possível. Uma vez que os desníveis a vencer são sempre superiores a quarenta centímetros, de modo a que o percurso se torne acessível a inclinação máxima a utilizar será sempre de 6% numa projeção horizontal de 10 metros.
GALLO, Isaac Moreno – Vías Romanas: Ingeniería y Técnica Constructiva, p. 48.
AA.VV. – Guia: Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto, pp. 103-111.

22 Cf. Primeiro Andamento: Carta conjetural da primeira centurição do vale de Chelas [Cr.02] e Carta conjetural da segunda centurição do vale de Chelas [Cr.03].

23 Cf. Primeiro Andamento: A ocupação medieval portuguesa no vale de Chelas, p. 69; e respetiva carta conjetural [Crp].

24 Cf. Primeiro Andamento: Das quintas de recrio à industrialização do vale de Chelas: século XVIII, p. 90; e Carta conjetural da ocupação do vale de Chelas no século XVIII [Cxxviii].

nho que nele está plantado oferece a sombra necessária ao espaço que se expõe a ponte.

Deixado o miradouro, a trinta e quatro metros a sul desemboca na Rua de Cima de Chelas o Beco das Taipas.

Outro acesso que deriva segundo dorso do itinerário «Bairro do Condado – Praça de Xabregas» encontram-se junto a uma porta perto do gaveto da rua, facilitando a descida aos socalcos que talvez tenham suportado a vinha da Ordem de Santiago²⁵, que foram da Horta de D. Margarida (segundo o levantamento de Silva Pinto), e que podem voltar a ser cultivados. Por estes patamares chega-se também ao tanque que abasteceu o horto mais baixo. Na entrada do Pátio do Quintinho, que foi a casa da Quinta de D. Margarida (edifício devoluto; data de construção obscura), dois lanços de escadas voltam a descer a encosta para ir à Estrada de Chelas, cujo caminho é induzido pelo mesmo tanque de abastecimento, e por um conjunto de Ulmeiros²⁶ que ocupam o tardoz da antiga quinta. O atalho não carece de qualquer tratamento, sendo apenas necessário garantir a sua limpeza para que possa ser plantado. A montante, junto ao arranque das escadas do Quintinho outros dois lanços de escadas aproveitam a queda do muro da rua para dar acesso aos cultivos da encosta das Conchas.

O pavimento que percorre a Rua de Cima de Chelas, pressuposto caminho medieval português²⁷, até ao encaixe da Azinhaga do Planeta encontra-se calçadado por pedras de basalto irregular, e o que continua até à Estrada de Chelas reveste-se com asfalto, substituído pela mesma pedra que reveste o caminho de Cima de Chelas.

A respeito dos caminhos medievais Helena Monteiro refere que as condições naturais da paisagem eram fundamentais para a formação dos itinerários, “na medida em que, [...] o ainda insuficiente apetrechamento técnico limitava não só a superação de determinados acidentes naturais, como a eficaz colocação de pavimentos adequados ao itinerário e à circulação”²⁸. Isto é, a ausência de uma metodologia teórica, prática, e técnica – que acompanhou a antiguidade clássica e a civilização islâmica – levou a uma interpretação da orografia cada vez mais empírica e circunstancial. Ao contrário do que se praticava no norte da Europa onde os níveis elevados de pluviosidade obrigavam ao calçadamento dos percursos, nos territórios mediterrânicos, a “geomorfologia mais arenosa, acab[ou] por manter em muitos casos o leito dos caminhos sem qualquer lajeado, ou seja, em terra batida”²⁹, condicionando os percursos aos lamaçais do inverno, e às poeiras do verão. Desta imprevisibilidade técnica resulta ainda a dificuldade de compreender a medida de certas vias. A avaliar pelas iluminuras que acompanham a canção 266 escrita por Afonso X de Leão e Castela (1221-1284) nas Cantigas de Santa Maria [xx], ou a que consta nos versos de Cristine de Pisan (Livre du chemin de long estude, Enseignements moraux, Oraison Notre-Dame, Quinze Joies Notre-Dame, Dit de la pastoure, Oraison Notre-Seigneur, Livre du duc des vrais amants, 1407-09, folha 74v.) [xx], mesmo que aos desenhos lhe escape a real proporção entre

25 Cf. Primeiro Andamento: A ocupação medieval portuguesa no vale de Chelas, pp. 72, 73.

26 À semelhança do Choupo o Ulmeiro (*Ulmus procera*) é outra das espécies espontâneas em Portugal que ocupam as várzeas, as bases das encostas, e os taludes dos terraços. A sua copa pode atingir uma altura entre os 15 e 25 metros, proporcionando sombra no verão e a passagem da luz no inverno.
CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro, op. Cit., p. 73.

27 Cf. Primeiro Andamento, op. Cit., p. 73, 74.

28 MONTEIRO, Helena – A ESTRADA DA BEIRA: RECONSTITUIÇÃO DE UM TRAÇADO MEDIEVAL, p. 17.

29 Idem.

as figuras, duas Varas (2,20 metros)³⁰ deveriam bastar para fazer passar um carro agrícola ou a «alcova» móvel de uma senhora. No entanto, o professor António de Oliveira Marques indica:

“a partir do século XIII começaram a surgir, em zonas de maior desenvolvimento comercial, estradas de calhau ou de cascalho assente sobre um alicerce de areia, o que permitia dilatações e contracções motivadas pela temperatura, bem como fáceis reparações, quando necessário. Além destas estradas, construíram-se igualmente vias com lages ligadas umas às outras por argamassa, feita de areia, cal e lodo, assentes também sobre areia. Nas principais cidades, mormente nas construídas sobre colinas, com pavimentos inclinados, surgiram calçadas, vulgares em toda a Europa a partir do século XIV. O sistema de pavimentação não se afastava muito do descrito para as estradas, empregando-se lages, calhaus, cascalho e até tijolos. Também se tornou frequente, em planos inclinados, cavar um rego no meio das ruas, por onde a imundície era arrastada”³¹.

Sendo hoje a Rua de Cima de Chelas um percurso vital na transposição do ramal ferroviário Entrecampos – Oriente, e na comunicação do tecido que se contra a montante e jusante deste, é importante que o seu pavimento seja sólido, e que o seu grau de impermeabilidade evite transtornos às cotas mais baixas. Melhor dizendo, o revestimento da rua deve ser estável, de fácil reabilitação, e que reduza o quanto possível o risco de acumulação de água à cota da Estrada de Chelas (no talvegue do vale), que até encontrar o dito ramal ferroviário é amplamente construída por edifícios de habitação em piso térreo.

O terceiro e último tramo do itinerário «Bairro do Condado – Praça de Xabregas» começa no Jardim da Quinta de Santa Catarina, com a atual casa fundada ao longo do século XVIII (edifício devoluto). Quem entra no jardim pela Rua de Cima de Chelas cruza o terceiro deverticulum, dirigido para o Largo de Santa Catarina e para o Bairro dos Ourives.

A subida ao Ourives faz-se por escadas, que quando atingem metade da subida encontram a varanda que regulariza o pavimento junto às entradas das habitações da Rua António Joaquim Anselmo, terminando num pequeno largo. Chegando ao topo da encosta entra-se no belveder que remata a Rua Doutor Manuel Espírito Santo, e a frente dos últimos edifícios desse arruamento.

³⁰ Segundo Mário Barroca as medidas-padrão portuguesas utilizadas na Idade Média derivam do Palmo (0,22 metros). Em primeira instância estava o Côvado, ou Alna, com 3 Palmos de comprimento (0,66 metros), e a Vara com 5 Palmos (1,10 metros). Destas descendiam o Meio Côvado com 0,33 metros, e a Meia Vara com 0,55 metros; empregues sobretudo na comercialização de tecidos. A sua disseminação por todo o país deu-se na segunda metade do século XIII para combater a fraude fiscal; o que não impedia que cada cidade adotasse uma medida diferente. Em Braga, o baixo relevo da Torre de Menagem do Castelo media uma Vara, mas em Guimarães tinha metade dessa dimensão; em Pinhel usava-se o Côvado como referência, e em Marialva, além deste, também era admitida a Vara e o Palmo. Quanto ao Porto e Monforte, além de se aceitar a Vara como medida-padrão, a Meia Braça era também uma referência comercial. Quanto a esta o autor refere que tinha cerca de 0,92 metros, o que permite especular que uma Braça estaria na ordem de 1,84 metros; utilizada na compra e venda de fitas e linhas. No entanto, diz também que a Meia Braça não é uma medida-padrão, portanto, autónoma do Palmo. Quanto à unidade de mensuração utilizada no comércio de Lisboa o autor não faz qualquer referência, possivelmente pela inexistência das marcas que a pudessem comprovar, ainda assim, indica “que já antes do reinado de D. João I [1385-1433; regente entre 1383-85] o Palmo seria uma medida uniforme”.

BARROCA, Mário Jorge – Medidas-Padrão Medievais Portuguesas *in* Revista da Faculdade de Letras: História, II série, Volume IX, pp. 54-56, 83.

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – Nova História de Portugal, Volume IV: PORTUGAL NA CRISE DOS SÉCULOS XIV E XV, pp. 58, 59.

Atravessado o jardim em direção a Sul, o começo do terceiro deverticulum começa a percorrer a Calçada de Santa Catarina a Chelas, troço da antiga Azinhaga dos Toucinheiros (segundo o levantamento topográfico de 1904-11), presumível caminho medieval português³².

O momento de maior instabilidade do caminho está nos seus primeiros cento e trinta metros, quando sobe além da cota média da encosta da Mata da Madre-de-Deus com quinze por cento de inclinação. Trajeto que é acompanhado pelos muros que amparam o declive da mata, e por moradias de escala reduzida. Vencida a dificuldade, o pavimento – semelhante ao da Rua de Cima de Chelas – mantém-se de nível até encontrar o terraplano que embasou a Vila Cristina (demolida); habitações que haviam sido construídas durante a Revolução Industrial da segunda metade do século XIX. Nesses dezoito metros em que o trajeto se alarga, planta-se um alimento de Pinheiros-mansos ao longo de cinquenta e quatro metros. A cobertura conseguida pela copa das árvores é alta, e a sombra pouco densa e arejada, sem interrupção da visibilidade para a encosta do Alto de São João dada a esbelteza dos troncos. No final do terraço aproxima-se o passeio elevado do «Ascensor da Estrada de Chelas», e um lanço de escadas que desce dois metros para cota mais alta do caminho dos hortos dos Toucinheiros, no tardo da Rua José Relvas.

Os troços que antecedem e excedem os pequenos espaços cultivados seguem a marcação de caminhos de pé posto. Consolidados com dois metros e vinte centímetros de largura útil (duas Varas), e uma pendente suave (6%), quando o espaço é reduzido para superar os desníveis existentes constroem-se degraus. Sempre que se tenham que levantar muros ou fixar guardas, os primeiros constroem-se com quarenta centímetros de espessura e sobem ao nível do talude a suster, ao que passo que as guardas têm a altura constante de uma Vara (1,10 metros). Tratando-se de um percurso que serve uma produção agrícola de subsistência – manuseiam-se utensílios pequenos e de tração humana – o basalto que foi utilizado nos caminhos da encosta do Condado, e no terraço de Santa Catarina mostra-se também aqui adequado: a aderência da pedra é constante em momentos de maior pluviosidade, a dureza do grão resiste aos impactos dos metais, e caso tenha que ser reparado facilmente se substitui.

No final dos caminhos dos Toucinheiros encontra-se o Beco com o mesmo nome. Por este começa-se a descer a encosta em calçada similar à de Santa Catarina a Chelas, passando pela grande varanda que olha a embocadura do vale. Terminada a descida no tardo do antigo Convento de São Francisco um arco da ponte ferroviária abre-se para Praça de Xabregas. O alçado poente do convento é descoberto pela remoção do edifício que antes o escondia, e os muros do viaduto são reforçados após a desmontagem do talude pré-existente, de forma a permitir a entrada no Largo do Marquês de Nisa.

O espaço que se reabre na frente nascente do antigo palácio, que foi Paço de D. João III (1521-1557)³³, dá agora acesso à Vila Flamiano pela Praça de Xabregas, e supera o estrangulamento da Rua Gualdim Pais no encontro com o viaduto ferroviário. O redesenhar do largo garante assim o afastamento necessário à frente do Edifício, não só para o equilíbrio da proporção entre espaço aberto e espaço edificado, mas também pelo reconhecimento da singularidade da sua arquitetura. Se confrontarmos Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa de 1835 (serviços militares do reino) com o Levantamento Topográfico da Cidade de Lisboa de 1858 (Filipe Folque) percebemos que a existência

32 Cf. Primeiro Andamento: A ocupação medieval portuguesa no vale de Chelas, pp. 73, 74; e respetiva carta conjetural (Crp).

33 Cf. Primeiro Andamento: Das quintas de recreio à industrialização do vale de Chelas: século XVI, pp. 767

do largo está na recuperação do alargamento que antes afrontava o Edifício. Isto é, a supressão que o aterro ferroviário dos anos 50 do século XIX causou no espaço entre a fachada do Palácio dos Marqueses de Niza, e a margem do rio, eventualmente utilizada para manobras de carros e atracagem de pequenas embarcações – relembrem-se que em 1517 as relíquias de Santa Auta foram levadas para a Madre-de-Deus em procissão naval³⁴ –, levou a que esse alargamento se colocasse no tardo da ponte; motivo pelo qual, possivelmente, também se construiu o ancoradouro fortificado de Xabregas entre 1835-58.

A primeira operação na consolidação da Praça de Xabregas termina com a sua repavimentação, dando lugar a uma calçada de basalto sobre a qual repousa uma segunda taça circular, desta vez elevada do solo. A posição de tal peça interpreta a notícia que Augusto Vieira da Silva deu a respeito de um pedestal encontrado num dos paramentos do forte de Xabregas, e que terá servido de apoio a uma estátua honorífica do imperador Trajano Adriano por volta do ano 121 d.C.³⁵. Não sabendo o lugar exato do monumento especulamos a sua posição ao centro geométrico da praça.

Apesar da intervenção na Praça de Xabregas voltar a pôr contacto visual o palácio e o convento através da abertura do viaduto, o grande espaço público de Xabrega só atingirá a sua verdadeira proporção – que deve respeitar a dimensão da singularidade edificada (Convento da Madres-de-Deus, Palácio dos Marqueses de Niza e Convento de São Francisco) – quando for possível a retirada do terminal do Porto de Lisboa da embocadura do vale de Chelas, e desse sítio se volte a conseguir olhar o estuário do Tejo. Nessa altura, o pavimento da praça deve repetir os contornos do antigo ancoradouro fortificado segundo o afastamento que vai de São Francisco aos Marqueses de Nisa, até ao limite da Avenida Infante Dom Henrique.

34 Idem.

35 Cf. Primeiro Andamento: A romanização no vale de Chelas, p. 19.

ITENERÁRIO PRAÇA DE XABREGAS | PRAÇA DE CHELAS

Do Largo do Marquês de Niza começa-se a subir a Rua Gualdim Pais até onde chega a Travessa da Amorosa, eventual trilho medieval português³⁶. O basalto que reveste o Beco dos Toucinheiros repete-se até ao entroncamento com a Estrada de Chelas. Onde esta começa descem as escadas do Largo Cruzado Osberno (topónimo existente) – personagem histórica que recebeu a carta de um soldado inglês com a notícia da tomada de Lisboa aos muçulmanos³⁷ – encostado à Avenida Afonso III, antiga circunvalação de Lisboa de 1852³⁸. O troço do antigo caminho romano para Mérida entra no vale³⁹ ocupando as posições mais confortáveis da encosta junto à sua embocadura, com inclinação média de três por cento. O primeiro e último terço do trajeto é construído por edifícios de habitação e estruturas fabris devolutas ou em ruína, e o tramo intermédio por muros que acompanham a vertente oriental do Alto de São João ou se confrontam com o talvegue. Apenas o pavimento é alvo de intervenção, que à semelhança da Azinhaga do Poço de Cortes é consolidado por saibro.

No topo norte deste troço da Estrada de Chelas está o ascensor que transpõe a Rua Gualdim Pais, e sobe vinte e quatro metros até à Calçada de Santa Catarina, e pouco antes de se chegar a este rompem para poente as escadas da Calçadinha de Santo António, possivelmente construídas ao longo do século XVII⁴⁰. Os degraus existentes ocupam os primeiros trinta e nove metros do percurso, sendo necessário completar os restantes dez metros com outros que agora se fazem, a fim de recuperar os níveis mais estáveis da encosta de São João. A subida termina num terraço antes ocupado pela casa da Quinta de Santo António de Cima (edifício em ruína; data de construção obscura), onde as copas de dois Carvalhos-cerquinhos sombreiam um banco.

Continuando pela calçada (em basalto) percorre-se a encosta em pendente suave (6%) entre os muros (betão cofrado a madeira) que contêm os poucos metros do talude até se encontrarem dois novos terraços; local onde a propriedade de Santo António de Cima encontrava a de Santo António de Baixo, cuja casa terá sido construída no decorrer do século XVII⁴¹. As varandas superam três metros de desnível, e entre elas vai um metro de altura. A plantação de um Pinheiro-manso na primeira sugere uma breve paragem para se olhar o miradouro de Santa Catarina, na vertente oposta. A segunda plataforma lança o último troço da Calçadinha (150 metros de extensão que repetem a pendente anterior) até ao topo nascente do conjunto habitacional da Quinta do Lavrado, encostado à pendente norte de São João. Quando o caminho de Santo António termina alarga-se o percurso para resolver o impasse da Rua José Inácio de Andrade com a Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes – arruamento aberto pelo Plano de Urbanização do Vale de Chelas (PU-VC)⁴² –, que antes se mostrava estreita e pouco clara, configurando quase um beco.

Seguindo o percurso que deixa o remate da Rua José Inácio de Andrade chega-se ao terraplano da «Varanda das Olaias», antigo aterro que serviu de estaleiro para a construção do ramal oriental do metropolitano

36 Cf. Primeiro Andamento: A ocupação medieval portuguesa no vale de Chelas, p. 70.

37 Cf. Primeiro Andamento: A presença islâmica no vale de Chelas, nota 221, p. 59.

38 Cf. Abertura, nota 44, p. 15.

39 Sobre o itinerário romano de *Olisipo a Emerita Augusta* Cf. Primeiro Andamento: A romanização no vale de Chelas, pp. 5-9.

40 Cf. Primeiro Andamento: Das quintas de recreio à industrialização do vale de Chelas: século XVI, p. 81.

41 Idem, p. 86.

42 Cf. Primeiro Andamento: O vale de Chelas depois de 1962: As últimas décadas do planeamento em Chelas, p. 112.

de Lisboa⁴³. Apoiada numa pequena derivação ocidental do talvegue, a vista sobranceira olha abertamente a Mata da Madre-de-Deus sobre as copas das árvores – Carvalhos, Choupos, Pinheiros, Ciprestes e Ulmeiros – que dão continuidade ao espaço verde e ocupam o sítio da atual Estação de Tratamento de Águas Residuais de Chelas. Plantação essa que acompanham todo o caminho da antiga Rua do Sol a Chelas, começo do segundo tramo do itinerário «Praça de Xabregas – Parque da Bela Vista».

A altura dos muros de betão (cofrado a madeira) que constroem as guardas do remate da Rua do Sol a Chelas, hipotético caminho medieval português⁴⁴, têm uma Vara de altura (1,10 metros), mas quando é necessário conter os declives sobem à altimetria necessária. O percurso tem duas Varas de largura, e é calcetado com o mesmo basalto que consolidou a Rua de Cima de Chelas, a Calçada de Santa Catarina a Chelas, os caminhos e Beco dos Toucinheiros, e a Travessa da Amorosa.

À Rua do Sol a Chelas acedem os moradores do conjunto residencial (cooperativa) Carlos Botelho, e quem vive nos edifícios (cooperativa) João Nascimento Costa (ambos BIP 60); sendo que os primeiros o fazem de nível, e os segundos descem umas escadas que são reabilitadas. Onde chegam as escadas da Rua João Nascimento Costa, antes do arruamento desembocar no Largo novo de Santa Catarina – alargamento da Estrada de Chelas com entrada no Jardim de Santa Catarina –, o dorso do itinerário desvia-se para se fazer à encosta da Picheleira.

Todo o caminho da Rua Sem Nome à Calçada da Picheleira (já consolidada) é feito por uma alameda de Carvalhos-roble fastigiata⁴⁵ até à Travessa da Picheleira, e quando cruza o trilho do pátio da conceição constroem-se uma as escadas que ligam ao nível do segundo ramal do talvegue (passando sob caminho ferroviário), e serve de embasamento à plantação do «Jardim Botânico» da Quinta de Conceição.

Os caminhos que organizam o jardim resultam do encontro de três geometrias dissonantes. Uma que se relaciona com a frente da Estrada de Chelas, à qual se pode aceder, outra do conjunto residencial que ocupa o festo das

43 É importante salientar neste momento que os conjuntos habitacionais da franja sul do Bairro das Olaias partilham de um forte contexto de segregação social e urbana, quer pelas condições socioeconómicas das famílias, afetadas pela desocupação jovem – envolvidos na criminalidade – e idosa, como pela desqualificação do espaço habitacional e público, com consequências na qualidade de vida da população. No âmbito do programa municipal BIP/ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária/ Zonas de Intervenção Prioritária) sobre a tutela do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, na edição de 2015 foi a apresentada a candidatura *Lig@-te ao Bairro* (Ref. 054 – BIP 46, Bairro do Lavrado) promovida pela Junta de Freguesia da Penha de França e Associação Portuguesa de Arte Urbana – APAURB, com a parceria da Associação para a Participação Pública (AP2), Agrupamento Vertical de Escolas das Olaias, Escola Artística, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), e Fundação Aga Khan – Portugal. O projeto propunha a apropriação do plano do estaleiro do metropolitano para se construir uma praça, cujo objetivo visava a criação de “uma zona de conexão entre bairros, contribuindo significativamente para a abertura do bairro da Quinta do Lavrado à envolvente, minimizando o efeito de gueto”, o que se concretizava em três ações operativas. A primeira propunha a qualificação dos “percursos quotidianos” para garantir a segurança dos habitantes; a segunda, a fim de gerar “um sentimento de pertença e apropriação” do espaço pela população, previa o seu envolvimento no processo de decisão “dos elementos construtivos a integrar”; e por último, a “criação de um programa de atividades económicas, lúdicas e culturais destinadas a toda a comunidade local”. Segundo a informação disponibilizada pelo programa (<http://bipzip.cm-lisboa.pt>), o projeto foi aprovado com um orçamento de cinco mil euros, no entanto, algumas dúvidas persistem quanto à sua execução, uma vez que na informação disponível não consta qualquer referência à obra nem ao projeto de execução.

44 Cf. Primeiro Andamento: A ocupação medieval portuguesa no vale de Chelas, pp. 73, 74; e respetiva carta conjetural [Crp].

45 Como vimos, o Carvalho é uma das espécies autóctones em Portugal que ocupa as situações de encosta. A utilização da espécie robre *fastigiata* (*Quercus robur fastigiata*) está relacionado com a configuração colunar da árvore (CABRAL, Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro, op. Cit., p. 63; sítio do Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – https://jb.utad.pt/especie/Quercus_robur). O que envolve a opção construtiva da Rua Sem Nome à Calçada da Pinheira – embasada por aterro –, que na verdade é uma estrada, não se mostra como um exemplo eficaz em todo o processo de urbanização do vale de Chelas; tanto por estancar drasticamente o fluxo natural das escorrências pluviais, como por impedir o que poderia ser uma ligação importante entre o Alto da Picheleira e o talvegue. Nesse sentido, o que é aqui apresentado tenta por um lado abordar o que podia ser essa passagem caso o pavimento da estrada fosse vazado, como amenizar a aridez que hoje a caracteriza através da perspetiva que é criada pela copa das árvores.

Olaias, e uma terceira do terraplano que serviu de campo de jogos (hoje abandonado) onde se assenta um antiteatro que observa a colina dos Ourives e das Conhas.

Antes do itinerário concluir com a Praça de Chelas, o que pavimenta a Calçada da Picheleira – possível caminho medieval português⁴⁶ – repete o que consolida a Rua do Sol a Chelas (basalto). Passado o caminho de ferro (Xabregas – Entrecampos) o dorso do itinerário cruza as copas das árvores que vêm da Bela Vista e inicia a descida da encosta até encostar ao limite da cerca do Convento de São Félix. Daí sobre poucos metros até entrar no grande terreiro quadrangular.

46 Cf. Primeiro Andamento: A ocupação medieval portuguesa no vale de Chelas, pp. 73, 74; e respetiva carta conjectural [Crp].

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O que compôs em 1962 o Plano de Urbanização de Chelas (PUC), e o que do PUVC (Plano de Urbanização do Vale de Chelas, 1998) não foi concluído manteve uma sucessão de espaços intersticiais aparentemente descontínuos, mas ainda alcançáveis.

Começámos por compreender que o método ocupacional romano sugeria uma repetição do Cardus e Decumanus de Olisipo na abertura dos caminhos agrários do sistema do vale de Chelas, que a terem existido mostram que a relação entre espaço urbano com o contexto rural da civitates ia além da natural dependência comercial agrícola. Isto é, a estrutura fundamental da cidade – chave para a implantação dos edifícios singulares e organização dos restantes – sistematizava a distribuição das propriedades rurais do seu *ager*, quer no setor ocidental (testado pelos arqueólogos Guilherme Cardoso e João Luís Cardoso), como eventualmente no setor oriental mais próximo. O que daí resultou demonstra uma profunda continuidade no desenho do território dependente da cidade, relação que aparentemente se manteve nas sucessivas divisões fundiárias do sistema do vale de Chelas, até ao final da sua islamização. Em todo o caso, também a sedimentação do reino português parece não ter ignorado o que eventualmente já existia – a estar certo o que conjecturámos. Todavia, o processo cadastral dos primeiros séculos do reino mostra-se menos metódico, e mais espontâneo, na medida em que regra de ocupação não obedecia a um pensamento geométrico, mas uma leitura prática da paisagem, visto que todos os caminhos que colocámos em períodos anteriores podem, na verdade, resultar da distribuição feudal das terras. De uma forma ou outra, o que possa ter acontecido no sistema do vale de Chelas após o século XVI, até ao século XIX, possivelmente, pouco interveio na sua estrutura principal de acessos. Das notícias que temos, as casas das Quintas de Recreio surgem, em grande parte dos casos, associadas aos caminhos notáveis do vale (cumeeiras e talwegues).

Das incertezas que persistem nas cartas conjecturais que tentam redesenhar a ocupação do sistema do vale de Chelas no tempo histórico, surge a convicção de que a alteração do paradigma habitacional desta paisagem foi profetizada pelos movimentos monárquicos de 1820, e consumada em 1962 pelo Gabinete Técnico de Habitação (GTH) do município de Lisboa. Se a constituição liberal promoveu o enfraquecimento progressivo da nobreza – proprietária das terras de Chelas –, e com isso o declínio das estruturas construídas nos cem anos seguintes; as operações urbanas do GTH assumiram a intensão da cidade se libertar do contexto que sempre a definiu, mesmo nos momentos mais racionais do urbanismo do final dos oitocentos e início dos novecentos. Basta olharmos para a Planta da Cidade de Lisboa que é um Extracto da Carta Topográfica de Lisboa Publicada em 1871 para percebemos que as atuais ruas Gomes Freire, Engenheiro Vieira da Silva, Avenida Conde Valbom, e da Beneficência são na verdade o dorso do caminho agrícola – enunciado no levantamento de 1780 e levantado em 1856 – que veio a encorpar a antiga Carreira dos Cavalos, a Rua de Picoas e a Rua das Cangalhas.

A «distância» que hoje persiste entre o que comumente se identifica por Lisboa, e o que se conhece de Chelas está na ausência do que se entende por cidade. Independentemente do desenho, complexidade e/ou escala do espaço urbano, o que se facilmente se reconhece dele é a continuidade do solo construído (seja edificado, aberto ou arborizado), a qualidade com que é executado, e sobretudo o que ele representa social e economicamente, o que mais facilmente resulta de opções políticas do que arquitetónicas. Em suma, a cidade é um conjunto complexo de construções que proporcionam num único meio (artificial) diferentes modos de vida onde, na tradição mediterrânica, tudo converge para o espaço público.

Os itinerários que vão de São Félix a Xabregas tentam assim demonstrar que, apesar da descontinuidade formal que sintetiza a ocupação do sistema do vale de Chelas nos últimos cinquenta anos ser um dos fatores que contribui

para a sua falta de reconhecimento urbano, é a qualificação do cadastro que mais facilmente identifica a arquitetura da cidade mediterrânica – veja-se o que fica entre a Gran Vía, o Paseo del Prado e a Ronda de Atocha em Madrid, entre o Tevere e a Via del Corso em Roma, ou o que está a norte da Acrópole de Atenas – que pode, sem grande esforço, ultrapassar as dificuldades orográficas do sítio; as vicissitudes dos interstícios do PUC e do PUVC; e a ausência de um conjunto de espaços que permitam a circulação e encontro da população.

Porém, esta é apenas umas das operações necessárias em todo o conjunto urbano de Chelas. O que aqui foi abordado trata-se apenas da identificação de uma possível infraestrutura, sendo ainda necessário discutir certos remanescentes do corpo edificado, principalmente nas franjas do Bairro das Olaias; a presença de certas casas senhoriais (da Quinta do Lavrado – edifício camarário –, da Quinta de Santa Catarina, da Quinta das Salgadas, da Quinta do Perdição, das Conchas, dos Alfinetes, da Lebre ou Alfundão, e de Santo Pedro dos Peixes), maioritariamente devolutas; a degradação e potencialidades do espaço público intrínseco aos vários bairros; e as problemáticas da habitação no sistema do vale de Chelas.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS

AA.VV. – Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.
ISBN 972-20-1260-6

AA.VV. – Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 -1858. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000.
ISBN 872-8517-16-5 | Depósito Legal nº 150444/00

AA.VV. – Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo. Lisboa: Contexto, 1993.
ISBN 972-575-183-3

AA.VV. – Cadernos do Arquivo Municipal, nº 3, 1ª Série. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999.
ISSN 0873-9870 | Depósito Legal nº 118903/97

AA.VV. – Chronology of European History 15,000 B.C. to 1997, volume 1: 15,000 B.C. – 1763. Chicago, Londres: Fitzroy Dearborn Publishers, 1998. (Edit. John Powell)
ISBN 1-57958-052-1

AA.VV. – Construindo a Memória: As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Os Autores, 2005.
ISBN 972-9451-46-X | Depósito Legal nº 233430/05

AA.VV. – De Scallabis a Santarém. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, abril de 2002.
ISBN 972-776-131-3

AA.VV. – Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.
ISBN 9789722723022

AA.VV. – Encontros de História de Património. Diálogos em Noites de Verão 2006-2007. Oeiras: Espaço e Memória - Associação Cultural de Oeiras, 2010.
ISBN 978-989-96703-0-3

AA.VV. – Économie et territoire en Lusitanie romaine. Madrid: Casa de Velázquez, volume nº 65, 1999.
ISBN 84-86839-93-9

AA.VV. – Inventário do Museu Nacional de Arqueologia, Colecção de Escultura Romana. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, Inventário do Património Cultural Móvel, 1995.
ISBN 972-8137-25-7 | Depósito Legal nº 91774/95

AA.VV. – Guia: Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto. Porto: Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2007.
ISBN 978-989-8051-04-02 | Depósito Legal nº 260375/07

AA.VV. – História da Arte Portuguesa, volume I. Lisboa: Circulo de Leitores, 1995.
ISBN 972-42-1143-6 | Depósito Legal nº 85551/95

AA.VV. – HITÓRIA DA HUMANIDADE: O EGIPTO E AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.
ISBN 978-972-42-7118-0 | Depósito Legal nº 259716/07

AA.VV. – História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias, volume III: Portugal Medieval. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1995.
ISBN 84-408-0108-4 | D.L. B-18374-95

AA.VV. – História de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 3ªed. 2010.
ISBN 978-989-626-139-9 | Depósito Legal nº 303 508/09

AA.VV. – História de Portugal, primeiro volume: Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
ISBN 972-33-1262-X (volume I) | Depósito Legal nº. 111263/97

AA.VV. – História de Portugal, primeiro volume: Antes de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
ISBN 972-42-0586-X | ISBN 1ºvolm. 972-42-0589-8 | Depósito Legal nº 52468/92

AA.VV. – Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal da Cultura, Arquivo Municipal de Lisboa, 2005.

ISBN 972-8517-41-6 | Depósito Legal nº 221673/05

AA.VV. – Lisboa Capital do Nada, Marvila 2001: criar, debater, intervir no espaço público. Lisboa: Extra]muros[associação cultural para a cidade, 2001.

ISBN 972-95656-4-3 | Depósito Legal nº 181 201/02

AA.VV. – Lusitania Sacra. Lisboa: Centro de Estudos a História religiosa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 1992.

ISBN 0076-1508 | Depósito Legal nº 27944/89

AA.VV. – Nova História de Portugal, Volume V: PORTUGAL DO RENASCIMENTO À CRISE DINÁSTICA. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

Depósito Legal nº 122479/98

AA.VV. – Nova História de Portugal: Das Invasões Germânicas à “Reconquista”. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

Depósito Legal nº 63397/93

AA.VV. – Nova História de Portugal: Portugal das origens à romanização. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

Depósito Legal nº 34025/90

AA.VV. – O LIVRO DE LISBOA. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

ISBN 972-24-0880-1 | Depósito Legal nº 84198/94

AA.VV. – O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão. Southwestern Iberian Peninsula Between Rome and Islam. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2014.

ISBN 978-972-9375-45-3 | Depósito Legal nº 385759/14

AA.VV. – Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

ISBN 972-776-000-7 | Depósito Legal nº 124783/98

AA.VV. – Pliny’s Natural History. Massachusetts: Harvard University.

[http://www.masseiana.org/pliny.htm#CONTENTS OF PLINYS NATURAL HISTORY](http://www.masseiana.org/pliny.htm#CONTENTS_OF_PLINYS_NATURAL_HISTORY) [consultado a 20.03.16 | 14.59H]

AA.VV. – Portugal Romano, A Exploração dos Recursos Naturais. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1997.

ISBN 972-8137-60-2 | Depósito Legal nº 113211/97

AA.VV. – STVDIA LUSITANA, capítulo 5, Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. Mérida: Artes Gráficas Rejas, 2010.

ISBN 978-84-613-6385-8 | Depósito Legal nº BA-297-2010

AA.VV. – Suevos - Schwaben: Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585). Tübingen: Gunter Narr Verlag Tübingen, 1998. (dir. Erwin Koller e Hugo Laitenberger)

ISBN 3-8233-5091-9

AA.VV. – The New Encyclopaedia Britannica, volume 9 e 12, 15ª ed. Chicago: Encyclopaedia Britannica. Inc., 1993.

ISBN 0-85229-571-5

AA.VV. – The new Cambridge Medieval History, volume 1, C.500-c.700. New York: Cambridge University Press, 2005.

ISBN-13 978-0-521-36291-7

AA.VV. – THE NEW GROVE: Dictionary of Music and Musicians, volume 17, Monnet to Nirvana. Londres: Macmillan Publishers Limited, 2ª edição, 2001.

ISBN 1-56159-239-0

AA.VV. – VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras: História, Espaço e Património Rural. Oeiras: Câmara Municipal, 2005.

ISBN 989-608-020-8 | Depósito Legal nº 234639/05

ABEL, Marília, CONSIGLIERI, Carlos – Marvila. Lisboa: Dinalivro, 2006.

ISBN 972-576-392-0

ABEL, Marília, CONSIGLIERI, Carlos – O formoso sítio de Marvila. Lisboa: Junta de Freguesia de Marvila, 2002.

Depósito Legal nº PT – 209374/04

Academia DAS Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, volume I e II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

Depósito Legal nº 161290/01

ALARCÃO, Jorge de – Introdução ao estudo da TECNOLOGIA ROMANA. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

ISBN 972-9004-18-8 | Depósito Legal nº 221475/05

ALARCÃO, Jorge de – O domínio Romano em Portugal. Mem Martins: Publicações Europa América, 1998.

Depósito Legal nº 22432/88

ALARCÃO, Jorge de – SOBRE A ECONOMIA RURAL DO ALENTEJO NA ÉPOCA ROMANA. Coimbra: separata da revista CONIMBRIGA, vol. XV, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1976.

Depósito Legal nº 27101977 369326

ALARCÃO, Jorge de – Portugal Romano. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.

ALMEIDA, Fernando de – Arte Visigótica em Portugal. Lisboa: Empreza Tipográfica Casa Portuguesa. 1962.

ALMEIDA, Fernando de – Pedras visigodas de Lisboa. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1958.

ALMEIDA, Fernando – Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar. Lisboa: Tipographya Portuguesa LDA, 1954.

ALMEIDA, Maria José de, CARNEIRO, André, MARTÍN, F. Germán Rodríguez, MORGADO, Paula – De Augusta Emerita a Olisipo: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Fronteira, 2011.

ÁLVAREZ, Manuel Rincón – Mozárabes y Mozarabías. Salamanca: Ediciones Universidade de Salamanca, 2003.

ISBN 84-7800-700-8 | Depósito Legal nº S. 996-2003

ALVES, José da Felicidade (apresentação e notas), OLIVEIRA, José Augusto de (tradução) – Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147: Carta de um CRUZADO INGLÊS que participou nos acontecimentos. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

ISBN 972-24-0716-3

ALVES, Maria Paula, INFANTE, Sérgio – Lisboa: Freguesia de Santos-o-Velho. Lisboa: Contexto Editora, 1992.

ISBN 972-575-149-5 | Depósito Legal nº 57692/92

AMAZALAK, Moses Bensabat – Catão e a Agricultura. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1953.

AMAZALAK, Moses Bensabat – Varrão e o Livro “RERUM RUSTICARUM”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1953.

ARAÚJO, Ilídio de – JARDINS, PARQUES e QUINTAS DE RECREIO NO ARO DO PORTO. Porto: separata da Revista de História, volume II, Centro de História da Universidade do Porto, 1979.

ARAÚJO, Ilídio de – QUINTAS DE RECREIO (Breve introdução ao sei estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII). Braga: separata da Revista Bracara Augusta, vol. XXVII, Fasc. 63 (75), Ofic. Gráf. Da Livraria Cruz, 1974.

AZEVEDO, Carlos – Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre. Lisboa: Livros Horizonte, 2ª Edição, 1988.

Depósito Legal nº 21914/88

AZEVEDO, Luís Marinho de – Primeira parte da fundação, antiguidades, e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoes illustres em Santidade, Armas, & letras. Lisboa: Officina Craesbeckiana, 1652.

BENEVOLO, Leonardo, MELOGRANI, Carlo, LONGO, Tommaso Gíuria – PROJECTAR A CIDADE MODERNA. Lisboa: Editorial Presença, 2ª edição, 1987.

BENEVOLO, Leonardo – Diseño de la ciudad – 5: El arte y la ciudad contemporânea. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

ISBN 84-252-1023-2 | Depósito Legal nº B.39165-1981

BERGER, Adolf – Encyclopedic Dictionary of Roman law, volume 43, parte 2. Clark, New Jersey: American Philosophical Society, 1980.

ISBN 0-87169-435-2

CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro – A Árvore em Portugal. Lisboa: Assírio & Alvim, 2ª edição, 1999.

ISBN 972-37-0538-9 | Depósito Legal nº 141300/99

CARERI, Francesco – Lands & Scape Series: Walkscapes: El andar como práctica estética: Walking as an aesthetic practice. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2002.

ISBN 978-84-252-1841-5 | Depósito Legal nº B. 6.777-2009

CASAS, Ana Moure – Paladio. Tratado de Agricultura.Medicina Veterinaria.Poema de los Injertos. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

ISBN 84-249-1412-0

CASTILHO, Júlio – Lisboa Antiga: Bairros Orientais, volume I. Lisboa: Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 2ª edição, 1935.

CASTILHO, Júlio de – A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de Deus até Santos-o-Velho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

COLUMELLA, L.Junius Moderatus - Husbandry in Twelve Books: and his book concerning Trees. Translated into English, with several illustrations from Pliny, Cato, Varro, Palladiu´s, and other antient and modern Authors. Londres: A.Millar, 1747.

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília – Pelas Freguesias de Lisboa: Lisboa oriental, volume 2. Lisboa: Câmara Municipal, 1993.

Depósito Legal nº 109796

COSTA, Sandra Vaz – O PAÍS A RÉGUA E ESQUADRO: URBANISMO, ARQUITETURA E MEMÓRIA NA OBRA PÚBLICA DE DUARTE PACHECO. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2012.

ISBN 978-989-8481-12-2 | Depósito Legal nº 339810/12

COUTINHO, João de Moura – As Artes Pré-românicas em Portugal: São Frutuoso de Montélios. Braga: Aspa, 1978.

DELGADO – AGUILERA, Antonio Blázquez – Avieno, Ora Maritima. Madrid: Publicaciones de la Real Sociedad Geográfica, 1928.

DELGADO, Ralph – A Antiga Freguesia dos Olivais, Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1969.

Depósito Legal nº 314516

DESERTO, Jorge, PEREIRA, Susana da Horta – Estrabão, Geografia Livro III: Introdução, Tradução do Grego e Notas. Coimbra: Impresa da Univeridade de Coimbra Annablume, 2016.

ISBN 978-989-26-7225-6 | Depósito Legal nº 416375/16

FERREIRA, António Gomes – Dicionário de Latim Português. Porto: Dicionário Editora, Porto Editora, 1983.

FERREYRA, Miguel Lopes – Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal, composta por Duarte Galvão, Fidalgo da Casa Real, e Chronista Mor do Reyno. Lisboa Occidental: officina Ferreyriana, 1726.

FIGUEIREDO, Cândido de – Dicionário da Língua Portuguesa: Volume I (A a G). Lisboa: Bertrand Editora, 23ª edição, 1986.

Depósito Legal nº 13668/86

FLOREZ, Henrique – Espanã Sagrada. Theatro geographico-historico de la Iglesia de España. Origen, Divisiones, e Limites de todas sus Provincias. Antiguedad, Traslaciones, y estado antiguo, y presente de sus Sillas, con varias Disertaciones criticas. Tomo X. De las Iglesias sufragâneas antiguas de Sevilla: Abdera, Asido, Astigi, y Cordoba. Madrid: Oficina De La Viuda, 3ª edição, 1792.

FRANÇA, José-Augusto – Lisboa, urbanismo e arquitectura. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 2ª edição, 1989.

FRANÇA, José-Augusto – Lisboa, história física e moral. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

ISBN 978-972-24-1612-2 | Depósito Legal nº 277338/08

FRANCESCHINI, Maria De – Ville Dell'Agro Romano. Roma: L'ERMA, 2005.

ISBN 88-8265-311-0

FUSCHINI, Augusto – A Architectura Religiosa na Edade-Média. Lisboa Imprensa Nacional, 1904.

Gabinete Técnico de Habitação – PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2ª edição, 1981.

Gabinete Técnico de Habitação – Plano de Urbanização de Chelas. Lisboa: Câmara Municipal, volume 1 e 2, 1965.

Depósito Legal nº 286763

GALLO, Isaac Moreno – Vías Romanas: Ingeniería y Técnica Constructiva. Madrid: Ministerio de Fomento, Centro de Estudios de Obras Públicas (CEHOPU), 2ª edição, 2006 in Traianvs.net

<http://www.traianvs.net/viasromanas/viasromanas.pdf>

GANHO, Maria de Lourdes Sirgado – O essencial sobre Francisco de Holanda. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2006.

ISBN 972-27-1450-3 | Depósito Legal nº PT 237227/06

GARRETT, J.B. de Almeida – Viagens na Minha Terra. Lisboa: Typographia da Gazeta dos Tribunaes, 1846.

GOUGH, Michael – OS PRIMITIVOS CRISTÃOS. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

GUIMARÃES, Manuel de Castro – Cronica DelRey Dom Affomsso Hamrriques Primeiro Rey destes regnos de Portugual por Duarte Galluam Fidallguo da Casa DelRey e do seu Conselho. (sem referência ao local e editora), 1918.

GONÇALVES, Fernando – Urbanizar e construir para quem?: A propósito do plano de Chelas. Porto: Afrontamento, 1972.

HEITOR, Teresa Valsassina – OLIVAIS E CHELAS: OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE GRANDE ESCALA in http://in3.dem.ist.utl.pt/ms-c_04history/aula_5_c.pdf, 1 de junho de 2015. [última consulta: 23.08.17; 17H13]

HEITOR, Teresa Valsassina – A Vulnerabilidade do espaço em Chelas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para as Ciências e tecnologia: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2011.

ISBN: 9789723109009 | 972-31-0900-X | D.L. 149572/00

HENRIQUES, António Manuel Esteves, MOURA, António A. Casal, SANTOS, Francisco Amado –MANUAL DA CALÇADA PORTUGUESA. Lisboa: Direção Geral de Energia e Geologia, 2009.

ISBN 978-972-8268-39-8 | Depósito Legal nº 301107/09

JANSON, H. W. – HISTÓRIA DA ARTE. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, 1989.

ISBN 972-31-0498-9

KOSTOF, Spiro – A HISTORY OF ARCHITECTURE: Settings and Ritual. Nova Iorque: Oxford University Press, segunda edição, 1995.

ISBN 978-0-19-508378-1

LYON, Henry R. – Dicionário da Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1990.

ISBN 85-7110-151-5

MACIEL, Justino – Vitruvius, Tratado de Architectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2006.

ISBN 978-972-3469-43-6 | Depósito Legal nº 250971/06

MACIEL, Justino – A Antiguidade Tardia no «Ager» Olisiponense: o Mausoléu de Odrinhas. Porto: Centro de Estudos de Ciências Humanas, 1999.

ISBN 972-9015-23-6 | Depósito Legal nº 138265/99

MACIEL, Justino – As «Regulae Monachorum» e a Architectura dos Mosteiros na Antiguidade Tardia. Porto: Centro de Estudos de Ciências Humanas, 1998.

ISBN 972-9015-21-X | Depósito Legal nº 123242/98

MACIEL, Justino – Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

ISBN 972-96934-0-4 | Depósito Legal nº 1000222/96

MACHADO, José Pedro – DICIONÁRIO ONOMÁSTICO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: PRIMEIRO VOLUME (A-D). Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ISBN: 972-24-0843-7 | Depósito Legal nº 190217/03

MACHADO, José Pedro (cord.) – Grande Dicionário da Língua Portuguesa: Volume I e II. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1981.

Depósito Legal nº 2351985-032376

MAGALHÃES, Manuela Raposo – A Architectura Paisagista: morfologia e complexidade. Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

ISBN 972-33-1686-2 | Depósito Legal nº.172322/01

MARQUES, A. H. de Oliveira, DIAS, João Alves – Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Depósito Legal nº 203697/03

MARQUES. A.H. de Oliveira – História de Portugal, volume I: Das Origens aos Renascimento. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

Depósito Legal nº 110 689/97

MARQUES, A. H. de Oliveira – História de Portugal: sínteses da cultura portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991.

ISBN 927-27-0430-3 | Depósito Legal nº 48546/91

MARQUES, A. H. de Oliveira – Nova História de Portugal, Volume IV: PORTUGAL NA CRISE DOS SÉCULOS XIV E XV. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Depósito Legal nº 10691/85

MATOS, José Sarmento, PAULO, José Ferreira – Caminho do oriente: guia histórico, volume 1 e 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

ISBN 972-24-1057-1 | Depósito Legal nº PT -- 131211/99

MATTOSO, José – Os Moçárabes. Lisboa: Separata da Revista Lusitana nº6, 1985.

MENOTTI, Francesco – Wetland Archaeology and Beyond: Theory and Practice. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ISBN 978-0-19-957101-7

MOREIA, José – S. Frutuoso de Montélios: A Igreja mais Bizantina da Península. Braga: Separata da Revista Bracara Augusta, Tomo VIII, nº 3-4, 1958.

ORLANDI, Giovanni (texto em latim e tradução), PORTOGHESI, Paolo (introdução e notas) – LEON BATTISTA ALBERTI: L'ARCHITETTURA [DE RE AEDIFICATORIA]: TOMO I. Milão: Edizione il Polifilo, 1669.

PEREIRA, João Castel-Branco – VIATURAS DE APARATO EM PORTUGAL: COLECÇÃO PATRIMÓNIO PORTUGUÊS. Lisboa: Bertrand Editora, Ltd., 1987.

Depósito Legal nº 23452/88

PIGGOTT, Stuart – A EUROPA ANTIGA: Do Início da Agricultura à Antiguidade Clássica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. (prefácio de Jorge de Alarcão; tradução de Maria Reveriana Mantas)

Depósito Legal nº 1561981 395559

PIRES, Amílcar Gil, DUARTE, Rui Barreiros – A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013.

ISBN 978-989-658-245-6 | Depósito Legal nº PT 367962/13

REID, Jane Davidson, ROHMANN, Chris – The Oxford Guide to Classical Mythology in the Arts, 1300 – 1990s, volume I e II. New York, Oxford: Oxford University Press, 1993.

ISBN 0-19-504998-5

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann – Geografia de Portugal, I. Aposição Geográfica e o Território. Lisboa: Edições João Sá Da Costa, 1987.

D.L.82983

SAA, Mario – As grandes vias da Lusitania, o itinerário de Antonino Pio, Tomo I. Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória, 1957.

SALGUEIRO, Teresa Barata. A Cidade em Portugal: uma geografia urbana. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

ISBN 972-36-0202-4

SILVA, Ana Cannas – Calçadas de Portugal: simetria passo a passo. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2016.

ISBN 978-972-8968-79-3 | Depósito Legal nº 411132/16

SILVA, Augusto Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, publicações comemorativas do VIII centenário da tomada de Lisboa aos mouros, 1950.

SILVA, Augusto Vieira da – Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história de Lisboa romana). Lisboa: Publicações Culturas da Câmara Municipal, 1944.

SILVA, Augusto Vieira da – Os Limites de Lisboa. Lisboa: separata dos números 5 e 6 da Revista Municipal, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1941.

SILVA, Augusto Vieira da – A Cêrca Moura de Lisboa, estudo histórico descritivo. Lisboa: Publicações Culturas da Câmara Municipal, 2ª edição, 1939.

SILVA, Augusto Vieira da – Noticia Historica sobre a Planta Topographica de Lisboa. Lisboa: Typographia do Commercio, 1914. (extrato da Revita de Obras e Minas)

STOOP, Anne de – QUINTAS E PALÁCIOS NOS ARREDORES DE LISBOA. Barcelos: livraria civilização editora, 1986.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – Plano Verde de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, 1997

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago – O Legado Islâmico em Portugal. Lisboa: Fundação Circulo de Leitores, 1998.
ISBN 972-8493-00-2 | Depósito Legal nº 124530/98

VALDEZ, José Joaquim d’Ascensão – Monumentos Archeologicos de Chellas: Apontamentos para o catálogo descriptivo dos existentes no Museu do Carmo. Lisboa: Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes, 1898.

VASCONCELLOS, Joaquim – Francisco de Hollanda: Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa: Da sciencia do desenho. Porto: Imprensa Portuguesa, 1879.

VEIGA, A. Costa – Algumas Estradas Romanas e Medievais. Lisboa: Tipografia H. Torres, 1943.

TESES

ALMEIDA, Júlia – CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS ELITES OLISIPONENSES. Dissertação de Mestrado em História Antiga apresentada à Faculdade de Letras, Departamento de História da Universidade de Lisboa, 2011.

BROCHADO, Cláudio – Povoamento Tardo-Romano e Altomedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (Séculos IV-XI). Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira – DA ESSÊNCIA DO JARDIM PORTUGUÊS. Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem apresentada à Universidade de Évora, 1995.

CALDAS, João Vieira – A CASA RURAL DOS ARREDORES DE LISBOA NO SÉCULO XVIII. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987.

DIAS, Paula Barata – REGVLA MONASTICA MOMMVNIS ou EXHORTATIO AD MONACHOS?: (séc. VII, Explicit): Probleática. Tradução. Comentário. Dissertação de Mestrado em Latim Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

GONÇALVES, Joana – Marvila: Que Futuro? Uma abordagem urbanística. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Arte da Universidade de Lusíada de Lisboa, 2008.

LEÃO, Natália Murano de – Influências Greco-Romanas na Hispânia: Colonização, Arquitetura e Urbanismo de Emerita Augusta (séculos I a.C. ao II d.C.), Dissertação de Mestrado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História de Porto Alegre, 2015.

MAN, Adriaan De – Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

MESQUITA, Marieta Dá – HSITÓRIA E ARQUITECTURA: UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO: O PALÁCIO DOS MASQUESES DA FRONTEIRA COMO SITUAÇÃO EXEMPLAR DA ARQUITECTURA RESIDENCIAL ERUDITA EM PORTUGAL. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 1992.

MONTEIRO, Helena – A ESTRADA DA BEIRA: RECONSTITUIÇÃO DE UM TRAÇADO MEDIEVAL. Dissertação de Mestrado em História, especialização em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos – ARQUITECTURA PORTUGUESA NOS ANOS 50: “OS VERDES ANOS” OU O MOVIMENTO MODERNO EM PORTUGAL. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

VIEIRA, Frederico Afonso – O Mundo Rural e o Território de Évora durante a Antiguidade Tardia. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada ao Departamento de História, Escola das Ciências Sociais da Universidade de Évora, 2016.

VARANDA, Lúcia de Melo – D. António Luís de Meneses 1º Marquês de marialva: O Militar e Político. Dissertação de Mestrado em História, especialização em Época Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

WOLFRAM, Mélanie - Uma síntese sobre A CRISTIANIZAÇÃO DO MUNDO RURAL NO SUL DA LUSITANIA, ARQUEOLOGIA - ARQUITECTURA - EPIGRAFIA. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de História, e Université Paris IV - Sorbonne, École Doctorale VI - Histoire De L'Art et Archéologie, 2011.

PERIÓDICOS

Al-Qantara: Revista de Estudos Árabes, vol. III, fasc. 1 e 2. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto Miguel Asín, 1982.

ISSN 0211-3589

Anales Toledanos, nº3. Toledo: Diputación de Toledo, 1971.

ISSN 0538-1983

Análise Social nº 206, volume XLVIII (1º). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013.

ISSN online 2182-2999

Anuário da Câmara Municipal de Lisboa, Ano I – 1935, Volume I. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1936.

arquitectura: Revista de Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento, nº 141, série 4. Lisboa: Casa Viva, Editora, Lda., maio 1981.

arquitectura: Revista Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento, nº 135, série 4. Lisboa: Casa Viva, Editora, Lda., setembro/outubro 1979.

arquitectura: Revista de Arte e Construção, nº 95. Lisboa: Iniciativas Culturais Arte e Técnica ICAT Lda., janeiro-fevereiro, 1967.

arquitectura ibérica, Sustentabilidade #015. Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

Arquivos do Centro Cultural Português. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

ArteTeoria: Revista do Mestrado em teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, nº 9, 2007.

ISSN 1646-396X | Depósito Legal nº 19292/03

ARTIS: Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, nº1. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, 2002.

ISSN 2182-8571 | Depósito Legal nº PT 187650/02

Ciência Actual, ano II, nº8, Lisboa: maio/ junho 1985.

Cimbra: Revista del Colegio de Ingenieros Técnicos de Obras Públicas, Nº 389. Madrid: [Colegio de Ingenieros Técnicos de Obras Públicas](#), novembro-dezembro 2009.

ISSN 0210-0479

Cira Arqueologia nº 1, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, junho de 2012.

Cira Boletim Cultural nº 11: Do Património à História. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal, 2013.

ISSN 2183-069X

Conimbriga, volume XLV. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

ISSN 0084-9189

DOCOMOMO: MODERN LISBON, nº 55, fevereiro 2016, pp.58-65. (edit. Ana Tostões, Zara Ferreira)

ISSN 1380/3204 | Depósito Legal nº 380259/14

Estudo Medievais nº7. Porto: Secção de História do Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

Ficheiro Epigráfico 131 (Suplemento de Conimbriga), Inscrições 548-551. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Secção de Arqueologia, 2015.

Forum Sociológico: Olhares Sobre a Modernidade, nº 5/6, 2ª Série. Lisboa: Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001.
ISSN 0872-8380 | Depósito Legal nº 64682/93

Lisboa Subterrânea. Lisboa/Milão: Electa, 1994.

Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa: Cristianização na Época Medieval. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, Tomo X, 1998.
ISBN 9789728361136

Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Império - Lucus Augusti como paradigma. Lugo, Diputación Provincial, 2007.
ISBN 978-84-8192-366-7

Medievalista online, ano 4, número 4, 2008.
ISSN 1646-740X

Norba: Revista de Historia, vol. 19, 2006.
ISSN 0213-375X

Promontoria: Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, nº 4, 2006.
ISSN 1645-8052

Revista CIÊNCIAS HISTÓRICAS, volume III. Porto: Universidade Portucalense, 1988.
ISSN 871-2352 | Depósito Legal nº 28850/89

Revista da Faculdade de Letras: História, II série, Volume IX. Porto: Universidade do Porto, 1992.

Revista do Instituto de História da Arte nº 11. Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL, 2014.
ISSN 1646-1762

Revista Municipal 20-21. Lisboa: Publicação Cultural da Câmara Municipal, 1º e 2º trimestre de 1944.

Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 17. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2014.
ISSN 0874-2782

Revista Portuguesa de História 43. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2012.
ISSN 0870-4147

Revista Universal Lisbonense, Jornal dos Interesses Physicos, Moraes e Litterarios, Tomo III, ano de 1843-1844. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1844.

Revista de Ciências Históricas, volume II. Porto: Departamento de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1987.

Rossio estudos de Lisboa nº3. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses/DMC/DPC/CML, maio 2014.
ISSN 2183-1327

Trabalhos de Arqueologia 28. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.
ISSN 0871-25 | Depósito Legal nº 189234/02

Zona arqueológica - Recópolis y la ciudad en la época visigoda, nº 9. Madrid: Museo Arqueológico Regional, 2008.
ISSN 1579-7384

